



Relatório e Contas
Demonstrações
Financeiras
Consolidadas

2016

*Annual Report
and Accounts*

*Consolidated
Financial
Statements*



Índice

Table of contents

	Pag		Pag
Principais Indicadores	4	2. Demonstrações Financeiras Consolidadas	64
Main Indicators		Consolidated Financial Statements	
		2.1 Balanço Consolidado	66
		Consolidated Balance Sheet	
Órgãos Sociais	5	2.2 Demonstração dos Resultados e de outro Rendimento Integral Consolidados	67
Governing Bodies		Income Statements and other Consolidated Comprehensive Income	
		2.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado	68
Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	8	Statement of Changes in Consolidated Equity	
Message from the CEO		2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	69
		Consolidated Cash Flow Statements	
1 Relatório do Conselho de Administração	14		
Report of the Board of Directors		3. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	72
1.1 Síntese da Atividade do Exercício	18	Notes to the Consolidated Financial Statements	
Summary of The Annual Activity			
1.2 Enquadramento Macroeconómico	21	4. Relatório e Certificação Legal	168
Macroeconomic Framework		Statutory Audit Report	
1.3 O Modelo de Negócio	29		
The Business Model		5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	184
1.4 Mercados Automóvel e de Financiamento	31	Statutory Audit Board Report	
Automotive and Financing Markets			
1.5 Negócio e Mercado de Crédito ao Consumo	34	6. Disciplina de Mercado	194
Consumer Credit Business and Market		Market Discipline	
1.6 Negócio e Mercado de Cartões de Crédito	35	I- Introdução	198
Credit Card Business and Market		Introduction	
1.7 Evolução das Demonstrações Financeiras	36	II- Declaração de responsabilidade	199
Financial Statements Evolutions		Statement of responsibility	
1.8 Gestão Financeira	44	III-Âmbito de Aplicação	200
Financial Management		Scope of application	
1.9. Gestão de Risco de Crédito	50	IV-Objetivos e políticas de gestão do risco	201
Credit Risk Management		Risk management objectives and policies	
1.10 Recuperação de Crédito	51	A-Políticas de gestão de risco	201
Credit Recovery		Risk management policies	
1.11 Tecnologia & Operações	52	1) Estratégias e processos de gestão de riscos	201
Technology & Operations		Risk management processes and strategies	
1.12 Legal e Compliance	54	2) Estrutura e organização	202
Legal and Compliance		Structure and organisation	
1.13 Controlo Interno	55	3) Sistemas de reporte e de medição de riscos	202
Internal Control		Risk reporting and measurement systems	
1.14 Recursos Humanos	56		
Human Resources			
1.15 Corporate e Sucursais	62		
Corporate and Branches			
1.16 Proposta de Aplicação de Resultados	63		
Dividends Proposal			

	Pag		Pag
4) Política de cobertura e redução de riscos	214	7. Transparência da Informação e Valorização dos Ativos	250
Hedging policy and risk reduction		Transparency of Information and Asset Valuation	
5) Declaração sobre adequação dos sistemas de gestão de risco	214		
Statement on the adequacy of risk management systems			
6) Declaração sobre o perfil geral de risco e sua relação com a estratégia empresarial	214	8. Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário	264
Statement on the general risk profile and its relationship with the business strategy		Structure Report and Corporate Governance Practices	
B- Sistema de Governo	215		
Governance framework			
V- Adequação de Capitais	216		
Capital Adequacy			
1) Fundos Próprios e Rácios de capital	216		
Own Funds and Capital Ratios			
2) Requisitos de Fundos Próprios	218		
Capital Requirements			
3) ICAAP – Avaliação e Adequação do Capital Interno	220		
ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process			
4) Rácio de Alavancagem	222		
Leverage Ratio			
VI- Posições em riscos de crédito de contraparte	224		
Counterparty credit risk exposures			
VII- Reservas Prudenciais de Fundos Próprios	225		
Capital Buffers			
VIII- Indicadores de importância sistema global	226		
Indicators of global system importance			
IX- Risco de Crédito – Ajustamentos	227		
Credit Risk - Adjustments			
1) Principais políticas contabilísticas	227		
Main accounting policies			
2) Risco de Crédito – Informação quantitativas			
Credit Risk - Quantitative information			
X- Ativos onerados e não onerados	233		
Encumbrance			
XI- Exposição a Risco de Mercado	233		
Exposure to market risk			
XII- Risco operacional	234		
Operational risk			
XIII- Posições em Risco sobre Ações da Carteira	234		
Exposures equity portfolio level			
XIV- Risco de taxa de juro na Carteira	234		
Banking book interest rate risk			
XV- Risco associado a posições de titularização	235		
Exposure to securitisation positions			
XVI- Política de Remuneração	238		
Remuneration policy			
XVII- Técnicas de Redução do Risco de Crédito	248		
Credit risk reduction techniques			

Principais Indicadores

Key Indicators

	2016	2015	Variation
Net assets	1 398 093	1 280 784	9,2%
Loans to clients (gross)	1 429 997	1 323 096	8,1%
Loans to clients (gross)	1 335 146	1 215 489	9,8%
Total Equity	161 195	152 744	5,5%
Financed Capital for the year	415 322	336 981	23,2%
Financial Margin	45 931	42 720	7,5%
Banking Product	66 777	60 456	10,5%
Processing costs	26 190	25 184	4,0%
Net income	24 451	18 425	32,7%
Net profit per share (in cents)	36,7	27,7	32,7%
(Operating costs + Amortisations) / Banking Income (1)	39,2%	41,7%	-2,4 p.p.
Staff Costs / Banking Product (1)	16,1%	15,5%	0,6 p.p.
Individual Solvency Ratio (1)	11,3%	9,8%	1,4 p.p.
Core Tier 1 ratio (1)	11,3%	9,8%	1,4 p.p.
Consolidated Solvency Ratio (1)	11,5%	12,0%	-0,5 p.p.
Core Tier 1 ratio (1)	11,5%	12,0%	-0,5 p.p.
Banking product / Average net assets (1)	5,0%	5,6%	-0,7 p.p.
Average (ROA)	1,8%	1,7%	0,1 p.p.
Profit before taxes and minority interests / Average net assets (1)	2,8%	2,7%	0,1 p.p.
Average (ROE)	15,6%	12,5%	3,1 p.p.
Profit before taxes and minority interests / Average equity (1)	23,9%	19,4%	4,5 p.p.
Non-performing loans / Total Credit (2)	5,6%	6,9%	-1,3 p.p.
Non-performing loans / Total Credit, net (2)	-1,1%	-0,3%	-0,9 p.p.
Loan Impairment/Overdue loans to end clients	122,0%	128,4%	-6,4 p.p.
Number of staff	195	197	-1,0%

(1) Calculated according to instruction No. 23/2007 of the Bank of Portugal

(2) - Calculated according to Circular 02/2014 of the Bank of Portugal

Órgãos Sociais

Governing Bodies

Mesa da Assembleia Geral

General Shareholders Meeting Board

Presidente/Chairman:	Henrique Reynaud Campos Trocado
Secretário/Secretary :	Sara Larcher
Secretário Suplente/Deputy Secretary:	Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

Conselho de Administração

Board of Directors

Presidente/Chairman:	David Turiel Lopez
Vogais/Members:	Henrique Carvalho e Silva Gonzalo Basagoiti Pastor José Maria Martin Prada Luís Filipe Pires Ferreira

Comissão Executiva

Executive Committee:

Presidente/Chairman:	Henrique Carvalho e Silva
Vogais/Members:	Gonzalo Basagoiti Pastor Luís Filipe Pires Ferreira José Maria Martin Prada

Conselho Fiscal

Board of Auditors

Presidente/Chairman:	Diogo José Paredes Leite de Campos
Membros efetivos/Full Members:	Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho
Membro suplente/Alternate Member:	Manuel António Amaral Franco Preto Carla Sofia Simões da Costa Silva

Secretário da Sociedade

Company Secretary:

Efetivo/Full Member:	Sara Larcher
Suplente/Alternate Member:	Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

Comissão de Remunerações

Remuneration Committee:

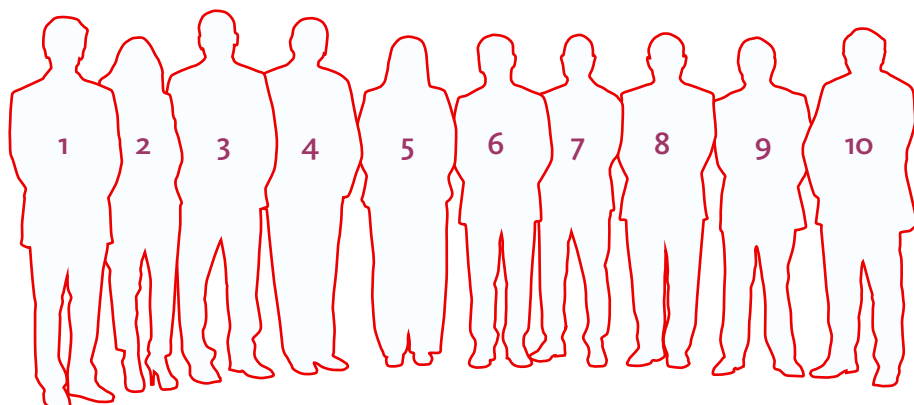
David Turiel Lopez
Sandra Faustino Sevinato Pinto

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Audit Firm:

Pricewaterhousecoopers e Assessoria de Gestão,
Lda. representada por:
Aurélío Adriano Rangel Amado R.O.C.

Comissão Executiva Executive Committee





1. Nuno Marques
Direcção Risco e Recuperação
Risk and Recovery Department
2. Sandra Faustino
Direcção Recursos Humanos
Human Resources Department
3. Fernando Roquette
Direcção Comercial Retalho
Retail Commercial Department
4. Luís Ferreira
Direcção Produto, Marketing e Parcerias
Product, Marketing and Partnerships Department
5. Sara Larcher
Direcção Legal & Compliance
Legal & Compliance Department
6. Henrique Carvalho e Silva
CEO
CEO
7. Lukasz Nowacki
Direcção Parcerias Consumo e Cliente Final
Durables and End Customer Department
8. Manuel Reis
Direcção Corporate e Sucursais
Corporate and Branches Department
9. Rui Guerra
Direcção Financeira
Financial Department
10. Domingos Ferreira
Direcção Tecnologia & Operações
Technology & Operations Department

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

Message from the Chairman of the Executive Committee





O Grupo Santander voltou a crescer de forma sustentada (2% em Crédito e 5% em depósitos e fundos de clientes) em quase todas as geografias onde está presente, tendo ainda crescido em 10% em nº de Clientes vinculados e 26% em Clientes Digitais.



De acordo com o último Outlook do IMF (Jan 2017), a Economia Mundial terá crescido 3,1% em 2016, ligeiramente menos que no ano anterior, em concreto com um ligeiro abrandamento (de 2,1% para 1,6%) nas Economias mais desenvolvidas: EUA, Euro, Reino Unido (RU) e Japão. Apesar dos preços ainda deprimidos nas matérias-primas, concretamente do preço do petróleo, que afeta em particular a África Subsariana, Médio Oriente, Rússia e Brasil, os Mercados Emergentes mantiveram a dinâmica com um crescimento de 4,1%.

Portugal, à semelhança da média Europeia, regrediu ligeiramente no seu caminho de recuperação económica e terminou 2016 com um crescimento do PIB na ordem dos 1,3%, que compara com 1,5% no ano transato. O crescimento foi alavancado ainda na dinâmica das Exportações e no Consumo Privado Interno, mas sofreu uma regressão no ainda tímido investimento, variável crítica para o crescimento sustentado do País, que não evitou mais um ano de divergência face aos níveis de crescimento e riqueza médias da Europa Comunitária.

O Grupo Santander voltou a crescer de forma sustentada (2% em Crédito e 5% em depósitos e fundos de clientes) em quase todas as geografias onde está presente, tendo ainda crescido em 10% em nº de Clientes vinculados e 26% em Clientes Digitais. Os Resultados Líquidos voltaram a crescer 4% para 6.204 Milhões de Euros, ou 12% excluindo efeitos cambiais, com uma diversificação geográfica significativa e equilibrada, entre mercados desenvolvidos e emergentes, que ajuda a dar sustentabilidade aos mesmos, sendo o maior contributo do Brasil, com 21%, seguido do RU, com 20%, Santander Consumer com 13%, Espanha 12%, México 8%, Chile com 6% e EUA e Portugal, cada um com 5%, Argentina 4% e Polónia e Outros com 3% cada.

O Grupo Santander possui a maior rede de balcões do Mundo e caracteriza-se por possuir um modelo de riscos e de negócios muito conservador, o que lhe tem permitido ter uma performance anti cíclico, mantendo de forma sustentada indicadores muito melhores do que as médias de mercado, em praticamente todos os mercados onde está presente, associado a uma grande eficiência na operação, comparando muito favoravelmente com a concorrência e com as médias de mercado no que respeita a produtividade e “Cost to Income” (47%).

Por seu turno, a Divisão de Crédito ao Consumo opera em 15 Países, é líder de mercado, representando esta Divisão um peso de 13% nos resultados do Grupo. É de realçar ainda que a Divisão de Crédito ao Consumo do Grupo tem uma gestão autónoma e especializada e apresenta rentabilidades muito acima da média do conjunto, associado a um prémio de risco abaixo da média e a uma melhor eficiência em custos.



The Santander Group grew again consistently (2% in Credit and 5% in deposits and client funds) in almost all of the geographic areas where it is present, while growing 10% in the number of Tied clients and 26% in Digital Clients.



According to the latest Outlook of the IMF (Jan 2017), the World Economy will have grown 3.1% in 2016, slightly less than in the previous year, in particular, shows a slight slowdown (from 2.1% to 1.6%) in more developed economies: USA, Euro, UK and Japan. Despite low raw material prices, particularly oil prices, which mainly affects Sub-Saharan Africa, Middle East, Russia and Brazil, Emerging Markets have maintained the momentum with 4.1% growth.

As in the case of the European average, Portugal slightly fell back in its path towards economic recovery and ended 2016 with a GDP growth of 1.3%, compared with 1.5% in the previous year. Growth was driven primarily by Exports and Private Domestic Consumption, but showed a decline in the still insufficient investment, a critical variable for the sustained growth of the Country, that was not enough to prevent one more year of divergence in terms of growth levels and average wealth of the European Community.

The Santander Group grew again consistently (2% in Credit and 5% in deposits and client funds) in almost all of the geographic areas where it is present, while growing 10% in the number of Tied clients and 26% in Digital Clients. Net Profits have returned to 4% growth to 6,204 million euros, or 12% excluding exchange rate effects, with a significant and balanced geographical diversification, between developed and emerging markets, providing sustainability, and is the greatest contribution to Brazil, with 21%, followed by the UK, with 20%, Santander Consumer with 13%, Spain 12%, Mexico 8%, Chile with 6% and USA and Portugal, each with 5%, India 4% and Poland and Others with 3% each.

The Santander Group has the largest network of branches in the world and is characterised for having a very conservative risk and business model, which has enabled an anti-cyclical performance, maintaining much better indicators than market averages in a sustainable way, in almost all the markets where it operates, associated to great operational efficiency, comparing very favourably with the competition and market averages in terms of productivity and Cost of Income (47%).

In turn, the Consumer Finance Division operates in 15 countries and is a market leader, representing 13% of the Group's earnings. It should also be noted that the Group's Consumer Credit Division has independent and specialised management, presenting returns well above the overall average and associated with a below-average risk premium and better cost efficiency.

Volume de Negócios

+43%

Volume of business

+43%

Margem Financeira

+7,5%

Financial Margin

+7,5%

No que respeita a Portugal, os mercados em que o Banco opera mantiveram um comportamento francamente expansivo, atingindo a dimensão dos diferentes segmentos de mercado já níveis semelhantes aos anos anteriores à recessão, mas distinto de segmento para segmento (+23% no Segmento de financiamento de Auto Novos, +51% em Auto Usados e +18% em Não Auto). Por seu turno, o mercado automóvel de viaturas novas foi de 242 mil viaturas, o que representa uma evolução positiva de cerca de 15,7%, face ao ano anterior.

O BSCP voltou a crescer o seu Volume de Negócios (consolidado) em mais de 40% face ao ano anterior, ano em que havia já crescido 43%, duplicando assim o nível de atividade em apenas 2 anos. O Banco assume-se como líder no mercado de financiamento Automóvel (16,8% de quota de Mercado), no seu conjunto e indiscutível líder no mercado de financiamento de automóveis novos, com 25,4% de quota de mercado (e cerca de 30% no segmento de particulares). O Volume de produção de novo negócio foi de 477ME, alavancado no crescimento de todos os segmentos de negócio, mas em particular no crescimento do financiamento de automóveis novos e nos Acordos de Marca que possui.

Gostaria de realçar ainda os seguintes indicadores, que marcaram a muito favorável progressão do Banco em 2016:

- O Crédito Líquido a Clientes e o Ativo cresceram cerca de 10%, enquanto o novo crédito concedido no ano cresceu 40% quando comparado com o ano anterior;
- A Margem Financeira cresceu quase 7,5% e o Produto Bancário 10,5%; Enquanto os Custos de Transformação cresceram apenas 4%, permitindo que a eficiência se tenha situado abaixo dos 39%;
- Ao nível dos indicadores de Risco, o crédito em vencido total variou -6.055me, o que justifica que o prémio de risco da atividade do Banco se tenha situado em terreno negativo, pelo terceiro ano consecutivo, uma performance histórica para o Banco e claramente o melhor indicador do sector e do

With regard to Portugal, the markets in which the Bank operates maintained an extensive expansive performance, reaching the dimension of the different market segments, similar levels to years prior to the recession, although distinct from one segment to another (+23% in the New Auto Financing segment, +51% in Used Auto, and +18% in Non-Auto Segments). The automotive market segment for new vehicles reached 242,000 vehicles, representing a positive increase of about 15.7% over the previous year.

BSCP saw a new increase in Turnover (consolidated) by more than 40% compared to the previous year, in which it had already grown 43%, thus doubling the activity level in just 2 years. The Bank is currently a leader in the automotive financing market (16.8% of market share), as a whole and an undisputed leader in the financing new cars market, with 25.4% of market share (and about 30% in the private sector). The production Volume of the new business was 477ME, encouraging growth in all business segments, particularly, in the growth of financing new cars and in its Brand Agreements.

I would also like to point out the following indicators, which marked the Bank's very favourable progress in 2016:

- Client Net Credit and Assets grew by 10%, while new loans granted that year increased by 40% compared to the previous year;
- The Financial Margin grew by almost 7.5% and the Banking Income by 10.5%; Meanwhile, Transformation Costs only rose by 4%, resulting in a level of efficiency situated below 39%;
- In terms of the Risk Indicators, total loans overdue varied -6.055me, causing the risk premium for the Bank's activities to be located at negative levels for the third consecutive year, representing historical performance for the Bank and clearly the best indicator of the sector and of the market; At the same time, we maintained

mercado; Ao mesmo tempo mantivemos o grau de cobertura dos valores em morosidade de gestão por provisões em mais de 118%;

- Tudo isto permitiu que o Resultado Líquido tenha atingido o valor histórico de 24,5 Milhões de euros, um crescimento na ordem dos 33% face a 2015, situando-se o ROE (médio) em 15,6%;
- Por último, de realçar que apesar do forte crescimento, o Banco manteve o seu nível de capitalização em níveis muito acima dos mínimos exigidos regulamentarmente (9,75%), tendo agora um Rácio de Core Tier I (BIS II) de 11,5%, em termos Consolidados.

2016 foi um ano de grande crescimento, mas também um ano importante ao nível da consolidação da atividade da PSA, depois da sua incorporação no ano anterior. Foi um ano marcado pela consolidação de processos, práticas e estruturas. O Banco inicia agora um novo ciclo, com uma posição de mercado muito reforçada, com indicadores de enorme qualidade e robustez, mas um período onde os crescimentos de mercado e da atividade serão menos acentuados, obrigando o banco à inovação, ao crescimento orgânico por quota de mercado e à diversificação para novos segmentos de negócio.

Outro compromisso que o banco assume com os seus Stakeholders (Colaboradores, Clientes, Parceiros e Accionistas) e que constitui um desafio ainda com muito caminho por percorrer é o de ser um Banco cada vez mais Simples, Pessoal e Justo para todos. Este é um desafio que passa por uma transformação cultural da organização, na forma de fazer as coisas e que obriga também à revolução tecnológica que agora iniciamos, no sentido da digitalização e da automatização. A nossa Visão de Futuro e o contexto de exigência Regulamentar e do Consumidor que se tornou imensamente mais complexo, requerem ambição e mudanças profundas porque a combinação de produtos e soluções Simples, a personalização e uma oferta justa e equilibrada ao cliente, são na nossa Visão a melhor resposta para essa complexidade e exigência.

the degree of coverage of the delayed management values by provisions of more than 118%;

- All of this has resulted in Net Profits reaching a value of €24.5 million euros, an increase of 33% compared to 2015 and thus placing the (average) ROE at 15.6%.
- Lastly, it should be highlighted that despite the strong growth, the Bank maintained its level of capitalisation well above the minimum levels required by regulations (9.75%), now possessing a Tier I (BIS II) Core Ratio of 11.5%, in terms of Consolidated results.

2016 showed strong growth, but was also an important year in terms of consolidation of the activity of PSA, after its incorporation in the previous year. This year has been marked by the consolidation of processes, practices and structures. The Bank is now beginning a new cycle, with a greatly enhanced market position, and outstanding indicators of quality and robustness, but a period where the growth of the market and activity will be less marked, forcing the bank towards innovation, organic growth in market share and diversifying into new business segments.

The Bank also assumes an increasingly Simple, Personal, and Fair role in its relations with its Stakeholders (Employees, Clients, Partners and Shareholders) which is a challenge with a long way to go. This challenge begins with a cultural transformation in the organisation, in terms of how things are done requiring a technological revolution towards digitisation and automation, that has started now. Our Vision for the Future and the context of Regulatory and Consumer requirements which have become increasingly complex, require ambition and profound changes because the combination of simple products and solutions, personalisation and a fair and equitable offer to clients are all part of our Vision and represent the best answer to such complexity and requirements.

Resultado Líquido

24,5
Milhões de euros
(+33%)

Net Income

24,5
Millions of euros
(+33%)



O Grupo Santander voltou a crescer de forma sustentada (2% em Crédito e 5% em depósitos e fundos de clientes) em quase todas as geografias onde está presente, tendo ainda crescido 10% em nº de Clientes vinculados e 26% em Clientes Digitais.



Em nome do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos pelo esforço e empenho de todos os Parceiros e Colaboradores e de felicitar a todos pelos resultados conseguidos.

Por último, uma nota de grande entusiasmo e otimismo relativamente ao futuro. Os resultados alcançados em 2016 enchem-nos de orgulho e a robustez do nosso balanço e dos nossos indicadores económicos e financeiros devem oferecer a todos, Clientes, Parceiros, Colaboradores e Acionistas a confiança num futuro promissor e cada vez melhor em conjunto. É na força conjunta e no trabalho em equipa que tanto potencia o sucesso e a produtividade de todos que temos agora de construir um banco cada vez mais **Simples, Próximo e Justo**.

Henrique Salema de Carvalho e Silva
Presidente da Comissão Executiva



The Santander Group continued to grow steadily (2% in Credit and 5% in deposits and client funds) in almost all the geographies where it is present, having also grown by 10% in the number of Clients and 26% in Digital Clients.



On behalf of the Board of Directors and the Executive Committee, I would like to express my sincere thanks to all our Partners and Employees for their effort and commitment and to congratulate everyone for the results achieved.

Finally, I shall end on a note of great enthusiasm and optimism towards the future. We are very proud of the results achieved in 2016 and the strength of our balance sheet and our economic and financial indicators should offer all our Clients, Partners, Employees and Shareholders trust in a promising future, knowing that we work better together. Our combined strength and teamwork enables us to succeed and work together to build an increasingly **Simple, Personal and Fair bank**.



1

Relatório do Conselho de Administração

Report of the Board of Directors

	Pag
Síntese da Atividade do Exercício	18
Synthesis of The Annual Activity	
Enquadramento Macroeconómico	21
Macroeconomic Framework	
O Modelo de Negócio	29
The Business Model	
Mercados Automóvel e de Financiamento	31
Car And Financing Markets	
Negócio e Mercado de Crédito ao Consumo	34
Business and Consumer Finance Market	
Negócio e Mercado de Cartões de Crédito	35
Business and Credit Card Market	
Evolução das Demonstrações Financeiras	36
Financial Statements Evolutions	
Gestão Financeira	44
Financial Management	
Gestão de Risco de Crédito	50
Credit Risk Management	
Recuperação de Crédito	51
Collections and Recoveries	
Tecnologia & Operações	52
Technology & Operations	
Legal e Compliance	54
Legal and Compliance	
Controlo Interno	55
Internal Control	
Recursos Humanos	56
Human Resources	
Corporate e Sucursais	62
Corporate and branches	
Proposta de Aplicação de Resultados	63
Results Distribution Proposal	



“ Prosperar é evolução e crescimento, algo que nos é intrínseco e que deve ser promovido por todos. ”

Gabriela Figueiredo
Direcção Tecnologia & Operações

“ To thrive is evolution and growth, something that is intrinsic to us and that is promoted by all. ”

Gabriela Figueiredo
Technology and Operations Department



“ Prosperar é fazer mais e melhor. ”

Carolina Trindade
Direção de Recursos Humanos

“ To thrive is to do more and better. ”

Carolina Trindade
Human Resources Department



“ Prosperar é crescer, é faltar as contrariedades e continuar na senda do que nos propusemos ser. ”

Deborah Campinos
Direcção Legal & Compliance

“ To thrive is to grow, to break the setbacks and to continue on the path of what we set ourselves to be. ”

Deborah Campinos
Legal and Compliance Department



“ Prosperar é atingir as metas a que nos propomos, crescendo e ajudando a crescer, inseridos numa organização também ela cada vez melhor. ”

Daniel Sousa
Direção Comercial Retalho

“ To thrive is to achieve the goals we set ourselves, growing and helping to grow, inserted in an organization that is even better. ”

Daniel Sousa
Retail Commercial Department



“ Prosperar é desenvolver pessoas e empresas. ”

Vítor Borges
Direcção Tecnologia & Operações

“ To thrive is to develop people and companies. ”

Vítor Borges
Technology and Operations Department



“ Prosperar é sermos melhores pessoas, melhores profissionais e em simultâneo conseguirmos também melhorar o nosso conforto e estado emocional. ”

Ricardo Botão
Direcção Parcerias Consumo e Cliente Final

“ To thrive is to be better people, better professionals and at the same time we can also improve our comfort and emotional state. ”

Ricardo Botão
Auto and Marketing Partnerships Department



“Prosperar é a capacidade que temos para enriquecer e sermos felizes ao mesmo tempo.”

Marco Romão
Direção Comercial Retalho

“To thrive is to have the ability to enrich and be happy at the same time.”

Marco Romão
Retail Commercial Department



“Prosperar é observar cada passo dado sem julgamento, para que o próximo seja sempre melhor do que o anterior.”

António Costa
Direção Parcerias Consumo e Cliente Final

“To thrive is to observe every step taken without judgment, so that the next is always better than the last.”

António Costa
Consumer and End Client Partnerships Department



“Prosperar é crescer, progredir e triunfar.”

Isabel Pires
Direção Risco e Recuperação

“To thrive is to grow, to advance and to triumph.”

Isabel Pires
Risk and Recovery Department

A nossa missão é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem.
Our mission is to contribute for people and business to thrive.



“Prosperar é crescer de forma sustentada, através de uma eficaz gestão de riscos e um controlo apropriado.”

Luís Antunes
Direção Risco e Recuperação

“To thrive is to grow sustainably, through effective risk management and proper process control.”

Luís Antunes
Risk and Recovery Department



Prosperar é contribuir, resistir, inovar e crescer.”

Ana Mexia
Direção Financeira

“To thrive is to contribute, resist, innovate and grow.”

Ana Mexia
Financial Department

1.1

Síntese da actividade do exercício

Summary of the Annual Activity

O ano 2016 voltou a significar crescimento da atividade económica em Portugal, agora mais significativo, tendo em conta o crescimento singelo registado no último ano. Esta expansão é consequência das reformas estruturais decorrentes do programa de assistência (2011-2014) e do padrão de crescimento que dele resultou. Foram alcançados importantes objetivos na vertente económica e financeira, acentuaram-se os efeitos positivos do ajustamento, de que resultaram a expansão moderada da economia portuguesa e a contração do desemprego que contribuiu para a expansão do consumo privado. Ao nível externo, as exportações mantiveram um nível crescimento sustentado ao longo do ano e, do lado das importações, o ano 2016 registou uma expansão ligeira, quando comparada com o ano anterior, impulsionadas pelo crescimento dos salários.

In 2016, the growth of economic activity in Portugal returned, which was even more significant, taking into account the low growth recorded in the previous year. This expansion was due to structural reforms resulting from the assistance program (2011-2014) and the growth pattern which resulted from it. Major economic and financial objectives were achieved and the positive effects of the adjustment were accentuated, resulting in moderate growth of the Portuguese economy and the contraction of unemployment which contributed to the expansion of private consumption. Externally, exports maintained sustained growth throughout the year, and in terms of imports, 2016 recorded a slight expansion over the previous year, driven by wage growth.

Financiamento a Clientes



415

Milhões de Euros
(+23,2%)

O Banco registou, em 2016, um volume de financiamento a cliente final de 415 milhões de euros, que representa um crescimento de 23,2% face a 2015. Este resultado reflete o acréscimo de atividade na sequência do crescimento do consumo e do investimento, resultante da nova fase do ciclo económico e a expansão do perímetro de atividade resultante da plena integração da PSA.

In 2016, the Bank recorded a volume of €415 million, representing an increase of 23.2% compared to 2015. This result reflects the increased activity following the growth of consumption and investment, resulting from the new phase of the economic cycle and the expansion of the perimeter of activities resulting from the full integration of the PSA.

Financed Volumes



415

Millions of Euros
(+23,2%)

As vendas a retalho no mercado automóvel – das quais depende parte muito significativa da atividade comercial do Banco – cresceram 15,7% em relação ao ano anterior, refletindo a recuperação mais significativa da economia portuguesa, já anteriormente referida. Não obstante, é de salientar a manutenção da política de concessão de crédito rigorosa que permite equilibrar o perfil de risco e o retorno esperado das operações de crédito.

Retail sales in the automotive market – on which a significant part of the Bank's commercial activity depends – grew 15.7% compared to the previous year, reflecting the most significant recovery of the Portuguese economy, as previously mentioned. Nevertheless, it should be noted that a strict policy for granting credit has been maintained in order to balance out the risk profile and the expected returns from credit operations.

Para o crescimento registado em 2016, a incorporação da atividade da sucursal do Banque PSA Finance em Portugal, em 1 de Agosto de 2015, teve um impacto importante na medida em que este foi o primeiro exercício completo. Assistiu-se à consolidação da posição do Banco como a entidade de referência no mercado de financiamento automóvel português. Esta incorporação vem

For the growth registered in 2016 the incorporation of the activities of the Banque PSA Finance Branch in Portugal, on 01 August 2015 had a significant impact, to the extent that it was the first full financial year. We have witnessed the consolidation of the Bank's leading position as the reference entity in the Portuguese automotive financing market. This incorporation

relevar a capacidade do Banco neste segmento de mercado, com soluções inovadoras “end-to-end” por um lado, e por outro lado, diversificar e incorporar economias de escala que possibilitarão um crescimento sustentado nos próximos anos.

O Banco encerrou o ano com uma quota de mercado de 10,61%, valor que evoluiu favoravelmente de 9,67% registado no ano transato. Em termos do financiamento a viaturas novas, a quota de mercado registada em Dezembro de 2016 foi 25,39%, bastante acima do registado em 2015 (18,43%) em consequência do 1º ano completo de atividade do acordo PSA. Nas viaturas usadas, a quota de mercado fixou-se em 9,52%, neste caso muito abaixo do período homólogo (13,19%). Nos restantes segmentos de negócio (Crédito ao Consumo e Cartão de Crédito), a quota de mercado foi de 1,97%, registando um ligeiro decréscimo face a 2015 (2,28%).

O Banco mantém a estratégia de desenvolvimento da linha de financiamento ao consumo por constituir uma oportunidade de angariação de clientes e diversificação do negócio. No segmento de crédito ao consumo, face a 2015 assistimos a um decréscimo de 8% do volume, enquanto no segmento de financiamento com cartão de crédito o crescimento verificado foi de apenas 1,1%. No total, estes dois segmentos atingiram um volume de 32 milhões de euros, menos 3,7% do que ano transato.

Perante um enquadramento macro bastante menos difícil, o Banco manteve a estratégia de prevenção na admissão de risco e de reforço da capacidade de recuperação. Assim, foi possível manter os níveis de incumprimento em parâmetros bastante inferiores aos do mercado e com um contributo importante para a conta de resultados.

Para sustentar a margem financeira o Banco manteve a gestão rigorosa das suas fontes de financiamento. A operação de titularização de créditos Silk Finance N°4, concluída a 16 de Novembro de 2015, representou, no final de 2016, um montante de créditos elegíveis de

highlights the competencies of the Bank in this market segment, with innovative “end-to-end” solutions as well as diversifying and incorporating economies of scale which will enable sustainable growth over the next few years.

The Bank closed the year with a market share of 10.61%, a value which has developed favourably from the 9.67% recorded in the previous year. In terms of new car financing, the market share recorded in December 2016 25.39%, well above the value recorded in 2015 (18.43%) as a result of the 1st full year of the PSA agreement. For used cars, the market share stood at 9.52%, in this case, much lower than the previous year (13.19%). In other business segments (Consumer Credit and Credit Cards), the market share was 1.97%, registering a slight decrease over 2015 (2.28%).

The Bank maintains the strategy of developing the consumer financing line by providing an opportunity for client canvassing and business diversification. The consumer credit segment dropped by 8% in sales volume compared to 2015, while the credit card financing segment grew by 1.1%. In total, these two segments reached a volume of 32 million Euros, 3.7% less than the previous year.

Given a significantly less difficult macro-economic framework, the Bank maintained the strategy of preventing the admission of risk and strengthening the capacity for recovery. Therefore, it was possible to maintain default levels within parameters much lower than those seen in the market, along with a significant contribution to the Profit and Loss Account.

To sustain its financial margins, the Bank continued with its strict management of the sources of financing. The Silk Finance No. 4 securitisation transaction was concluded on 16 November 2015, which represented an eligible credit amount of 611 million Euros

Quota de Mercado



10,61%
(+9,67%)

Market Share



10,61%
(+9,67%)

611 milhões de euros, a que correspondeu uma emissão de obrigações titularizadas, na qual a tranche sénior (Classe A), no valor de 509,4 milhões de euros, conservou a qualificação de rating "A" pelas agências S&P e DBRS. As obrigações emitidas de Classe A, a 31 de Dezembro de 2016, foram utilizadas como colateral nas operações de intervenção de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu.

Na atividade de mediação de seguros o Banco reduziu o volume de comissões em 2016 para 7,7 milhões euros (-6,7% face a 2015). Ainda assim, este resultado valoriza a aposta nesta atividade complementar de mediação, centrada na angariação direta e na diversificação dos produtos em comercialização, onde se incluem o seguro proteção ao crédito, o seguro automóvel, os seguros de acidentes pessoais, o seguro "Finance GAP" (ramo de perdas pecuniárias diversas) e a extensão de garantia automóvel.

No que diz respeito aos processos de otimização operacional, o rácio de eficiência do Banco situou-se em 38,1%, melhorando os seus níveis em 3,5 pp num enquadramento de mercado mais favorável.

O exercício de 2016 encerrou com um resultado líquido consolidado de 26,4 milhões de euros, um crescimento acima de 43,2% face aos 18,4 milhões de euros alcançados no ano anterior.

Beneficiando do novo enquadramento económico, o Banco Santander Consumer Portugal manteve a aposta na captação de novo negócio em mercados complementares. Neste sentido, reforçou-se a aposta na linha de cartões de crédito, a orientação para o mercado de automóvel com a plena integração do universo PSA e o envolvimento crescente no financiamento de grandes frotas.

at the end of 2016, corresponding to the issuance of securitised bonds, of which the senior tranche Class A, amounting to 509.4 million euros, maintained the "A" rating from the S&P and DBRS agencies. The Class A bonds issued on 31 December 2016 were used as collateral in the liquidity-absorbing intervention operations in conjunction with the European Central Bank.

As part of its insurance mediation activity, the Bank decreased the volume of commissions to 7.7 million Euros in 2016 (-6.7% compared to 2015). Nonetheless, this result supports the mediation complementary activity focused on direct fundraising and diversification of product marketing, including insurance credit protection, auto insurance, personal accident insurance, "Finance Gap" insurance (a branch including miscellaneous financial losses), and the extension of automobile warranties.

With regard to processes of operational optimisation, the Bank's efficiency ratio stood at 38.1%, improving its levels by 3.5 pp in a more favourable market environment.

The 2016 financial year closed with a consolidated net profit of 26.4 million Euros, an increase of over 43.2% compared to the 18.4 million Euros from the previous year.

Benefiting from the new economic environment, Banco Santander Consumer Portugal kept the focus on new business uptake in complementary markets. In this sense, it reinforced the focus on the credit card line, guidance for the automobile market, with the full integration of the PSA and the increasing involvement of larger fleets financing.

Resultado Líquido

26,4

Milhões de euros
(+43,2%)

Net Income

26,4

Millions of Euros
(+43,2%)

1.2

Enquadramento Macroeconómico

Macroeconomic Framework

Enquadramento Internacional

Na maioria das economias desenvolvidas a atividade económica melhorou em 2016. A recuperação na Europa surgiu finalmente, também com menores tensões na área do Euro, onde a estabilidade financeira parece querer regressar, apesar do risco de fraco crescimento potencial permanecer em algumas das economias do Sul, em particular Portugal.

A Economia Mundial registará em 2016 um crescimento de 3,1%, ou seja um desempenho igual ao alcançado no ano anterior.

International Framework

In most developed economies, economic activity improved in 2016. The recovery in Europe finally begun, also with less tensions in the Euro Zone, where financial stability appears to want to return, despite the risk of potentially weak growth remaining in some Southern economies, in particular, Portugal.

In 2016, the World Economy will register a growth of 3.1%, i.e. a performance similar to that achieved in the previous year.

Developments in the World Economy

GDP	2015	2016
Economia mundial	3,1	3,1
EUA	2,1	2,6
Japão	1,6	1,1
Área do Euro	1,4	1,7
Alemanha	1,7	1,7
França	1,1	1,3
Itália	0,8	1,3
Espanha	3,4	3,1
Portugal	1,6	1,2
Reino Unido	2,1	2,0
China	6,9	6,7

Valores expressos em percentagem
Fonte: FMI (previsões 2016)

Amounts expressed in percentage
Source: FMI (2016 previsões)

A economia dos EUA deverá crescer 2,6% em 2016, um desempenho melhor do que o verificado em 2015. O crescimento da maior economia do planeta é sempre importante para a economia mundial. Para este desempenho contribuem razões externas (o melhor desempenho económico da Zona Euro) e internas, relacionadas com o processo de consolidação orçamental que ainda se mantém. A taxa de desemprego prosseguiu a sua trajetória descendente em 2016 e atingiu 4,7% (5% em 2015).

A manutenção desta tendência é um sinal importante para o futuro de médio prazo da economia mundial, ao qual se deve juntar a linha de rumo da nova Administração

The U.S. economy is expected to grow 2.6% in 2016, resulting in a better performance than in 2015. The growth of the biggest economy in the world is always important for the world economy. Both external (the best economic performance in the Euro Zone) and internal factors, related to the budgetary consolidation process that is still ongoing contributed to this performance. The unemployment rate continued to fall in 2016, by 4.7% (5% in 2015).

The maintenance of this trend is an important sign for the medium-term future of the world economy, which must be combined with the direction taken by the new American Administration that

Economia Mundial



3,1%
(+0,0%)

World Economy



3,1%
(+0,0%)

Desemprego



4,7%

Unemployment



4,7%

Americana que certamente não deixará de impactar neste e noutros indicadores económicos da máxima relevância.

A China deverá fechar 2016 com indicadores menos pujantes, mas, ainda assim, com sólido crescimento de 6,7%. Contudo, os riscos relativos à evolução do seu modelo económico permanecem, nomeadamente no que toca à sustentabilidade desse desenvolvimento a médio prazo. O PIB do Japão espera-se que cresça também em 2016 e atinga 1,1%, ou seja, um pior desempenho face a 2015 (1,6%). Este resultado é preocupante numa economia que é um dos motores da Economia Mundial.

A Europa também irá melhorar o seu crescimento económico, consequência, entre outros fatores, do relançar do investimento, da prossecução das reformas estruturais e da aplicação de políticas orçamentais progressivamente mais responsáveis, conforme constava da lista de prioridades da Comissão para 2016. O PIB da Zona Euro deverá crescer 1,7%, o que compara com favoravelmente com 1,4% alcançados em 2015. A economia Alemã crescerá também 1,7% e, portanto, é expectável um desempenho igual ao do ano passado.

A Espanha, indiferente à crise governativa e apesar de ainda manter a 2ª maior taxa de desemprego (20%) da UE, alcançará também a maior taxa de crescimento do PIB da Zona Euro, com 3,1% previstos para 2016 (compara 3,4% em 2015). As perspetivas são bem melhores para o futuro deste importante parceiro económico, como é disso prova o crescimento do emprego no setor privado da economia.

As economias europeias têm vindo a beneficiar da conjugação em simultâneo de inúmeros fatores favoráveis. Os preços do petróleo mantêm-se a níveis relativamente baixos, o crescimento mundial é estável, o euro continua a desvalorizar-se e prosseguem as políticas económicas de apoio na UE.

will certainly have an impact on these economic indicators and others of utmost importance.

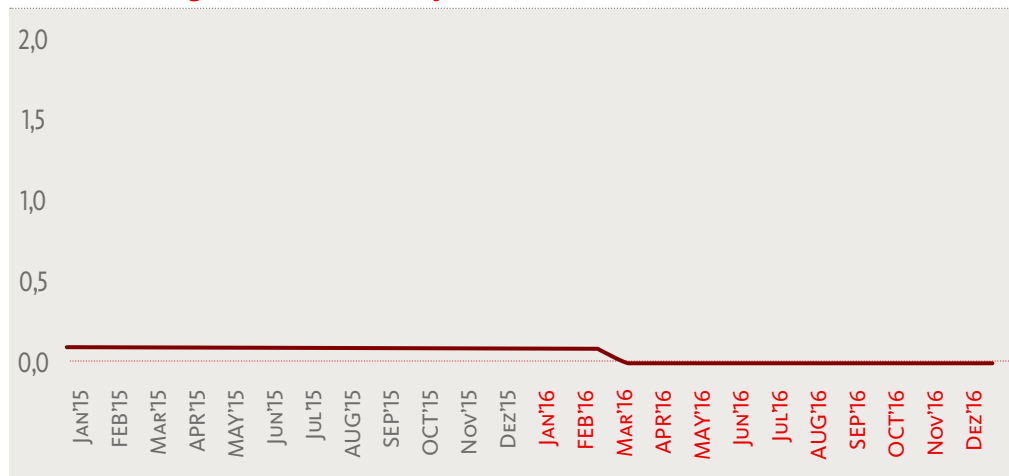
China is expected to close 2016 with less favourable indicators, but, nonetheless, with a solid growth of 6.7%. However, the risks related to the evolution of its economic model remain, regarding the medium-term sustainability of this development. The GDP of Japan is expected to grow 1.1% in 2016, i.e., a poorer performance than that of 2015 (1.6%). This result is a cause for concern for an economy that is one of the main engines of the world economy.

Europe will also improve its economic growth, as a result, among other factors, of relaunching investment, ongoing structural reforms and the implementation of budgetary policies increasingly more responsible, as appears on the Commission's priorities list for 2016. The Euro Zone GDP is expected to grow by 1.7%, compared favourably with 1.4% achieved in 2015. The German economy will also grow by 3.1%, a performance similar to that achieved the previous year is expected.

In spite of Spain maintaining the second highest unemployment rate (20%) of the EU and indifferent to the government crisis, it will achieve the highest GDP growth rate of the Euro Zone, expected to grow by 3.1% in 2016 (compared with 3.4% in 2015). The prospects are much better for the future of this important economic partner; employment growth in the private sector of economy is proof of that.

The European economies have come to benefit from the combination of numerous favourable factors simultaneously. Oil prices remain at relatively low levels, world growth is stable, the euro continues to devalue and EU supporting economic policies continue.

Main Refinancing Interest Rate – Eurosystem



Valores expressos em percentagem
Fonte: Banco Central Europeu (BCE)

Amounts expressed in percentage
Source: Central European Bank (BCE)

Na vertente monetária, as medidas de flexibilização quantitativa adotadas pelo Banco Central Europeu têm tido um impacto significativo nos mercados, tendo contribuído para a descida das taxas de juro e a criação de expectativas quanto à melhoria das condições de concessão de crédito. Dada a neutralidade geral da orientação orçamental da UE no seu conjunto - nem restritiva, nem expansionista - a política orçamental apoia igualmente o crescimento. A prossecução das reformas estruturais e o Plano de Investimento para a Europa deverão igualmente surtir efeito ao longo do tempo.

Em 2016, o BCE manteve a taxa de juro de referência da Zona Euro estável em 0,0% praticamente desde o início do ano. Este nível da REFI ajudou a recuperar os níveis de inflação que chegaram a representar novos mínimos históricos. Ao reduzir a taxa de juro e aumentar a cedência de liquidez ao sistema financeiro, o BCE conduziu uma política monetária expansionista, para aumentar o financiamento e reativar o investimento na Zona Euro.

As to monetary issues, the quantitative easing measures adopted by the European Central Bank have had a significant impact on the markets, having contributed to the decrease of interest rates and to the creation of expectations regarding the improvement of credit conditions. Given the neutrality of the EU budgetary stance as a whole - neither restrictive nor expansionary - budgetary policy also supports growth. The ongoing structural reforms and the investment Plan for Europe should prove effective over time.

In 2016, the ECB maintained the Euro Zone's reference interest rate steady at 0.0%, practically since the beginning of the year. This REFI level helped to recover the levels of inflation that reached new historic lows. By reducing the interest rate and increasing the provision of liquidity into the financial system the ECB conducted an expansionary monetary policy, to increase funding and re-investment in the Euro Zone.

“As economias europeias têm vindo a beneficiar da conjugação em simultâneo de inúmeros fatores favoráveis. Os preços do petróleo mantêm-se a níveis relativamente baixos, o crescimento mundial é estável, o euro continua a desvalorizar-se e prosseguem as políticas económicas de apoio na UE.

“The European economies have benefited from the simultaneous combination of many favorable factors. Oil prices remain at relatively low levels, world growth is stable, the euro continues to depreciate and support economic policies in the EU continue.

PIB Portugal

+1,2%

Portuguese PIB

+1,2%

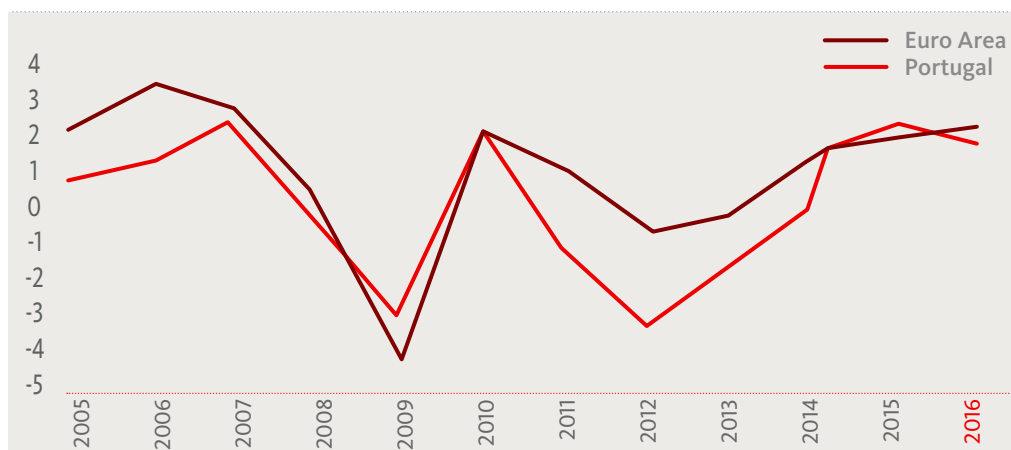
A Economia Portuguesa

De acordo com o Boletim Económico de dezembro do Banco de Portugal, o PIB espera-se que cresça 1,2% em 2016, um crescimento mais moderado face a 2015 (1,6%) e após os três anos da recessão económica. O detalhe do PIB mostra os fatores que contribuíram positivamente e evidencia também as principais razões para um menor crescimento em Portugal face ao ano anterior.

The Portuguese Economy

According to the December Economic Bulletin of the Bank of Portugal, the GDP is expected to grow by 1.2% in 2016, a more moderate growth compared to 2015 (1.6%) and after three consecutive years of economic recession. The GDP details show the factors that made a positive contribution and the main reasons for lower growth in Portugal compared with the previous year.

GDP



Valores expressos em percentagem
Fonte: Eurostat

Amounts expressed in percentage
Source: Eurostat

O menor crescimento previsto para as exportações (apenas 3,7%), a par do crescimento da despesa pública (1,0%), contribuíram para um desempenho da economia que, no seu todo, acabará por ser inferior a 2015 (1,6%) mas, ainda assim, superior ao que chegou a prever-se ao longo do ano.

No entanto, a Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja o investimento, registará, de acordo com o BE de dezembro do BdP, uma contração de 1,7% invertendo a tendência de expansão que vinha de 2014, no que se espera que não seja uma inversão definitiva dessa tendência da economia portuguesa. Sem investimento dificilmente existe crescimento económico saudável e sustentável e, sem ele, é impossível manter a tendência de redução do desemprego e alcançar a desejada sustentabilidade da dívida pública.

The lower growth forecast for exports (only 3.7%), together with public spending growth (1.0%), contributed to the performance of the economy which turned out to be lower compared with 2015 (1.6%), but, nonetheless, higher than expected throughout the year.

However, according to the December Economic Bulletin of the Bank of Portugal, the investment will register a 1.7% contraction, thereby reversing the trend of expansion seen in 2014, in what is expected to be a definitive reversal of this trend of the Portuguese economy. Without investment, there is no healthy and sustainable economic growth and without it, it is impossible to continue to reduce unemployment and achieve the sustainability desired of public debt.

Conforme já referido, apesar do menor crescimento previsto para as exportações, importa relevar que esse comportamento positivo continuou a resultar do novo direcionamento da oferta de bens transacionáveis para o mercado externo, a par da maior diversificação geográfica, traduzida também no aumento do peso em mercados fora da UE.

As previously referred, despite the lower growth forecast for exports, it should be noted that the positive performance of exports continues to be the result of the new focus of the supply of tradable goods to foreign markets, along with greater geographic diversification, which also results in greater clout in markets outside of the EU.

Main economic indicators

	2014	2015	2016*
GDP	0,9	1,6	1,2
Private Consumption	2,3	2,6	2,1
Public Consumption	-0,5	0,8	1,0
Investment	5,1	4,6	-1,7
Exports	4,3	6,1	3,7
Imports	7,8	8,2	3,5
Domestic Demand	2,2	2,6	1,2
External Demand	-1,4	-1,0	0,1
Contribution to GDP growth (p.p.)			
Domestic Demand	0,3	1,1	0,4
Net Exports	0,6	0,5	0,8
Inflation	-0,2	0,5	0,6
Unemployment Rate (% of active population)	13,9	12,4	11,0
Long-term Unemployment (% of total employment)	65,9	36,4	N.D
Budget Balance (% of GDP)	-4,5	-3,8	-2,3
Public Debt (% of GDP)	130,2	128,9	133,1

Fontes: INE e Banco de Portugal
(*) Estimativas Boletim Económico Dezembro BdP

Sources: INE and Portugal Bank (BdP)
(*) Estimate December Economical Bulletin BdP

Desemprego



11%

Unemployment

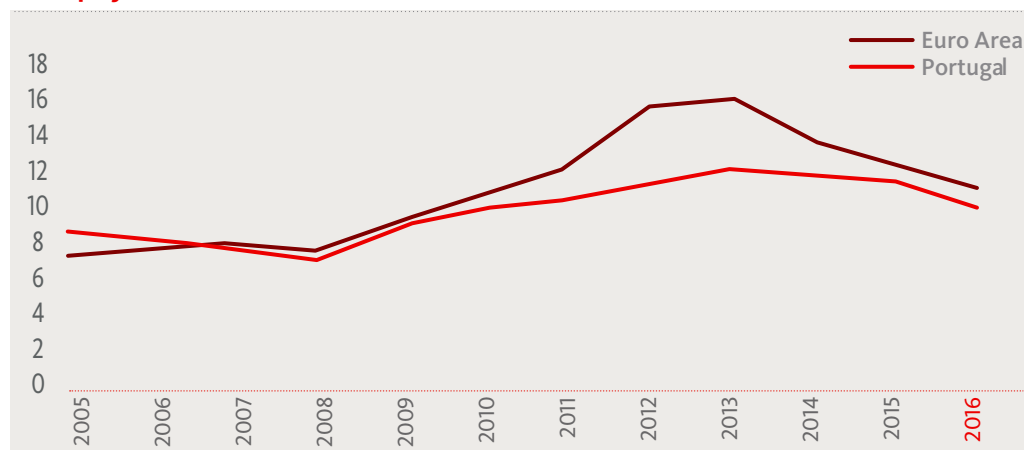


11%

Os dados sobre o emprego em Portugal demonstram que se mantém a tendência de redução da taxa de desemprego que atingirá 11% em 2016, um valor já muito inferior ao máximo registado em 2013 (17,5%). Apesar disso, são cerca de 550 mil os portugueses sem trabalho e, neste quadro, o desemprego jovem continua também a baixar (28,6%).

The data on Portuguese employment shows that the unemployment rate maintains the downward trend and will reach 11% in 2016, a much lower value than the peak reached in 2013 (17.5%). Despite this, there are still about 550 thousand Portuguese without work and, in this context, youth unemployment also continues to decrease (28.6%).

Unemployment Rate



Valores expressos em percentagem

Fonte: INE e Banco de Portugal

(*) Estimativas Boletim Económico Dezembro BdP

Amounts expressed in percentage

Source: INE e Banco de Portugal

(*) Estimate December Economical Bulletin BdP

De acordo com os dados disponíveis, os custos unitários do trabalho poderão ter evoluído negativamente em 2016, sendo que o seu crescimento, acima do da produtividade, pode ter prejudicado a competitividade das exportações dos bens transacionáveis.

According to the data available, unit labour costs showed negative developments in 2016, and its growth, above productivity, may have impaired productivity and competitiveness of exports of non-tradable goods.

As famílias portuguesas continuaram a disciplinar as suas despesas mantendo a poupança, apesar do aumento do rendimento disponível, resultante do aumento dos salários, da supressão de cortes e da redução da carga fiscal. Digamos que o alívio do ajustamento, que foi significativo para particulares e empresas, não teve o indesejável impacto sobre a expansão do consumo que se temia pudesse acontecer. Algo os agentes económicos aprenderam nos anos da crise.

Portuguese families have continued to control their expenses to maintain savings, despite the increase in disposable income, resulting from increase of wages, and suppression of cuts and tax burden reduction. Let's say that the ease of adjustment, which was significant for private individuals and businesses, did not have the undesirable impact on the expansion of consumption as was feared. One of the things that economic agents learnt with the crisis.

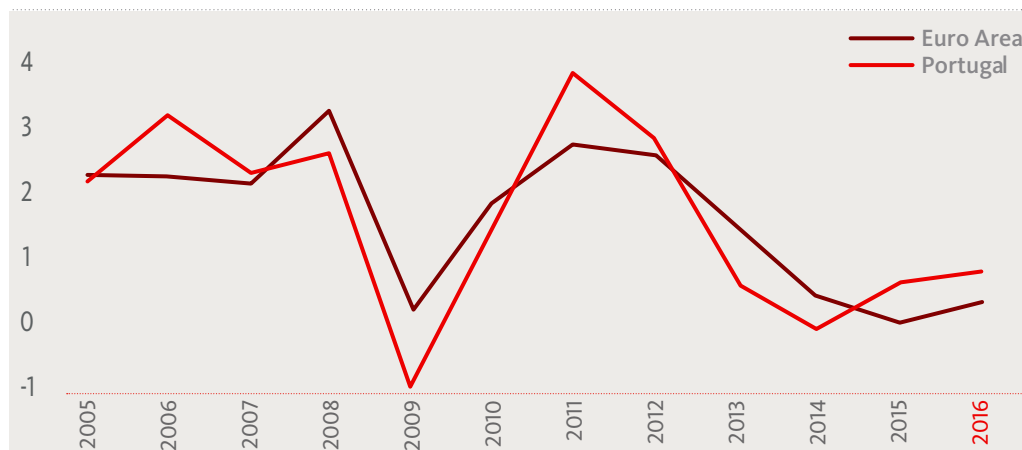
A taxa de inflação em Portugal será positiva situando-se próximo de 0,6%. O indicador que mede a evolução dos preços mostrou-

The inflation rate in Portugal will show positive figures, standing at around 0.6%. The indicator measuring the price development was slightly

se já pouco condicionado pelo ajustamento, tendência que é boa para a evolução do consumo e do investimento. Contudo, o cenário de evolução da inflação continuará a condicionar a Economia Portuguesa e Europeia, nomeadamente pelas suas implicações na política monetária do Banco Central Europeu.

affected by the adjustment, a trend which is good for the developments in consumption and investment. However, the scenario in relation to inflation developments will continue to influence the Portuguese and European community, in particular due to its implications in the monetary policy of the European Central Bank.

Inflation



Valores expressos em percentagem
Fonte: Eurostat

Amounts expressed in percentage
Source: Eurostat

A meta do défice orçamental em 2016 foi superada, com recurso a receitas (não recorrentes) que resultaram de iniciativas governamentais no final do ano. Ou seja, a meta orçamental foi alcançada, pela primeira vez note-se, graças ao desempenho da receita fiscal extraordinária e ao adiamento de despesa pública. Em resultado o défice orçamental (ótica contas nacionais) em 2016, poderá atingir 2,3% do PIB o que retira Portugal do procedimento de deficit excessivo da UE.

The target for the budget deficit in 2016 was exceeded, with revenue (non-recurrent) that resulted from government initiatives at the end of the year. In other words, the budgetary target was reached, for the first time, thanks to the performance of the extraordinary tax revenue and the postponement of public spending. As a result, the budget deficit (in terms of national accounts) in 2016 may reach 2.3% of the GDP, which withdraws Portugal from the EU excessive deficit procedure.

Contudo, no que diz respeito à dívida pública, a evolução foi bastante negativa, acentuando um dos principais problemas da economia portuguesa. Assim, ela terá crescido para cerca de 133% do PIB e, portanto, para níveis bastante superiores aos 129% observados em 2015.

However, with regard to public debt, the negative development has been significant, highlighted as one of the main problems faced by the Portuguese economy. As such, will have grown to around 133% of GDP and, therefore, to levels well above the 129% observed in 2015.

Taxa de Inflação



0,6%

Inflation Rate



0,6%

O sistema financeiro continuou em 2016 o seu processo de regeneração e as condições de financiamento continuaram a melhorar, embora mantendo-se o recurso (e até o reforço) ao financiamento junto do Euro-sistema no âmbito do programa TLTROs. No entanto, o sistema bancário enfrenta desafios extraordinários, nomeadamente os relacionados com a limpeza dos seus balanços, o emagrecimento das suas estruturas e correção de desequilíbrios diversos, capazes de permitir o financiamento da atividade produtiva, a expansão do crédito concedido, às famílias e às empresas, permitindo que a banca volte a ser o sector dinâmico que já foi no passado.

A Economia Portuguesa deverá manter a rota de ajustamento dos seus desequilíbrios estruturais, o que inclui a manutenção da consolidação orçamental, face aos níveis muito elevados de endividamento dos diferentes setores da economia. Este ajustamento continuará a implicar um risco adicional de crédito e de mercado, previsivelmente com maior pressão sobre os rácios de capital dos bancos e sobre as condições de acesso ao financiamento deste sector.

The financial system continued its regeneration process and financing conditions continued to improve in 2016, though still with recourse to Eurosystem funding, particularly under the TLTRO program. However, the banking system faces enormous challenges, including those related to the cleaning of balance sheets, slimming its structures and correction of various imbalances, capable of allowing funding of productive activities, expansion of loans granted to families and businesses, enabling the bank to become a dynamic sector as it was in the past.

The Portuguese Economy must remain on a path of readjustment of its structural imbalances, including the maintenance of the budgetary consolidation given the still very high levels of debt in the different sectors of the economy. This adjustment will continue to involve additional credit and market risk, predictably with greater pressure on the capital ratios of the banks and on conditions to financing in this sector.

1.3

O Modelo de Negócio

The Business Model

O negócio do Banco Santander Consumer Portugal consiste no financiamento ao consumo através de produtos de crédito colocados à disposição de parceiros nos mercados automóvel e de grande consumo. O Banco está presente no mercado de financiamento de viaturas novas, viaturas usadas e financiamento ao grande consumo (não auto). No negócio de financiamento automóvel disponibiliza produtos de Crédito e Leasing / ALD, com taxas indexadas ou fixas. No segmento de grande consumo dispõe de produtos de crédito clássico e cartão de crédito, disponibilizando modalidades com e sem juros.

O Banco, o Parceiro e o Cliente. Essencialmente, o nosso modelo de negócio assenta na disponibilização de soluções financeiras pelo parceiro ao cliente final. Facilitamos o acesso ao crédito no processo de venda de viaturas novas ou usadas ao cliente final, em grandes grupos empresariais dedicados ao negócio automóvel ou concessionários independentes. O mesmo se passa em relação às parcerias de bens de grande consumo.

É de relevar que, relativamente aos valores de financiamento especializado comunicado à ASFAC, o financiamento global, em 2016, situou-se nos 4.431 M€, um aumento significativo comparado com 2015, +26%. Este aumento de volume situou-se, principalmente, no negócio automóvel com +17% em auto novos e +51% em auto usados.

Para o Banco, o segmento de financiamento automóvel continuou a ser em 2016 o segmento dominante, representando 91% do volume de nova produção.

A personalização de soluções aderentes às necessidades específicas de cada um dos parceiros sempre constituiu e continua a constituir uma vantagem competitiva muito importante face à concorrência. O ano foi marcado pela renovação dos acordos com todos os grandes grupos parceiros, reflexo do rigor e consistência de práticas e políticas do Banco.

The business of Banco Santander Consumer Portugal entails consumer finance through credit products made available to partners in the automotive and consumer markets. The Bank is involved with the financing of new and used vehicles, as well as the financing of consumer goods (non-automotive). As part of its automotive financing business, it offers Credit products and Leasing / Long-Term Rentals with indexed or fixed rates. In the consumer product segment, it has classic credit products and credit cards, and offers procedures with and without interest.

The Bank, the Partner and the Client. Essentially our business model is based on providing financial solutions by partners to end clients. We facilitate access to credit in the process of selling new or used vehicles to end clients through large business groups dedicated to the automotive industry or independent dealers. The same is true for partnerships involving fast moving consumer goods.

It is worth mentioning that with regard to the specialised financing values communicated to the ASFAC, global funding in 2016 stood at €4,431,000,000, a significant increase compared with 2015, +26%. This increase in volume was found predominantly in the automotive business, with a +17% change for new vehicles and +51% for used vehicles.

For the Bank, the auto finance segment continued to be the dominant segment in 2016, representing 91% of the new production volume.

Customising solutions adhering to the specific needs of each partner has always been and remains a very important competitive advantage over the competition. The year was marked by the renewal of agreements with all major partner groups, reflecting the rigour and consistency of the Bank's practices and policies.

“
O Banco, o Parceiro
e o Cliente.
Essencialmente, o
nosso modelo de
negócio assenta
na disponibilização
de soluções
financeiras pelo
parceiro ao cliente
final.”

“
The Bank, the Partner
and the client.
Essentially, our business
model is based on the
availability of financial
solutions by the partner
to the end client.”

Hoje o Banco representa 9 marcas no segmento do financiamento Automóvel abrangendo toda a gama de produtos, dirigindo-se a targets distintos desde o importador/distribuidor, à concessão e por fim ao cliente final.

O mercado de venda de viaturas novas no ano de 2016 registou um aumento de 16% face ao ano de 2015, fechando o ano com 242.219 viaturas vendidas.

No segmento de viaturas usadas, onde as estatísticas das transações reais a cliente final são muito débeis ou inexistentes, constatou-se que no mercado de financiamento de viaturas desta natureza se observou um crescimento, em euros, de 51% que contrasta com o crescimento de 17% do mercado de financiamento de viaturas novas.

Today the Bank represents 9 brands in the Automobile Financing segment covering the entire range of products, addressing different targets from the importer/distributor to the dealer and finally the end client.

In 2016, new car market increased by 16% compared to 2015, ending the year with 242,219 vehicles sold.

In the used car market, where the statistics of real transactions with end clients are quite weak or non-existent, it was found that the financing market for cars of this type saw a 51% growth (in Euros), in contrast to the 17% growth seen in the financing market for new vehicles.

1.4

Mercados Automóvel e de Financiamento

Automotive and Financing Markets

Consolidação do crescimento verificado já em 2015. O ano de 2016 representou um aumento de cerca de 16% face a 2015 com um registo final de 242.219 unidades vendidas.

A evolução favorável verificada em 2016 assume ainda maior importância se atendermos ao facto que já em 2015 se tinha registado um crescimento de 24% face a 2014. O aumento das vendas verificado em 2016, entre outros fatores, deve-se em larga escala a:

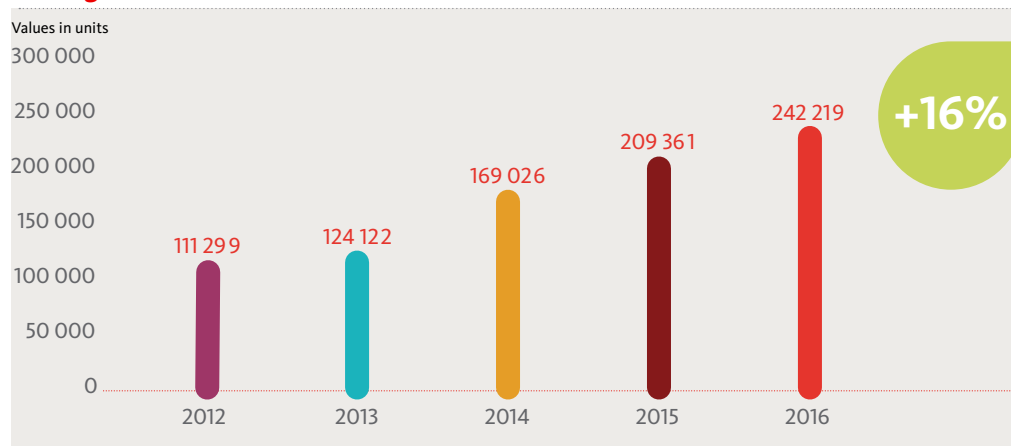
- Consolidação do nível de confiança do consumidor, intrinsecamente ligado à contenção da taxa de desemprego e perspetivas de futuro;
- Reversão parcial das medidas de austeridade impostas pelo programa de assistência económica e financeira;
- Dinamismo da rede empresarial portuguesa com especial destaque para as PME's;
- Políticas comerciais (campanhas contínuas) de desconto por "todas" as principais marcas de automóveis.

The growth consolidation seen in 2015. The year 2016 represented an increase of about 16% compared to 2015, ultimately registering a total of 242,219 units sold. The favourable developments in 2016 are even more significant if we take into account the fact that in 2015 there had already been an increase of 24% compared to 2014.

The increase in sales experienced in 2016, among other factors, was due in large part to:

- Consolidation of the consumer confidence level, which is intrinsically linked to the containment of unemployment and prospects for the future;
- Partial reversal of the austerity measures imposed by the economic and financial assistance program;
- Dynamism of the Portuguese business network with particular emphasis on SMEs;
- Discount trade policies (ongoing campaigns) by "all" of the leading automotive brands.

Total light vehicles



Vendas totais
de veículos ligeiros



242.219

Total Vehicles Sales



242.219

Total ligeiros
de passageiros



207.345

Passenger Cars
Total sales



207.345

total veículos comerciais



38.874

Total comercial Vehicles

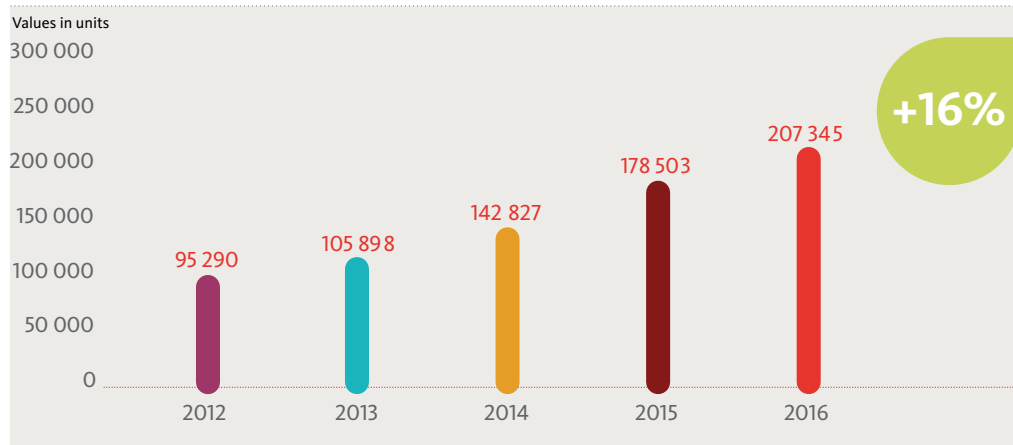


38.874

Por segmento, verificaram-se os seguintes comportamentos:

Ligeiros Passageiros: O segmento de Ligeiros de Passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um aumento de 16,16% com 207.345 unidades vendidas em 2016 (compara com 178.503 unidades vendidas em 2015).

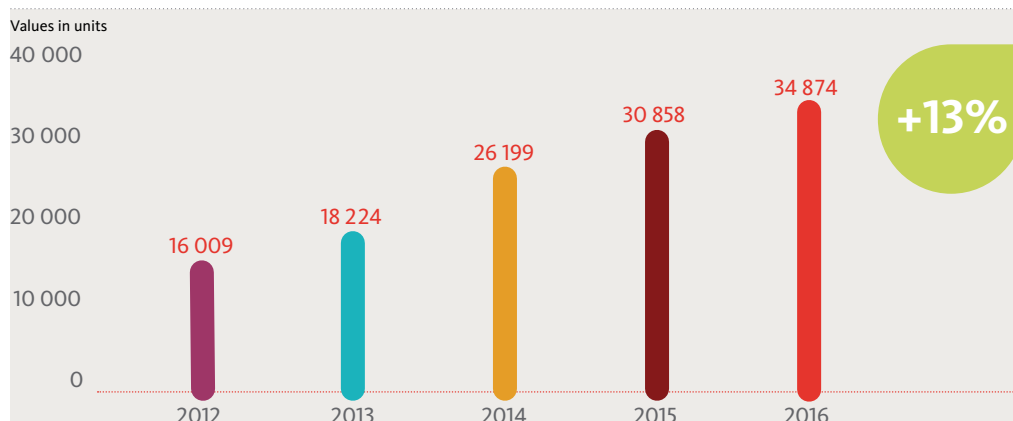
Passenger Cars



Comerciais Ligeiros: O aumento verificado neste segmento foi de 13,01%.

A maior recuperação neste segmento deve-se em muito à renovação de frotas que ocorreu em 2016 bem como à expansão do número de PME's que se verificou.

Commercial Vehicles



The segments were as follows:

Passenger Cars: The Passenger Cars segment, which includes the all-terrain vehicles, increased by 16.16% with 207,345 units sold in 2016 (compared with 178,503 units sold in 2015).

Commercial Vehicles: The verified increase in this segment was 13.01%.

The greatest recovery in this segment is mainly due to the fleet renewal that occurred in 2016 as well as to the expansion of the number of SMES's.

Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

O comportamento do mercado de financiamento de automóveis não só acompanha o crescimento das vendas como o supera. Quando comparado com o ano de 2015, o valor financiado em negócio automóvel teve um incremento de 34%.

Tudo o que já foi referido nos pontos anteriores mantém-se válido também para este mercado, ou seja, inversão da tendência de quebra, aumento da confiança e vendas acompanhadas por forte esforço ao nível do preço e produtos de ciclo de troca.

Em termos de capital financiado, o banco apresentou um volume de 369 Milhões de Euros, com uma variação positiva de 26% face ao registado em 2015.

Relativamente ao número de contratos realizados verificou-se um aumento de 20.500 em 2015 para 25.323 em 2016, traduzindo-se num aumento de 24%.

Motor Vehicle Financing

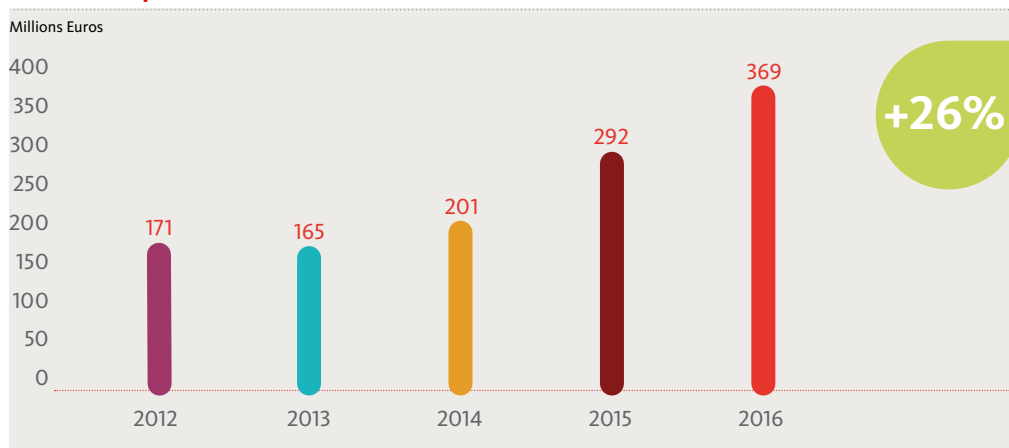
The behaviour of the motor vehicle financing market not only accompanies the growth of sales, but also exceeds it. When compared with 2015, the financed amount for the motor vehicle sector increased by 34%.

Everything that was mentioned in the previous paragraphs is also valid for this market, i.e., reversal of downward trend, increased confidence and sales accompanied by strong efforts in regard to the price and to the trade cycle.

In terms of financed amounts, the bank's turnover was 369 million Euros, with a positive variation of 26% against the value recorded in 2015.

With regard to the number of contracts concluded, there was an increase of 20,500 in 2015 compared to 25,323 in 2016, resulting in an increase of 24%.

Financed Capital



Capital Financiado



369
Milhões de Euros

Financed Capital



369
Millions Euros

1.5

Negócio e Mercado de Crédito ao Consumo

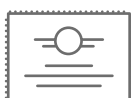
Consumer Credit Business And Market

Total Creditos Contratados



13.229

Total Credit Contrats



13.229

As principais orientações do Banco neste mercado focaram-se na consolidação das parcerias existentes e na prospeção e angariação de novas parcerias, diversificando esta área de negócio para segmentos do valor médio de financiamento superior à média do mercado, dentro de mercados previamente identificados como de menor exposição de risco e de maior rentabilidade para o Banco.

Durante 2016 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfolio de opções diversificado:

Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):

- Crédito Tradicional com Juros;
- Crédito Tradicional sem Juros;
- Crédito Misto (com e sem Juros);
- Seguros de proteção ao crédito.

A atividade desenvolvida nesta área de negócio proporcionou uma realização de 21,2 Milhões de Euros em 2016 a que corresponderam 13.229 contratos.

The Banks main strategies in this market have focused on consolidating existing partnerships, as well as prospecting and attracting new partners, diversifying this business area to segments with an average financing value greater than the market average, within markets previously identified as having lower risk exposure and greater profitability for the Bank.

During 2016, the consumer credit business maintained its product structure with regard to the distribution of financial products to end clients by maintaining a diverse portfolio of options:

Financing clients (users of the purchased goods):

- Traditional Credit with Interest;
- Traditional Credit without Interest;
- Mixed Credit (with and without Interest);
- Credit Protection Insurance

The activity performed in this business area provided for the realisation of 21.2 million Euros in 2016, corresponding to some 13,229 contracts.

1.6

Negócio e Mercado de Cartões de Crédito

Credit Card Business and Market

Em 2016, o Santander Consumer deu continuidade à aposta estratégica na atividade de Cartões de Crédito, nomeadamente através da migração do negócio de Consumo para Cartão. De acordo com as necessidades identificadas, procedeu-se à redefinição do produto e respetivas práticas de angariação e captação de clientes. As plataformas de sustentação do negócio foram igualmente adaptadas, com vista a suportar funcionalidades inovadoras.

Segundo informação divulgada pela ASFAC, o volume global de produção do mercado de Cartões de Crédito foi de 1.615 Milhões de euros em 2016, o que se traduziu num crescimento de 17,72% face a 2015.

A produção global do Santander Consumer neste segmento de negócio situou-se nos 15.756 milhares de euros em 2016.

In 2016, Santander Consumer continued its strategic investment in Credit Card activities, namely through the migration of the Consumer Business to Credit Cards. Based on the identified needs, the products and practices for attracting new clients have been redefined. Business support platforms have also been adapted in order to support innovative features.

According to information disclosed by the ASFAC the overall production volume of the Credit Card market was €1,615,000,000 in 2016, which equates to a growth of 17.72% compared to 2015.

Santander Consumer's overall production in this business segment stood at €15,756,000 in 2016.

Produção Global



15.756
Milhares de Euros

Global Production



15.756
Thousands Euros

1.7

Evolução das demonstrações financeiras

Financial Statements

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as normas IAS/IFRS, enquanto as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as NIC, conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Introdução

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encerrou o exercício de 2016 com um resultado líquido consolidado de 24,5 milhões de euros, representando um acréscimo de 32,7% em relação aos 18,4 milhões de euros registados no ano anterior.

O resultado consolidado antes de impostos cifrou-se em 37,5 milhões de euros, aumentando o seu valor em 30,8% quando comparado com o valor registado em 2015 de 28,7 milhões de euros.

O exercício de 2016 foi marcado por um crescimento da atividade impulsionada, por um lado, pelo desempenho positivo nos mercados onde o Banco atua (mercado de financiamento automóvel, financiamento ao consumo e cartão de crédito, e por outro e de forma marcante, pela incorporação da atividade da sucursal do Banque BPF (PSA) no balanço no 2º semestre do ano de 2015 (em 2015 foram incorporados apenas 5 meses de atividade).

Under the provisions of (CE) Regulation No. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council, of 19 July 2002, as transposed into Portuguese law by Legal Decree 35/2005 of 17 February, and of Notice No. 1/2005 of 21 February from the Bank of Portugal, financial institutions have to prepare their consolidated accounts in accordance with International Accounting Standards (IAS/IFRS) for fiscal years beginning from 01 January 2005.

Consequently, the consolidated accounts of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. represented herein were prepared in accordance with IAS/IFRS standards, while its statutory Financial Statements have been prepared in accordance with the NCA, as established by the Bank of Portugal.

Introduction

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. closed the 2016 fiscal year with a consolidated net profit of 24.5 million Euros, representing an increase of 32.7% compared to 18.4 million Euros the previous year.

The pre-tax consolidated profits amounted to 37.5 million Euros, increasing its value by 30.8% when compared to the value of 28.7 million Euros recorded in 2015.

The year 2016 was marked by an increase in activity driven, on the one hand, by positive performance of the markets where the Bank operates (automotive financing market, consumer financing, and credit cards), and on the other hand - and markedly so, by the incorporation of the activities of the Banque BPF (PSA) Branch in the Balance Sheet for the second half of 2015 (in 2015 only 5 months of activity were incorporated).

Balanço Consolidado

O valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, no final de 2016, líquido de provisões, ascendia a 1 335 milhões de euros, o que significou um aumento de 9,8% face ao registado no valor final do ano anterior. Este acréscimo no valor de balanço está diretamente relacionado com o aumento nos volumes de financiamento.

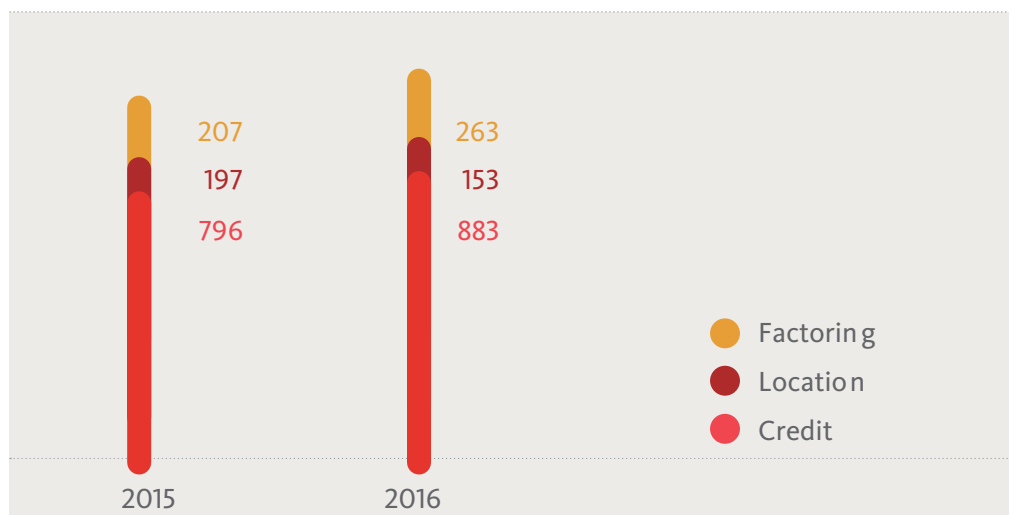
Na estrutura de composição do crédito concedido, a componente de financiamento a cliente final representa o core business do Banco Santander Consumer Portugal. No que se refere ao financiamento de stock a concessionários automóveis, o saldo da componente de Factoring totalizou 263 milhões de euros em 2016.

Consolidated Balance Sheet

The value of the consolidated credit awarded to clients in late 2016, net of provisions, amounted to €1,335,000,000 - an increase of 9.8% compared to the value recorded in the previous year. This increase in value is directly related to the increase in financing volumes.

In the context of loans granted, the component of financing to end clients represents the Core Business of Banco Santander Consumer Portugal. With regard to stock financing to auto dealers, the balance of the Factoring component totalled 263 million Euros in 2016.

Loans and Receivables Balance Breakdown



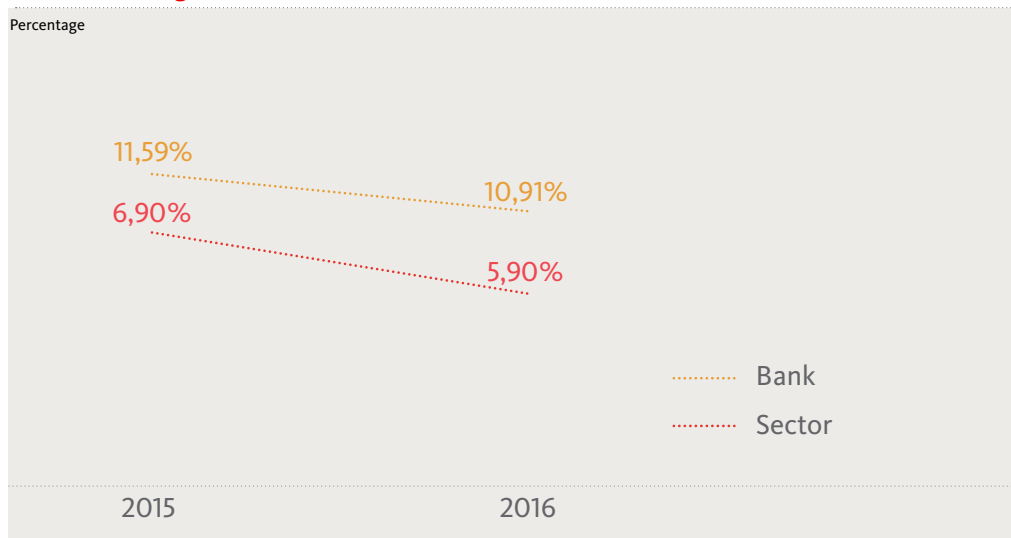
O crédito com incumprimento, nos termos da Circular 02/14 do Banco de Portugal, representou 5,6% do crédito total concedido, o que significou uma redução face ao valor do rácio de 1,3% registado em 2015. Esta evolução da sinistralidade do crédito reflete essencialmente uma alteração da política de passagem a Incobrável, que sem esse efeito o rácio de crédito com incumprimento situar-se-ia em 6,4%.

Loans in default, according to Circular 02/14 of the Bank of Portugal, represented 5.6% of the total credit awarded and a reduction of 1.3% compared to the value of the ratio recorded in 2015. This evolution of credit loss essentially reflects a change in the policy concerning the transition to uncollectable debt, and without this the ratio of loans in default would stand at 6.4%.

Num enquadramento adverso da conjuntura económica, o Banco conseguiu melhorar a qualidade de crédito, e quando comparado com o restante sector bancário de crédito ao consumo, apesar de reduzir os rácios de incumprimento, estes permanecem ainda elevados. O desempenho consistente do crédito em incumprimento registado no ano de 2016 é fruto da abordagem tática do Banco, implementada na segunda metade do ano de 2009, para os processos de admissão e formalização de forma a conter o acréscimo na sinistralidade do crédito, antevendo uma deterioração nas capacidades de cumprimento e ajustando o perfil de risco das solicitações de crédito às perspectivas, do prazo, da conjuntura económica e solvabilidade dos clientes. Adicionalmente, as melhorias operativas implantadas nos processos de recuperação de crédito, nomeadamente com incorporação das metodologias do modelo corporativo do Grupo Santander nesta área, possibilitou melhorarem a sua eficácia e o seu contributo para a conta de exploração do ano de 2016 face ao cenário atual.

In the adverse environment of the current economic situation, the Bank has been able to improve the quality of credit, and when compared to the rest of the consumer credit banking sector, despite reducing the non-performing loan ratios, still remains high. The consistent performance of loans in default registered in 2016 is the result of a tactful approach by the Bank, implemented during the second half of 2009 for admission and formalisation processes in order to contain the increase in credit loss, anticipating a deterioration in performance capabilities and adjusting the risk profile of credit requests to the prospects of the period, the economic situation, and creditworthiness of clients. Additionally, the operational improvements implemented in the credit recovery processes, namely with the incorporation of the methodologies of the Santander Group's corporate model in this area, made it possible to improve their effectiveness and their contribution to the operating account for the year 2016 compared to the current scenario.

Non Performing Loans



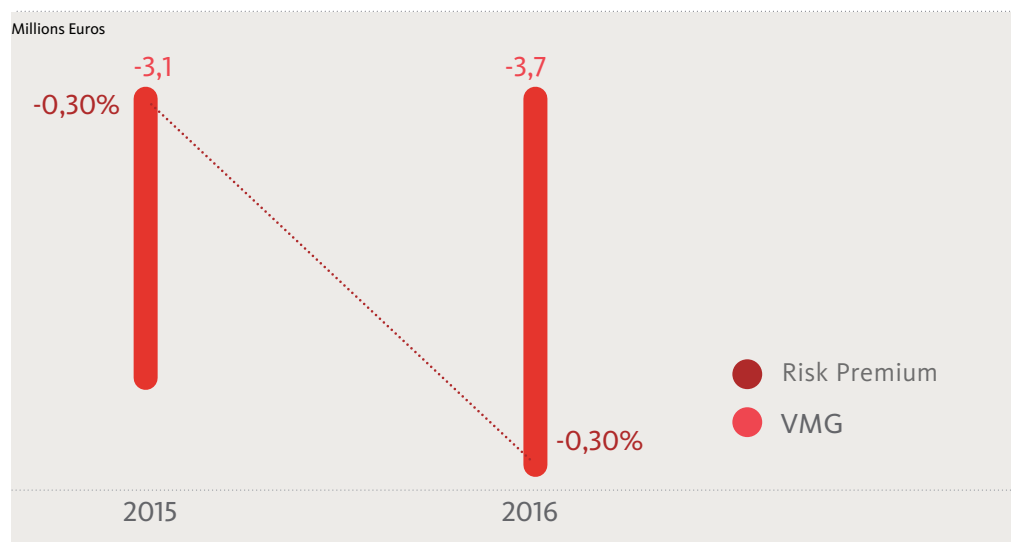
O montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 122,0% do valor dos créditos em mora, valor que se situou abaixo do registado em 2015 de 128,4%, um resultado confortável considerando o contexto particularmente adverso que caracterizou o exercício, sublinhando a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito.

Constata-se que, desde o início da atual crise financeira, a estratégia seguida pelo Banco dá ênfase à minimização da exposição ao risco de crédito, pelo que tem vindo continuamente a adotar critérios cada vez mais exigentes ao nível da concessão de crédito evitando igualmente concentrações excessivas a uma determinada contraparte ou a contrapartes relacionadas. Este caminho tem-se revelado bastante acertado, na medida em que o crédito com incumprimento apresenta uma evolução bastante mais favorável que a tendência do sector.

The amount of accumulated credit impairment on the balance sheet showed a 122.0% coverage of the value of credit in arrears, a value which stood below that recorded in 2015 (128.4%), a comfortable result considering the particularly adverse context that characterised the year which underlines a scrupulous and conservative approach to the management and mitigation of credit risk.

It should be noted that since the beginning of the current financial crisis, the strategy followed by the Bank has emphasised minimising exposure to credit risk, for which increasingly demanding criteria have been adopted in terms of credit lending in order to avoid excessive concentrations with a particular counterparty or related counterparties. This route has proven to be quite successful, to the extent that loans in default represents a much more favourable evolution that what is seen in current sector trends.

Credit Risk KPI



No seu modelo de gestão, o Banco utiliza para efeitos de gestão e acompanhamento da sinistralidade no crédito outros indicadores qualitativos, como sejam a Variação da Mora de Gestão (VMG) e o Prémio de Risco, que considera mais assertivos do que o crédito com incumprimento em percentagem do crédito total, na medida em que aqueles são líquidos das entradas e saídas em estado de incobrável, refletindo assim o verdadeiro acréscimo de risco de crédito em gestão.

O indicador de Variação da Mora de Gestão (VMG) registou um forte decréscimo em relação a 2015, apresentando em 2016 -3,7 milhões de euros, como resultado de uma rigorosa política e monitorização contínua nos mecanismos de admissão e de recuperação de crédito. Por consequência, o Prémio de Risco fixou-se em -0,30% em Dezembro de 2016.

Conta de Resultados Consolidada

O resultado líquido consolidado (IAS) cifrou-se em 24,5 milhões de euros no final de 2016, resultando numa subida de 32,7% face ao indicador homólogo de 2015. Este crescimento é particularmente assinalável num ano ainda com contexto adverso, onde em particular o sector financeiro foi penalizado com desempenhos desfavoráveis dado o enquadramento adverso registado em muitos setores da economia portuguesa.

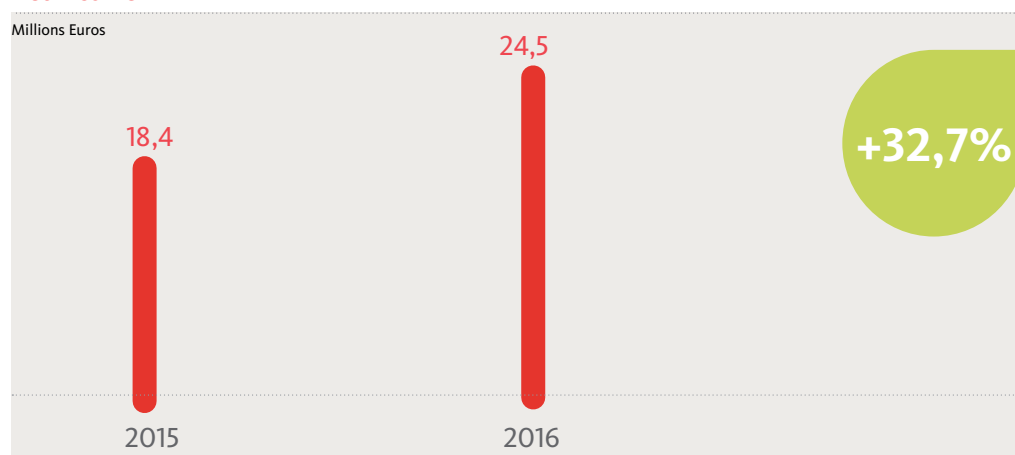
The Bank's management model uses other metrics, such as the Management of Non-performing Loans Variation (known in Portuguese as VMG) and the Risk Premium for managing and monitoring the expected credit loss, which it considers to be more assertive than the loans in default as a percentage of the total credit, to the extent that it is the net movement of non-collectable, thus, reflecting in the actual increase in credit risk management.

The Management of Non-performing Loans Variation (VMG) metrics registered a sharp drop in relation to 2015, amounting to -3.7 million euros in 2016 as a result of a strict policy and continuous monitoring of the admission mechanisms and credit recovery. As a result, the Risk Premium stood at -0.30% in December 2016.

Consolidated Income Statement

The consolidated net result (IAS) amounted to 24.5 million euros at the end of 2016, increasing 32.7% compared to the same period of 2015. This growth is particularly notable in a year of adverse environment, where the financial sector was particularly penalised with unfavourable performances given the adverse environment registered in many sectors of the Portuguese economy

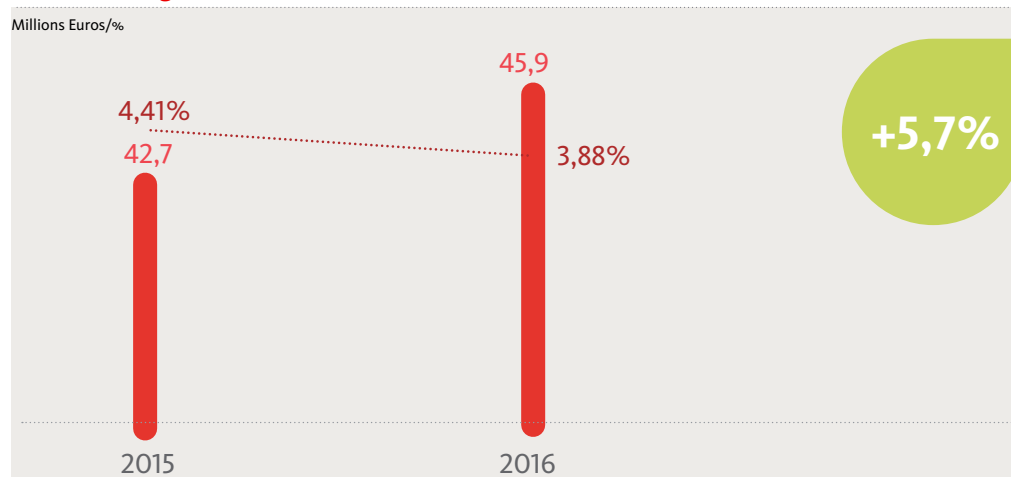
Net Income



A ligeira erosão da Margem Financeira ao longo do exercício de 2016 deveu-se essencialmente à alteração do mix da carteira sob gestão, com a maior preponderância do segmento de Financiamento aos Stocks a qual foi substancialmente compensada pela diminuição nos custos de financiamento, resultado da gestão criteriosa desta rubrica, nomeadamente pela redução da duração média de financiamento e da redução das taxas de juro de referência de mercado.

The slight deterioration of the Financial Margin during 2016 was mainly due to the change to the mix of portfolio under management, with more emphasis on the Stocks Financing segment which was substantially offset by a decrease in the financing costs, the result of the operating cost under this heading, in particular by reducing the average financing term and the market reference interest rates.

Financial Margin



Ao nível do Produto Bancário há ainda a destacar o acréscimo nas rubricas de comissões líquidas, que totalizaram 14,3 milhões de euros e que compararam com 13,5 milhões de euros em 2015, o que significou um aumento de 5,7%, acompanhando o crescimento de 23,2% de novos volumes de financiamento. O Produto Bancário totalizou 66,8 milhões de euros, crescendo 10,5% face ao registado no ano de 2015.

In the banking product, we should also note the increase in net commissions, which totalled 14.3 million euros compared with 13.5 million euros in 2015, which meant an increase of 5.7%, following the growth of new financing volumes by 23.2%. The Net Operating Income totalled 66.8 million euros, up by 10.5% compared to that recorded in the 2015.

Em contrapartida, os Custos de Transformação aumentaram o seu valor em 4,0% face a 2015, fixando-se em 26,2 milhões de euros. O rácio de eficiência situou-se em 39,2% no final do exercício registando um decréscimo de 2,4 p.p. de 2014 para 2015.

In contrast, the processing costs have increased their value by 4.0% compared to 2015, reaching 26.2 million euros. The efficiency ratio stood at 39.2% at the end of the year, decreasing 2.4 p.p. from 2014 to 2015.

O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões atingiu 3,1 milhões de euros, o que representou um decréscimo de -53,6% relativamente a 2015, refletindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.

O resultado antes de impostos em 2016 atingiu 37,5 milhões de euros o que significou um acréscimo de 30,8% face aos 28,7 milhões de euros registados no ano transato. A rubrica de impostos cresceu 27,4% face ao valor verificado no exercício anterior.

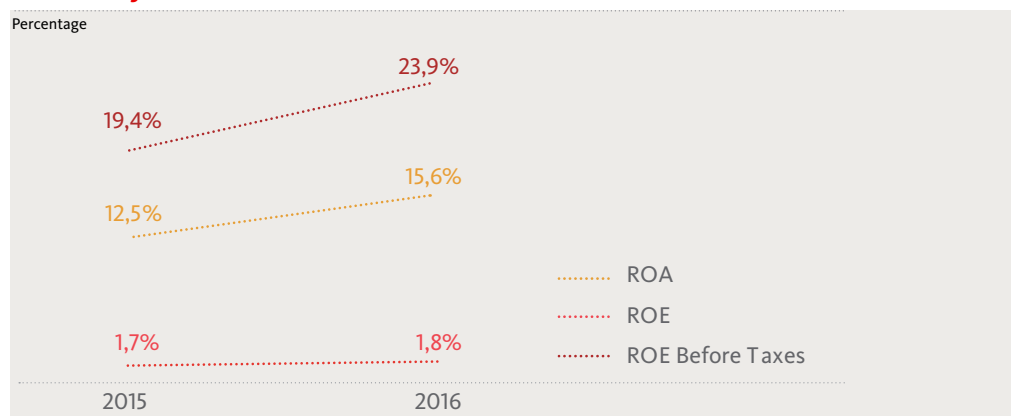
Os indicadores de rentabilidade do exercício do ano 2016 encontram-se positivamente afetados pela evolução, de um modo geral, favorável dado o contexto em que foi desenvolvida a atividade do Banco, nomeadamente quando comparados com os valores obtidos no exercício de 2015.

The amount recorded for the recovery of net impairment losses and for other provisions reached 3.1 million euros, which represented a -53.6% decrease compared to 2015, reflecting the Bank's caution policy in assessing risks and maintaining an adequate coverage to cope with the deterioration of the macroeconomic environment.

The result before tax in 2016 reached 37.5 million euros increasing 30.8% compared to 28.7 million euros recorded in the previous year. Taxes grew by 27.4% compared to the figure recorded in the previous year.

The profitability indicators for 2016 were positively affected by development, generally favourable, given the context in which the Bank's activity was developed compared with the figures obtained in 2015.

Profitability KPI



Com um resultado líquido de 24,5 milhões de euros no final de 2016, equivalente a 0,367 euros por ação (0,277 euros em 2015), a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) situou-se nos 15,6%, quando este valor em 2015 ascendeu a 12,5%, o que representa um acréscimo de 310 b.p. No que se refere à rentabilidade média do ativo (ROA), esta situou-se em 1,8% em 2016, acima do valor registado no ano transato em 10 b.p.

With a net profit of 24.5 million euros at the end of 2016, equivalent to 0.367 euros per share (0.277 euros in 2015), the average return on equity (ROE) stood at 15.6%, when this figure in 2015 amounted to 12.5%, representing an increase of 310 b.p. With regard to the average return on equity (ROA), this stood at 1.8% in 2016, above the value recorded for the previous year: 10 b.p.

O indicador de rentabilidade dos capitais próprios está naturalmente afetado pela postura conservadora do Banco nesta matéria, no qual o rácio de solvabilidade atingiu os 11,5%, superando simultaneamente os valores mínimos pelo regulador para o Core Equity Tier 1 de 9,75% e de 10,25% para o total de requisitos de capitais próprios regulamentares.

The return on equity indicator is naturally affected by the conservative stance of the Bank in this matter, in which the solvency ratio reached 11.5%, exceeding both the minimum values by the regulator for the Core Equity Tier 1 of 9.75% and 10.25% for the total regulatory equity requirements.

1.8

Gestão financeira

Financial Management

No ano de 2016, a economia portuguesa esteve muito marcada pelo processo de reversão de algumas medidas de correção estrutural do período da troika, em resultado da mudança de ciclo político e da reformulação das políticas, sobretudo as económicas, com maior ênfase no crescimento de componentes da despesa, como a recuperação de salários na função pública, a reposição dos horários de trabalho, com consequências ligeiramente positivas no consumo privado, mas muito nefastas ao nível do investimento. Portugal continua, porém, sujeito ao rigoroso acompanhamento das autoridades europeias, por forma a garantir o cumprimento do equilíbrio orçamental e a assegurar a sustentabilidade da sua gigantesca dívida pública, devendo, para esse efeito, corrigir desequilíbrios macroeconómicos que caracterizaram a sua história económica mais recente e que ainda se mantêm.

O sector bancário, um dos mais afetados pela crise, a económica e a das dívidas soberanas, encetou o inadiável processo de limpeza dos seus balanços, de reconhecimento de enormes imparidades que, a par de mais apertados requerimentos de capital e de uma nova supervisão, mais presente e atuante, levam a enormes necessidades de capital, para cumprir rácios de capital progressivamente mais exigentes. O sector está a mudar radicalmente o seu modelo comercial, a sua metodologia de análise de crédito, com o objetivo de aumentar a eficiência e a rentabilidade, mantendo abertura para processos de concentração, sempre com foco na produtividade e captação de sinergias.

Para ajudar a retoma da economia europeia e controlar a inflação, o Banco Central Europeu (BCE) lançou em 2014 um conjunto de estímulos para conter a descida dos preços e aumentar o financiamento à economia. Essas medidas e outras de natureza menos convencional (como são as operações TLTRO), levaram, em 2015 e 2016, à descida das taxas de juro e à colocação da taxa de depósito dos bancos num valor negativo. Em março de 2016 o BCE reduziu a REFI para 0% (o nível mais baixo de sempre) o que também afetou diretamente as taxas de juro da dívida e, indiretamente, as taxas de juro dos bancos à economia real. Este é um cenário que pode mudar radicalmente em 2017, na exata medida em que o BCE sentir que a inflação regressa a níveis mais desejáveis.

O facto de estar integrado num Grupo financeiro global acarreta evidentes benefícios à área da gestão financeira corrente do Banco, e à melhor adequação de procedimentos, políticas e estratégias para essa gestão, contribuindo para a mitigação dos riscos financeiros inerentes à atividade core do Banco.

In the year 2016, the Portuguese economy was very marked by the reversal process of some structural correction measures of the troika period, as a result of the change of the political cycle and the reform of policies, mainly on economic activities, with greater emphasis on the growth of expenditure components, such as the recovery of public sector wages, working hours, with slightly positive consequences on private consumption, but disastrous to investment. However, Portugal remains subject to close monitoring by European Authorities in order to ensure compliance with rules on budgetary balance and huge public debt sustainability, and must correct macroeconomic imbalances which are the result of its latest economic history and still ongoing.

The banking sector, one of the most severely affected by the crisis, the economic and sovereign debt, initiated the increasingly urgent cleaning of balance sheets process, huge impairment recognition in addition to tight capital requirements and a new supervisory structure, more active and present, lead to huge capital requirements, to meet capital ratios which are progressively more demanding. The sector is radically changing its business model, its credit analysis methodology, with the aim of increasing efficiency and profitability, while keeping open to concentration processes always focused on productivity and achieving synergies.

To aid the recovery of the European economy and control inflation, in 2014 the European Central Bank (ECB) launched a set of stimuli to contain the fall in prices and increase funding to the economy. These measures and others of a less conventional nature (such as TLTRO operations) led to a decline in interest rates in 2015 and 2016 and the placement of the bank deposit rate at a negative value. In March 2016, the ECB reduced REFI to 0% (the lowest level ever) that also directly affected debt interest rates and, indirectly, the interest rates that banks offer the real economy. This is a scenario that can radically change in 2017, in exact measure that the ECB feels that inflation will return to more desirable levels.

Being part of a global financial Group brings about obvious benefits to the current financial management of the Bank, as well as better match of procedures, policies, and strategies for this management, contributing to the mitigation of financial risks inherent to the core activities performed by the Bank.

Neste contexto, a Gestão Financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direção Financeira de acordo com as orientações do Conselho de Administração, regeu-se pelos seguintes objetivos fundamentais ao longo do ano:

- Assegurar a liquidez necessária ao correto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios para maximizar a rentabilidade dos acionistas, sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Adotar as melhores práticas em termos de gestão de riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juro, quer por via das economias de escala proporcionadas pela pertença ao Grupo Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;
- Diversificar as fontes de financiamento, por um lado, diminuindo a dependência da Tesouraria do Grupo Santander, e por outro, encontrar canais alternativos à exposição ao Mercado de Operações de Intervenção do Banco Central Europeu, utilizando para o efeito os ativos titularizados e potenciando a sua colocação junto a investidores privados, assegurando o financiamento do balanço a prazos mais alargados;
- Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander, uma política ativa e dinâmica de cobertura da exposição aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) Financiamento do negócio

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, no momento da sua origem, prazos que em média se situam acima dos 6 anos, pelo que o financiamento do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em conta que esses mesmos prazos se continuam a dilatar por força dos requisitos de mercado.

As diferentes necessidades financeiras, subjacentes ao financiamento destes ativos, foram satisfeitas através de um conjunto equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Na sequência das medidas adotadas pelo Banco Central Europeu alusivas a operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas), o Banco, no ano de 2016, seguiu uma estratégia de redução do prazo médio das novas operações de liquidez, dado que também dispõe de uma operativa de mitigação do risco de taxa de juro, através da contratação de instrumentos derivados, nomeadamente swaps de taxa de juro.

In this context, the Financial Management of Banco Santander Consumer Portugal, developed by the Financial Department in accordance with the Board's guidelines, was governed by the following fundamental objectives throughout the year:

- Ensure the liquidity necessary for the correct development of the business, while maintaining a balance between equity and other capital to maximise the profitability of shareholders without jeopardising the financial soundness of the institution;
- Adopt the best practices in terms of financial risk management, either through the recommended policies of assumption and mitigation of exposure to liquidity risks and interest rates, or through economies of scale provided by belonging to the Santander Group, which in turn impacts competitiveness;
- Diversify the sources of financing by reducing the dependence of the Treasury of the Santander Group and finding alternative channels to exposure to the European Central Bank Intervention Operations Market, using the securitised assets for this purpose and enhancing their placement with private investors, thereby ensuring the financing of the financial statements over longer terms;
- Maintain, with support from the Treasury of the Santander Group, an active and dynamic policy to cover exposure to financial risks (liquidity and interest rate) inherent to the business.

a) Business Financing

The Bank bases its financing structure on money market and contracted operations, either with the Treasury of Banco Santander Consumer Finance in Spain, or together with other credit institutions. These operations have an average duration of roughly two years to adjust to the corresponding period of the asset.

Permanent access to high stability liquidity lines allows the Bank, operating with stringent management, to drive part of this effort and synergies for its core business, thus offering a significant competitive advantage in the market. Throughout 2016 and duly included in the liquidity policy pursued by the Santander Group, the Bank continued to access liquidity yielding and absorption operations, together with the European Central Bank through discounting securitised assets considered eligible for that purpose.

Assim, mantendo as linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respetiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos ativos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal, pelo BCE, bem como os limites impostos corporativamente pelo acionista.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em operações de mercado monetário e operações contratadas, quer junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha, quer junto de outras instituições de crédito. Estas operações têm uma duração média de sensivelmente 2 anos, para adequação à correspondente duração do ativo.

O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte desse esforço e sinergias para o seu core business, beneficiando assim de uma importante vantagem competitiva no mercado.

Ao longo de 2016 e devidamente enquadrado na política de liquidez prosseguida pelo Grupo Santander, o Banco continuou a aceder às operações de cedência e absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu por via do desconto de ativos titularizados considerados elegíveis para aquele efeito.

Financiamento dos ativos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta atividade foi efetuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou através de operações de tomada de fundos de curto prazo.

b) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros

No ano de 2016 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e liquidez.

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas, negociadas para garantir a adequação das maturidades e o perfil de taxa de juro dos ativos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal, foram implementados em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão nacionais e do BCE por via da sua pertença ao Grupo Santander que representa risco sistémico.

Thus, by maintaining the guidelines of previous years, based on ensuring the institution's solvency, on the stability of its treasury and on obtaining competitive financing costs, liabilities were negotiated in terms of duration for the assets of the bank. While observing the prudential requirements imposed by the Bank of Portugal, the ECB, as well as the limits imposed by the shareholder.

Bondholder and Medium and Long Term Loan

The Bank bases its financing structure on money market and contracted operations, either with the Treasury of Banco Santander Consumer Finance in Spain, or together with other credit institutions. These operations have an average duration of roughly two years to adjust to the corresponding period of the asset.

Permanent access to high stability liquidity lines allows the Bank, operating with stringent management, to drive part of this effort and synergies for its core business, thus offering a significant competitive advantage in the market.

Throughout 2016 and duly included in the liquidity policy pursued by the Santander Group, the Bank continued to access liquidity yielding and absorption operations, together with the European Central Bank through discounting securitised assets considered eligible for that purpose.

Financing Short-Term Assets

As in previous years, and since this type of credit is intended particularly to support the acquisition of stocks by the Dealers with whom the Bank holds collaboration agreements, the financing of this activity was executed almost exclusively based on the Bank's checking accounts or through short-term fundraising operations.

b) Financial Risk Management Strategy

In 2016, the Bank pursued a conservative management of the financial risks inherent in its business, particularly with regard to interest rate and liquidity risks.

The monitoring, market risk monitoring and the related hedges, negotiated to ensure maturity adequacy and the interest rate profile of the assets and liabilities of Banco Santander Consumer Portugal were implemented in close coordination with the Santander Group's treasury. Naturally subject to national and ECB rules and policies by virtue of their membership of the Santander Group which represents systemic risk.

Risco de Taxa de Juro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando necessário), a sensibilidade do valor atualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (ativos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respetivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal privilegia a utilização de instrumentos financeiros derivados – swaps de taxa de juro – por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash-flows da carteira de taxa fixa (ativo), a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário. A utilização dos instrumentos derivados permitiu otimizar a liquidez, uma vez que o financiamento da atividade pode ser feito a prazos mais reduzidos, facto especialmente relevante atendendo às condições do nível do custo dos fundos nos mercados financeiros.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros fatores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 4.943 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, representando apenas cerca de 4% dos seus fundos próprios elegíveis.

Risco de Liquidez

Em virtude da pertença do Banco Santander Consumer Portugal ao Grupo Santander, maior grupo financeiro Europeu e um dos dez maiores a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez encontrava-se completamente mitigado, com linhas de crédito aprovadas de 1.050 milhões de euros, limites que perfazem a quase totalidade do valor do ativo, assegurando a plenitude da atividade desenvolvida ao longo do exercício.

No decorrer do exercício de 2016, e independentemente da sua privilegiada situação em termos de liquidez, o Banco manteve, entre as suas fontes de financiamento, a operação de titularização de créditos, onde atua como cedente e gestor dos créditos concedidos, denominada Silk Finance N°4.

Com a manutenção desta operação de titularização de créditos, o Banco continuou a deter ativos elegíveis pelo Banco Central Europeu possibilitando, dessa forma, a sua contínua participação nas operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTROs).

Interest Rate Risk

On a monthly basis (or on specific occasions, where appropriate), Banco Santander Consumer Portugal, S.A. measures the sensitivity of the updated value of the sum of the future cash flows of the business portfolio (assets of commercial and financial nature), with the cash flows of the respective liabilities associated with a parallel increase of 1% on the interest rate curve of the interbank market.

To mitigate the risk of rising interest rates, Banco Santander Consumer Portugal favours the use of derivative financial instruments – interest rate swaps – in amounts and terms that allow for the immunisation of cash flows from the fixed rate portfolio (assets) to adverse operations in the context of interest rates in the interbank market. The use of derivatives made it possible to optimise liquidity, since financing of the activity may be performed for shorter deadlines, a fact which is particularly relevant given the conditions in terms of fund costs in the financial markets.

As at 31 December 2016, the interest rate risk in the Bank's Balance Sheet, measured according to Instruction 19/2005 of the Bank of Portugal (which assumes, among other things, a parallel movement of 200 basis points in the interest rate structure) was €4,943,000 with a negative impact on equity, and accounting for only about 4% of its eligible capital.

Liquidity Risk

Due to Banco Santander Consumer Portugal being part of Santander Group, the largest European financial group and one of the ten largest in the world (by market capitalisation), the liquidity risk was found to be completely mitigated, with approved credit lines of €1,050,000,000 representing almost all of the asset value, ensuring the fulfilment of the activities carried out during the year.

During 2016, and despite being in a privileged position in terms of liquidity, the Bank maintained the credit securitisation operation among its sources of funding, whereby it acts as the assignor and manager of the credit awarded, called Silk Finance No. 4.

With the maintenance of this credit securitisation operation, the Bank continued to hold assets eligible for the European Central Bank, thus making it possible to continue to participate in targeted long-term refinancing operations (LTROs).

No final de 2016, o valor nominal das obrigações correspondentes à operação de titularização de créditos totalizavam 614,6 milhões de euros. Esta operação é constituída por créditos do segmento automóvel (novos e usados) e cuja estrutura de passivo pode ser analisada da seguinte forma:

At the end of 2016, the nominal value of bonds corresponding to the credit securitisation operation amounted to €614.6 million. This operation consists of car loans (new and used) and the structure of the liabilities is as follows:

SILK4 Tranching	Ratings DBRS S&P		Original	Current	Remuneration
A	A	A	509,4	509,4	1,20%
B	-	-	101,5	101,5	2,40%
C	-	-	3,7	3,7	
VFN	-	-	0,0	0,0	
TOTAL			614,6	614,6	

Milhões de Euros

Millions Euros

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº4 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente ao nível do risco de crédito, estando os créditos objeto da operação registados na rubrica de Ativos Titularizados não Desreconhecidos e os fundos recebidos registados na rubrica Passivos por Ativos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

For prudential purposes, the Silk Finance No. 4 securitisation operation does not constitute a significant transfer of the risks involved, namely in terms of credit risk, as the credits subject to the operation are registered as Derecognised Securitised Assets and the funds received are recorded as Liabilities for Derecognised Assets in Securitisation Operations.

c) Gestão dos Recursos Próprios

Para desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital por forma a:

- Garantir o crescimento sustentado da atividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objetivos estratégicos;
- Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objetivo último da maximização do valor do Banco para os seus acionistas;

c) Capital Management

The Bank assesses its capital adequacy policy on an ongoing basis to develop its growth and expansion strategy in order to:

- Ensure the sustained growth of credit activities by carefully managing solvency, as a result of its strategic objectives;
- Meet the requirements imposed by the supervisory entities;
- Ensure careful handling of borrowed capital, with the ultimate goal of maximising the Bank's value for its shareholders;

Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito ao Regulamento (UE) n.º 575/2013.

In prudential terms and in this respect, the Bank is subject to the (EU) Regulation No. 575/2013.

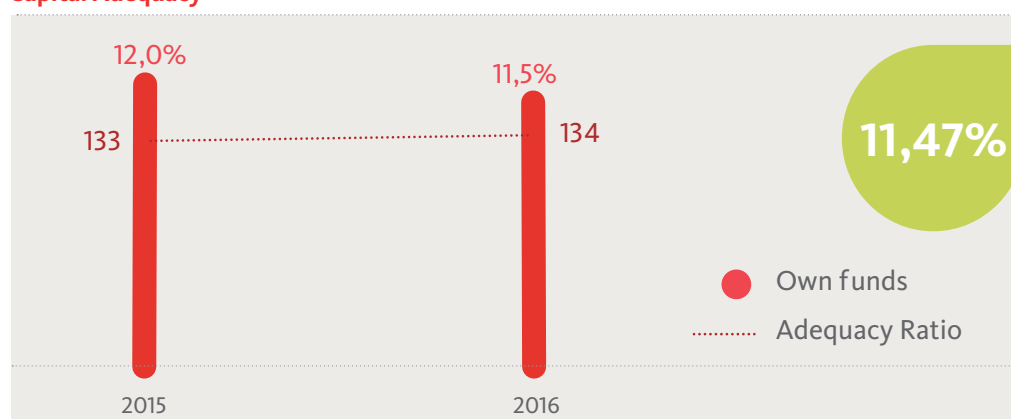
O Banco tem as abordagens definidas no passado para a determinação da alocação de fundos próprios, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e, na componente de Risco Operacional, continua a guiar-se pelo Método do Indicador Básico.

The Bank will maintain the approaches established in the past for determining the allocation of own funds, the Standard Approach methodology in the Credit Risk component, and the Operational Risk component, continues to be guided by the Basic Indicator Approach.

No final de 2016, os requisitos de fundos próprios consolidados ascendiam a 93 milhões de euros, o que significou um crescimento de 5% sobre o valor registado no final do ano de 2015 de 88 milhões de euros. Em Fevereiro de 2016, os fundos próprios foram incrementados em cerca de 2 milhões de euros pela aprovação dos resultados do exercício de 2015 deduzida da distribuição de dividendos ao acionista. No final de 2016 os fundos próprios ascendiam a 133,6 milhões de euros, comparando com 132,7 milhões de euros no final de 2015.

At the end of 2016, consolidated capital requirements amounted to 93 million euros, resulting in an increase of 5% above the value recorded at the end of the 2015 of 88 million euros. In February 2016, equity was increased by approximately 2 million euros upon approval of the results for 2015 deducted from the distribution of dividends to shareholders. At the end of 2016, equity amounted to 133.6 million euros, compared with 132.7 million euros at the end of 2015.

Capital Adequacy



Milhões de Euros

Millions Euros

Em matéria de solvabilidade, no final de 2016, o rácio de adequação de fundos próprios e o rácio de adequação dos fundos próprios de base (core Tier I) calculados em base consolidada, cifravam-se ambos em 11,47%. No final de 2015, os mesmos rácios cifravam-se ambos em 12,00%.

In terms of solvency, at the end of 2016, the capital adequacy ratio and the core Tier I capital adequacy ratio calculated on a consolidated basis, amounted to 11.47%. At the end of 2015, the same ratios amounted to 12.00%.

Relativamente ao rácio de fundos próprios principais de nível 1 (CET1) em base consolidada, conforme definido no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Basileia III), o Banco atingiu os 11,47%, acima dos patamares mínimos (9,75% em 2016) impostos pela European Banking Authority (EBA).

With regard to CET1 consolidated capital ratio, as defined in (EU) Regulation No. 575/2013 (Basel III), the Bank has reached 11.47%, above the minimum levels (9.75% in 2016) imposed by the European Banking Authority (EBA).

1.9

Gestão de risco de crédito

Credit Risk Management

No decorrer do ano de 2016 não se registaram significativas alterações no modelo de negócio do BSCP, antes uma consolidação do negócio originado nas redes das marcas PSA, dando continuidade ao sucedido no decorrer do segundo semestre do ano anterior. Apesar de tudo, a perda da parceria Media Markt não deixou de causar algum impacto ao nível dos volumes de negócio não auto.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, confirmando-se a tendência, que se vem registando nos últimos anos, de aumento da taxa de aprovação global, com manutenção do perfil de risco médio-baixo.

Após a migração da carteira do Banque PSA, com impacto no incremento dos níveis de risco de crédito do Banco em 2015, o presente ano fica igualmente marcado pelo decréscimo da percentagem de delinquência, alcançando-se níveis inclusivamente inferiores aos verificados em fase anterior à da referida migração de carteira.

Os níveis de risco de crédito são permanentemente medidos e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da Mora sob Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL – Non Performing Loans), a análise de carteiras com igual período de originação (vintages), a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos e a monitorização da perda esperada do novo negócio angariado.

Em relação ao negócio de não retalho, caracterizado por risco individual por empresa com valor superior a 150 mil Euros, mantiveram-se as visitas a concessionários, por parte do binómio gestor / analista. Esta atuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa.

During 2016, there were no significant changes in the BSCP business model, but instead a consolidation of the business originated from PSA brand networks, continuing to that which occurred during the second half of the previous year. In spite of everything, the loss of partnership with Media Markt had an impact in non-auto business volumes.

In terms of the acceptance policies, the same were kept, confirming the trend, as registered over the past few years, of an increase in the overall approval rate, while maintaining a medium-low risk profile.

After the migration of the Banque PSA portfolio, with impact on the increase in the levels of credit risk of the Bank in 2015, this year was also marked by a decrease in the percentage of delinquency, reaching levels even lower than those observed at a stage prior to the respective migration of the portfolio.

The credit risk levels are constantly measured and monitored, according to corporate methodologies, which emphasise the monitoring of the Change in Non-Performing Loans (NPL), Non-Performing Loans Ratio (NPL %), the analysis of portfolios with equal origination period (vintages), the permanent monitoring of automatic decision models and the monitoring of the expected loss of the new business acquired.

Regarding the non-retail business, characterised by individual risk per company with amounts greater than 150,000 Euros, the visits to the dealers were kept by the binomial manager / analyst. This performance allows for greater insight and comprehensiveness of the information obtained, providing better quality in the preparation of the company's rating.

1.10 Recuperação de crédito Credit Recovery

Em 2016, foram mantidas globalmente as políticas e estratégias de recuperação, com principal enfoque na eficiência do processo, apesar da instabilidade ainda vivida, reflexo da migração da carteira PSA.

Em setembro foi assegurada a migração da restante carteira em contencioso, que correspondeu no seu total ao valor de 20ME; 15ME em WO + 5,0ME no estado de Contencioso.

Em termos de Recuperação Telefónica, registou-se um crescimento de 13,9% da carteira sob gestão, com um crescimento dos rácios de recuperação, quando comparado com o período homólogo:

- “cobrado / entradas” + 6,9%;
- “cobrado / total da carteira” de + 3,4%;

Em termos absolutos houve um crescimento de 18% dos “valores cobrados”; 25,6ME (2016) vs 21,7 ME (2015).

No que se refere ao processo de Recuperação Presencial, vulgo Recuperação Externa em regime outsourcing, releva-se um crescimento de 21,7% da carteira sob gestão (só valor em mora), com um crescimento do rácio de recuperação quando comparado com o período homólogo: “cobrado / total da carteira” de + 2,3%;

Em termos absolutos houve um crescimento de 25% dos “valores cobrados”; 5,5ME (2016) vs 4,4 ME (2015)

A carteira de sob gestão de Contencioso - muito impactada pela 2ª migração de contratos com origem PSA ocorrida em 25Set'16, a que correspondeu a integração de responsabilidades no valor de 20ME -apresenta um crescimento de 23,5%.

Quanto ao rácio de recuperação, sofre uma redução de 1,6% quando comparado com período homólogo de 2015, apesar do crescimento de 22% em termos absolutos; 2016 com um valor cobrado de 14,4ME e 2015 com 11,8ME de valor cobrado.

As vendas de carteira de WO previstas para 2016, foram adiadas para o 1ºTrimestre de 2017 e 4ºTrimestre de 2017, respetivamente 15ME + 10ME.

De relevar ainda, o facto de ter sido retomado o processo de constituição mensal de WO's, ao abrigo do novo entendimento fiscal em conformidade com a ficha doutrinária de 12/05/2016, emanada pela AT.

In 2016, the strategies and policies for recovery were maintained, focusing primarily on the efficiency of the process, despite the ongoing instability, due to the migration of the PSA portfolio.

In September, the migration of the remainder of the portfolio in litigation was made, amounting to 20ME; 15ME in WO + 5.0ME in Litigation.

In terms of Phone Recovery, there was a 13.9% growth in the portfolio under management, with a recovery rate growth, compared to the previous year:

- “collected / input” + 6.9%;
- “collected / total portfolio” + 3.4%;

In absolute terms, there was a 18% growth of the “amounts collected”; 25.6ME (2016) vs 21.7 ME (2015).

With regard to the Field Recovery process, there was a notable growth in the portfolio under management of 21.7% (only amount in arrears), with a recovery rate growth, compared to the previous year: “collected / total portfolio” + 2.3%;

In absolute terms, there was a 25% increase of “amounts collected”; 5.5ME (2016) vs 4.4 ME (2015)

The portfolio under management in Litigation - was very marked by the 2nd migration of contracts from PSA occurred on 25 September 2016, corresponding to the integration of responsibilities amounting to 20ME -increased by 23.5%.

As to the recovery rate, was 1.6% less than the 2015 figure, despite a 22% growth in absolute terms; amounts collected in 2016 totalled 14.4ME and in 2015, 11.8 ME.

The WO sales of portfolio expected for 2016, were postponed for the 1st quarter of 2017 and 4th quarter of 2017, 15ME + 10ME, respectively.

Additionally, the fact that the WO monthly constitution process was included under the new understanding for tax purposes in accordance with the doctrinal file of 12/05/2016, issued by the TA.

1.11

Tecnologia & Operações

Technology & Operations

Operações

No que se refere às áreas de Operações, mais concretamente a de processamento e a de gestão de clientes, mantivemos em 2016 como desígnio estratégico, a procura sistemática da eficiência e da eficácia, tanto na estrutura interna como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing.

A influência da integração da carteira e atividades do banco PSA, ocorrida em 2015, manteve-se mas com níveis de serviço e de processos claramente mais controlados.

Visando a análise e otimização de processos considerados críticos no nosso workflow global, foi solicitado o apoio de uma consultora externa para análise e identificação de potenciais melhorias aos processos de captação de propostas, validação de contratos e de reclamações.

Para cada um destes processos foram identificados pontos de melhoria, que T&O tem vindo a implementar com alteração de circuitos e mais concretamente no que se refere a gestão de reclamações, com a criação da área de provedoria do cliente.

Tecnologia

A área de Tecnologia e Controlo Operacional manteve em 2016 o seguimento do Plano de Sistemas concordado com as diferentes direções, assegurando o acompanhamento de todas as atividades e a gestão dos projetos do banco de forma eficiente e eficaz.

Ainda no decurso de 2016, foi elaborado o Plano Estratégico de Sistemas de Informação, com o apoio de uma consultora externa, tendo sido identificada uma arquitetura de referência e um roadmap possível para a respetiva implementação.

Controlo Operacional

Em matéria de Controlo Operacional, para além de termos participado na implementação do conceito das 3 linhas de defesa de risco operacional, mantivemos a nossa estratégia sustentada num modelo que visa a obtenção da maior eficiência possível, com processos controlados.

Modelo de Controlo de Headcount

Em parceria permanente com a Direção de Recursos Humanos, foi garantido o acompanhamento da evolução do headcount da direção e a sua adequação ao orçamentado.

Operations

With regard to the areas of Operation, but more specifically the processing and management of clients, we maintained the systematic search for efficiency and effectiveness, both in the internal structure as well as the structure subcontracted through outsourcing, as part of our strategic plan in 2016.

The influence of the integration of the portfolio and PSA bank activities, which occurred in 2015, maintained service levels and procedures clearly more controlled.

As to the analysis and optimisation of processes considered critical in our overall workflow, the support of an external consultant was sought for the analysis and identification of potential improvements in processes of elaboration of proposals, validation of contracts and claims.

For each of these processes, points of improvement were pointed out, which T&O has been implementing with changes to circuits, particularly with regard to claims management, with the creation of the client support centre.

Technology

In 2016, the area of Technology and Operational Control followed up the Systems Plan agreed with the different managers, while ensuring the monitoring of all activities, and management of the bank's projects efficiently and effectively.

During 2016, the Information Systems Strategic Project was drawn up, with the support of an external consultant, and reference architecture and a possible roadmap for the implementation were identified.

Operational Control

As to Operational Control, in addition to having taken part in the implementation of the concept of the 3 defence lines of operational risk, we maintained our strategy on the basis of a model that aims to obtain the highest possible efficiency, with controlled processes.

Headcount Control Model

Throughout an ongoing partnership with the Directorate of Human Resources, it was possible to ensure monitoring of the development of the managerial headcount and the suitability thereof in terms of the budget.

Modelo de Gestão de Custos

Neste modelo enquadrámos todos os controlos que visam a gestão integrada de todos os custos da direção, visando a garantia do cumprimento do orçamento em todas as suas linhas.

O acompanhamento minucioso e regular das diversas rubricas de custos motivou alertas permanentes com respetiva justificação, para inesperados incrementos de custos, mas com apresentação simultânea de soluções de poupança responsáveis.

Modelo de Risco Operacional e Tecnológico

Na sequência de um novo modelo de gestão assumido pelo Grupo Santander, T&O passou a garantir a 1ª linha de defesa dos riscos operacionais nesta direção.

Com um conjunto diversificado e exaustivo de controlos, esta área garante que as operações são executadas na forma adequada e dentro dos níveis de serviço estabelecidos.

Modelo de Acompanhamento Quantitativo

A medição constante de todas as atividades da direção, em diferentes perspetivas e com periodicidades adequadas, tem permitido uma intervenção imediata dos gestores de equipas para qualquer ajustamento de estruturas e uma afetação adequada dos recursos, tendo em conta as respetivas competências.

Modelo de Acompanhamento Qualitativo

Este modelo incorpora um conjunto de atividades de controlo dos níveis de serviço e de ocorrências excecionais (positivas e negativas), e a análise da sua adequabilidade aos princípios definidos para os produtos e processos que visam o suporte ao negócio.

Cost Management Model

In this model, we have included all of the controls intended for the integrated management of all management costs, seeking to comply with budgetary constraints in all aspects related thereto.

Careful and regular monitoring of the various cost items produced constant alerts with the respective explanations in the event of unexpected increases in costs, along with the simultaneous presentation of responsible saving solutions.

Operational and Technological Risk Model

Following a new management model assumed by the Santander Group, T&O has ensured the first line of defence against operational risks in this area.

With a diverse and comprehensive set of controls, this area ensures that the operations are performed in the proper manner and within the established service levels.

Quantitative Monitoring Model

The constant measurement of all the activities, from different perspectives and with the appropriate frequencies, has allowed for the immediate intervention of team managers for any structural adjustments and an appropriate allocation of resources, taking into account their skills.

Qualitative Monitoring Model

This model incorporates a set of activities to control service levels and exceptional occurrences (positive and negative), as well as an analysis of their suitability in light of the principles defined for the products and processes designed to support the business.

1.12

Legal e Compliance

Legal and Compliance

A Direção de Legal e Compliance é composta pela área de Legal e Compliance que apresentam importantes sinergias.

O Legal assessora as diferentes Direções e áreas nos diferentes projetos, processos e atividades diárias ou ad-hoc.

O Compliance promove a aderência à regulamentação, requisitos dos supervisores, princípios de boa conduta e aos valores corporativos, Simples, Próximo e Justo. O seu objetivo é gerir e mitigar o risco do Banco incorrer em coimas ou danos reputacionais, aumentando a confiança dos seus colaboradores, clientes, acionista e de toda a comunidade.

A função de Compliance abrange todas as matérias regulamentares, incluindo prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, aplicação do regime de sanções internacionais, produtos, serviços, conduta perante os clientes e sua proteção, risco reputacional, bem como qualquer outra que coloque o Banco em risco de cumprimento.

Compliance enquanto segunda linha de defesa trabalha as diferentes matérias em estreita articulação com as demais áreas funcionais, aliás de acordo com o modelo corporativo estas constituem a primeira linha de defesa, procurando assegurar a conformidade das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos com a legislação e regulamentação em vigor.

Em 2016 foi consolidada a metodologia de Auto-Avaliação que contribui para o maior controlo, monitorização e mensuração do risco de Compliance e sua manutenção em níveis de tolerância adequados.

De facto, e com base nos referidos Projetos, o Banco consolidou a sua abordagem preventiva na gestão do risco de compliance em 2016.

The Legal and Compliance Department is composed of the Legal and Compliance area with important synergies.

The Legal counsel, the different directorates and areas in different projects, processes and daily activities or ad-hoc.

Compliance promotes adherence to regulations, supervisor requirements, principles of good conduct and to more Simple, Personal and Fair corporate values. Its goal is to manage and mitigate the risk of the Bank incurring fines or reputational damage, increasing the confidence of its employees, clients, shareholders and the community as a whole.

The Compliance function covers all the regulatory matters including, prevention of money laundering and terrorist financing, implementation of the international sanctions, products, services, conduct before its clients and their protection, reputational risk, as well as any other that may put the bank at risk compliance.

Compliance as a second line of defence implements the different matters in close cooperation with other functional areas, namely, in accordance with the business model, this is the first line of defence, by ensuring conformity with the strategies, systems, processes, policies and procedures in accordance with the legislation and regulations in force.

In 2016, the Self-evaluation methodology was consolidated that facilitated greater control, monitoring, and measurement of Compliance risks and their maintenance within adequate tolerance levels.

In fact, and based on these Projects, the Bank consolidated its preventive approach in terms of compliance risk management in 2016.

1.13

Controlo Interno

Internal Control

O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua atividade numa ótica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objetivos estabelecidos.

A nível organizacional, desde 2016, o Controlo Interno encontra-se integrado na Direção de Risco e Recuperação de Crédito do Banco, em consonância e na sequência da reestruturação organizativa da Dirección General de Riesgos do Grupo Santander, que viu ampliado o seu perímetro de responsabilidades em matéria de controlo de riscos. De facto, o ambiente de controlo, cuja avaliação está sob a responsabilidade do Controlo Interno, constitui um elemento essencial para a adequada mitigação de todos os riscos.

No que respeita à estratégia de controlo, foi dada continuidade à até então conduzida, de fortalecer o Sistema de Controlo Interno do Banco, assegurando a sua permanente adequação e eficácia, bem como a apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas.

Tendo presente os desafios inerentes a um contexto de reforço das práticas a adotar pelo sector financeiro, a linha de atuação do Controlo Interno tem vindo a privilegiar o aperfeiçoamento dos mecanismos que garantem a prossecução de uma estratégia de negócio sustentável, assegurando a sua robustez e permitindo que se alcance um retorno dos capitais, em linha com as expectativas dos seus acionistas, numa ótica de médio e longo prazo.

Assim, no decorrer de 2016, o Controlo Interno conduziu a sua atividade de forma a monitorizar de forma integrada a adequação e eficácia dos processos, políticas e procedimentos, das diferentes componentes do Sistema de Gestão de Riscos, e a assegurar, de forma autónoma e independente, a sua aderência e efetividade, tendo por referência as boas práticas internacionais, bem como as orientações estratégicas definidas a nível corporativo.

The Bank has been guiding the development of its activities with a perspective of continuous monitoring and evaluation of the effectiveness of its internal policies and procedures to ensure efficient and profitable performance in the medium and long-term activities, in line with the strategic guidelines and the objectives which have been established.

As to the organisational level, the Internal Control is integrated into the Bank's Risk and Credit Recovery Department since 2016, in line with and following the organisational restructuring of the General Office for Risk Management of the Santander Group, which has broadened the range of its responsibilities for controlling risks. In fact, the control environment, the evaluation of which is under the responsibility of Internal Control, is an essential element for the proper mitigation of all risks.

With regard to the control strategy, the methods implemented thus far have been continued in order to strengthen the Bank's Internal Control System, thereby ensuring its continuing suitability and effectiveness, as well as the appropriate management of the risks inherent to the activities performed.

Keeping in mind the challenges involved in a context of strengthening the practices to be adopted by the financial sector, the line of operations performed by Internal Control has tended to focus on the improvement of the mechanisms ensuring the pursuit of a sustainable business strategy, while also guaranteeing its robustness and allowing it to reach a return of capital in line with expectations of shareholders, both in the medium and long-term.

As such, during 2016 Internal Control conducted its activities to monitor (in an integrated manner) the adequacy and effectiveness of the processes, policies, and procedures of the various components of the Risk Management System, as well as to ensure its adherence and effectiveness autonomously and independently with reference to the best international practices and the strategic guidelines defined at the corporate level.

1.14

Recursos Humanos

Human Resources

A Direção de Recursos Humanos (DRH) assume uma intervenção transversal e multidisciplinar, em concreto junto das várias direções e áreas do Banco Santander Consumer Portugal (BSCP). A DRH manteve em 2016 uma abordagem global às iniciativas e ações de Recursos Humanos e de Património e Serviços Gerais.

O ano de 2016 foi um ano particularmente desafiante em processos de gestão de mudança, com especial destaque para o novo drive cultural com o lançamento em Portugal do **Santander Way**. Assente na **Missão do Grupo Santander em contribuir para o progresso das pessoas e das empresas e no objetivo de sermos o melhor Banco para os nossos Colaboradores, Clientes, Acionista e Comunidade onde nos integramos (o nosso Círculo Virtuoso), foram definidos 8 novos comportamentos** críticos a seguir por todos os colaboradores enquanto motor para esta transformação cultural e para sermos cada vez mais **um banco Simples, Próximo e Justo**.

Outro aspeto a salientar deste ano prende-se com a renovação do quadro de pessoal da empresa, com o objetivo de tornar o BSCP um Banco mais ágil, dinâmico e preparado para o futuro. Não obstante o peso deste eixo central de atuação, a Direção de Recursos Humanos não deixou de intervir ativamente noutros eixos estratégicos para a organização, nomeadamente ao nível da formação e desenvolvimento dos colaboradores, da preocupação com o equilíbrio da vida pessoal e profissional, bem como da comunicação interna.

Gestão de Pessoas

No sentido de reforçar competências críticas do negócio, e por forma a posicionarmo-nos de forma competitiva no mercado, o BSCP procedeu a algumas alterações ao seu quadro de pessoal, através de um processo de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo e da admissão de 15 novos colaboradores. Deste modo, a 31 de Dezembro de 2016 o Banco apresentava o seguinte quadro de colaboradores:

The Human Resources Department considers a cross and multidisciplinary intervention, in particular in the various departments of Banco Santander Consumer Portugal (BSCP). In 2016, the Human Resources Department kept its global approach to Human Resources, Assets and General Services initiatives and actions.

The year 2016 was particularly challenging in terms of change management processes, particularly with regard to the new cultural drive with the launch in Portugal of **Santander Way**. Based on the **mission of the Santander Group to contribute to the progress of individuals and businesses and goal of being the best Bank for our Employees, Clients, Shareholders and Communities where we operate (our Virtuous Circle)**, 8 new critical behaviours to be followed by all employees as a driving force for this cultural transformation were defined and to build a more Simple, Personal and Fair bank.

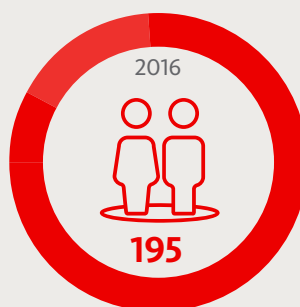
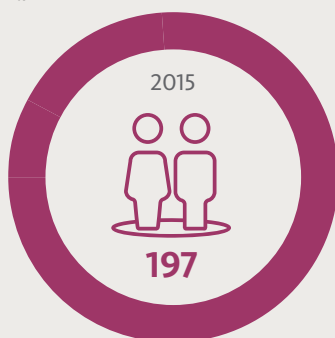
Another aspect that must be highlighted this year, relates to the renewal of the workforce of the company, with the aim of making BSCP a more agile and dynamic bank that is prepared for the future. Notwithstanding the weight of the main operations, the Human Resources Department also actively intervened in other strategic axes for the organisation, particularly as regard to the level of training and development of employees, concern with a balance between personal and professional life, as well as internal communication.

Staff Management

In order to enhance the critical skills for the business, and to operate competitively in the market, BSCP made some changes to its staff, the termination of employment contracts by mutual agreement and the admission of 15 new employees. As such, on 31 December 2016, the Bank had the following staff:

Staff

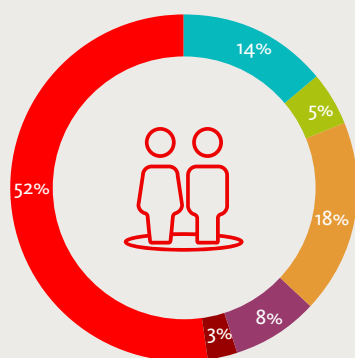
Values in units



Ao nível da Política de Formação e Desenvolvimento, o Banco continuou a promover ações no sentido de contribuir para o crescimento e evolução dos seus colaboradores. Tendo como referência a identificação das necessidades de aprendizagem junto das suas equipas, em 2016 a formação ministrada, num total de 3 600 horas, assumiu a seguinte caracterização:

As part of its Training and Development Policies, the Bank continued to promote actions to contribute to the growth and development of its employees. Taking as reference the identification of learning needs together with the various teams, in 2016 the training administered over a total of 3,600 hours assumed the following format:

Training Given



Subject Areas

- Commercial capabilities and products
- Commitment and commercial values
- Financial and risk
- Languages
- Legal and Regulatory
- Technologies and processes



Assente na **Missão do Grupo Santander em contribuir para o progresso das pessoas e das empresas e no objetivo de sermos o melhor Banco para os nossos Colaboradores, Clientes, Acionista e Comunidade onde nos integramos (o nosso Círculo Virtuoso)**, foram definidos 8 novos comportamentos



Based on the **Mission of the Santander Group to contribute to the progress of people and companies, and in order to be the best Bank for our Employees, Clients, Shareholder and Community in which we are integrated (our Virtuoso Circle)**, 8 new critical behaviors



Horas de Formação


+116%

Hours Training


+116%

O BSCP obteve um crescimento de 116% de horas de formação comparativamente a 2015.

Face ao atual contexto do setor financeiro português e europeu, destaque para as ações de formação em Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (PBC/FT), enquanto pilares ao desenvolvimento sustentável do negócio. Igualmente no âmbito do RiskPro foram desenvolvidas formações em Cultura de Riscos e em Risco e Operacional, ambas disponibilizadas pelo Grupo, sensibilizando para a responsabilidade de todos os colaboradores na identificação e compreensão dos riscos com que cada um se depara no dia a dia.

Como aposta no desenvolvimento continuado dos seus profissionais, e igualmente como forma de reconhecimento, foi atribuída uma Bolsa Universitária na área de Gestão de Projetos.

Em 2016 realizou-se mais uma edição do programa corporativo Mundo Santander, que consiste no intercâmbio de profissionais do Grupo entre os vários países, por um período de 3 meses. Desta forma, permitiu-se que mais colaboradores do Grupo, incluindo do Santander Consumer Portugal, tivessem a oportunidade de desenvolver os seus conhecimentos e ampliar o seu nível de experiência em contexto internacional e multicultural.

A Gestão de Desempenho é um dos pilares da política de recursos humanos que visa, por um lado o alinhamento dos colaboradores com a estratégia e objetivos do Grupo e do Banco, por outro o reconhecimento da performance e contributos individuais para o sucesso dos resultados obtidos. A evidência da gestão por mérito está no recebimento de remuneração variável por parte da generalidade dos colaboradores. Este é um instrumento que permite igualmente a obtenção de informação essencial às políticas de formação, gestão de carreiras, entre outras.

he BSCP increased by 116% of training hours as compared to 2015.

Given the current context of the Portuguese and European financial sector, some of the notable training activities involved the Prevention of Money Laundering and Financing of Terrorism (PML/FT) as pillars of the sustainable development of the business. Also, within the framework of the RiskPro, training courses in Risk Culture and Operational Risk were created, both provided by the Group, raising awareness of the responsibility of all employees in identifying and understanding the risks encountered on a daily basis.

In support of the continued development of its professionals and also as a form of recognition, a University Scholarship was awarded in the area of Project Management.

In 2016, another Santander World corporate program became a reality for another year, involving the exchange of professionals of the Group between various countries for a period of three months. Thus, allowed more employees of the Group, including Santander Consumer Portugal, to have a chance to develop their knowledge and increase their level of experience in an international and multicultural context.

Performance Management is one of the pillars of the Human Resources Policy and seeks to align employees with the strategy and objectives of the Group and of the Bank, as well as recognising their performance and individual contributions towards the success of the results obtained. The evidence of merit-based management can be seen in the variable remuneration received by the majority of employees. This instrument also makes it possible to obtain information essential to training and career management policies, among others.



A Gestão de Desempenho é um dos pilares da política de recursos humanos que visa, por um lado o alinhamento dos colaboradores com a estratégia e objetivos do Grupo e do Banco, por outro o reconhecimento da performance e contributos individuais para o sucesso dos resultados obtidos.



Neste âmbito e como aposta no desenvolvimento das competências do banco, 10 colaboradores tiveram a oportunidade de mudar de função tendo sido assim um efetivo reconhecimento do seu desempenho e trabalho desenvolvido.

Enquadrado nos objetivos de Conciliação Familiar, foi lançado o Programa de Flexiworking, com o objetivo de potenciar uma forma de trabalho mais Simples, Próxima e Justa e que favoreça a conciliação trabalho-vida pessoal. Nesse sentido, foram lançadas uma série de medidas como o Horário Flex ou a Flex Friday, sendo que cerca de 40% dos colaboradores já usufruem destas medidas.

Com o objetivo de reforçar a importância das famílias no equilíbrio da vida profissional, a Direção de Recursos Humanos continuou a desenvolver iniciativas que promovam um maior envolvimento com a organização. Desta forma, em 2016 manteve-se a realização da “Semana Santander Júnior”, uma semana de ocupação de tempos livres, composta por iniciativas lúdico - pedagógicas para os filhos dos colaboradores.

E porque as crianças são o Futuro do Mundo e sabendo a importância dos laços familiares para o bem estar dos seus colaboradores, o Banco realizou a 2ª edição do concurso infantil “Santander Pinta” destinado aos filhos de colaboradores. Assim, as crianças entre os 4 e os 12 anos foram desafiadas para, através da sua criatividade e espírito natalício, fazer um desenho que representasse o Natal. Um evento cheio de cor e alegria, bem ao estilo dos mais pequenos.

Ainda na esfera da Conciliação Familiar e Benefícios Santander Consumer Portugal, foi possível manter a atribuição da Comparticipação do Passe Social aos seus colaboradores, tendo esta iniciativa uma adesão de 60% dos colaboradores elegíveis.

Conforme referido no início, o ano de 2016 foi fortemente marcado pela transformação da cultura do Grupo, através da divulgação e dinamização do Santander Way, assente em 8 Comportamentos Corporativos: Demonstro Respeito, Escuto com Atenção, Falo Claramente, Cumpro as Promessas, Trabalho com Paixão, Promovo a Colaboração, Apoio as Pessoas e Promovo a Mudança. Foram lançados vários desafios aos colaboradores, por forma a melhor enraizar estes comportamentos nas ações e atitudes do dia-a-dia.

A cultura reflete-se na atuação diária de cada um dos profissionais, com impacto nos resultados obtidos. Com vista a medir o alinhamento da cultura organizacional com a missão e visão do Grupo Santander, o Banco disponibilizou de novo junto de cada colaborador a possibilidade de responder ao “Questionário Global de Compromisso 2016”. Uma ferramenta



And because children are the Future of the World and knowing the importance of family bonds for the well-being of its employees, the Bank held the 2nd edition of the “Santander Pinta” children's competition for children of employees.



In this context and in support of the development of the capacities of the Bank, 10 employees had the opportunity to change position, having an effective recognition on their performance and work.

In the context of Family Conciliation, a Flexiworking program was launched with the aim of encouraging a more Simple, Personal and Fair way of working, promoting the reconciliation of work and family life. In this sense, a series of measures were launched such as Flex Working Hours or Flex Friday, and around 40% of employees have already benefited from these measures.

With the objective of strengthening the importance of families with a balance between personal and professional life, the Human Resources Department has continued to develop initiatives that promote a greater involvement with the company. In the context, in 2016, the Bank held the “Santander Junior Week”, a week of leisure activities and playful teaching initiatives for the children of its employees.

Since children are the Future of the World, and knowing the importance of family ties to the well-being of its employees, the Bank held the 2nd edition of the children's contest “Santander Pinta”, intended for the children of its employees. Every child between the age of 4 and 12 was challenged to prepare a drawing that represented Christmas, guided by their creativity and the Christmas spirit. It was an event full of warmth and happiness, quite suitable for the young children.

Also with regard to Family Conciliation and Benefits at Santander Consumer Portugal, it was possible to maintain the allocations for the Social Pass (“Passe Social”) initiative for its employees, which had a participation rate of 60%.

As mentioned at the beginning of 2016, it was marked to a considerable extent by the transformation of the culture of the Group, through the dissemination and promotion of Santander Way, based on 8 Corporate Behaviours: I show Respect, Listen carefully, Speak Clearly, Keep Promises, Work with Passion, Foster Collaboration, Support People and Promote Change. Several challenges to employees were launched, in order to introduce these behaviours in daily actions and attitudes.

The culture is reflected in the day-to-day activities of each professional with a resulting impact on results achieved. In order to measure the alignment of the organisational culture with the mission and vision of the Santander Group, the Bank has once again provided each employee with the opportunity to respond to the

corporativa, lançada em todas as Unidades do Grupo, que pretende aferir a evolução das várias temáticas consideradas críticas nesta transformação cultural, que vão desde os Processos, Foco no Cliente, Liderança, entre outros. Localmente, a iniciativa contou com uma taxa de participação de 93% e todas as Direções estão empenhadas em desenvolver planos de ação concretos para, em conjunto, conseguirmos ser cada vez mais um Banco Simples, Próximo e Justo.

Promover uma cultura de maior comunicação e reconhecimento foi igualmente uma das preocupações de 2016, visível através do lançamento da nova newsletter do banco, a INSide. Pretende-se partilhar entre todos os colaboradores os acontecimentos e informação de maior relevo, saber mais sobre os nossos colaboradores e dar as boas vindas aos que de novo se juntam à equipa do banco, entre outras. Foi uma iniciativa de sucesso e muito valorizada! Quisemos igualmente assinalar os 10 anos da marca Santander Consumer em Portugal, fato que aconteceu no final do ano no evento de Natal que reuniu todos os colaboradores num ambiente de festa. Foram também reconhecidos os colaboradores com mais de 25 anos de antiguidade.

Em termos de Responsabilidade Social, o Banco associou-se à Associação Boa Vizinhaça, uma associação da Junta de Freguesia de Santo António, à qual o Banco pertence, promovendo junto dos Colaboradores do BSCP uma ação de divulgação e sensibilização para a mesma. Paralelamente, o BSCP patrocinou o evento anual da associação que tem como objetivo angariar fundos para apoio aos residentes e associações da junta de freguesia que se encontrem em dificuldades financeiras.

Património e Serviços Gerais

A área de Património e Serviços Gerais (PSG) manteve a sua atuação focada nas diferentes áreas de intervenção, em concreto:

- Gestão e manutenção das instalações;
- Segurança de pessoas e bens;
- Serviços gerais, no que se refere à condução e acompanhamento de vários serviços de suporte ao negócio e atividade do Banco, como seja arquivo, correio, economato, limpeza e a frota de viaturas do Banco.

Destaca-se o desenvolvimento de uma plataforma de suporte à gestão da atividade de PSG, em concreto na gestão da frota automóvel e a gestão de serviços móveis e telecomunicações, possibilitando uma gestão mais célere e eficiente destes serviços.

"2016 Global Commitment Survey". A corporate tool, launched in all the Group's Units, which aims to assess the evolution of various themes considered critical in this cultural transformation, including Processes, Client Focus, Leadership, among others. Locally, the initiative had a participation rate of 93% and all Departments are committed to developing action plans to together build a more Simple, Personal and Fair Bank.

Promote a culture of greater communication and recognition was also one of the concerns of 2016, as verified through the launch of the new newsletter of the Bank, the INSide. The Bank intends to share the events and information of greater importance with all its employees, and learn more about its staff and welcome those who once again join the Bank's team, among others. A successful initiative and much appreciated! We also wanted to mark 10 years of the Santander Consumer brand in Portugal, which occurred at the end of the year in the Christmas event that joined all of its employees in a festive atmosphere. All employees with more than 25 years of effective service were recognised.

In terms of Social Responsibility, the Bank joined the cause of the Good Neighbourhood Association, an association of the parish council of Santo António, to which the Bank belongs to, promoting activities to raise awareness thereof among the employees of BSCP. In parallel, the BSCP sponsored the annual event of the association that aims to raise funds to support the residents and parish councils in financial difficulties

Assets and General Services

The area of Assets and General Services kept the focus of its activities on certain areas of operation, namely:

- Management and maintenance of facilities;
- Security of People and Goods;
- This entails general services, such as the execution and monitoring of various business support operations and banking activities of the Bank, including archiving, emails, office supplies, cleaning, and the Bank's fleet of vehicles.

Highlights include the development of a platform to support the management of the activity of PSG, particularly, the management of the vehicle fleet and the management of mobile services and telecommunications, enabling faster and more efficient services.

Em relação aos serviços de arquivo e digitalização, e com o objetivo de integrar a gestão documental do BSCP e do ex-BPSA, foi realizado um concurso para prestação de serviços de arquivo e digitalização. Foi possível integrar toda a operação num único prestador de serviços, com maior eficiência ao nível dos custos e mais valias logísticas significativas.

“

Juntos Somos Santander!
Contamos com uma Equipa de Profissionais de excelência que contribuem cada dia para um Banco mais Simples, Próximo e Justo.

“

As to archiving and scanning services, and with the objective of integrating the document management of BSCP and former BPSA, we conducted a tender for the provision of archiving and scanning services. We integrated the entire operation in a single service provider, with a view to increasing efficiency, logistic gains and reducing costs.

“

Together We Are Santander!
We have a Team of Professionals who contribute towards a more Simple, Personal and Fair Bank on a daily basis.

“

1.15

Corporate e Sucursais

Corporate and Branches

Em 2015, com a entrada das marcas do grupo PSA verificou-se um crescimento bastante acentuado, do financiamento automóvel a empresas, pela importância que este segmento de negócio tem para estas marcas.

A Direção de Corporate e Sucursais foi criada com o objetivo de efetuar o seguimento das operações retalho das Sucursais PSA (Lisboa e Setúbal) e dinamizar o negócio empresas.

Esta direção efetua o seguimento, acompanhamento e gestão dos processos, envolvendo entidades relacionadas com o negócio empresas (B2B), desde o momento inicial da negociação, preparação de documentação para análise e decisão do processo ao nível do risco e a posterior gestão e seguimento do cliente. Em complemento, analisa e propõe novos produtos a implementar para esta tipologia de clientes.

O objetivo de 2017 é de crescimento nesta área, com a criação de novos serviços e metodologias, que nos permitirão um crescimento sustentado, na vertente de negócio num segmento tão importante do mercado automóvel nacional.

In 2015, with the entry of the brands of the PSA group, auto financing to businesses registered a fairly strong growth due to the importance of this business segment on these brands.

The Corporate and Branch Department was created to monitor the retail operations of the PSA Branches (Lisbon and Setúbal) and streamline business to business.

This Department follows-up, and monitors process management, involving entities related to business to business (B2B), from the initial stages of negotiation, preparation of documentation for analysis and decision of the case in terms of risk and subsequent management and follow-up of client. Additionally, it analyses and proposes new products in accordance with the type of client.

The goal for 2017 is to grow in this area, with the creation of new services and methodologies leading to sustained growth in the business area, a vital segment in the domestic automotive market.

1.16

Proposta de Aplicação de Resultados

2016 Net Income Distribution

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2016 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 24 388 242, sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada positivo de Euros 24 450 944.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Banco Santander Consumer Portugal ended 2016 with a (individual) Net Positive Result of 24,388,242 Euros, which is calculated on a positive consolidated basis of 24,450,944 Euros.

Taking legal and statutory provisions into account, the Board of Directors proposes the following Appropriation of Profit:

Legal Reserve (10% of individual Net Profit):	Euros 2 438 824;
Distribution of Dividends;	Euros 9,750,000;
Earnings to be carried over on an individual basis:	Euros 12 199 418;
Earnings to be carried over on a consolidated basis:	Euros 12 262 120.

2

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Consolidated Financial Statements

	Pag
Balanço Consolidado	66
Consolidated Balance	
Demonstração dos Resultados e de outro	
Rendimento Integral Consolidados	67
Income Statements and other Consolidated	
Comprehensive Income	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	68
Consolidado	
Statement of Changes in Consolidated Equity	
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	69
Consolidated Cash Flow Statements	

BALANÇO CONSOLIDADO CONSOLIDATED BALANCE

Sheets on december 31, 2016 and 2015
(Amounts expressed in euros)

Assets	Notes	2016			2015
		Gross Assets	Amortisations, provisions and impairment	Net Assets	
Cash and deposits at Central Banks	5	10 023 200	-	10 023 200	15 071 920
Deposits in other credit institutions	6	15 637 244	-	15 637 244	23 832 207
Financial assets held for trading	7	-	-	-	-
Loans to clients	8	1 429 996 962	(94 850 663)	1 335 146 299	1 215 488 509
Non-current assets held for sale	9	808 494	(303 156)	505 338	402 382
Investments in affiliates, associates and joint ventures	10	853 388	-	853 388	2 187 884
Other tangible assets	11	12 544 297	(5 623 659)	6 920 637	7 057 737
Intangible assets	11	12 410 036	(9 348 277)	3 061 758	1 563 280
Current tax assets	12	8 213 506	-	8 213 506	-
Deferred tax assets	12	7 324 125	-	7 324 125	10 669 023
Other assets	13	20 577 999	(7 635 753)	12 942 246	5 067 884
Total Assets		1 518 389 251	(117 761 509)	1 400 627 742	1 281 340 826

Liabilities and Equity	Notes	2016	2015
Central Bank Resources	14	405 000 000	405 009 000
Resources from other credit institutions	14	739 765 387	632 705 490
Resources from clients and other loans	15	7 623 456	3 623 791
Financial liabilities held for trading	7	-	-
Hedging derivatives	7	33 010	249 138
Provisions	16	5 560 129	1 804 723
Current tax liabilities	12	-	14 209 673
Deferred tax liabilities	12	26 528	81 567
Other liabilities	17	81 423 934	70 913 090
Total Liabilities		1 239 432 444	1 128 596 472
Capital	18	66 592 947	66 592 947
Other reserves	19	52 146 464	48 392 662
Retained Earnings	19	18 004 943	19 333 416
Net income		24 450 944	18 425 329
Total Equity		161 195 298	152 744 354
Total Liabilities and Equity		1 400 627 742	1 281 340 826

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS INCOME STATEMENTS AND OTHER CONSOLIDATED COMPREHENSIVE INCOME

For the years ended december 31, 2016 and 2015

(Amounts expressed in euros)

Liabilities and equity	Notes	2016	2015
Interest and similar income	22	54 487 896	54 939 118
Interest and similar charges	22	(8 556 713)	(12,218,889)
FINANCIAL MARGIN		45 931 183	42 720 229
Income from services and commissions	23	20 534 292	18 875 778
Charges with services and commissions	23	(6 226 014)	(3 541 609)
Revenue from capital instruments	24	1 788 761	-
Income from financial operations	25	(18 849)	(43 008)
Other operating income	26	5 990 019	4 143 630
Income from associated companies	27	(1 222 325)	99 182
BANKING PRODUCT		66 777 067	62 254 202
Staff costs	28	(10 742 850)	(9 390 758)
Administrative overheads	29	(14 459 129)	(14,738,560)
Depreciation and amortisation	11	(988 174)	(1 054 457)
Provisions net of reversions and recoveries	16	(3 187 537)	(1 958 592)
Credit impairment net of reversions and recoveries	16	1 135 618	(3 469 786)
Other financial asset impairment net of reversions and recoveries	16	(1 002 068)	(2 947 201)
PROFIT BEFORE TAX		37 532 928	28 694 847
Current taxes	12	(9 792 124)	(20 230 299)
Deferred taxes	12	(3 289 860)	9 960 781
NET INCOME FOR THE YEAR		24 450 944	18 425 329
PROFIT DIRECTLY RECOGNISED IN EQUITY		-	-
COPREHENSIVE INCOME FOR THE YEAR		24 450 944	18 425 329
Number of shares outstanding at the end of the year	18	66 592 947	66 592 947
Earnings per share	34	0,37	0.28

The Annex is an integral part of these financial statements.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO STATEMENT OF CHANGES IN CONSOLIDATED EQUITY

For the years ended december 31, 2016 and 2015
(Amounts expressed in euros)

	Notes	Capital	Other reserves and retained earnings				Total	Net result for the year	Total
			Share Premium	Legal Reserve	Other Reserves	Retaining Earnings			
Balances at 31 December 2014		66 592 947	12 790 664	13 631 404	21 970 594	18 381 840	66 774 502	9 515 776	142 883 225
Appropriation of net income:									
- Transfer to reserves and retained earnings	18/19	-	-	-	-	951 576	951 576	(951 576)	-
Distribution of retained earnings	18/19	-	-	-	-	-	-	(8 564 200)	(8 564 200)
Consolidated net income for the year	18/19	-	-	-	-	-	-	18 425 329	18 425 329
								-	
Balances at 31 December 2015		66 592 947	12 790 664	13 631 404	21 970 594	19 333 416	67 726 078	18 425 329	152 744 354
Appropriation of net income:									
- Transfer to reserves and retained earnings	18/19	-	-	3 753 802	-	14 671 527	18 425 329	(18 425 329)	-
Distribution of retained earnings	18/19	-	-	-	-	(16 000 000)	(16 000 000)	-	(16 000 000)
Consolidated net income for the year	18/19	-	-	-	-	-	-	24 450 944	24 450 944
Balances at 31 December 2016		66 592 947	12 790 664	17 385 206	21 970 594	18 004 943	70 151 407	24 450 944	161 195 298

The Annex is an integral part of these balance sheets.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS CONSOLIDATED CASH FLOW STATEMENTS

For the years ended december 31, 2016 and 2015

(Amounts expressed in euros)

	Notes	2016	2015
Operating flows before variations in assets and liabilities			
Interest, commissions and other similar income received		63 919 795	74 052 127
Interest, commissions and other similar charges paid		(14 690 047)	(17 558 403)
Recoveries on loans previously written off		5 011 435	7 289 721
Payments to suppliers and employees		(26 209 098)	(24 129 317)
Other income		417 671	4 100 622
		28 449 756	43 754 750
(Increases) Decreases in operating assets:			
Loans to clients		(103 115 402)	645 781 115
Acquisition of Assets Banque PSA - Branch office in Portugal		(8 315 800)	(253 226 944)
Other assets and liabilities		(8 580 431)	(26 683 617)
Aquisition of a stake in Santander Consumer Services		-	2 088 702
Increase (decrease) in operating liabilities:			
Resources from Central Banks and other credit institutions		108 201 372	(384 573 775)
Resources from clients and other loans		3 999 665	(2 123 703)
		(7 810 596)	(18 738 222)
Taxes on profits			
		(17 323 707)	(10 667 732)
CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES		3 315 453	14 348 796
Payments relating to fixed assets		(2 347 897)	(2 707 034)
Dividends received from Santander Consumer Services		1 788 761	
CASH FLOWS FROM INVESTMENT ACTIVITIES		(559 136)	(2 707 034)
Dividends paid		(16 000 000)	(8 564 200)
CASH FLOWS FROM FINANCING ACTIVITIES		(16 000 000)	(8 564 200)
Net increase (decrease) in cash and cash equivalents		(13 243 683)	3 077 562
Cash and cash equivalents at the start of the period		38 904 127	35 826 565
Cash and cash equivalents at the end of the period	5,6	25 660 444	38 904 127

The Annex is an integral part of these financial statements.

3

Anexo às Demonstrações
Financeiras Consolidadas
*Notes to the Consolidated
Financial Statements*

1. Informação Geral

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por "BSCP" ou "Banco"), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua atividade em 31 de dezembro de 1996 e sendo detido na sua totalidade pelo Santander Consumer.

O Banco desenvolve as suas atividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a atividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e "Factoring".

A operação de titularização Silk Finance No.3 Limited, iniciada em 2009, teve o seu término ao ser sujeita a uma amortização antecipada a 15 de julho de 2015.

Em 16 de novembro de 2015, o Banco realizou uma nova operação de titularização de créditos denominada Silk Finance No.4. Esta operação é consolidada pelo Banco pelo método integral, uma vez que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios das suas atividades pelo facto de deter a totalidade dos títulos emitidos pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.. Por outro lado, as referidas operações de crédito foram alienadas ao seu valor nominal a esta sociedade de titularização de créditos.

Aquisição da atividade da sucursal do Banque PSA em Portugal

Em 1 de agosto de 2015, o Banco adquiriu, no âmbito do acordo de parceria pan-europeu estabelecido entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA Peugeot-Citroen em 10 de julho de 2014, os ativos da sucursal do Banco BPF, S.A. em Portugal. Este acordo de parceria tem um prazo inicial de 10 anos, podendo ser renovado por acordo entre os contraentes. A transmissão dos ativos entre o Banco e a sucursal do BPF foi formalizado através de um contrato de "transmissão de estabelecimento".

Ainda no âmbito do acordo de parceria entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA, o Banco adquiriu 20% da empresa Santander Consumer Services, S.A. (anteriormente designada "PSA Gestão S.A.") (Nota 10), que desenvolve a sua atividade no Aluguer Operacional de Viaturas ("Renting") e na consignação e venda de viaturas. Os restantes 80% foram adquiridos pelo Santander Consumer Finance, S.A..

1. General information

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (hereinafter referred to as "BSCP" or "Bank"), formerly known as Interbanco, S.A., is a public limited company with its headquarters in Lisbon, having started its activity on 31 December 1996 and is fully owned by Santander Consumer.

The Bank carries out its activities in accordance with the legislation applicable to credit institutions. On 31 December 2016 and 2015, the activity of BSCP was segmented, mainly, in the areas of Consumer Credit, Financial Leasing, Long-term rental (ALD) and "Factoring".

The Silk Finance No.3 Limited securitisation operation, launched in 2009, ended when subjected to an early amortisation on 15 July 2015.

On 16 November 2015, the Bank conducted a credit securitisation operation referred to as Silk Finance No. 4. This operation is fully consolidated by the Bank, as the bank holds the full risks and benefits of its activities by holding all the securities issued by Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.. On the other hand, these credit operations were sold at their nominal value to this credit securitisation company.

Acquisition of the Banque PSA branches activity in Portugal.

On 1 August 2015, the bank acquired the Banco BPF, S.A. branches assets in Portugal under the Pan-European partnership agreement established between the Banco Santander Group and the PSA Peugeot-Citroen Group on 10 July 2014. This partnership agreement has an initial term of 10 years and can be renewed by agreement between the contracting parties. The transmission of assets between the Bank and the BPF branch was formalised by means of a "transfer of undertakings" contract through an "establishment transfer" agreement.

Still under the partnership agreement between the Banco Santander Group and the PSA Group, the bank acquired 20% of Santander Consumer Services, S.A. (formerly known as "PSA Gestão S.A.") (Note 10), that operates in the Renting sector and selling vehicles and consignment industry. The remaining 80% were acquired by Santander Consumer Finance, S.A..

O Banco pagou, em 3 de agosto de 2015, 253.226.944 euros e em 23 de setembro de 2016 depois de realizada a “due diligence”, o valor de 8.315.800 euros relativos ao valor dos ativos e passivos da sucursal do Banco BPF em Portugal.

A parceria em Portugal está assente e num acordo de “Marca Branca – White Label Agreement”, onde o Banco assegura o financiamento da atividade de distribuição das viaturas das marcas Peugeot, Citroen e DS, bem como o apoio de financiamento de stock aos concessionários de peças e automóveis abrangidos pelo protocolo de cooperação. Este acordo prevê a distribuição igualitária dos riscos e benefícios associados à atividade de financiamento a concessionários e a cliente final, relativos às marcas do Grupo PSA, em Portugal.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2017.

2. Bases de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IAS/IFRS), efetivas à data de 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Informação comparativa

– Provisões

O Banco procedeu à alteração de comparativos de 2015 do balanço e da demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, em consequência da decisão do Conselho de Administração do Banco de reclassificar provisões constituídas e registadas em Outros ativos e Outros passivos para provisões no Passivo. Esta reclassificação não teve qualquer impacto no resultado líquido e capital próprio do exercício de 2015 e é imaterial, pelo que o Banco não teve que reexpressar comparativos.

The Bank paid 253,226,944 euros on 3 August 2015 and 8,315,800 euros on 23 September 2016 with respect to the preliminary value of assets of Banco GMP branch in Portugal after the due diligence was carried out.

The partnership in Portugal is based on a White Label Agreement, where the Bank ensures the financing for the vehicle distribution activity of Peugeot, Citroen and DS, and financial support for car dealers and car part dealers under the cooperation protocol. This agreement foresees the equal distribution of benefits and risks associated with the financing activity to dealers and to end clients, relating to the trademarks of the PSA Group, in Portugal.

The consolidated financial statements were approved by the Board of Directors on 22 February 2017.

2. Basis Of Presentation And Main Accounting Policies

2.1. Bases of presentation

The consolidated financial statements were prepared based on the accounting records of the Bank and of its subsidiaries and maintained in accordance with the International Financial Reporting Standards, as adopted by the European Union (IAS/IFRS), with effective date of 1 January 2016.

The Bank's financial statements for the year ended 31 December 2016 are awaiting approval by the General Shareholders' meeting. However, the Board of Directors expects that they will be approved without significant changes.

2.2 Comparative information

- Provisions

The Bank amended comparative figures for 2015 of the balance sheet and income statement and other comprehensive income as a result of the decision of the Bank's Board of Directors to reclassify provisions constituted and registered under Other assets and Other liabilities for provisions under Liabilities. This reclassification had no impact on the net income and equity for 2015 and is immaterial, and the Bank did not have to restate comparative information.

As notas anexas alteradas pela reclassificação referida acima encontram-se devidamente identificadas. As alterações efetuadas nos comparativos encontram-se detalhadas nos mapas abaixo:

The accompanying notes amended by the reclassification referred to above are properly identified. The comparative changes are detailed in the maps below:

Balance sheet	Notes	Balance reported 31/12/2015	Impact correction provisions	Adjusted balance 31/12/2015
Assets				
Other assets	13	4 510 832	557 052	5 067 884
Liabilities				
Provisions	16	-	(1 804 723)	(1 804 723)
Other liabilities	17	(72 160 761)	1 247 671	(70 913 090)

Statement of income and other comprehensive income	Notes	Balance reported 31/12/2015	Impact correction provisions	Corrected balance 31/12/2015
Charges with services and commissions	23	5 339 514	(1 797 905)	3 541 609
Provisions net of reversals and recoveries	16	-	1 958 592	1 958 592
s net of reversals and recoveries	16	3 107 889	(160 688)	2 947 201

2.3. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

-Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

- Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Initiative” - Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser

2.3 Adoption of (new and revised) standards issued by the International Accounting Standards Board (IASB) and the interpretations issued by the International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), as adopted by the European Union

-Adoption of new standards and interpretations, amended and reviewed

The following standards, Interpretations, amendments and revisions endorsed by the European Union will be compulsory for the first time in the year ended 31 December 2016:

- Amendment to standard IAS 1 – Presentation of Financial Statements – Disclosure Initiative - This amendment clarifies certain aspects related to the disclosure initiative, namely: (i) the entity should not hinder the intelligibility of the financial statements through the aggregation of material items with immaterial items or through the aggregation of material items from different sources; (ii) the disclosures specifically requested by IFRS are only required if the information is material; (iii) the line items in the financial statements specified by IAS 1 can be aggregated or disaggregated, whichever is more relevant to the objectives of the financial reporting; (iv) the part of the other comprehensive income resulting from the application of the equity method in associates

apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:

- uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;
- uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;
- informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e
- outra informação na quarta secção.

- Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis - Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.

- Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção – Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.

- Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados – Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

- Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.

- Emenda à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas – Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação

and joint agreements must be presented separately from the other elements of the other comprehensive income also segregating the items that might be reclassified to the income statement if not reclassified; (v) the structure of the notes must be flexible and should follow the following order:

- a statement of compliance with the IFRS in the first section of the notes;
- a description of the relevant accounting policies in the second section;
- supporting information for items of the financial statements in the third section; and
- other information in the fourth section.

- Amendment to IAS 16 - Tangible fixed assets and IAS 38 - Intangible Assets - Acceptable depreciation methods - This amendment establishes the presumption (which may be refuted) that revenue is not an appropriate basis to amortise an intangible asset and prohibits the use of revenue as the basis for depreciation of tangible fixed assets. The presumption established for depreciation of intangible assets can only be refuted when intangible assets are expressed in terms of the income generated or when the use of economic benefits is highly correlated with the revenue generated.

- Amendment to IAS 16 – Tangible fixed assets and IAS 41 – Agriculture – Production plants – This amendment excludes plants that produce fruit or other components designed to harvest and/or removal from the scope of IAS 41, being covered by IAS 16.

- Amendment to IAS 19 – Employee benefits – Employee's contributions – Clarifies under which circumstances the employee's contributions for post-employment benefit plans are a cost reduction with short-term benefits.

- Amendment to IAS 27 – Application of the equity accounting method in the separate financial statements – This amendment introduces the possibility of measuring the interests in subsidiaries, joint agreements and associated in separate financial statements by the equity method, in addition to the current measurement methods. This amendment is applied retrospectively.

- Amendment to IFRS 10 – Consolidated financial statements, IFRS 12 - Disclosures related to shareholdings in other entities and IAS 28 - Investments in associates and jointly controlled entities – These amendments clarify certain aspects related to the exception to consolidation by investment entities.

da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento. Adicionalmente, vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

- Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos – Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012) – Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de vesting condition; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014) – Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser

Adicionalmente, these amendments eliminate an existing conflict between the standards, related to the sale or with the contribution of assets between the investor and the associate or between the investor and the joint venture.

- Amendment to IFRS 11 – Joint agreements – Accounting for acquisitions of interests in joint agreements – This amendment is related to the acquisitions of interests in joint agreements. Establishes the mandatory application of IFRS 3 when the joint operation acquired constitutes a business activity in accordance with IFRS 3. When the joint operation in question does not constitute a business activity, the transaction should be recorded as an asset acquisition. This amendment has a prospective application for the new acquisitions of interests.

- Improvements to the International Financial Reporting Standards (2010-2012 cycle) – These improvements clarify certain aspects related to: IFRS 2 - Share-based payments: definition of vesting condition; IFRS 3 - Business combination: accounting for contingent payments; IFRS 8 - Operating segments: disclosures relating to the judgement applied in relation to the aggregation of segments and clarification on the need for reconciliation of total assets by segment with the value of assets in the financial statements; IAS 16 - Tangible fixed assets and IAS 38 - Intangible assets: need for a proportional reassessment of accumulated amortisation in the case of revaluation of fixed assets; and IAS 24 - Related party disclosures: defines that an entity that provides management services to the Company or its parent company is considered a related party of the entity; and IFRS 13 - Fair value: clarifications concerning the measurement of short-term receivables or payables.

- Improvements to the International Financial Reporting Standards (2012-2014 cycle) – These improvements clarify certain aspects related to: IFRS 5 - Non-current assets held for sale and discontinued operations: introduces guidance as to how to proceed in case of amendments regarding the expected realisation method (sale or distribution to shareholders); IFRS 7 Financial instruments: disclosure: clarifies the impacts of contracts for monitoring assets within the disclosures associated with continued involvement of derecognised assets, and exempts interim financial statements from disclosures required for the compensation of financial assets and liabilities; IAS 19 - Employee benefits: defines that the rate to be used for employee benefits discounting purposes should be determined

determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrente da adoção das normas e interpretações acima referidas

-Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Normas Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após:
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	1-Jan-17 Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;

by reference to high-quality corporate bonds which have been issued in the currency in which the benefits shall be settled; and IAS 34 - Interim financial reporting: clarification on the procedures to adopt when the information is available in other documents issued in conjunction with the interim financial statements.

The adoption of the standards and interpretations referred to above will not have a significant impact on the financial statements of the Bank for the year ended 31 December 2016.

-Standards, interpretations, amendments and revisions that shall enter into force in future financial years

The following standards, interpretations, amendments and revisions with mandatory applicability in future economic years, were until the approval date of these financial statements, endorsed by the European Union:

Standards Interpretation	Applicable in the European Union in the financial years beginning on or after
IFRS 9 - Financial instruments (2009) and subsequent amendments	1-Jan-17 This standard is part of the draft revision of IAS 39 and establishes the new requirements for the classification and measurement of financial assets and liabilities to the impairment calculation methodology for the application of hedge accounting rules. This standard is mandatory for the financial years beginning on or after 1 January 2018;

Normas Interpretação	Aplicável na U.E. nos exercícios iniciados em ou após:
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	1-Jan-17 Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rêdito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rêdito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rêdito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;

No âmbito da implementação da IFRS9, encontra-se em curso um projeto para a implementação da mesma que teve início no decorrer do exercício de 2016. À data da divulgação destas demonstrações financeiras ainda não se encontravam apurados os impactos decorrentes da referida implementação.

Standards Interpretation	Applicable in the European Union in the financial years beginning in or after:
IFRS 15 – Revenue from contracts with clients	1-Jan-17 This standard introduces a revenue recognition structure based on principles and on a model to be applied to all contracts concluded with clients, replacing the IAS 18 standards - Revenue, IAS 11 - Construction contracts; IFRIC 13 - Client loyalty programs, IFRIC 15 - Agreements for the construction of buildings, IFRIC 18 - Transfers of assets from clients and SIC 31 - Revenue - Barter transactions involving advertising services. This standard is mandatory for the financial years beginning on or after 1 January 2018;

As part of the implementation of IFRS9, a project for the implementation of IFRS9 is under way which began during 2016. At the date of disclosure of these financial statements, the impacts arising from the said implementation were not yet established.

-Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- Standards, interpretations, amendments and revisions not yet adopted by the European Union

The following standards, interpretations, amendments and revisions with mandatory applicability in future economic years, were not until the approval date of these financial statements, endorsed by the European Union:

**Normas
Interpretação**

Emenda à IAS 7 – Revisão às divulgações	Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.
Emenda à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais. Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.
Emenda à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento	Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;

**Standards
Interpretation**

Amendment to IAS 7 – Revision to disclosures	This amendment is still subject to the endorsement process by the European Union This amendment introduces an additional disclosure to the changes of financing liabilities, broken down between transactions that give rise to cash flows and those that do not, and how this information reconciles with the cash flows from financing activities of the Cash Flow Statement.
Amendment to IAS 12 – Income tax	Recognition of deferred tax assets on potential losses This amendment is still subject to the endorsement process by the European Union This amendment clarifies the accounting for deferred tax assets related to assets measured at fair value, how to estimate future taxable income when there are deductible temporary differences and how to assess the recoverability of deferred tax assets when there are restrictions in the tax law.
Amendment to IAS 40 – Transfer from investment property	This amendment is still subject to the endorsement process by the European Union This amendment clarifies that assets can only be transferred to and from the investment property category when there is evidence of change in use. The change of intention of management is not enough to make the transfer. This standard is mandatory for the financial years beginning on or after 1 January 2018;

Emenda à IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações	Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;	Amendment to IFRS 2 - Classification and measurement of share-based payment transactions	This amendment is still subject to the endorsement process by the European Union. This amendment clarifies the measurement basis for cash-settled share-based payment transactions and the accounting for changes to a share-based payment plan that change its cash-settled to equity-settled. Furthermore, it introduces an exception to the principles of IFRS 2, which requires that a share-based payment plan to be treated as if it were fully equity-settled, when the employer is required to withhold tax from the employee and pay that amount to the tax authority. This standard is mandatory for the financial years beginning on or after 1 January 2018;
Emenda à IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.	Amendment to IFRS 4 – Insurance contracts (application of IFRS 4 with IFRS 9)	This amendment is still subject to the endorsement process by the European Union. This amendment gives the entities that negotiate insurance contracts the option to recognise the volatility that may result from the application of IFRS 9 before the new insurance contract standard is published in Other comprehensive income instead of being recognised in the income statement. Additionally, a temporary exemption is given to the application of IFRS 9 until 2021 to entities whose main activity is insurance. This exemption is optional and does not apply to consolidated financial statements that include an insurance entity. This standard is mandatory for the financial years beginning on or after 1 January 2018.
Emenda à IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018.	Amendment to IFRS 15 – Revenue from contracts with clients	These amendments are still subject to the endorsement process by the European Union. These amendments refer to the following additional indications for determining the performance obligations of a contract, at the time of recognition of revenue from an intellectual property license, to the review of the indicators for the classification of the principal relation versus agent, and to the new schemes provided to simplify the transition. This standard is mandatory for the financial years beginning on or after 1 January 2018.

IFRS 16 – Locações	Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.	IFRIC 16 - Leases	This standard is still subject to the endorsement process by the European Union. This new standard replaces IAS 17 with a significant impact on accounting by lessees who are now required to recognise a lease liability reflecting future lease payments and a "right of use" asset for all leases, except certain short-term leases and low value assets. The definition of a lease contract has also been changed, is now based on the "right to control the use of an identified asset". This standard is mandatory for the financial years beginning on or after 01 January 2019.
Melhoramentos das normas internacionais de relato	Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.	Improvements to the International Financial Reporting Standards	This improvement cycle is still subject to the endorsement process by the European Union. This improvement cycle affects the following standards: IFRS 1, IFRS 12 and IAS 28.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

These standards have not yet been endorsed by the European Union and, as such, were not applied by the Bank in the year ended 31 December 2016.

2.4. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, foram as seguintes:

a. Consolidação de empresas filiais e outras entidades estruturadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa direta ou indiretamente e outras entidades estruturadas relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua atividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efetivo sobre as atividades relevantes das entidades filiais e estruturadas estando sujeito ao retorno variável dessas entidades. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efetiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

24. Summary of the main accounting policies

The most significant accounting policies used in the preparation of the consolidated financial statements of the Bank were as follows:

a) Consolidation of subsidiary companies and other structured entities

The consolidated financial statements include the Bank, subsidiary companies in which it directly or indirectly holds part of the equity and other structured entities for which the Bank retains most of the benefits and risks related to its activity.

Subsidiaries are entities in which the Bank has effective control over the relevant activities of the subsidiaries and structured entities and is subject to the variable return from these entities. Control is presumed whenever the bank owns a majority stake of the share capital or voting rights.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades estruturadas são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transações ocorridos no exercício entre as empresas objeto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das filiais e das entidades estruturadas são ajustadas de forma a refletir a aplicação das políticas contábilísticas adotadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efetiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transações realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades consolidadas incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é refletido na rubrica "Interesses que não controlam".

De acordo com a Norma IFRS 10, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades estruturadas constituídas no âmbito de operações de titularização, ao estar exposto ou detendo direito sobre os resultados das entidades, e ao deter o poder de afetar os resultados das entidades, através do controlo que exerce sobre estas. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Banco efetua a consolidação integral da entidade Silk Finance No. 4. Não existem outras entidades no perímetro de consolidação do Banco (ver nota 34).

b. Investimentos em associadas

São consideradas empresas associadas aquelas em que o Banco exerce, direta ou indiretamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira mas não detém o controlo da empresa. O Banco presume que existe influência significativa quando a participação no capital é superior a 20%.

As empresas associadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Segundo este método, o valor do investimento inicialmente reconhecido pelo custo é ajustado pela alteração, posteriormente à aquisição, do valor dos ativos líquidos da empresa associada na proporção detida pelo Banco.

The financial statements of subsidiaries and of structured entities are included in the consolidation using the full consolidation method. Accordingly, all balances and effects of the transactions between consolidated companies are eliminated on consolidation. The financial statements of the subsidiaries and of the structured entities are adjusted in order to reflect the application of the accounting policies adopted by the Bank, where necessary.

The consolidated net result results from the aggregation of the individual results of the Bank and of other entities included within the scope of consolidation, in proportion to the effective percentage held, plus the additional effects of adjustments that are required, in particular those arising from transactions between these entities.

In addition, the amount corresponding to the interest held by third parties in the stockholder's equity of the consolidated entities included in the consolidation, where applicable, is under the heading "Non-controlling interests".

In accordance with the standard IFRS 10, the Bank included in its consolidated financial statements the structured entities set up under securitisation operations, by being exposed to or entitled to the profits of the entities, through the control it exercises over them. On 31 December 2016 and 2015, the Bank performed the full consolidation of Silk Finance No. 4. There are no other entities within the scope of consolidation of the Bank (see note 34).

b. Investments in Associates

Associates are those in which the Bank, directly or indirectly, exercises a significant influence on its management and its financial policies, but does not control the company. The Bank presumes that significant influence exists when the equity share is more than 20%.

The associate companies are accounted for under the equity method. Under this method, the investment amount initially recognised at cost is adjusted by the change, after the acquisition, by the net asset value of the associated company in proportion to the respective interest of the Bank.

c. Concentração de atividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efetuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transação, dos ativos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos diretamente suportados na transação, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva (“goodwill”), é registada como um ativo intangível. O “goodwill” não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respetivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” gerado em operações de concentração de atividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 e, consequentemente, o “goodwill” gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de atividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos ativos e passivos com referência à data de incorporação.

d. Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber registados na rubrica de “Outros Ativos”. No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos diretamente atribuíveis à origem da operação. Subsequentemente, estes ativos são registados pelo seu custo amortizado, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

c. Business combinations

The accounting for the acquisition of subsidiaries is recorded in accordance with the acquisition method, by which the cost of acquisition must correspond to the fair value, on the transaction date, of the assets acquired and liabilities assumed or incurred, plus costs directly incurred in the transaction, in accordance with the requirements of IFRS 3 - “Business Combinations”. The difference between the acquisition cost and the interest acquired at the fair value of identifiable assets, liabilities and contingent liabilities, when positive (“goodwill”) is recognised as an intangible asset. The “goodwill” is not amortised, as it is subject to periodic impairment tests. The recognised impairment losses cannot be reversed.

Whenever the fair value of the interest acquired exceeds the respective acquisition cost, the net difference is recognised as income for the year.

Until 1 January 2004, in accordance with the accounting policies established by the Bank of Portugal, the “goodwill” generated from business combination transactions were fully recognised against stockholder's equity at the time of the acquisition of the subsidiaries. As permitted by IFRS 1, the Bank did not retrospectively apply the requirements of IFRS 3 for transactions occurring prior to 1 January 2004 and, consequently, the “goodwill” generated in these transactions remained under reserves.

The business combinations involving entities under common control is recorded by the pooling of interest's method, with the carrying amounts of the assets and liabilities on the date of acquisition being kept.

d. Financial instruments - Debt and other receivables

These are financial assets with fixed or determinable payments that are not quoted in an active market. This category includes loans granted to clients, investments in credit institutions and other receivables recorded under the line item “Other assets”. Upon initial recognition, these assets are recorded at fair value, plus other costs and income directly attributable to the origination of the transaction. Subsequently, these assets are recorded at their amortised cost, deducted from accumulated impairment losses.

i. Crédito Concedido

Locações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efetuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efetuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de “factoring”

As faturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no ativo, na rubrica “Crédito a clientes – Factoring”, a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de “Outros passivos – credores por contratos de factoring” (Nota 18), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respetiva data de vencimento da fatura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente é registado pelo seu custo amortizado.

ii. Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

i. Loans Granted

Leasing

Loans granted to clients through leasing transactions are recorded as a receivable at the net value of the investment made by the Bank on the date of acquisition of the leased assets (acquisition cost, net of discounts obtained or rent advances made by clients).

The repayment of outstanding loans is calculated using the amortisation criterion. According to this method, amortisation is calculated taking into account the implicit interest rate, resulting from the principal paid, the agreed instalment plan and the residual value of the contracts.

Factoring operations

Invoices or other documents assigned by the Assignees for billing are recorded in assets under the line item “Loans and receivables - Factoring”, which is transacted together with the contra-account “Other liabilities - Debt with factoring contracts” (Note 18), in the amount to be paid to the respective Assignee after the due date of the invoice. Contract advances on the amount of loans taken in the factoring transactions without recourse are recorded as a debit to the respective line item under liabilities.

Consumer credit transactions

Loans granted to clients to finance purchases on credit and under the current accounts system, are recognised at amortised cost.

ii. Overdue loans and interest

Under this line item the principal, interest, Value Added Tax (VAT) and other amounts overdue and not collected are recorded, net of the cancelled interest. These amounts are recorded by classes of delay, counted from the start of the default date.

Rents and other past due amounts that remain uncollected, relating to the same contract, are recorded in the risk category in which the amounts have been outstanding for a longer period of time

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis. As recuperações posteriores de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

iii. Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à origem do crédito, são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de faturas em operações de "factoring" sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

iv. Reportes

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

e. Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Banco efetua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de "Crédito concedido e outros valores a receber". Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- Tipo de negócio;
 - Operações de "factoring";
 - Aluguer de longa duração (ALD);
 - Crédito ao consumo;
 - Operações de leasing mobiliário;
 - Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks);
 - Crédito pessoal;

Under this heading the credits for leasing transactions are also recorded, for which the contracts have been terminated, however the respective assets have not been recovered. In these situations, the amount recorded under overdue loans and interest includes the capital falling due on the date of termination.

The Bank proceeds to write-off the credits when the transactions are considered to be uncollectible. The subsequent recoveries of loans written-off from assets are reflected in the profit and loss account under the heading "Other operating income".

iii. Recognition of income and costs

The interest from loans, as well as commissions paid and received relating to the origination of the loan are recognised based on the effective interest method, over the term of the transaction.

The commissions associated with acceptance of invoices in factoring transactions without recourse are fully recognised when received. The impact of the deferral of these commissions would not be significant for the consolidated financial statements of the Bank.

iv. Reports

Securities sold under repurchase agreements are kept in the portfolio where they were originally recorded. The funds received are recorded on the settlement date, in its own liabilities account, with the interest amount accrued.

e. Impairment of financial assets at the amortised cost - loans granted and other receivables.

The Bank performs impairment analysis of the headings "Loans granted and other receivables" on a quarterly basis. For this purpose, the loan portfolio is broken down as follows:

- Type of business;
 - Factoring operations;
 - Long-term rental (ALD);
 - Consumer credit;
 - Leasing of movable property;
 - Loans to companies (liquidity support and financing the acquisition of shares);
 - Personal credit;

- Cartões de crédito;
- Crédito Intersolução (financiamento automóvel sob a forma de conta corrente, com obrigatoriedade de um pagamento mínimo mensal por parte do devedor);
- Crédito automóvel migrado da sucursal do Banque PSA em Portugal; e
- Outros créditos migrados da sucursal do Banque PSA em Portugal (inclui Aluguer de longa duração (ALD) e operações de leasing mobiliário)

• **Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente.**

- Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário);
- Aquisição de automóvel em estado novo;
- Aquisição de automóvel em estado usado; e
- Aquisição de outros bens e serviços.

• **Tipo de processo de renegociação, para créditos que tenham sido reestruturados:**

- Recondições (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso inferior a 90 dias);
- Refinanciamentos (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso entre 90 e 180 dias); e
- Acordos de pagamento (operações resultantes da renegociação de contratos que apresentavam atraso superior a 180 dias).

A metodologia de análise de imparidade adotada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efetuada individualmente para ativos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e coletivamente para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo. Dadas as características da atual carteira de crédito do Banco, apenas são efetuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring, crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base coletiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico

- Credit cards;
- Crédito Intersolução (automotive financing in the form of a current account, with the obligation to pay a minimum monthly payment by the debtor);
- Automobile loans migrated from Banque PSA branches in Portugal; and
- Other loans migrated from Banque PSA branches in Portugal (include long-term rental (ALD) and leasing)

• **Risk level attributed to clients based on criteria defined internally.**

- Nature of financed goods (in relation to the ALD business, consumer credit and leasing);
- Acquisition of a new vehicle;
- Acquisition of a used vehicle; and
- Acquisition of other goods and services.

• **Type of renegotiation process for credits which have been restructured:**

- Renewals (operations that resulted from the renegotiation of contracts which were delayed by less than 90 days);
- Refinancing (operations that resulted from the renegotiation of contracts which were delayed by 90 to 180 days); and
- Payment agreements (operations that resulted from the renegotiation of contracts which were delayed by more than 180 days);

The impairment assessment methodology adopted by the Bank provides, in a first stage, the identification of credits with signs of impairment. This identification is performed individually for financial assets for which the added value is considered individually significant, and collectively for assets homogeneous groups where their individual amount is not significant. Given the characteristics of the current loan portfolio of the Bank, individual analyses are only performed on the Debtors for factoring transactions, loans granted to companies to support treasury, with the remainder of the portfolio being analysed on a collective basis.

IAS 39 identifies certain events which are regarded as being indicators of the existence of impairment in financial assets carried at amortised cost, in particular, breach of contractual conditions (evidenced, for example, by late rent payments), loan restructuring or financial difficulties of the debtor. These indicators are considered by the Bank in the analysis, as well as others that result from the better understanding of the clients and the historical behaviour of the portfolio in relation

da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a ativos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respetivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Adicionalmente, o Banco calcula perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento e das probabilidades de incumprimento associadas ao rating interno do cliente e, quando este não estiver disponível, ao rating interno do aderente, e regista este montante como perda por imparidade na parte em que exceda o total de perdas de imparidade que resulta da análise descrita no parágrafo anterior.

Para ativos analisados coletivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efetiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percecionado pelo Banco, o qual foi estimado em três meses.
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento ("default"). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição atual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

to defaults and recovery levels.

With regard to assets analysed individually for which evidence of impairment is identified, the Bank estimates the respective recoverable amount. The impairment corresponds to the difference between the carrying amount of these loans and the estimated realisable amount where this is lower than the first.

Additionally, the Bank calculates impairment losses due to the expected loss in the case of default and the probability of default associated with the client's internal rating and, when this is not available, the internal rating of the assignee, with this amount being recorded as impairment loss to the extent that it exceeds the total of impairment losses resulting from the analysis described in the preceding paragraph.

For assets analysed collectively, the future cash flows expected to be received are estimated based on the historical information on the behaviour of the assets with similar characteristics, which is subsequently discounted at the effective interest rate of the transactions. Under the model developed by the Bank, classification criteria of the transactions have been identified for the segments defined above, as well as conditions representative of the different levels of risk to consider in the determination of impairment, which are described below:

- Definition of the period required for the loss event, in transactions that are in good standing at the time of analysis, to be perceived by the Bank, which was estimated at three months.
- Classification of the transactions based on the period of delay identified, including transactions without signs of impairment (under normal circumstances), transactions with impairment indications (with outstanding instalments) and transactions in default. The transactions are considered to be in default whenever the delinquency period exceeds 90 days.
- Determination of probability of default, which is a function not only of the current position of the portfolio, but also of its past behaviour.
- Determination of the estimated recovery amounts after default, which include the costs to be incurred in the recovery process.

Os créditos que sejam objeto de processo de renegociação são registrados nas aplicações operacionais como novos créditos, pelo que o Banco introduziu um conjunto de pressupostos relacionados com a classificação destes créditos:

- “Reconduções” – são classificados no modelo como créditos em situação normal;
- “Refinanciamentos” – inicialmente são classificados no modelo como créditos “em default”, havendo a possibilidade de transitarem para o segmento “regular” caso não apresentem prestações em atraso durante um período determinado em função do respetivo prazo residual do empréstimo:
 - 3 meses se o prazo residual for inferior a 24 meses;
 - 9 meses se o prazo residual for superior ou igual a 24 meses mas inferior a 60 meses; e
 - 12 meses se o prazo residual for igual ou superior a 60 meses.
- “Acordos de pagamento” – ficam sempre classificados no modelo como “em default”, mesmo que não voltem a apresentar qualquer prestação em atraso.

Face à inexistência de informação histórica para os segmentos onde se encontram os créditos adquiridos à PSA na sequência da operação descrita na Nota 1, para efeitos de cálculo dos fatores de risco destes segmentos, o Banco teve de considerar um conjunto de pressupostos e simplificações adicionais para estimar as respetivas perdas por imparidade de acordo com o IAS 39, as quais tiveram por base essencialmente algumas análises comparativas das características de risco destes segmentos face aos segmentos comparáveis de créditos originados no Banco.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do ativo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica “Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações”, líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao ativo, ocorridas no período.

f. Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo). Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo) são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

The loans which are the object of a renegotiation process are recorded under the financial instruments as new loans, for which the Bank introduced a number of assumptions related to the classification of these loans:

- Renewals" - classified in the model as loans under normal circumstances;
- Refinancing" - are initially reported in the model as loans "in default", with the possibility of transitioning to the "good standing" category if there are no late payments for a certain period determined based on the respective residual term of the loan:
 - 3 months if the residual maturity is less than 24 months;
 - 9 months if the residual maturity is more or equal to 24 months but less than 60 months; and
 - 12 months if the residual maturity is equal or more than 60 months.
- "Payment agreements" - are always classified as "default" in the model, even if there are no late payments.

In the absence of historical information for the sectors where the credits were acquired from PSA following the transaction described in Note 1, for the purposes of calculation of risk factors of these sectors, the Bank had to consider a set of assumptions and additional simplifications to estimate the impairment losses in accordance with IAS 39, which were essentially based on some comparative analysis of the risk characteristics of these segments vis-à-vis comparable segments originated in the Bank.

The change in the calculated impairment values (difference between the carrying amount of the asset and its estimated recovery value) is recorded in costs for the period under the heading "Loan impairment net of reversions and recoveries" net of the value of the recovery of principal and interest, previously written-off for the asset, during the period.

f. Financial assets and liabilities held for trading

Financial assets held for trading include trading derivatives with net receivables (positive fair value). Trading derivatives with net amount payable (negative fair value) are included under the heading financial liabilities held for trading.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivativos que não são transacionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

g. Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de Bancos Centrais, de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Banco, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica “Outros passivos”.

h. Contabilidade de cobertura – derivativos de cobertura e instrumentos cobertos

O Banco designa como instrumentos de cobertura os derivativos contratados para cobertura do risco de taxa de juro de conjuntos de operações, nomeadamente de carteiras de crédito – macro-cobertura do justo valor.

O Banco dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transação inicial, a carteira de operações que está a ser coberta, a estratégia de cobertura e tipo de risco coberto, os derivativos de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Banco testa a eficácia retrospectiva e prospetiva das coberturas comparando a variação do justo valor dos elementos cobertos, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor dos derivativos de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

Os instrumentos derivados de cobertura são registados ao justo valor no ativo ou no passivo, em função de apresentarem valor líquido a receber ou a pagar, respetivamente, e os ganhos e perdas resultantes da sua reavaliação são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de ativos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos

Financial assets and liabilities held for trading are initially recognised at fair value. Gains and losses resulting from the valuation subsequent to the fair value are recognised in the income statement.

The fair value of derivatives that are not traded on stock exchanges is estimated based on the amount that would be received or paid to settle the contract on the date being analysed, while considering the prevailing market conditions and the creditworthiness of the counterparties.

g. Financial liabilities

Financial assets held for trading include trading derivatives with net receivables (positive fair value). Trading derivatives with net amount payable (negative fair value) are included under the heading financial liabilities held for trading.

h. Hedge accounting - hedging derivatives and hedged instruments

The Bank designates as hedging instruments the derivatives contracted to hedge the interest rate risk of pools of transactions, including loan portfolios - macro-hedges at fair value.

The Bank has at its disposal formal documentation of the hedging relation identified, in the initial transaction, the portfolio of transactions that is to be hedged, the hedge strategy and type of risk hedged, hedge derivatives and the methods used to demonstrate the effectiveness of the hedge.

Every month, the Bank tests the retrospective and prospective effectiveness of the hedges by comparing the change in fair value of the hedged items, attributable to the hedged risk, with the change in fair value of the hedging derivatives, with the relationship between the two, being in the range of 80% and 125%.

The hedging derivative instruments are recorded at fair value as assets or liabilities, depending on the present net amount receivable or payable, respectively, and the gains and losses resulting from the revaluation are recorded in the profit or loss account. The gains and losses from changes in fair value of financial assets covered, corresponding to the hedged risk are also recognised in

em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos ativos cobertos.

Um ativo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberta (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por a variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos, em relação aos quais foi aplicado o método da taxa de juro efetiva, atribuível ao risco coberto é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

i. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

j. Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

A depreciação destes ativos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apresentam o seguinte detalhe:

k. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

the profit or loss account, with the counterpart being the carrying amount of the hedged assets.

An asset or liability may have only one part or component of the fair value hedged (interest rate, foreign exchange risk or credit risk), provided that the effectiveness of the hedge can be measured separately.

If the hedging relationship ceases to exist, by the relative change in fair value of the derivatives and the hedged instruments, falling outside the range between 80% and 125%, the derivatives are reclassified as held for trading and the value of the revaluation of the hedged instrument, to which the effective interest method was applicable, is attributable to the hedged risk and is recognised in the profit or loss account over the remaining term of the transaction.

i. Balances and transactions denominated in foreign currency

All assets and liabilities denominated in foreign currencies are translated into euros using the exchange rate prevailing as of the balance sheet date.

The favourable or unfavourable differences in exchange rates, arising from differences between the exchange rates prevailing at the transaction date and at the date of collection, payment or the balance sheet date, are recorded as income or expense in the income statement for the period.

j. Other tangible assets

Tangible assets are registered at acquisition cost, deducted of depreciation and cumulative impairment losses. The reparation and maintenance costs as well as other expenses associated to their use are recognised as costs in the year under the heading “General administrative overheads”.

The depreciation of these assets is calculated by the straight-line method on a systematic basis over the estimated useful life of the asset, which on 31 December 2016 and 2015 are as follows:

k. Intangible assets

Intangible assets relate mainly to software, which is amortised according to the straight-line method, during a period of three years.

	Anos
Real Estate	50
Equipment and furniture	4 - 10
Computer equipment	3 - 10
Other tangible fixed assets	3 - 10

I. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos recuperados na sequência da rescisão de contratos de crédito e locação financeira encontram-se registados na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda", pelo menor entre o justo valor dos ativos recebidos em dação e o valor do crédito em dívida à data da rescisão.

Em 31 de dezembro 2016 e 2015 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes ativos são objeto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax) e sujeito a um ajustamento em função da informação histórica sobre o diferencial entre o valor da venda das viaturas e o respetivo valor líquido contabilístico à data da venda, para as vendas ocorridas no trimestre anterior. O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes ativos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os ativos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a depreciação.

m. Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado; e
- Comissões pela realização de um ato significativo – tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um ato significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

I. Non-current assets held for sale

The assets recovered following the termination of leasing contracts are recorded under the heading "Non-current assets held for sale", by the lower between the fair value of the assets received in exchange for loans and the value owed on the loans on the date of termination.

On 31 December 2016 and 2015 this heading included vehicles received as payment in kind for overdue loans. These assets are subject to periodic evaluations, and its fair market value determined according to the Automotive industry's reference tables (Eurotax), which is subject to an adjustment based on the historical information on the difference between the sales value of the vehicles and the respective net book value on the date of sale, for sales that occurred in the previous quarter. The Bank recognises impairment losses whenever the fair market value of these assets (net of costs incurred on the sale) is lower than the value at which they are recorded.

Assets received as in kind payment are not subject to depreciation.

m. Commissions for services rendered

The commissions charged to clients for services rendered are recognised in accordance with the following criteria:

- Commissions for ongoing services rendered- these commissions are recognised on a straight-line basis over the period during which the service is provided; and
- Commissions for carrying out a significant act - these are commissions designated for compensating the performance of a significant act, being registered at the time the service is provided.

1.
The insurance commissions received by the Bank from insurance companies comply with the commissions relating to insurance premiums charged to clients within the framework of financing contracts. The Bank recognises these commissions in the profit and loss statement at the maturity date of the insurance premiums. In the case of early termination of loan or if the client

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respetiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

n. Especialização de exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

o. Impostos correntes e diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2016 e 2015 foi de 22,5%.

Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

- Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:
- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável (21% para o exercício de 2015);
Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2015); e,
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados (igual ao exercício de 2015):
 - Menor do que 1.500.000 euros - 0%;
 - Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros - 3%;
 - Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros - 5%;
 - Maior do que 35.000.000 euros - 7%.

O quantitativo da parte do lucro tributável que exceda (euro) 1 500 000:

- Quando superior a (euro) 7 500 000 e até (euro) 35 000 000, é dividido em duas partes:
 - uma, igual a (euro) 6 000 000, à qual se aplica a taxa de 3 %;
 - outra, igual ao lucro tributável que exceda (euro) 7 500 000, à qual se aplica a taxa de 5%;

decides to terminate the insurance policy, the remaining part of the premium is returned to the client and the Bank recognises the annulment of the corresponding commission in the profit and loss statement. It must be noted that the bank records an estimate of the cost involved with these situations each year.

n. Accrual basis

The Bank adopts the accrual basis as the accounting principle for the vast majority of line items in the financial statements. Thus, the costs and income are recorded as they are generated, regardless of the time of payment or receipt.

o. Current and deferred taxes

The Bank is subject to taxation according to the Corporate Income Tax (IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) regime and the corresponding Municipal Tax, which had an aggregate tax rate in the 2016 and 2015 periods of 22.5%. In addition, the companies with higher profits are also subject to State Taxes.

- Thus, the taxation of corporate profits is as follows:
- Corporate Income Tax rate of 21% on the tax base (21% for the 2015 period);
- Municipal tax at a rate between 0% and 1.5% of taxable income (equal to the 2015 period); and,
- State tax at a variable rate on taxable income according to the scales indicated below (equal to the 2015 period):
 - Less than 1,500,000 euros - 0%.
 - Between 1,500,000 euros and 7,500,000 euros - 3%;
 - Between 7,500,000 euros and 35,000,000 euros - 5%;
 - Over 35,000,000 euros - 7%.

The quantitative part of the taxable profit that exceeds (euro) 1,500,000:

- When it exceeds (euro) 7,500,000 and up to (euro) 35,000,000, it is divided into two parts:
 - one, equal to (euro) 6,000,000, to which the 3% rate shall apply;
 - another, equal to taxable profit that exceeds (euro) 7,500,000, to which the 5% shall apply;

- Quando superior a (euro) 35 000 000, é dividido em três partes:
 - uma, igual a (euro) 6 000 000, à qual se aplica a taxa de 3%;
 - outra, igual a (euro) 27 500 000, à qual se aplica a taxa de 5%, e outra igual ao lucro tributável que exceda (euro) 35 000 000, à qual se aplica a taxa de 7%.

A taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de 25,5%.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, e subsequentes prorrogações previstas nos Orçamentos do Estado dos anos seguintes, o Banco esteve, nos exercícios de 2015 e 2016, abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútua. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas; e
- Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

A publicação da Portaria n.º 64/2014, veio alterar as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores para 0,085% e 0,00030%, respetivamente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes, os impostos diferidos e a contribuição sobre o sector bancário.

- When it exceeds (euro) 35,000,000, it is divided into three parts:
 - one, equal to (euro) 6,000,000, to which the 3% rate shall apply;
 - another, equal to (euro) 27,500,000, to which the 5% rate applies, and the other equal to the taxable profit that exceeds (euro) 35,000,000, to which the 7% rate applies.

The tax rate used by the Bank in the calculation and recording of deferred taxes as of 31 December 2016 and 2015 was 25.5%.

With the publication of Law No. 55 - A/2010 of December 31, and subsequent extensions provided for in the State Budgets of the following years, the Bank was in the 2015 and 2016 periods, covered by the tax contribution regime for the banking sector. The tax contribution for the banking sector is incident upon:

- The liability calculated and approved by the taxpayers, deducted from core capital (tier 1) and supplementary capital (tier 2) and from the deposits covered by the Deposit Guarantee Fund and by the Mutual Agricultural Credit Guarantee Fund. The following is deducted from the calculated liabilities:
 - Resources that according to the applicable accounting rules, are recognised as equity;
 - Liabilities associated with the recognition of obligations for defined benefit plans;
 - Provisioned liabilities;
 - Liabilities arising from the revaluation of derivative financial instruments;
- Deferred income, without consideration of the related liability transactions; and
- Liabilities for assets unrecognised in securitisation operations.
- The notional amount of the off-balance sheet derivative financial instruments calculated by the taxpayers, with the exception of derivative financial instruments for hedging or that which has a risk exposure that mutually cancels each other out.

The publication of Ordinance No. 64/2014, amended the rates applicable to tax bases defined by the previous items a) and b) to 0.085% and 0.00030%, respectively.

The total taxes on profits recorded in the income statement includes current taxes, deferred taxes and the contribution for the banking sector.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contábilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos ativos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013 e doze anos para os exercícios de 2014 e 2015). Deste modo, as declarações fiscais do Banco dos exercícios de 2012 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

p. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão

The current tax is determined based on the taxable income for the period, which corresponds to the accounting profit or loss adjusted for costs or income not relevant for tax purposes.

The assets and deferred tax liabilities correspond to the tax credits and taxes payable in future periods resulting from temporary differences between the value of an asset or liability on the balance sheet and the respective tax base, while being recorded in accordance with IAS 12 - "Income taxes", and calculated on the basis of the tax rates which it anticipates will be in effect during the period in which the respective assets are expected to be realised or the liabilities settled.

The deferred tax liabilities are generally recognised for all taxable temporary differences.

The Bank only recognises deferred tax assets when it is estimated that they are recoverable and to the extent that future taxable profits are probable, to be applied to.

According to the applicable law, the tax returns are subject to review and correction by the tax authorities for a period of four years (five years for Social Security), except for the use of carry forward tax losses, for which the expiry period is that of the exercise of the right to carry forward (four years for 2010 and 2011, five years for 2012 and 2013 and twelve years for the 2014 and 2015 fiscal periods). Thus, the tax returns of the Bank for the years 2012 to 2016 may still be subject to revision. The deduction of carry forward tax losses may not exceed the amount corresponding to 70% of the respective taxable income.

Given the nature of the eventual corrections that may be made by the tax authorities, it is not possible to quantify them at this time. However, in the opinion of the Bank's Board of Directors it is not expected that any additional payment in respect to the fiscal periods cited above, would be significant for the financial statements in attachment.

p. Contingent provisions and liabilities

A provision is made when there is a present obligation (legal or constructive) resulting from past events that make it likely for the future expenditure of resources to occur, which can be reliably determined. The amount of the provision is the best

corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respetiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da atividade do Banco, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

Adicionalmente, o Banco constitui provisões para cancelamento de seguros com base em 25% do volume de prémios (outstanding) e provisões para riscos operacionais. Estas últimas provisões estão associadas a processos intentados contra o banco cuja taxa de provisionamento varia entre 0% e 100% conforme a classificação do respetivo risco, nomeadamente, “baixo”, “médio” e “elevado” e, a furto e fraude de fornecedores de negócio considerados de risco para o Banco.

Os impactos de reforços e reversões são registados na demonstração de resultados em “provisões líquidas de reversões e recuperações”.

q. Justo valor

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia, de acordo com a IFRS 13 – Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco não apresenta qualquer instrumento financeiro valorizado através de nível 1 à data de referência do presente relatório.

estimate of the amount to be paid to settle the liability at the balance sheet date.

If the future expenditure of resources is not likely, it is a contingent liability, which prescribes the respective disclosure in accordance with the requirements of IAS 37 - "Provisions, contingent liabilities and contingent assets".

Provisions for other liabilities and charges are intended to address contingencies arising from the Bank's operations and is not generally accepted as a tax cost.

Furthermore, the Bank sets up insurance cancellation provisions based on 25% of outstanding premiums and provisions for operational risks. The latter provisions are associated with lawsuits against the bank whose provisioning rate varies between 0% and 100% according to the classification of the respective risk, namely "low", "medium" and "high", and the theft and fraud of business suppliers considered to be a risk for the Bank.

The reinforcement and reversions impacts are recorded in the income statement under "provisions net of reversions and recoveries".

q. Fair value

The Bank's Assets and Liabilities recorded at fair value are valued according to the following hierarchy, in accordance with IFRS 13 - Fair Value:

Quoted market prices (level 3)

This category includes financial instruments with available official market prices and those in which there are entities that regularly disclose transaction prices for these instruments traded in liquid markets.

The priority for the prices used is given to the official market prices, and in cases where there is more than one official market, the main market where these financial instruments are traded is chosen.

The Bank does not present any financial instrument valued at Level 1 at the reporting date of this report.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a métodos geralmente aceites, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados. O Banco utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis observáveis em mercados ativos, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

À data de referência do presente relatório encontram-se ativas duas operações de derivados financeiros (swaps de taxa de juro), emitidas em mercados de balcão (Over-The-Counter). Os instrumentos financeiros derivados foram contratados com contrapartes com as quais o Banco mantém acordos de colateralização. Desta forma, não são sujeitos a ajustamentos para o risco de crédito, na medida em que o mesmo se encontra mitigado.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Valuation methods based on parameters/ observable prices in the market (level 2);

Financial instruments valued using generally accepted methods are considered in this category, such as discounted cash flow models. The Bank uses observable variables in active markets as inputs in its models, such as interest rate, credit spreads, volatility and price indexes curves.

At the reporting date of this report, two derivative financial transactions (interest rate swaps) were active, issued Over-The-Counter.

Derivative financial instruments have been contracted with counterparties with which the Bank maintains collateralisation agreements with. As such, they are not subject to adjustments for credit risk, to the extent that it is mitigated.

Market interest rates are established based on the information disseminated via financial content providers (Bloomberg and Reuters), and adjusted in accordance to liquidity and credit risk.

Interest rates for specific cash flow maturities are determined by appropriate interpolation methods. Interest rate curves are also used in the projection of non-deterministic cash flows such as the reference rate.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. As bases e pressupostos de cálculo do justo valor estão em conformidade com os princípios da IFRS 13.

O Banco não apresenta qualquer instrumento financeiro valorizado através de nível 3 à data de referência do presente relatório.

Valuation methods not based on observable market data (level 3)

This level includes valuations determined using internal valuation models or quotes provided by third parties but whose parameters are not observable on the market. The foundations and assumptions for the calculation of the fair value are in accordance with the principles of IFRS 13.

The Bank does not present any financial instrument valued at Level 3 at the reporting date of this report.

r. Resultados por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

O resultado diluído por ação incorpora no seu cálculo o efeito dilutivo potencial sobre o resultado por ação de eventuais instrumentos financeiros existentes, mediante ajustamento ao número médio de ações e/ou ao resultado líquido.

r. Earnings per share

The basic share earnings are calculated by dividing the net profit attributable to the Bank's shareholders by the average weighted number of ordinary shares outstanding, excluding the average number of own shares held by the Bank.

The diluted earnings per share incorporates the potential dilutive effect on the earnings per share of any existing financial instruments in its calculation, by adjusting the average number of shares and/or to the net income.

s. Distribuição dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

s. Distribution of dividends

Dividend distribution is recognised as a liability in the Company's financial statements in the period in which the dividends are approved at the General Shareholders Meeting by the shareholders.

3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contábilísticas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efetuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efetivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do perímetro de consolidação, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efetuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.e). As estimativas efetuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a atual metodologia utilizada é aquela que reflete de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

Face à inexistência de informação histórica para os segmentos onde se encontram os créditos adquiridos à PSA na sequência da operação descrita na Nota 1, para efeitos de cálculo dos fatores de risco destes segmentos, o Banco teve de considerar um conjunto de pressupostos e simplificações adicionais para

3. Principal Estimates And Uncertainties Regarding The Application Of Accounting Policies

The preparation of financial statements requires the preparation of estimates and assumptions adopted by the Bank's Board of Directors. These estimates result from the analysis performed based on the best information available on the date of the respective recording. Consequently, the actual future amounts may differ from the amount of the recorded estimates, particularly in the following areas:

Income taxes

On 31 December 2016 and 2015, the income taxes were determined based on the current tax laws for the companies included in the Bank's consolidated financial statements, or pursuant to laws already published for future application. Different interpretations of the tax laws can influence the amount of taxes on profits. As a result, the recorded amounts, which result from a better understanding of the Bank's management bodies and other companies included in the consolidation, may be found to be subject to change based on different interpretations by the tax authorities.

Impairment of loans and other receivables

The determination of impairment losses on loans and other receivables is conducted in accordance with the criteria described in Note 2.3.e). The estimates made by the Bank in respect to loan portfolio performance risk and other receivables are a result of the application of assumptions determined based on historical analysis, particularly with regard to the segmentation of the portfolio, the probability of default, rates, periods and recovery costs, as well as the assessment of the information available regarding the debtor.

If the Bank utilises distinct criteria and assumptions in determining the impairment losses on loans and other receivables, the calculated amounts would be different from those currently reflected in the consolidated financial statements. However, the Bank considers that the current methodology is one that most appropriately reflects the default risk associated with these assets.

In the absence of historical information for the segments where the loans acquired from PSA following the transaction described in Note 1, for the calculation of the risk factors of these segments, the Bank had to consider a set of assumptions and additional simplifications to

estimar as respetivas perdas por imparidade de acordo com o IAS 39, as quais tiveram por base essencialmente algumas análises comparativas das características de risco destes segmentos face aos segmentos comparáveis de créditos originados no Banco.

Tendo em consideração que se tratam de créditos que foram adquiridos em agosto de 2015, não foi ainda possível beneficiar da experiência acumulada de aplicação dos fatores de risco ao longo de um período alargado de tempo e dos resultados da execução de exercícios de backtesting, bem como do contributo desses resultados para a análise e eventual adaptação dos principais pressupostos e simplificações considerados na determinação dos fatores de risco aplicados a estes segmentos, face às características e realidade comportamental dos créditos que os compõem.

Aquisição da atividade da sucursal do Banque PSA em Portugal (Nota 1)

No âmbito da aquisição dos ativos da sucursal do Banque PSA em Portugal, o Banco considerou que não existem diferenças materiais entre o valor da transação e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos, o qual no entender do Conselho de Administração do Banco não difere do respetivo valor contabilístico.

4. Empresas do grupo e transações ocorridas no período

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as empresas incluídas no perímetro de consolidação e a associada Santander Consumer Services apresentam os seguintes dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas:

estimate the respective impairment losses in accordance with IAS 39, which were essentially based on certain comparative analyses of the risk characteristics of these segments compared to the comparable segments of loans originated by the Bank.

Taking into account that these are loans that were acquired in August 2015, it has not yet been possible to benefit from the accumulated experience of applying risk factors over an extended period of time and the results of the implementation of backtesting exercises, as well as the contribution of the results to the analysis and possible adaptation of the main assumptions and simplifications considered in determining the risk factors applied to these segments, due to the characteristics and behavioural reality of the loans that they are comprised of.

Acquisition of the Banque PSA branches activity in Portugal (Note 1)

In connection with the acquisition of the assets of the subsidiary of Banque PSA in Portugal, the Bank considered that there are no material differences between the transaction amount and the fair value of the acquired assets and liabilities, which in the opinion of the Board of Directors of the Bank does not differ from the respective carrying amount.

4. GROUP COMPANIES AND TRANSACTIONS OCCURRING DURING THE PERIOD

On 31 December 2016 and 2015, the group companies included in the consolidation and the Santander Consumer Services associate financial data extracted from the statutory accounts on the respective dates are as follows:

Entity	Head Office	Line of Business	2016			2015		
			Effective Participation	Total Equity	Net Income	Effective Participation	Total Equity	Net Income
Fund Silk Finance No.3	Portugal	Credit securitization fund	0%	-	-	n.a.	n.a.	n.a.
Silk Finance No.3 Limited	Ireland	SPE	0%	-	-	0%	566	20.125.370
TAGUS, S.A. STC - Silk 4	Portugal	Credit securitization Society	0%	-	-	0%	n.a.	(8.729.474)
Santander Consumer Services S.A.	Portugal	Vehicle sale and rent	20%	4.266.939	3.578.820	20%	10.514.348	10.514.348

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2016 e 2015, as principais operações ocorridas com empresas incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Fundo Silk Finance No.3 e Silk Finance No.3 Limited

A operação Silk No.3 iniciada em 4 de agosto de 2009 foi sujeita a uma amortização antecipada a 15 de julho de 2015.

Neste âmbito, o Fundo Silk 3 foi liquidado com referência à data acima referida, nos termos do Regime Jurídico da Titularização de Créditos (Decreto-Lei nº 453/99, de 5 de novembro) e do artigo 17º do Regulamento de Gestão do Fundo. O reembolso antecipado foi aprovado em Assembleia Geral de obrigacionistas realizada no dia 14 de julho de 2015 e o Banco, único detentor das unidades de participação, confirmou o seu interesse em que o Fundo fosse antecipadamente liquidado e partilhado em carta enviada à Sociedade Gestora datada de 15 de julho de 2015.

Após a data de liquidação antecipada da operação Silk 3 deu-se início aos procedimentos de liquidação e encerramento da empresa Silk Finance No.3 Ltd, sediada na Irlanda, uma vez que deixou de ter atividade. Esta empresa foi formalmente dissolvida a 29 de Dezembro de 2016 (data efetiva de dissolução).

Operação de titularização SILK 4

Em 16 de novembro de 2015, o Banco realizou uma nova operação de titularização de créditos denominada Silk Finance No.4, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas à sociedade de titularização de créditos TAGUS S.T.C., S.A. (Nota 34).

Tal como referido na Nota 2.3 a) o Banco inclui no perímetro de consolidação, veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre os mesmos um controlo financeiro e operacional efetivo e detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

Assim, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a operação de titularização denominada de Silk Finance No.4 foi incluída no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à atividade destas entidades (Nota 34). Nesse sentido, os créditos relativos à operação de titularização Silk No.4 permanecem registados no balanço consolidado, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, cujos riscos e benefícios associados são detidos

In 2016 and 2015, the main changes in the companies included within the scope of consolidation were as follows:

The Silk Fund Finance No.3 and Silk Finance No.3 Limited

The Silk Finance No.3 operation launched on 4 August 2009 was subjected to an early amortisation on 15 July 2015.

In addition, the Silk Fund No. 3 was paid up on the date referred to above under the terms of the Legal Framework for the Credit Securitisation (Decree-law No. 453/99 of 5 November) and of Article 17 of the Fund's Management Regulation. The early repayment was approved in the General Shareholders Meeting held on 14 July 2015 and the Bank, the sole holder of the shares, confirmed its interest in the anticipated settlement of the Fund and shared it in a letter sent to the Management Company dated 15 July 2015.

After the date of the anticipated settlement of the Silk 3 operation, the closure and settlement procedures of Silk Finance No.3 Ltd were initiated, with headquarters in Ireland, since it ended its activities. This company was formally dissolved on 29 December 2016 (effective date of dissolution).

SILK 4 securitisation operation

On 16 November 2015, the Bank conducted a new credit securitisation operation referred to as Silk Finance No. 4 under which it sold a loan portfolio comprising sales transactions on credit and mortgage finance lease transactions. These operations were sold to the credit securitisation company TAGUS S.T.C., S.A. (Note 34).

As referred to in Note 2.3 a) the Bank includes vehicles and funds within the scope of consolidation under securitisation operations, when it has an effective financial and operational control and holds the majority of the benefits and risks associated with the respective activity.

For purposes of the preparation of the consolidated financial statements on 31 December 2016 and 2015, the securitisation operation referred to as Silk No. 4 was included in the scope of consolidation, given that the bank holds all of the benefits and risks associated with the activity of these entities (Note 34). Accordingly, loans relating to securitisation operations shall remain recorded in the consolidated balance sheet, and the obligations issued by the securitisation vehicles, whose associated risks and benefits are fully owned by the Bank

integralmente pelo Banco através da subscrição direta ou de operações de venda com acordo de recompra, foram anuladas no processo de consolidação.

through direct subscriptions or sales transactions, were cancelled in the consolidation process.

5. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

5. CASH AND DEPOSITS AT CENTRAL BANKS

On 31 December 2016 and 2015, the breakdown of this heading was as follows:

	2016	2015
Cash	22.647	21.504
Sight deposits at Central Banks	10.000.553	15.050.416
	10.023.200	15.071.920

Amounts expressed in Euros

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Em 31 de dezembro de 2015, estes depósitos correspondem a mais de 60% do total de saídas líquidas a serem realizadas nos próximos 30 dias – rácio “Liquidity Coverage Ratio (“LCR”)”. Em 31 de dezembro de 2016, estes depósitos correspondem a mais de 70% do total de saídas líquidas a serem realizadas nos próximos 30 dias – rácio “Liquidity Coverage Ratio (“LCR”)”.

Sight deposits at the Bank of Portugal aim to comply with the minimum cash reserve requirements of the European System of Central Banks (ESCB). On 31 December 2015, these deposits amounted to more than 60% of total net outflows in the next 30 days - Liquidity Coverage Ratio (“LCR”). On 31 December 2016, these deposits amounted to more than 70% of total net outflows in the next 30 days - Liquidity Coverage Ratio (“LCR”).

6. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

6. DEPOSITS IN OTHER CREDIT INSTITUTIONS

On 31 December 2016 and 2015, the breakdown of this heading was as follows:

	2016	2015
Sight deposits		
In the country	15.602.735	23.819.466
Receivables	34.509	12.741
	15.637.244	23.832.207

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Valores a cobrar” respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

On 31 December 2016 and 2015, the heading “Receivables” essentially concerns client checks from other credit institutions sent for compensation, which were settled in the first days of the following year.

7. Instrumentos financeiros derivados

As rubricas de ativos financeiros detidos para negociação e de derivados de cobertura têm a seguinte composição:

Interest rate contracts	2016			2015		
	Notional Amount	Balance sheet value		Notional Amount	Balance sheet value	
		Assets	Liabilities		Assets	Liabilities
Trading Swaps	-	-	-	-	-	-
Hedging Swaps	11 500 000	-	33 010	44 000 000	-	249 138
	11 500 000	0	33 010	44 000 000	-	249 138

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco tem registado no seu passivo o justo valor dos swaps contratados no âmbito da cobertura de risco de taxa de juro de posições de natureza estrutural (crédito a clientes a taxa fixa).

A negociação de derivados baseia-se num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre o Banco e a contraparte.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a contraparte apresentava um rating A- (apurado através dos ratings da dívida senior de médio e longo prazo atribuídos pelas agências Moody's, Standard & Poor's e Fitch vigentes nas datas de referência. A escolha do rating a considerar para a contraparte segue a regra aconselhada pelo Comité de Basileia (quando há ratings divergentes escolher o segundo melhor).

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou feitos sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor notional). O valor notional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O valor de mercado (fair value) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

7. Derivative Financial Instruments

The financial assets held for trading and the hedge derivatives headings are broken down as follows:

On 31 December 2016 and 2015, the Bank had the fair value of the swaps contracted entered in liabilities under the hedging interest rate risk of a structural nature (loans granted to clients on a fixed rate basis).

Derivative trading is based on a standard bilateral contract, which includes all the transactions in derivatives between the Bank and the counterparty.

On 31 December 2016 and 2015, the counterparty had an A rating (calculated using medium and long-term senior debt ratings attributed by Moody's, Standard & Poor's and Fitch agencies in force on the reference dates. The choice of the rating to be considered for the counterparty follows the rule recommended by the Basel Committee (when there are divergent ratings, choose the second best one).

This type of contract foresees liabilities compensation in the event of non-compliance (this compensation is provided for in the contract itself and is governed by Portuguese Law and, contracts with foreign counterparts or made under foreign law are governed by the relevant jurisdictions).

The derivatives are also recorded in off-balance-sheet accounts at its fair value (notional value). The notional value is the reference value for calculating payment and receipt flows generated by the operation.

The fair value corresponds to the value that the derivatives would have if they were traded on the market at the reference date. The evolution of the market value of derivatives is recognised in the relevant accounts of the balance sheet and has an immediate impact on results.

Na Nota 32 são apresentadas em detalhe as metodologias de determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

A perda potencial de um conjunto de operações derivadas num dado momento é dada pelo seu valor de exposição nesse momento. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações preveem em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a repartição do valor notional por maturidades residuais é a seguinte:

Note 32 includes the breakdown of the methodologies for determining the fair value of derivative financial instruments.

The potential loss of a set of operations derived at a given point is given by its exposure value at that moment. In medium and long-term operations, contracts which fall within the operations foresee a compensation between debtors and balances with the same counterparty, which eliminates or reduces credit risk.

On 31 December 2016 and 2015, the breakdown of the notional value by residual maturities is as follows:

2016						
Interest rate contracts	≤ 3 months	> 3 months ≤ 6 months	> 6 months ≤ 1 year	> 1 year ≤ 5 years	> 5 years	Total
Trading Swaps	-	-	-	-	-	-
Hedging Swaps	5 500 000	4 500 000	1 500 000	-	-	11 500 000
	5 500 000	4 500 000	1 500 000	-	-	11 500 000
2015						
Interest rate contracts	≤ 3 months	> 3 months ≤ 6 months	> 6 months ≤ 1 year	> 1 year ≤ 5 years	> 5 years	Total
Trading Swaps	-	-	-	-	-	-
Hedging Swaps	9 500 000	9 000 000	14 000 000	11 500 000	-	44 000 000
	9 500 000	9 000 000	14 000 000	11 500 000	-	44 000 000

Amounts expressed in Euros

8. Crédito a clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

8. Loans To clients

On 31 December 2016 and 2015, this heading presented the following composition:

Loans falling due Outstanding Balance	2016	2015
Loans	843 453 309	773 201 362
Financial leasing	56 740 050	63 394 846
Factoring	262 712 313	207 391 980
Long-term rental (ALD)	96 703 328	133 375 470
Current account loans	30 487 279	13 179 202
Credit Cards	8 587 766	9 901 489
Others	36	36
Total loans falling due	1 298 684 081	1 200 444 385
Overdue loans and interest:		
Loans	50 503 455	57 565 441
Financial leasing	3 968 002	6 397 360
Factoring	7 255 408	6 451 440
Long-term rental (ALD)	4 883 690	4 290 160
Current account loans	414 657	414 657
Credit Cards	8 633 018	6 646 478
Others	2 117 477	2 065 367
	77 775 708	83 830 904
Overdue loans and interest:		
Income receivable		
Interest receivable	2 796 344	2 500 976
Deferred expenses		
Commissions	56 911 733	42 762 085
Deferred income revenue		
Commissions	(3 818 742)	(4 456 178)
Deferred interest	(2 380 064)	(2 233 689)
	(6 198 805)	(6 689 867)
Value adjustments of hedged items	27 902	247 130
Total credit granted	1 429 996 962	1 323 095 613
Impairment for credit (Note 17):		
	(94 850 663)	(107 607 111)
	1 335 146 299	1 215 488 502

Amounts expressed in Euros

O movimento na Imparidade para Crédito nos exercícios de 2016 e 2015 é apresentado na Nota 16. Em 2016 o Banco desreconheceu do seu crédito a clientes o montante de Eur 10.930.907, o qual se encontrava em perdas por imparidade na sua totalidade.

Changes in impairment for credit in 2016 and 2015 are shown in Note 16. In 2016, the Bank derecognised loans to clients in the amount of 10,930,907 euros, which recorded total impairment losses.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito concedido a clientes por sector de atividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição:

On 31 December 2016 and 2015, the loans granted to clients by sector of activity, excluding credit and accrued interest, was broken down as follows:

Credit falling Due Outstanding Balance	2016	2015
Individuals	888 765 730	830 046 588
Wholesale and retail trade; Repair of motor vehicles and motorcycles	324 743 273	244 196 252
Manufacturing	14 092 713	12 087 738
Administrative and support services activities	10 855 326	44 495 398
Construction	10 495 280	7 690 317
Transport and storage	7 246 630	6 342 076
Consulting, scientific, technical and similar activities	6 176 590	5 209 386
Human health activities and social support	5 281 939	5 042 173
Accommodation, catering and similar	4 049 572	3 013 553
Other Service Activities	3 227 940	3 377 892
Real estate activities	2 087 213	1 719 736
Education	1 816 515	1 434 121
Information and communication activities	1 751 821	1 795 401
Artistic, entertainment, sporting and recreational activities	919 079	629 434
Financial and insurance activities	863 739	767 460
Collection, treatment and distribution of water; Sanitation, waste management and depollution	186 064	213 773
Agriculture, livestock, hunting, forestry and fishing	86 800	136 701
Electricity, gas, steam, hot and cold water and cold air	41 912	50 897
Extractive Industries	29 622	38 068
Public Administration and Defense; Social Security Compulsory	20 777	39 799
Others	15 945 545	32 117 623
	1 298 684 081	1 200 444 386

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito a clientes apresentava a seguinte decomposição, por garantia:

On 31 December 2016 and 2015, loans to clients was broken down as follows:

Credit to clients	31 Dez 2016			31 Dez 2015		
	Credit with Real Guarantees	Unsecured Loans	Total	Credit with Real Guarantees	Unsecured Loans	Total
Credit	161 956 868	1 214 502 922	1 376 459 789	135 391 874	1 148 883 415	1 284 275 289
Performing	161 944 428	1 136 739 653	1 298 684 081	130 166 987	1 070 277 398	1 200 444 385
Non Performing	12 440	77 763 268	77 775 708	5 224 887	78 606 017	83 830 904
Impairment	288 201	94 562 462	94 850 663	4 631 080	102 976 031	107 607 111
Coverage Ratio	2317%	122%	122%	89%	131%	128%

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

On 31 December 2016 and 2015, the loans falling due were broken by type of credit and maturity as follows:

	31 Dez 2016							
	Loans	Financial Leasing	Factoring	Long term rental	Account Credits Chain	Business Cards Credit	Other Credits	Total
Up to 1 year	180 768 350	18 490 354	262 712 313	30 436 095	30 436 095	8 587 766	36	531 482 193
1 to 5 years	485 373 868	35 504 806	-	58 190 598	58 190 598	-	-	579 069 272
More than 5 years	177 311 091	2 744 890	-	8 076 635	8 076 635	-	-	188 132 616
	843 453 309	56 740 050	262 712 313	96 703 328	96 703 328	8 587 766	36	1 298 684 081

	31 Dez 2015							
	Loans	Financial Leasing	Factoring	Long term rental	Account Credits Chain	Business Cards Credit	Other Credits	Total
Up to 1 year	24 974 627	4 936 290	207 391 980	41 667 439	30 436 095	9 901 489	36	302 051 063
1 to 5 years	359 663 233	46 403 664	-	68 633 344	58 190 598	-	-	474 700 241
More than 5 years	388 563 502	12 054 892	-	23 074 688	8 076 635	-	-	423 693 082
	773 201 362	63 394 846	207 391 980	133 375 471	96 703 328	9 901 489	36	1 200 444 386

Note: The 2015 table is filled for the initial term, a criterion considered at the time.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

On 31 December 2016 and 2015, the credit and accrued interest were broken down as follows, according to ageing of receivables and by type of credit:

31 Dez 2016							
	Loans	Financial Leasing	Factoring	Long term rental	Business Cards Credit	Other Credits	Total
From 1 to 3 months	1 164 914	106 468	98 297	153 006	82 236	7 278	1 612 198
From 3 to 6 months	1 669 298	129 735	90 979	98 563	96 462	4 319	2 089 356
From 6 to 12 months	3 125 760	218 691	218 856	153 496	201 259	7 969	3 926 031
From 1 to 3 years old	17 226 078	940 949	1 052 854	932 995	524 227	498 824	21 175 927
Greater than 3 years	27 317 405	2 572 160	5 794 422	3 545 630	7 728 834	2 013 745	48 972 196
	50 503 455	3 968 002	7 255 408	4 883 690	8 633 018	2 532 134	77 775 708

31 Dez 2015							
	Loans	Financial Leasing	Factoring	Long term rental	Business Cards Credit	Other Credits	Total
From 1 to 3 months	2 719 043	239 958	190 551	227 880	12 640	67 546	3 457 618
From 3 to 6 months	1 319 926	229 504	132 081	155 371	34 828	233 640	2 105 350
From 6 to 12 months	8 068 194	190 310	228 058	197 566	100 313	989 700	9 774 141
From 1 to 3 years old	17 501 492	1 592 000	1 422 103	1 277 751	405 121	1 539 192	23 737 659
Greater than 3 years	27 482 050	4 143 041	4 506 301	2 431 592	6 093 576	99 581	44 756 141
	57 090 705	6 394 813	6 479 094	4 290 160	6 646 478	2 929 659	83 830 909

Aquisição da atividade da sucursal do Banque PSA em Portugal (Nota 1)

Em 1 de agosto de 2015, o Banco adquiriu, no âmbito do acordo de parceria pan-europeu estabelecido entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA Peugeot-Citroen em 10 de julho de 2014, os ativos da sucursal do Banco BPF, S.A. em Portugal. À data desta aquisição, o valor de Crédito a Clientes representava 291.573.672 euros e o valor de imparidade para crédito representava 36.185.333 euros (Nota 16).

Acquisition of the Banque PSA branches activity in Portugal (Note 1)

On 1 August 2015, the bank acquired the Banco BPF, S.A. branches assets in Portugal under the Pan-European partnership agreement established between the Banco Santander Group and the PSA Peugeot-Citroen Group on 10 July 2014. At the acquisition date, the Loans to Clients amounted to 291,573,672 euros and credit impairments totalled 36,185,333 euros (Note 16).

9. Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os montantes registrados nesta rubrica correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes ativos nestes exercícios apresenta o seguinte detalhe:

	2016
Balance at 31 December 2014	717.468
Recoveries	2.292.276
Divestments	(2.357.631)
Gross balance at 31 December 2015	652.113
Impairment	(249.731)
Balance at 31 December 2015	402.382
Recoveries	2.997.279
Divestments	(2.840.897)
Gross balance at 31 December 2016	808.494
Impairment	(303.156)
Balance at 31 December 2016	505.338

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco tinha registrado imparidade para estes ativos no montante de 303.156 euros e 249.731 euros, respetivamente (Nota 16).

On 31 December 2016 and 2015, the Bank recorded an impairment for these assets in the amount of 303,156 euros and 249,731 euros, respectively (Note 16).

10. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em empresas associadas, reavaliadas pelo método da equivalência patrimonial correspondem a:

Entity	Effective Participation		Balance Amount	
	31 Dez 2016	31 Dez 2015	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Santander Consumer Services S.A. (Formerly designated "PSA Gestão")	20%	20%	853.388	2.187.884

Amounts expressed in Euros and percentage

Durante o exercício de 2016 o Banco recebeu dividendos da empresa associada no montante de 1.788,760 euros.

A Santander Consumer Services, S.A. tem como atividades principais a aquisição de viaturas novas das marcas Peugeot e Citroen e o Aluguer Operacional de Viaturas ("Renting"). A aquisição da Santander Consumer Services, S.A. ocorreu no âmbito da operação descrita na Nota 1 relacionado com o acordo estabelecido entre o Grupo Banco Santander e o Grupo PSA Peugeot - Citroen. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os principais dados retirados das demonstrações financeiras da Santander Consumer Services, S.A. eram os seguintes:

	2016	2015
Total Net Assets:	200.003.993	157.841.832
Total Liabilities:	195.737.055	147.327.483
Total Equity:	4.266.939	10.514.348
Profit or loss for the year:	3.578.820	495.912

Amounts expressed in Euros

A 31 de dezembro de 2016 a empresa era detida a 80% pelo Santander Consumer Finance, S.A. (Espanha) e a 20% pelo Banco.

10. Investment Made In Subsidiaries And Joint Ventures

Investments in associated companies reassessed by the equity method are as follows:

During 2016 the Bank received dividends from the associated company in the amount of 1,788,760 euros.

Santander Consumer Services, S.A. primarily operates in the acquisition of new vehicles of Peugeot and Citroen and in Renting. The acquisition of Santander Consumer Services, S.A. occurred in the framework of the operation described in Note 1 related to agreement established between the Banco Santander Group and the PSA Group Peugeot - Citroen. On 31 December 2016 and 2015 the main financial statements figures of Santander Consumer Services, S.A. were as follows:

On 31 December 2016, the company was owned 80% by Santander Consumer Finance, S.A. (Spain) and 20% by the Bank.

11. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os movimentos ocorridos nas rubricas “Outros ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis” durante os exercícios de 2016 e 2015 foram os seguintes:

11. Other Tangible And Intangible Assets

The movements under the headings "Other tangible assets" and "Intangible assets" during 2016 and 2015 were as follows:

	2016										
	Opening Balances			Acquisitions	Amortisation for the year	Transfers	Sales and disposals		Ending balances		
	Gross Value	Accumulated Amortisations	Net Value				Gross Value	Accumulated Amortisations	Gross Value	Accumulated Amortisations	Net Value
OTHER TANGIBLE ASSETS:											
REAL ESTATE											
Own use real estate	8.683.360	(2.158.253)	6.525.106	-	(137.414)	-	-	-	8.683.360	(2.295.667)	6.387.692
Works in rented premises	725.607	(666.325)	59.282	-	(19.501)	-	-	-	725.607	(685.826)	39.781
EQUIPMENT											
Furniture and materials	112.096	(101.029)	11.067	-	(1.850)	-	-	-	112.193	(102.879)	9.314
Machines and tools	74.025	(50.674)	23.351	476	(4.332)	-	-	-	74.501	(55.006)	19.495
Computer equipment	1.549.492	(1.402.860)	146.633	-	(145.772)	197.905	-	-	1.747.398	(1.548.632)	198.766
Indoor facilities	921.115	(850.773)	70.341	-	(21.329)	28.398	-	-	949.513	(872.102)	77.411
Safety equipment	102.001	(56.466)	45.535	-	(8.537)	-	(3.973)	1.656	98.027	(63.347)	34.680
Other equipment	200	(200)	-	-	-	-	-	-	200	(200)	-
Fixed assets in progress	176.421	-	176.421	207.629	-	(230.552)	-	-	153.499	-	153.499
	12.344.316	(5.286.580)	7.057.736	208.106	(338.734)	(4.249)	(3.973)	1.656	12.544.297	(5.623.659)	6.920.637
INTANGIBLE ASSETS:											
Software	9.489.296	(8.649.759)	839.537	-	(698.518)	1.337.261	-	-	10.128.039	(9.348.277)	779.761
computer software	723.743	-	723.743	2.537.870	-	(979.616)	-	-	2.281.997	-	2.281.997
Fixed assets in progress	10.213.039	(8.649.759)	1.563.280	2.537.870	(698.518)	357.645	-	-	12.410.036	(9.348.277)	3.061.758
	22.557.355	(13.936.339)	8.621.015	2.745.976	(988.174)	(394.201)	(3.973)	1.656	24.954.332	(14.971.936)	9.982.396

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo das imobilizações em curso de ativos intangíveis referem-se a projetos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software. Em 2016 em 2015, no âmbito das políticas do Grupo Santander, os desenvolvimentos efetuados a software já existente são reconhecidos como custo do exercício.

On 31 December 2016 and 2015, the balance of the fixed assets in progress of intangible assets refers to projects in progress of computer software, including the development of new software. In 2016 and 2015, in the framework of the policies of Santander Group, the developments made to the existing software are recognised as costs in that year.

	2015										
	Opening Balances						Opening Balances			Final Balance	
	Gross Value	Accumulated Amortisations	Net Value	Acquisitions	Amortisations in the year	Transfers	Gross Value	Accumulated Amortisations	Gross Value	Accumulated Amortisations	Net Value
OTHER TANGIBLE ASSETS:											
REAL ESTATE							-				
Own use real estate	8.683.359	(2.020.839)	6.662.520	-	(137.414)	-	-	-	8.683.359	(2.158.253)	6.525.106
Works in rented premises	725.608	(646.825)	78.783	-	(19.501)	-		-	725.608	(666.326)	59.282
EQUIPMENT		(									
Furniture and materials	102.509	99.649)	2.860	-	(1.378)	8.957	-	-	111.466	(101.027)	10.439
Machines and tools	52.899	(47.283)	5.616	20.962	(3.392)	-	-	-	73.861	(50.675)	23.186
Computer equipment	1.537.988	(1.272.287)	265.701	-	(130.573)	11.417	-	-	1.549.405	(1.402.860)	146.545
Indoor facilities	884.261	(833.979)	50.282	3.922	(16.793)	32.648	-	-	920.831	(850.772)	70.059
Safety equipment	102.000	(47.077)	54.923	-	(9.390)	-	-	-	102.000	(56.467)	45.533
Other equipment	200	(200)	-	-	-	-	-	-	200	(200)	-
Fixed assets in progress	48.310	-	48.310	182.972	-	(53.022)	(673)		177.587	-	177.587
	12.137.134	(4.968.139)	7.168.995	207.856	(318.441)	-	(673)	-	12.344.317	(5.286.580)	7.057.737
INTANGIBLE ASSETS:											
Software	9.364.117	(7.962.823)	1.401.294	-	(736.017)	787.815	(662.636)	49.081	9.489.296	(8.649.759)	839.537
computer software	480.630	-	480.630	1.030.928	-	(787.815)	-		723.743	-	723.743
Fixed assets in progress	9.844.747	(7.962.823)	1.881.924	1.030.928	(736.017)	-	(662.636)	-	10.213.039	(8.649.759)	1.563.280
	21.981.881	(12.930.962)	9.050.919	1.238.784	(1.054.458)	-	(663.309)	49.081	22.557.356	(13.936.339)	8.621.017

12. Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Current tax assets		
Tax for the year to be recovered	8.213.506	-
Current tax liabilities		
Tax for the year to be paid	-	(14.209.673)
	8.213.506	(14.209.673)
Deferred tax assets	7.324.125	10.669.023
Deferred tax liabilities	(26.528)	(81.567)
	7.297.597	10.587.456

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco não apresenta passivos por impostos correntes porque os pagamentos fracionados de imposto excederam o montante de imposto corrente estimado. Nos exercícios de 2016 e 2015, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

12. Current And Deferred Tax Assets And Liabilities

On 31 December 2016 and 2015, the current and deferred tax assets and liabilities were broken down as follows:

On 31 December 2016, the Bank does not present current tax liabilities since fractional tax payments exceeded the estimated current tax amount. In the financial years 2016 and 2015, the cost involving taxation on profits recognised in the profit and loss statement and the tax burden, measured by the ratio between the appropriation for taxes and pre-tax profit can be summarised as follows:

	2016	2015
Current tax assets	9.110.199	19.622.339
For the financial year	5.838	200.816
Prior-year adjustments	676.087	407.144
Current taxes	9.792.124	20.230.299
Contribution for the banking sector	3.289.860	
Deferred taxes - appropriations, net of reversals		
For the financial year	3.289.860	
Prior-year adjustments		(9.960.781)
Total taxes recorded in the profit and loss statement	13.081.984	10.269.518
Profit before tax	37.532.928	28.694.847
Tax burden	34,85%	35,79%

Amounts expressed in Euros

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto para os exercícios de 2016 e 2015, pode ser detalhada como se segue:

The reconciliation between the nominal rate and the effective tax rate for the financial years 2016 and 2015 can be broken down as follows:

	2016		2015	
	Rate of Tax	Tax	Rate of Tax	Tax
Income before tax		37 532 928		28 694 847
	22,50%		22,50%	
Tax calculated based on nominal tax rate		8 444 909		6 456 341
Permanent differences	1,80%	676 087	1,42%	407 144
Contribution of the banking sector	1,10%	412 051	0,78%	223 620
Association agreements not relevant for tax purposes	-0,12%	(45 000)	-0,16%	(45 000)
Exemption from State Spill up to 1.5 million euros of taxable profit	3,90%	1 463 674	14,07%	4 037 235
Increase Derrama Estadual	0,49%	182 490	0,39%	111 773
Tributação Autónoma	5,17%	1 939 410	0,33%	95 878
Other permanent differences	0,00%	-	0,00%	-
Effect of change in the rate used to calculate deferred tax	0,01%	2 525	-4,25%	(1 218 290)
Effect of the cancellation of the Deferred Tax Liabilities				
	34,84%	13 076 146	35,09%	10 068 702
Income tax for the year				
Insufficiency / (excess) tax estimate from prior years				
Current tax	0,02%	5 838	0,70%	200 816
Deferred tax	0,00%	-	0,00%	-
Corrections of taxes related to previous years, net of deferred taxes	0,02%	5 838	0,70%	200 816
Income taxes	34,85%	13 081 984	35,79%	10 269 518

Amounts expressed in Euros

Conforme referido na Nota 2.3 o), o Banco, enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetua o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A base de incidência e taxas aplicáveis relativamente à contribuição sobre o sector bancário encontram-se descritas na Nota 2.3 o).

As referred to in Note 2.3), the Bank is subject to supervision by the Bank of Portugal and is obliged to prepare their individual financial statements in accordance with the International Financial Reporting Standards and determines the taxable profit in accordance with those standards.

As established by the publication of Law no. 55 - A/2010, of 31 December, the Bank is now covered by the contribution scheme for the banking sector. The reserve base and applicable taxes regarding the contribution for the banking sector are described in Note 2.3).

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto para os exercícios de 2016 e 2015, pode ser detalhada como se segue:

The change to the deferred tax assets and liabilities of the financial year ending on 31 December 2016 and 2015 was as follows:

2016					
	Balances at 12/31/2015	Reinforcements	Achievements/ Cancellations	Changing Fees	Balances at 12/31/2016
Deferred tax assets					
Provisions temporarily not accepted as fiscal cost:					
Impairment	7 824 821	339 737	(2 345 758)		5 818 800
Provisions	2 844 202		(1 338 877)		1 505 325
	10 669 023	339 737	(3 684 635)	-	7 324 125
Deferred tax liabilities					
Non-Distributed Result of SILK Finance No 3 Limited	(81 567)	-	55 039		(26 528)
Total Deferred Tax Liabilities	(81 567)	-	55 039	-	(26 528)
Net balance	10 587 456	339 737	(3 629 596)	-	7 297 597
2015					
	Balances at 12/31/2014	Reinforcements	Achievements/ Cancellations	Changing Fees	Balances at 12/31/2015
Deferred tax assets					
Provisions temporarily not accepted as fiscal cost:					
Impairment	5 534 174	5 537 536	(3 193 053)	(53 836)	7 824 821
Provisions	1 996 146	1 370 558	(519 724)	(2 778)	2 844 202
	7 530 320	6 908 094	(3 712 777)	(56 614)	10 669 023
Deferred tax liabilities					
Non-Distributed Result of SILK Finance No 3 Limited	(6 903 644)	(81 567)	6 903 644		(81 567)
Total Deferred Tax Liabilities	(6 903 644)	(81 567)	6 903 644	-	(81 567)
Net balance	626 676	6 826 527	3 190 867	(56 614)	10 587 456

Amounts expressed in Euros

13. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

13. Other Assets

On 31 December 2016 and 2015, these headings presented the following composition:

	2016	2015
Other Assets		
Tax recoverable	6.014.774	5.976.716
Sundry debtors	2.724.117	2.466.791
	8.738.891	8.443.507
Income receivable		
Commissions and other amounts receivable	4.939.326	2.934.079
Deferred expenses	1.471.998	1.278.836
Different values to be settled	5.427.783	3.287.584
	20.577.999	15.944.006
Impairment (Note 16)		
Taxes recoverable	(5.957.722)	(5.914.356)
Other balances receivables	(1.678.031)	(4.961.765)
	(7.635.753)	(10.876.122)
	12.942.246	5.067.884

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Imposto a recuperar" corresponde a reembolsos pedidos e reclamações efetuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Nestas datas, o valor de imparidade constituída para os referidos ativos ascende a 5.957.722 euros em 2016 e 5.914.356 euros em 2015 e reflete a expectativa do Banco quanto ao correspondente valor de realização.

On 31 December 2016 and 2015, the heading "Recoverable tax" corresponds to reimbursement requests and complaints subject to value-added tax. On these dates, the impairment value constituted for those assets amounts to 5,957,722 euros in 2016 and 5,914,356 euros in 2015 and reflects the expectation of the Bank regarding the corresponding realisable value.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros ativos – devedores diversos", inclui 88.018 euros e 53.732 euros, respetivamente, relativos a valores a receber dos clientes após a alienação de viaturas, os quais não tinham ainda sido reclassificados para rubricas de Crédito vencido.

At 31 December 2016 and 2015, the heading "Other assets - sundry debtors", amounted to 88,018 euros and 53,732 euros, respectively, relating to Client receivables after the sale of cars, which had not yet been reclassified under the heading Loans overdue.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Valores diversos a regularizar", inclui 1.155.091 euros e 1.161.679 euros, respetivamente, relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança.

On 31 December 2016 and 2015 the heading "different values to settle", includes 1,155,091 euros and 1,161,679, respectively, relating to income from credit cards due.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Despesas com encargo diferido", inclui 730.547 euros e 539.438 euros, relativos a encargos relacionados com seguros e 442.877 euros e 594.410 euros, referentes a comissões relacionadas com a operação de securitização.

On 31 December 2016 and 2015 the heading "Deferred expenses", includes 730,547 euros and 539,438 euros, relating to commissions from the securitisation operation.

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de "Outros ativos" nos exercícios de 2016 e 2015 é apresentado na Nota 16.

Changes to impairment and provisions under the heading "Other assets" in 2016 and 2015 are shown in Note 16.

14. Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

Central Bank Resources	2016	2015
Equity	405 000 000	405 000 000
Interest payable	-	9 000
	405 000 000	405 009 000
Overdrafts on sight deposits		
Banco Santander Totta, S.A.	21 716 319	25 016 805
Interest payable	7 854	4 445
Deposits and other resources		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	515 000 000	403 000 000
Banco Santander Totta, S.A.	200 000 000	200 000 000
Interest payable	3 041 214	4 684 241
	739 765 387	632 705 491

Amounts expressed in Euros

15. Recursos de clientes e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Current Deposits	3.994.712	631.132
Checks and orders to pay	3.628.744	2.992.659
	7.623.456	3.623.791

Amounts expressed in Euros

Nos termos da Portaria nº 180/94, de 15 de dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 12/2014 de 15 de dezembro, do Banco de Portugal. O BSCP procede em conformidade com a Instrução 3/2009 que regulamenta o Sistema de Compensação Interbancária (SICOI). Neste sistema são processados e compensados os pagamentos de retalho efetuados com cheques, efeitos comerciais, débitos diretos, transferências a crédito e cartões bancários.

14. Resources From Central Banks And Other Credit Institutions

On 31 December 2016 and 2015, these headings presented the following composition:

15. Resources From Clients And Other Loans

On 31 December 2016 and 2015, these headings presented the following composition:

Under the terms of Decree no. 180/94, of 15 December, the Deposit Guarantee Fund was set up, whose aim is to guarantee the repayment of deposits with Credit Institutions. The criteria to calculate the annual contributions to the referred Fund are defined in the Notice no. 12/2014 of 15 December, of the Bank of Portugal. The BSCP shall proceed in accordance with Instruction 3/2009 that regulates the SICOI (Sistema de Compensação Interbancária). In this system, retail payments made with checks, commercial purposes, direct debits, credit transfers and bank cards are processed and compensated.

16. Movimento em provisões e imparidade

Nos exercícios de 2016 e 2015 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

16. Movements In Provisions And Impairment

In the financial years 2016 and 2015 the movements in Provisions and impairment were as follows:

2016							
	Balances at 12/31/2015	Appropriations	Restitutions and annulments	Uses	Other movements and transfers	Balances at 12/31/2016	Recovery of overdue credit and interest
Provisions:							(Nota 26)
Impairment for Credit (Note 8)	107 607 114	25 641 849	(26 777 467)	(10 995 595)	(625 238)	94 850 663	(5 011 435)
	107 607 114	25 641 849	(26 777 467)	(10 995 595)	(625 238)	94 850 663	(5 011 435)
Impairment and Provisions							
Tax recoverable (Note 12)	5 914 356	43 365	-	-	-	5 957 721	-
Other Assets (Note 13)	4 961 766	1 811 555	(906 277)	(532 531)	(3 656 482)	1 678 031	-
Non-current assets held for sale (Note 9)	249 731	2 718 166	(2 664 740)	(625 238)	625 238	303 156	-
Provisions (Note 16)	1 804 723	4 769 362	(1 581 825)	(3 088 612)	3 656 482	5 560 129	-
	12 930 576	9 342 448	(5 152 843)	(4 246 382)	625 238	13 499 038	-
	120 537 690	34 984 296	(31 930 310)	(15 241 977)	(0)	108 349 701	(5 011 435)
2015							
	Balances at 12/31/2014	Appropriations	Restitutions and annulments	Uses	(Note 1) Balances PSA Migration	Other movements and transfers	Balances at 12/31/2015
Provisions:							Recovery of overdue credit and interest
Impairment for Credit (Note 8)	72 019 806	71 889 511	(68 419 725)	(3 100 066)	36 185 333	(967 748)	107 607 114
							(7 289 721)
							107 607 114
Impairment							
Tax recoverable (Note 12)	5 914 356	-	-	-	-	-	5 914 356
Other Assets (Note 13)	1 445 501	3 965 484	(1 030 360)	(10 893)	-	592 034	4 961 766
Non-current assets held for sale (Note 9)	237 653	2 646 753	(2 634 676)	(311 749)	-	311 750	249 731
Provisions (Note 16)	332 400	2 745 900	(787 307)	(550 234)	-	63 964	1 804 723
	7 929 910	9 358 137	(4 452 343)	(872 876)	-	967 748	12 930 576
	79 949 716	81 247 648	72 872 068	(3 972 942)	36 185 333	-	120 537 690
							(7 289 721)

Amounts expressed in Euros

Durante o exercício de 2016, o Banco procedeu ao abate ao ativo de créditos de operações consideradas incobráveis ou cuja exposição se encontrava totalmente provisionada pelos critérios de provisionamento do Banco de Portugal (Nota 2.3 d)) para consequente alienação dos mesmos.

A rubrica de provisões incorpora provisões para cancelamento de seguros e provisões para riscos operacionais.

During 2016, the Bank sold assets from operations considered bad debt or whose exposure was fully provided for by the provisioning criteria of the Bank of Portugal (Note 2.3 (d)) for their disposal.

The heading provisions includes provisions for insurance cancellation and provisions for operating risks.

17. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Amounts payable to the State:		
Value-added tax	499.182	1.151.556
Stamp duty	769.200	564.713
Withholding tax	162.557	172.086
Social Security Contributions	194.600	193.855
	1.625.540	2.082.210
Creditors:		
Deposits received - ALD contracts	18.537.601	17.954.098
Netting Account	-	7.475.993
Suppliers, checking account	5.413.754	7.217.240
Creditors with factoring contracts	8.880.233	4.364.699
Deposits received - Factoring contracts	24.878.244	549.598
Other creditors	8.574.864	5.224.954
	66.284.696	42.786.582
Funding operations pending payment	6.677.438	18.640.745
Charges payable:		
Administrative overheads	2.817.926	3.794.110
Accrued costs for holidays and holiday subsidies	1.095.857	1.534.565
Participation agreements	1.919.147	1.181.185
Bonus distribute to employees	1.003.331	893.695
	6.836.260	7.403.555
	81.423.934	70.913.090

Amounts expressed in Euros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Cauções recebidas – contratos de ALD”, respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respetivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se refletido o valor líquido do financiamento efetivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efetuaram antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Conta Netting” consiste numa conta corrente existente entre o Banco Santander Consumer Portugal e os concessionários associados ao acordo de parceria com o Grupo PSA (Peugeot-Citroen), por onde passam todos os fluxos financeiros de pagamentos, recebimentos e reforços. No decorrer do ano 2016 esta rubrica foi reclassificada para a rubrica de cauções e crédito concedido, conforme a natureza do saldo da “Conta Netting” com os concessionários.

17. Other Liabilities

On 31 December 2016 and 2015, the breakdown of this heading was as follows:

On 31 December 2016 and 2015, the heading "Deposits received - ALD contracts", refers to the differential between the value delivered by clients in the beginning of the long-term rental operations and the residual value of the contracts. The heading loans granted includes the net value financed by the Bank to clients, which corresponds to the acquisition cost of the goods less the payments made in advance.

On 31 December 2016, the heading "Netting Account" consists in an existing current account between Banco Santander Consumer Portugal and the dealers associated to the partnership agreement with PSA Group (Peugeot-Citroen), which include all the financial flows regarding payments, receipts and reinforcements. During 2016, this item was reclassified to item "deposits and loans granted", according to the nature of the balance of the "Netting Account" with the dealers.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Credores por contratos de factoring” representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da faturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efetuados e notas de crédito emitidas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Fornecedores – conta corrente” inclui 777.536 euros e 1.481.467 euros, respetivamente, relativos a valores a pagar a companhias de seguros (Nota 35).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica “Outros Credores” inclui 3.567.988 euros e 2.550.039 euros relativos a valores a pagar de comissões de rappel, bem como 1.791.802 euros e 934.189 euros em 2016 e em 2015 referentes a fornecimentos e serviços de terceiros a pagar.

A rubrica “Encargos a pagar – Acordos de participação” respeita à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Operações Passivas a Regularizar”, corresponde, essencialmente, ao valor de 8.420.980 euros respeitante ao montante a regularizar referente à aquisição da sucursal do Banco BPF (Notas 1 e 3). Este valor foi regularizado no decorrer do ano 2016.

Esta rubrica engloba ainda um saldo de 4.844.502 euros em 31 de dezembro de 2015 e 387.701 euros em 31 de dezembro de 2016 a qual corresponde a recebimentos por conta da Santander Consumer Services referente a cobranças de produtos de consignação e renting (Peugeot-Citroen). Estes valores em 2016 diminuíram significativamente devido ao facto de se realizarem transferências bancárias mensais destes montantes, o que não se verificava em 2015.

On 31 December 2016 and 2015, the heading “Creditors by factoring contracts” corresponds to the Factoring Creditors concerning the value of invoicing operations without recourse in collection procedure, net of advances made and credit notes issued.

On 31 December 2016 and 2015, the heading “Suppliers – current account” amounts to 777,536 euros and 1,481,467 euros, respectively, relating to amounts payable to insurance companies (Note 35).

On 31 December 2016 and 2015, the heading “Other Creditors” includes 3,567,988 euros and 2,550,039 euros relating to amounts payable for volume discount commissions, as well as 1,791,802 euros and 934,189 euros in 2016 and 2015 referring to supplies and services from third parties to be paid.

The heading “Participation Agreements” with regard to profit sharing in automobile financing operations arising from the establishment of profit sharing Association Agreements between the Bank and the import and distribution car companies. The Bank shares the profits from a particular set of financing operations with these companies, depending on the conditions previously agreed between the parties within these operations.

On 31 December 2015, the heading “Funding Operations Pending Payment”, essentially corresponds to the amount of 8,420,980 euros in regard to the amounts to be settled for the acquisition of the Banco BPF branch (Note 1 and 3). This amount was settled during 2016.

This heading also encompasses a balance of 4,844,502 euros on 31 December 2015 and 387,701 euros on 31 December 2016 that corresponds to receivables on behalf of Santander Consumer Services relating to products on consignment and renting collection (Peugeot-Citroen). The figures for 2016 decreased considerably due to the fact that monthly transfers of these amounts were made, which was not the case in 2015.

18. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 ações, cada uma com valor nominal igual a 1 Euro, com a seguinte composição:

	Number of shares	Percentage of shareholding
Santander Consumer Finance, S.A	53.331.647	80,086%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
Amounts expressed in Euros	66.592.947	100,00%

19. Outras Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	2016	2015
Share premium	12.790.664	12.790.664
Legal reserve	17.385.206	13.631.404
Other Reserves	21.970.594	21.970.594
Retained Earnings	18.004.943	19.333.416
Amounts expressed in Euros	70.151.407	67.726.078

Os prêmios de emissão tiveram origem no aumento de capital social do Banco efetuado em janeiro de 2007. Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série, n.º 129, os prêmios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

No dia 29 de Fevereiro de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral a distribuição aos acionistas de dividendos no montante de 16.000.000 euros. No dia 4 de Maio de 2015 foi aprovado em Assembleia Geral a distribuição aos acionistas de dividendos retirados de resultados transitados no montante de 8.564.198 euros.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, foi anualmente transferido para esta reserva uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. O Banco não constituiu reservas legais devido ao somatório das Outras Reservas e Resultados Transitados ser superior ao capital social.

18. Subscribed Capital

On 31 December 2016 and 2015, the Bank's capital was fully subscribed and paid up and was represented by 66,592,947 shares, each with a nominal value equal to 1 Euro, and broken down as follows:

19. Other Reserves And Retained Earnings

On 31 December 2016 and 2015 the headings Reserves and Retained Earnings was as follows:

The share premiums were the main reason for the Bank's share capital increase in January 2007. Under the terms of Decree no. 408/99, of June 4, published in the Official Gazette - I Series, No. 129, the share premiums may not be used for dividends or for the acquisition of own shares.

On 29 February 2016 the distribution of dividends to shareholders in the amount of 16,000,000 euros was approved at the General Shareholders Meeting. On 4 May 2015 the distribution of dividends to shareholders withdrawn from retained earnings in the amount of 8,564,198 euros was approved at the General Shareholders Meeting.

In accordance with the provisions of Decree-Law no. 298/92, of 31 December, as amended by Decree Law no. 201/2002, of 26 September, the Bank must establish a legal reserve fund up to the limit of its share capital or to the sum of its free reserves and of retained earnings, if higher. To this end, a fraction not less than 10% of the net income for the year is transferred annually to this reserve, until the said sum is made up. This reserve can only be used to cover accumulated losses or to increase the share capital. The Bank does not constitute legal reserves due to the sum of the Other Reserves and Retained Earnings exceeding the share capital.

20. Rendimento Integral e Resultado Líquido Consolidado

Nos exercícios de 2016 e 2015, o resultado consolidado do Banco foi determinado da seguinte forma:

	2016	2015
Contribution of each of the Entities included within the scope of consolidation for the comprehensive income and the consolidated net income:		
Banco Santander Consumer Portugal	24.388.242	37.538.021
Silk Finance No.3 Limited	-	9.982.825
Silk Finance No.4	3.775.355	(8.729.474)
	28.163.597	38.791.372
Consolidation adjustments:		
Deferred tax liabilities arising from the income from Silk Finance No.3 Limited	-	6.903.645
Impairment of Silk 4 portfolio	(3.691.191)	(27.264.621)
Deferred tax liabilities arising from the income from Silk Finance No.4	(21.462)	(5.067)
	24.450.944	18.425.329

Amounts expressed in Euros

20. Comprehensive Income And Consolidated Net Income

In the financial years 2016 and 2015, the consolidated result of the Bank was determined as follows:

21. Passivos Contingentes e Compromissos

Nos exercícios de 2016 e 2015, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

	2016	2015
Guarantees provided	10.380.167	2.149.558
Commitments to third parties	63.020.933	58.092.293
Value of assets pledged as collateral for Eurosystem Eurosistema transactions	509.400.000	509.400.000
Notional value of derivatives	11.500.000	44.000.000
Third party commitments	243.307.527	1.017.142.643

Amounts expressed in Euros

21. Contingent Liabilities And Commitments

In 2016 and 2015, the contingent liabilities and commitments were broken down as follows:

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Compromissos perante terceiros" respeita essencialmente a linhas de crédito revogáveis associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os compromissos de terceiros referem-se a limites de financiamento não utilizado concedidos pelo Grupo.

On 31 December 2016 and 2015, the heading "Commitments to third parties" essentially concerns lines of revocable credit associated to lending activities to clients through cards.

On 31 December 2016 and 2015, the third party commitments refer to unused funding limits granted by the Group.

Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei nº 31-A/2012, de 10 de fevereiro.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou Euros 4.900 milhões. Desse montante Euros 377 milhões correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de Euros 700 milhões, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (Euros 3.823 milhões) teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que possam vir a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetos ao Fundo de Resolução.

Em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, de montante nominal aproximadamente Euros 2 mil milhões, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu a um ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco.

Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de Euros 2.255 milhões que visou cobrir contingências futuras, financiado em Euros 489 milhões pelo Fundo de Resolução e em Euros 1.766 milhões diretamente pelo Estado Português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos

Contingent liabilities originated by the Resolution Fund

Within the context of its responsibility as a supervisory and resolution authority of the Portuguese financial sector, on 3 August 2014, the Bank of Portugal decided to take a resolution action in relation to Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") pursuant to Article No. 145-G(5) of the General Regime of the Credit Institutions and Financial Companies, which consisted in transferring the majority of its activity to a transition bank, referred to as Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), created specifically for the purpose. According to the community regulatory framework, the capitalisation of Novo Banco was provided for by the Resolution Fund, created by Decree-Law No. 31-A/2012, of 10 February.

For paying up the share capital of Novo Banco, the Resolution Fund has made 4,900 million euros available. Of that amount, 377 million euros correspond to the financial resources from the Resolution Fund. Furthermore, a bank syndicate granted a loan to the Resolution Fund in the amount of 700 million euros, where the participation of each credit institution was weighted according to several factors, including their size. The remaining amount (3,823 million euros) originated from a loan granted by the Portuguese State, which will be repaid and remunerated by the Resolution Fund. The funds that may be generated from the sale of the Novo Banco will be entirely allocated to the Resolution Fund.

On 29 December 2015, the Bank of Portugal decided to retransmit the responsibility for the non-subordinated bonds to BES issued by themselves, with a nominal amount of approximately 2 billion euros, which were intended for institutional investors, and made a final adjustment to the volume of assets, liabilities, off-balance sheet items and assets under management transferred to the Novo Banco.

Still during December 2015, the national authorities decided to sell most of the assets and liabilities associated with the activity carried out by Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") to Banco Santander Totta for 150 million euros, within the framework of a resolution action. This operation involved a state support estimated of 2,255 million euros, which was intended to cover future contingencies, financed by the Resolution Fund in the amount of 489 million euros and directly by the Portuguese State in the amount of 1,766 million euros, as a result of the options agreed between the Portuguese authorities, the European and Banco Santander Totta, to define the scope of assets and liabilities to be sold. Within the context of this resolution measure, Banif's assets identified as problematic

para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de Euros 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permanecerão um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 31-A/2012, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Decorrente das deliberações referidas acima, o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo, bem como o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

É neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução por forma a preservar a estabilidade financeira, por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi recentemente formalizado um aditamento aos contratos de empréstimo ao Fundo de Resolução, que introduz um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, às taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

Neste contexto, tendo por base a informação atualmente disponível, é entendimento do Conselho de Administração, que são reduzidos os riscos de que possam resultar encargos adicionais para o Banco a respeito do conjunto de responsabilidades acima explicitadas e que recaem sobre o Fundo de Resolução.

were transferred to an asset management vehicle created for this purpose - Oitante, S.A., where the Resolution Fund is the sole holder of its share capital, through the issuance of debt bonds representing this vehicle, in the amount of 746 million euros, guaranteed by the Resolution Fund and counter-guarantee by the Portuguese State. In view of Banif's future liquidation, a set of assets will remain, as well as shareholder positions, subordinated creditors and related parties.

As provided for in Decree-Law No. 31-A/2012, the resources of the Resolution Fund are originated from the payment of contributions due by the institutions involved in the Fund and the contribution on the banking sector. Additionally, it is also envisaged that wherever such resources prove to be insufficient to comply with their obligations, other means of financing may be used, in particular: (i) special contributions from credit institutions; and (ii) amounts arising from loans.

As a result of the resolutions referred to above, the risk of litigation involving the Resolution Fund is significant, as well as the risk of a potential lack of resources to ensure compliance with the obligations, in particular the short-term repayment of the borrowed funds.

Within this context, in the second half of 2016, the Portuguese Government reached an agreement with the European Commission to change the terms of the funding granted by the Portuguese State and by the participating banks to the Resolution Fund in order to preserve financial stability, by promoting conditions that create predictability and stability to the contributions towards the Resolution Fund. For this purpose, amendments to the loan contracts to the Resolution Fund have been recently formalised, which introduces a set of amendments to the repayment plans, remuneration rates and other terms and conditions associated with such loans to adjust to the capacity of the Resolution Fund to fully comply with their obligations based on their regular revenues, i.e. without having to charge special contributions or any other additional contributions to participating banks in the Resolution Fund.

In this context, based on the currently available information, the Board of Directors believes that the risks that may result in additional charges for the Bank in connection with the set of responsibilities outlined above and that fall on the Resolution Fund are reduced.

22. Margem Financeira

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

22. Financial Margin

In 2016 and 2015, the Financial Margin was as follows:

	2016	2015
Interest and similar income		
Interest on finance from credit sales and current account financing	58.926.980	51.299.873
Interest on leasing	8.594.594	9.646.724
Commissions associated to amortised cost		
From intermediation	(12.414.215)	(8.861.009)
Rappel	(7.701.669)	(4.669.640)
Fixed support	(1.300.155)	(976.347)
Others	-	(237.231)
Interest on trading swaps	-	3.327.054
Commissions from opening contract	2.898.374	1.900.199
Interest on factoring advances	4.548.809	2.755.651
Interest on finance from credit cards	703.749	712.804
Interest on hedging swaps	-	-
Other interest and income	231.430	41.039
	54.487.896	54.939.118
Interest and similar expenses		
Interest on resources of credit institutions	8.340.422	8.242.893
Interest on trading derivatives	-	3.362.446
Interest on hedging derivatives	216.291	459.290
Interest on subordinated loans	-	154.084
Interest from factoring operations	-	176
	8.556.713	12.218.889
Financial Margin	45.931.183	42.720.229

Amounts expressed in Euros

23. Rendimentos e Encargos de Serviços e Comissões

Nos exercícios de 2016 e 2015, os Rendimentos e Encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	2016	2015
Income from services and commissions		
Commissions from the distribution of insurance products	10.834.048	11.032.429
Rent collection expenses	3.392.586	2.892.638
Commissions from services rendered	1.706.328	1.568.967
Factoring transactions	2.918.631	1.024.344
Bank guarantees	107.978	10.082
Other income from commissions	1.574.721	2.347.317
	20.534.292	18.875.778
Charges with services and commissions		
Commissions from the distribution of insurance products	1.718.947	1.566.517
Committees from Participation Agreements	1.892.588	1.250.239
By third party banking services	493.077	396.908
Other costs with commissions	2.121.402	327.945
	6.226.014	3.541.609
	14.308.278	15.334.169

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros” respeita a comissões recebidas pelo Banco de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica “Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros” encontra-se refletida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respetivo seguro de proteção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respetivas. O Banco considera que se tratam de comissões destinadas a compensar a realização de um ato significativo, na medida em que não retém qualquer envolvimento relacionado com o risco segurado ou com a gestão da apólice de seguro contratada.

23. Income And Charges From Services And Commissions

In 2016 and 2015, the Income and Charges from services and commissions heading was broken down as follows:

In 2016 and 2015, the heading "Income from services and commissions - Commissions from the distribution of insurance products" relates to commissions received by the Bank from insurance companies in relation to insurance premiums charged to clients within the scope of financing contracts. Under the heading "Service charges and commissions - Commissions for taking out insurances"- is reflected in the commission paid by the Bank to dealers for the acquisition of financing contracts for which the clients has subscribed for the respective credit insurance protection. Income and expenditure relating to commissions received from insurance companies and paid to agents are recognised in the income statement which include the respective credit operations. The Bank considers that these commissions are designed to compensate the completion of a significant act, in that it does not retain any involvement related to the insured risk or the management of the insurance policy contracted.

24. Rendimentos de Instrumentos de Capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Santander Consumer Services, S.A	1.788.761	-
Amounts expressed in Euros		

No ano de 2016, por deliberação unânime do Conselho de Administração do Santander Consumer Services, procedeu-se à distribuição de dividendos, tendo o Banco recebido o montante de 1.788.761 euros.

24. Revenue From Capital Instruments

This heading is broken down as follows:

In 2016, by unanimous deliberation of the Board of Directors of Santander Consumer Services, the dividends were distributed, where the Bank received 1,788,761 euros.

25. Resultados em Operações Financeiras

No exercício de 2016 e 2015, os valores registados nesta rubrica apresentam o seguinte detalhe:

	2016	2015
Santander Consumer Services, S.A	1.788.761	-
Amounts expressed in Euros		

25. Income From Financial Operations

In 2016 and 2015, the amounts registered under this heading were broken down as follows:

	2016	2015
Change in the fair value of the hedging swaps (Note 32)	(219.228)	(408.941)
Changes in the fair value of the hedged items (Note 32)	200.379	365.933
	(18.849)	(43.008)
Amounts expressed in Euros		

26. Outros Resultados de Exploração

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Other operating profits		
Recovery of loans and overdue interest (Note 16)	5.011.435	7.289.721
Service contracts	560.912	366.870
Gains on leased assets	340.884	365.538
Service provision	14.452	11.003
Others	3.715.488	24.914
	9.643.171	8.058.046
Other operating costs:		
Losses on leased assets	327.953	606.050
Single Resolution Fund	401.876	264.897
National Resolution Fund	145.421	84.665
ECB Supervision Fee	25.483	-
Other operating costs	589.677	482.558
Other indirect taxes	2.162.743	2.476.247
	3.653.152	3.914.417
	5.990.019	4.143.630

Amounts expressed in Euros

No exercício de 2016 e 2015, o montante registado na rubrica "Outros proveitos de exploração - Contrato de Prestação de Serviços" corresponde ao contrato de prestação de serviços de apoio e suporte, estabelecido entre o Banco e a Santander Consumer Services, S.A. Adicionalmente encontra-se registado em "Outros" o montante de 3.402.741 euros relativos a juros indemnizatórios da DGCI.

A rubrica de impostos indiretos engloba essencialmente o custo relacionado com o IVA não dedutível o qual representa 2.097.344 euros em 2016 e 2.389.216 euros em 2015.

26. Other Operating Income

In the financial years 2016 and 2015, this heading was broken down as follows:

In the financial year 2016 and 2015, the amount recorded under "Other operating income - Contract for the provision of services" corresponds to the contract for the provision of support services and support, established between the Bank and Santander Consumer Services, S.A. Additionally, the amount of 3,402,741 euros related to DGCI default interest is recorded under "Other".

The heading indirect taxes essentially includes the cost related to non-deductible VAT which represents 2,097,344 euros in 2016 and 2,389,216 euros in 2015.

27. Resultados de Empresas Associadas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Santander Consumer Services, S.A.	(1.222.325)	99.182
Amounts expressed in Euros		

O gasto verificado nesta rubrica no exercício de 2016 é consequência da redução de capital da associada Santander Consumer Services, S.A., de acordo com o método de equivalência patrimonial, que decorreu da distribuição de dividendos referida na nota 24.

28. Custos com Pessoas

Nos exercícios de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Wages and salaries:		
Remuneration of the governing bodies	258.621	230.555
Remuneration of employees	6.692.664	5.884.280
	6.951.285	6.114.835
Social charges:		
Social Security	1.646.128	1.393.760
Other charges	227.204	215.418
	1.873.332	1.609.178
Other costs with staff:		
Bonus to employees and Board of Directors	874.842	851.701
Contractual indemnities	924.345	681.741
Co-participation of interest on housing loans	-	-
Others	119.047	133.302
	1.918.233	1.666.744
	10.742.850	9.390.758
Amounts expressed in Euros		

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

27. Income From Associated Companies

This heading is broken down as follows:

	2016	2015
	(1.222.325)	99.182

The expenditure recorded in this item in 2016 is a consequence of the capital reduction of the Santander Consumer Services, S.A. associate, in accordance with the equity method, which resulted from the distribution of dividends referred to in Note 24.

28. Staff Costs

In 2016 and 2015, this heading was broken down as follows:

	2016	2015
Wages and salaries:		
Remuneration of the governing bodies	258.621	230.555
Remuneration of employees	6.692.664	5.884.280
	6.951.285	6.114.835
Social charges:		
Social Security	1.646.128	1.393.760
Other charges	227.204	215.418
	1.873.332	1.609.178
Other costs with staff:		
Bonus to employees and Board of Directors	874.842	851.701
Contractual indemnities	924.345	681.741
Co-participation of interest on housing loans	-	-
Others	119.047	133.302
	1.918.233	1.666.744
	10.742.850	9.390.758

The Bank has not assumed any charges from retirement pensions in addition to social security contributions.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de efetivos ao serviço do Banco era o seguinte:

On 31 December 2016 and 2015, the number of employees of the Bank was as follows:

	2016	2015
Direction	10	10
Senior staff	35	36
Technical boards	121	120
Management	29	31
	195	197

Amounts expressed in Euros

28. Custos com Pessoas

Nos exercícios de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

29. Administrative Overheads

In 2016 and 2015, this heading was broken down as follows:

	2016	2015
Specialised services:		
IT Systems	3.638.294	4.205.550
Subcontracting employees and other outsourcing	1.974.056	1.840.594
Recovery of values and vehicles	697.735	770.945
Lawyers	930.998	859.796
Support software	703.844	224.161
Security and Surveillance	128.008	131.382
Other specialized services	2.260.520	2.014.534
Communication	1.002.159	1.356.879
Insurance, legal services and litigation	704.023	835.184
Advertising	756.829	822.454
Leases and rentals	459.211	455.216
Retainers and other fees	353.587	308.456
Water, energy and fuels	232.752	267.316
Travel, accommodation and representations	237.679	232.503
Repair and maintenance	142.096	129.014
Current consumption material	157.813	181.144
Training expenses	51.150	80.631
Other supplies and services	28.376	22.800
	14.459.129	14.738.560

Amounts expressed in Euros

A rubrica de outros serviços especializados inclui em dezembro de 2016 e 2015, 484.364 euros e 377.792 euros referente a serviços de legalização de viaturas e 659.052 euros e 396.774 euros relativos a consultores e auditores externos.

The heading other specialised services includes, in December 2016 and 2015, 484,364 euros and 377,792 euros relating to services for the legalisation of vehicles and 659,052 euros and 396,774 euros relating to consultants and external auditors.

Os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentam o seguinte detalhe, por tipo de serviço prestado:

The total fees invoiced by the Statutory Auditor relating to the financial year ending on 31 December 2016 and 2015 are as follows, by type of service provided:

	2016	2015
Statutory audit	123.344	155.500
Other reliability assurance services	133.761	95.896
Tax Consultancy	-	80.235
	257.105	331.631

Amounts expressed in Euros

(*) – No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os honorários foram faturados pelo anterior Revisor Oficial de Contas (Deloitte & Associados, SROC, SA).

(*) – As to the financial year ending on 31 December 2015, the fees were invoiced by the former Statutory Auditor (Deloitte & Associados, SROC, SA).

Em 2016, na rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade estão incluídos os honorários relacionados com a revisão do sistema de controlo interno da Sociedade, como requerido pelo Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, com a revisão do sistema de controlo interno específico para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, como requerido pelo Aviso nº 9/2012 do Banco de Portugal, com a revisão da imparidade da carteira de crédito, como requerido pela Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal e com verificação da conformidade dos dados incluídos nos reportes de 2015 respeitantes às operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas ("TLTRO"), de acordo com o Regulamento BCE/2013/33 e a Decisão BCE/2014/34

In 2016, in the Other reliability assurance services item, the fees related to the review of the Company's internal control system are included, as required by the Bank of Portugal's Notice No. 5/2008, with the revision of the specific internal control system for the prevention of money laundering and terrorist financing, as required by the Bank of Portugal Notice No. 9/2012, with the revision of the impairment of the credit portfolio as required by Instruction No. 5/2013 of the Bank of Portugal and verification of compliance of the data included in the 2015 reports regarding the targeted long-term refinancing operations ("TLTRO") in accordance with Regulation ECB/2013/33 and Decision ECB/2014/34

30. Relato por Segmentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a atividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- **Banca de retalho:** Inclui a atividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.

- **Banca comercial:** Inclui a atividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e "Factoring".

- **Outros:** Compreende todos os segmentos de atividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

30. Segment Report

On 31 December 2016 and 2015, the activity of the Bank is organised according to the following business segments:

- **Retail banking:** It includes the activity of the Bank developed under granting credit under the segments of Leasing, Long Term Rental and Consumer credit, as well as deposits taken from clients.

- **Commercial banking:** It includes the activity developed by the Bank within loan granting to companies to support treasury, financing the acquisition of stocks and Factoring.

- **Others:** Includes all activity segments not included in previous business lines.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2016 e 2015, foi a seguinte:

The distribution of results by business lines in 2016 and 2015 was as follows:

	2016				2015			
	Retail Banking	Commercial Banking	Others	Total	Retail Banking	Commercial Banking	Others	Total
Interest and similar income	49 723 218	4 764 677	-	54 487 896	52 119 137	2 819 981	-	54 939 118
Interest and similar charges	(8 817 673)	260 960	-	(8 556 713)	(12 236 318)	17 429	-	(12 218 889)
Income from services and commissions	17 615 661	2 918 631	-	20 534 292	17 167 784	1 707 994	-	18 875 778
Charges with services and commissions	(6 226 014)	-	-	(6 226 014)	(5 339 514)	-	-	(5 339 514)
Income from financial operations	(18 849)	-	-	(18 849)	(43 008)	-	-	(43 008)
Other operating income	5 990 019	-	-	5 990 019	4 242 812	-	-	4 242 812
Banking Activity Product	58 266 363			66 210 631	55 910 893	4 545 404		60 456 297
Other expenses and income				(41 759 687)				(42 030 968)
Net Result for Year				24 450 944				18 425 329
Loans to clients(net amount)	1 053 002 475	7 944 268	-	1 335 146 299	1 004 528 366	210 960 143	-	1 215 488 509
Total net assets	1 115 948 918	282 143 824	-	1 398 092 742	1 069 823 631	210 960 143	-	1 280 783 774
Resources from other credit institutions	902 852 959	241 912 429	-	1 144 765 387	859 784 949	177 929 541	-	1 037 714 490
Resources from clients and other loans	7 623 456	-	-	7 623 456	3 623 791	-	-	3 623 791

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2016 e 2015, a atividade do Banco foi integralmente desenvolvida em Portugal.

In 2016 and 2015, the Bank's activity was fully developed in Portugal.

31. Entidades Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos registrados no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Entidades do Grupo Santander:

	2016			
Balance Sheet	Banco Santander, SA	Santander Consumer Services	Santander Consumer Finance	AQUANIMA-IBÉRICA DE COMPRAS CORPORATIVAS, S.L.
ASSETS				
Deposits in other credit institutions				
Placements with credit institutions				
Financial Assets held for trading	0,00			
Investments held-to-maturity				
Intangible assets and other tangible assets				
Loans to clients		148 686 233,00		
Investments in affiliates, associates and joint ventures		2 791 477,00		
Other Assets				
Procurement				
Income receivable				
Other debtors				
Liabilities				
Resources from other credit institutions				
Resources from Clients and Other Loans		-3 978 562,00	-515 930 322,00	
Financial liabilities held for trading				
Financial liabilities associated with assets transferred Hedging derivatives	-33 010,00			
Subordinated loans				
Other liabilities - Sundry creditors	-21 221,00	-387 701,00	-28 858,00	
RESULTS REPORT				
Interest and similar income	0,00	231 430,00		
Interest and similar charges	-216 290,51		-5 655 619,00	
Income from commissions				
Administrative overheads				-17 874,00
Result of parti. in associates and joint ventures		715 764,00		
Income from financial operations	200 379,27			
Other charges and operating expenses	-25 483,00	560 912,00		
Amounts expressed in Euros				

Os montantes incluídos nos quadros acima na rubrica Ativos intangíveis e outros ativos tangíveis correspondem essencialmente a montantes pagos pelo Banco a outras entidades do Grupo durante o ano relativos a projetos de desenvolvimento nas aplicações informáticas.

31. Related Entities

On 31 December 2016 and 2015, the balances recorded in the consolidated balance sheet and in the consolidated income statement of the Bank that are derived from transactions with related parties are as follows:

Santander Group Entities:

The amounts included in the tables above in the heading Intangible assets and other tangible assets mainly corresponds to amounts paid by the Bank to other Group entities during the year relating to the development of projects in computer applications.

2016					
Banco Santander Totta	Aegon Santander Portugal Non-life - Companhia de seguros, SA	Isban	Produban	Geoban	Total
25 831,00					25 831,00
					0,00
					0,00
					0,00
		2 260 289,00	77 326,00	0,00	2 337 615,00
					148 686 233,00
					2 791 477,00
					0,00
					0,00
					0,00
10 699,00	29 867,00				40 566,00
					0,00
-223 811 219,00					-739 741 541,00
					-3 978 562,00
					0,00
					0,00
					-33 010,00
					0,00
		-629 431,00	-228 491,00		-1 295 702,00
					0,00
					231 430,00
-2 539 374,00					-8 411 283,51
-23 796,00	22 715,00				-1 081,00
		-2 255 464,00	-2 005 253,00	-58 753,00	-4 337 344,00
					715 764,00
					200 379,27
					535 429,00

	2015			
Balance Sheet	Banco Santander, SA	Santander Consumer Services	Santander Consumer Finance	Gesba Servicios Administrativos Globales S.A.
ASSETS				
Deposits in other credit institutions	-	-	-	-
Applications in credit institution	-	-	-	-
Financial assets held for trading	-	-	-	-
Credit to clients	-	113.349.569	-	-
Investments in associates and joint ventures	-	2.187.884	-	-
Investments due to maturity	-	-	-	-
Intangible assets and other tangible assets	-	-	-	-
Other assets	-	-	-	-
Income receivable	-	-	-	-
Other debtors	-	-	-	-
LIABILITIES				
Resources from other Credit Institutions	-	-	-	-
Resources from Clients other loans	-	-	(403.788.579)	-
Financial liabilities associated to transferred assets	-	-	(596.573)	-
Hedging derivatives	(249.138)	-	-	-
Subordinated loans	-	-	-	-
Other liabilities - Sundry creditors	-	(4.844.502)	-(51.751)	-
PROFIT AND LOSS STATEMENT				
Interest and similar income	3.327.054	41.039	-	-
Interest and similar charges	(459.290)	-	-	-
Income from commissions	-	-	(5.127.909)	-
Administrative overheads	-	-	-	-(7.440)
Results of associated companies (equity method)	-	99.182	-	-
Income from financial operations	(365.933)	-	-	-
Other operating income	-	366.870	-	-

Amounts expressed in Euros

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Banco nem adquiriu títulos representativos do respetivo capital social.

Members of the Board of Directors

None of the members of the Board of Directors contracted credits from the Bank entities or acquired securities representing the respective share capital.

2015						
Banco Santander Totta	Aegon Santander Portugal Não vida - Companhia de seguros, SA	ISBAN PT Engenharia e Software Bancário	Produban	Geoban	Konecta Portugal	Total
207.929	-	-	-	-	-	207.929
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	113.349.569
-	-	-	-	-	-	2.187.884
-	-	-	-	-	-	-
-	-	1.397.060	-	-	-	1.397.060
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
2.234	2.070	-	-	-	-	4.305
(228.757.413)	-	-	-	-	-	(632.545.992)
-	-	-	-	-	-	(596.573)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	(249.138)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	(714.444)	(512.481)	(33.617)	(223.871)	(6.380.666)
-	-	-	-	-	-	3.368.093
(3.216.904)	-	-	-	-	-	(8.804.104)
22.474	28.543	-	-	-	-	51.017
-	-	(3.284.671)	(1.654.202)	(65.712)	1.087.600	(3.924.424)
-	-	-	-	-	-	99.182
-	-	-	-	-	-	(365.933)
-	-	-	-	-	-	366.870

32. Gestão de Risco

Políticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua atividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção “Risco de Crédito” do Relatório do Conselho de Administração.

Política de gestão de risco de crédito

Durante o último ano não existiram alterações significativas na estrutura orgânica do Banco.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, registando-se um ligeiro aumento na taxa de aprovação global, mantendo-se o perfil de risco médio-baixo.

Com a incorporação da carteira do Banque PSA em 2015, verificou-se um aumento dos níveis de risco de crédito, mas durante o último ano, com uma gestão de recuperação que apesar de não poder estar ainda nos níveis desejáveis, já permite assegurar uma gestão mais otimizada, gerando como efeito que o nível de delinquência da carteira do Banco começa a reduzir significativamente.

Os níveis de risco de crédito são permanentemente medidos e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da Mora sob Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL), a análise de carteiras com igual período de originação (vintages), a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos e a monitorização da perda esperada do novo negócio angariado.

Em relação ao negócio de não retalho (risco individual por empresa com valor superior a 150 mil euros) mantiveram-se as visitas a concessionários, com periodicidade mínima anual, por parte do binómio gestor/analista. Esta atuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa.

O Banco dispõe de políticas e procedimentos que permitem identificar, avaliar, acompanhar e controlar a exposição ao risco de concentração de crédito. No processo de análise e gestão ao risco de concentração de crédito da instituição estão diretamente envolvidos, a Direção de Risco e Recuperação, Controlo Interno e a Direção Financeira e os membros do Órgão de Direção.

32. Risk Management

Risk management policies

Risk management policies implemented by the Bank within its activity are described in greater detail under the section “Credit risk” of the Board of Directors' Report.

Credit risk management policy

During the previous year there were no significant changes in the Bank's organisational structure.

During the previous year there were no significant changes in the Bank's organisational structure.

With the incorporation of the Banque PSA portfolio in 2015, there was an increase in the level of credit risk, but during the last year, although the recovery management has not yet reached the desired levels, it makes it possible to ensure a better management, thus enabling the delinquency level of the Bank's portfolio to significantly reduce.

The credit risk levels are constantly measured and monitored, according to corporate methodologies, which emphasise the monitoring of the Change in Non-Performing Loans (NPL), Non-Performing Loans Ratio (NPL %), the analysis of portfolios with equal origination period (vintages), the permanent monitoring of automatic decision models and the monitoring of the expected loss of the new business acquired.

Regarding the non-retail business, (individual risk per company with amounts greater than 150,000 euros), the visits to the dealers continued at least every year, by the binomial manager / analyst. This performance allows for greater insight and comprehensiveness of the information obtained, providing better quality in the preparation of the company's rating.

The Bank has at its disposal policies and procedures to identify, evaluate, monitor and control exposure to credit concentration risk. The Risk and Recovery, Internal Control Departments, the Financial Department and the members of the Steering Board are all directly involved in reviewing and managing the credit concentration risk of the institution.

De referir que a atividade do Banco prende-se essencialmente com a realização de operações de financiamento ao consumo, sendo característica deste tipo de operações a dispersão dos financiamentos efetuados por um elevado número de clientes, pelo que a exposição ao risco de concentração de crédito é reduzida. A política de crédito é definida tendo em linha de conta o grau de exposição ao risco, as probabilidades de incumprimento, a concentração e correlação das posições em risco, a perda dado o incumprimento e grau de cobertura das técnicas de redução de risco. Os limites de concentração de risco perante uma contraparte financeira ou um grupo de contrapartes financeiras ligadas entre si são determinados em função da política de crédito em vigor, formalizada no Regulamento de Crédito.

O Banco controla o risco de concentração de crédito da sua carteira, pela análise consolidada das maiores exposições existentes, no decurso do tempo, perante uma contraparte individual ou de um grupo de contrapartes relacionadas, bem como, as concentrações de exposição por sector de atividade e área geográfica. Este processo permite efetuar um acompanhamento sistemático da carteira e determinar preventivamente exposições potenciais sobre o risco de contraparte. No que respeita à Banca Comercial, o Banco avalia e monitoriza individualmente cada posição em risco. Para o efeito, a Direção de Risco e Recuperação realiza o seguimento mensal das 20 maiores exposições de clientes, fazendo um acompanhamento pormenorizado das suas características e implementando ações mitigadoras caso estas revelem indícios de incumprimento.

Como princípio geral, o Banco evita concentrações excessivas sobre uma entidade ou grupo de entidades relacionadas entre si, tomando como referência para a definição de concentração de risco o montante correspondente a 10% dos Fundos Próprios

No que respeita a grupos de contrapartes cuja probabilidade de entrarem em incumprimento resulta de fatores subjacentes comuns, designadamente o sector económico em que operam e a região geográfica em que estão inseridos, são efetuadas análises periódicas a fim de assegurar a manutenção de níveis de concentração de risco adequados.

It should be noted that the Bank's operations are primarily oriented towards the origination of consumer finance transactions, with it being characteristic of these types of transactions, the dispersion of loans made by a large number of clients, so that the exposure to credit risk concentration is reduced. The credit policy is defined by taking into account the degree of exposure to risk, the probability of default, concentration and correlation of exposures, loss considering the rate of default and coverage of risk reduction techniques. The risk concentration limits when considering a financial counterparty or a group of financial counterparties linked together are determined according to the credit policy in place, formalised in the Credit Regulations.

The Bank controls the credit risk concentration of its portfolio by the analysis of the largest exposures over time to an individual counterparty or a group of related counterparties on a consolidation basis, as well as the concentration of exposure by sector of activity and geographical area. This process allows regular monitoring of the portfolio and identify any potential exposures to counterparty risk for preventive purposes. With regard to Commercial Banking, the Bank evaluates and monitors each exposure. To this end, the Risk and Recovery Department conducts monthly checks on the 20 largest exposures of clients, ensuring a detailed follow-up of their characteristics and implementing mitigation actions if they show signs of default.

As a general principle, the Bank avoids excessive concentrations over an entity or a group of interrelated entities, taking as a reference the amount corresponding to 10% of Own Funds for the definition of risk concentration.

In regard to groups of counterparties whose probability of default is a result of common underlying factors, in particular the economic sector in which they operate and the geographical region in which they are located, periodic analyses are carried out to ensure the maintenance of adequate levels of risk concentration.

Política de write-off de créditos

A política de Write-Off de créditos até 2014 era baseada no Write-Off de crédito efetuado pela totalidade do saldo em dívida, quando esta era considerada irrecuperável e as respetivas provisões regulamentares estivessem constituídas a 100%. Nos termos da política corporativa do Grupo Santander, em vigor no Banco, os prazos de passagem a Write-Off, sucintamente caracterizavam-se por ser de 24 meses após default para créditos da tipologia de negócio Crédito Automóvel e 12 meses após default para créditos da tipologia de negócio Crédito Pessoal e Crédito ao Consumo. Durante o ano de 2016 não foram efetuados Write-Off de créditos de forma periódica, tendo no entanto sido levados a perdas numa operação pontual um lote de contratos, no âmbito da estruturação de uma venda programada de carteira.

Política de reversão de imparidades

A política de reversão de imparidade define que poderá existir reversão de provisões sempre que a atualização do cálculo das perdas por imparidade, em virtude da redução da perda esperada ou da redução do capital vencido, apure uma quantia recuperável, que apesar de ser inferior à quantia escriturada seja simultaneamente superior à quantia recuperável apurada em momento anterior.

Descrição das medidas de reestruturação aplicadas ao crédito vencido, mecanismos de controlo e monitorização:

As medidas de reestruturação de dívida aplicadas a contratos de crédito do Banco são baseadas na celebração de um novo acordo formal com o Cliente relativo a contratos que registem incumprimento ou mora ou contratos que não registem qualquer dívida, mas para os quais haja razoável expectativa de que venham a entrar em incumprimento, com o objetivo de fazer regressar o Cliente ao pontual cumprimento, em linha com a sua real capacidade de pagamento e, sempre que possível, melhorando as garantias da operação.

O seguimento dos contratos de crédito reestruturados é realizado através de vários mecanismos de monitorização, através da análise de curas ou agravamentos de situações de incumprimentos destes contratos e pelo cálculo específico de provisões por imparidade para esta tipologia de contratos que garante uma segmentação dos fatores de risco independentes dos outros segmentos de crédito.

Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais:

Ao nível dos produtos cujo colateral em garantia seja hipotecário, o Banco procede às avaliações dos imóveis respetivos com periodicidade máxima anual, através de empresas externas especializadas que colaboram com o Grupo Santander.

Loan write-off policy

Until 2014, the write-off policy was based on the credit write-off for the entire outstanding balance when it was considered unrecoverable and the corresponding regulatory provisions fully established. According to the corporate policy of the Santander Group, in force at the Bank, the timeframe set for Write-Off's were briefly characterised as being for 24 months after default for Car Loans business type and 12 months after default for Personal Loans and Consumer Credit. During 2016, periodic credit write-offs were not made, however, a lot of contracts were incurred in a one-off transaction in connection with the structuring of a scheduled sale of the portfolio.

Reversal of impairments policy

The reversal of impairments policy establishes that there may be a reversal of provisions whenever the update of the calculation of impairment losses equals a recoverable amount, due to the reduction of the expected loss or the reduction of the overdue capital, which, despite being less than the carrying amount is simultaneously higher than the recoverable amount established at an earlier stage.

Description of the restructuring measures applied to the overdue loans, monitoring and control mechanisms:

Debt restructuring measures applied to Bank credit agreements are based on the conclusion of a new formal agreement with the Client concerning contracts that defaulted or arrears or contracts that are not in default but for which there is a reasonable expectation that they may default, in order to ensure that Clients return to full compliance, in line with their actual ability to pay and, whenever possible, improving the guarantees for the operation.

The follow-up of the restructured credit agreements is carried out through various monitoring mechanisms, through the analysis of improvements or worsening of non-performance of these contracts and specific calculation for the impairment provisions for this type of contract, which ensures a segmentation of the risk factors involved separate from other credit segments.

Description of the assessment process and collateral management:

In regard to products tied to a mortgage collateral, the Bank carries out the valuations of the respective properties at least once a year, through specialised external companies that collaborate with the Santander Group.

No que respeita a Garantias Bancárias (GB) como colateral, existe uma relação de afetação direta do registo das mesmas associadas aos produtos/linhas aprovadas, com total especificação da GB (número, banco, datas, etc.). Assim, garante-se que toda a gestão é posteriormente efetuada ao nível do sistema central do Banco.

Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade:

A determinação da imparidade baseia-se nos pressupostos de que existe a probabilidade de qualquer contrato vir a entrar em incumprimento no futuro e consequentemente uma hipótese de perda futura. Estas probabilidades são calculadas através de um histórico recente (5 anos) de contratos com as mesmas características de forma a prever os acontecimentos futuros com a maior antecedência. Para além da informação histórica é utilizada informação externa (como por exemplo a informação da CRC do Banco de Portugal) para incorporar incumprimentos externos nas previsões do Banco.

Descrição das metodologias de cálculo da imparidade:

O cálculo da imparidade está dividido entre duas metodologias, uma de análise coletiva e outra de análise individual. Na metodologia de análise coletiva, o processo de segmentação permite classificar os contratos da carteira de crédito de acordo com as suas características comuns, associá-las em determinado segmento e calcular fatores de risco (PI, PD e LGD) de acordo com o histórico de contratos com essas mesmas características. Desse modo o cálculo é realizado de acordo com a tipologia de negócio (Auto, Consumo), financiamento (Crédito, ALD, Leasing), estado do bem (Novo, Usado) e origemação do contrato (PSA, Fices). Caso os contratos tenham sido alvo de reestruturação também são segmentados de acordo com a tipologia de reestruturação. Para além desta segmentação, os contratos também são segmentados de acordo com o seu comportamento atual e o seu comportamento histórico.

O Banco calcula as perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento (LGD) e das probabilidades de incumprimento (PD) e considera que um ativo está em imparidade quando a sua quantia recuperável é inferior à quantia escriturada.

As operações são classificadas em função do período de atraso identificado, nomeadamente em operações sem indícios de imparidade (situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento (default).

As to Bank Guarantees (BG) being used as a collateral, there is a direct relationship between their registration with the approved products / lines, with full specification of the BG (number, bank, dates, etc.). This ensures that the entire management process is subsequently performed at the level of the Bank's central system.

Nature of the main judgments, estimates and assumptions used to determine impairment:

The determination of the impairment is based on the assumptions that there is a probability that any contract may default in the future and consequently a hypothesis of future loss. These probabilities are calculated through a recent history (5 years) of contracts with the same characteristics in order to predict future events at the earliest possible stage. In addition to the historical information, external information is used (such as CRC information from the Banco do Portugal) in order to incorporate external defaults in the forecasts of the Bank.

Description of the impairment calculation methodologies:

The calculation of impairment losses is divided between two methodologies, one of collective analysis and the other, individual analysis. In the collective analysis methodology, the segmentation process enables the credit portfolio contracts to be classified according to their common characteristics, and to associate them in a certain segment and to calculate risk factors (PI, PD and LGD) based on historical contracts with the same characteristics. As a result, the calculation is carried out according to the type of business (Auto, Consumption), financing (Credit, ALD, Leasing), state of the good (New, Used) and the origination of the contract (PSA, Fices). If the contracts have been subjected to restructuring, they are also segmented according to the type of restructuring. In addition to this segmentation, contracts are also segmented according to their current behaviour and historical behaviour.

The Bank calculates impairment losses based on the expected loss in default (LGD) and on the probability of default (PD) and considers that an asset is impaired when its recoverable amount is less than the carrying amount.

The classification of the transactions is based on the aging of the late receivable identified, including transactions without signs of impairment (under normal circumstances), transactions with impairment indications (with outstanding instalments) and transactions in default.

Na metodologia de análise individual, o cálculo das provisões é efetuado de forma individualizada por cliente sendo a PD definida pelo rating interno associado ao cliente.

Indícios de imparidade por segmentos de crédito:

A evidência de imparidade refere-se a dados observáveis que chegam à atenção do Banco sobre os seguintes indícios de perda:

- Dificuldades financeiras significativas do cliente;
- Incumprimento contratual (falta de pagamento de capital ou juros);
- Concessão por parte do Banco de condições favoráveis, devido às dificuldades financeiras (reestruturação de dívida); e
- Probabilidade de entrada em falência do cliente.

Análise individual:

A análise individual é efectuada para todos clientes do negócio de Stock Finance.

Política relativa aos graus de risco internos

A política relativa a graus de risco internos é adotada apenas para os clientes carterizados (com envolvimento superior a 150 mil euros) e tem como base um modelo construído com o objetivo de acompanhar e conhecer a qualquer momento a posição, garantias e validades das diferentes linhas de apoio que se encontram ativas no Banco. Desta forma, existe melhor conhecimento dos clientes, sendo possível igualmente a recolha e tratamento dos novos elementos contabilísticos, bem como a atualização do nível de rating atribuído, com vista à renovação atempada dessas linhas. A FEVE (firmas em vigilância especial) é tratada segundo estabelecido por Marco Corporativo do Grupo Santander. É atualizada em base mensal, encontrando-se classificados clientes que necessitam de acompanhamento especial. Os vários níveis de FEVE são: Extinguir, Reforçar Garantias, Reduzir e Acompanhar.

Cálculo do valor actual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e colectivamente:

Os fluxos de caixa futuros são calculados por contrato com base na estrutura de rendas futuras adaptadas às probabilidades de incumprimentos, de default e de perda após default desse contrato. Os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efetiva das operações.

In regard to the individual analysis methodology, the calculation of provisions is carried out in an individualised manner per client, and the PD is defined by the internal rating associated with the client.

Evidence for impairment by credit segments:

Evidence for impairment refers to observable data that are pointed out by the Bank as to the following loss events:

- Significant financial difficulties of the client;
- Failure to fulfil contractual obligations (non-payment of principal or interest);
- Concession by the Bank of favourable conditions due to financial difficulties (debt restructuring); and
- Probability of the client filing bankruptcy.

Individual analysis:

Individual analysis is carried out for all Stock Finance business clients.

Policy on internal degrees of risk:

The internal risk rating policy is adopted only for custodial clients (involving more than 150 thousand euros) and is based on a model built with the objective of monitoring and knowing at any time the position, guarantees and validities of the different lines of support that are in force at the Bank. Hence, there is a better understanding of clients, with the possibility for the collection and processing of the new accounting elements, as well as the updating of the assigned rating level, with a view to a timely renewal of these lines. The FEVE (Special Surveillance Firms) shall be dealt with in accordance with Marco Corporativo of the Santander Group. It is updated on a monthly basis, where clients that need special monitoring are classified therein. The various levels of FEVE are: Terminate, Strengthen Guarantees, Reduce and Monitor.

The present value calculation of future cash flows when determining the impairment losses assessed individually and collectively:

The future cash flows are calculated by contract based on the structure of future incomes adapted to the probabilities of default, default and loss after default of this agreement. The future cash flows expected to be received are estimated based on the historical information on the behaviour of the assets with similar characteristics, which is subsequently discounted at the effective interest rate of the transactions.

Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos:

O período de emergência é definido como 3 meses para todos os segmentos da análise coletiva sendo esse o período médio desde um determinado indício de incumprimento e a respetiva confirmação baseado no histórico do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

Custo associado ao risco de crédito:

Com referência a dezembro de 2016, o total de provisões por risco de crédito foi de 113,4 milhões de euros, sendo as PI (acumuladas a 3 meses – período de emergência definido pelo Banco) dos contratos Sem Indícios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel de 1,3% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 0,7%, as PD (acumuladas à maturidade média de cada contrato) dos contratos Com Indícios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel de 47,8% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 51,3%. Por fim, as LGD dos contratos Sem Indícios de incumprimento do negócio de Financiamento Automóvel são cerca de 47,3% e as do negócio de Crédito ao Consumo de 72,6%.

Description of the emerging period used for the different segments:

The emergency period is defined as 3 months for all segments of the collective analysis, which is the average period from a certain indication of default and the respective confirmation based on the Bank's history.

Credit risk

Credit risk is the default exposure of the counterparty with which the Bank has open positions in financial instruments, as a creditor entity.

Costs associated with credit risk:

In reference to December 2016, the total provisions for credit risk was 113.4 million euros, with the PI (accumulated for 3 months - emergency period set by the Bank) for the contracts without indications of default for the auto Financing business at 1.3% and the Consumer Credit business at 0.7%. The PDs (accumulated average maturity of each contract) of the contracts with indications of default in the Auto Financing business was at 47.8% and that of the Consumer Credit business at 51.3%. Finally, the LGD of the contracts with No signs of default in the Auto Financing business are around 47.3% and 72.6% in the Consumer Credit business.

Ainda em conformidade com a Carta Circular nº 2/2014-DSP do Banco de Portugal, apresentamos as seguintes divulgações quantitativas relativamente à carteira de crédito do Banco com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Also in accordance with the Circular Letter No. 2/2014-DSP from the Banco do Portugal, we hereby present the following quantitative disclosures regarding the Bank's loan portfolio as of 31 December 2016 and 2015:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída:

a) Details of exposure and impairment:

Segment	Exposure 31.12.2016						Impairment 31.12.2016		
	Total Exposure	Performing loans	Of which improved	Of which Restructured	Non-performing loans	Of which Restructured	Total Impairment	Performing loans	Non-performing loans
Corporate	300 869 657	293 119 424	-642 705	1 327 137	7 750 233	0	18 725 833	11 420 486	6
Construction and CRE	14 073 284	12 603 858	464 855	2 927	1 469 427	32 208	1 473 666	122 137	1 351 529
Retail	1 061 516 848	993 928 086	56 740 155	6 392 498	67 588 763	580 116	74 651 164	13 006 873	61 644 291
Total	1 376 459 789	1 299 651 36	56 562 304	7 722 563	76 808 423	612 324	94 850 663	24 549 496	62 995 826

Segment	Exposure 31.12.2015						Impairment 31.12.2015		
	Total Exposure	Performing loans	Of which improved	Of which Restructured	Non-performing loans	Of which Restructured	Total Impairment	Performing loans	Non-performing loans
Corporate	227 437 280	219 914 923	684 118	0	7 522 357	0	16 477 137	9 805 857	6 671 280
Construction and CRE	10 817 960	9 368 291	323 008	5 497	1 449 669	151 748	1 369 397	147 537	1 221 860
Retail	1 046 020 055	966 282 029	33 945 707	3 702 521	79 738 026	3 170 487	89 760 577	17 769 570	71 991 007
Total	1 284 275 295	1 195 565 243	34 952 833	3 708 018	88 710 052	3 322 236	107 607 111	27 722 964	79 884 147

Amounts expressed in Euros

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

b) Breakdown of the credit portfolio by segment and by year of production:

Year of production	Corporate			Construction and CRE			Retail		
	Number of Operations	Amount	Impairment Constituted	Number of Operations	Amount	Impairment Constituted	Number of Operations	Amount	Impairment Constituted
2006 and earlier	4	1 925 655	706 327	574	160 775	159 934	102 914	9 699 705	8 738 266
2007	399	2 032 875	1 072 769	97	68 005	67 929	26 507	3 880 357	3 546 873
2008	138	1 054 945	1 719 444	103	135 814	135 376	27 496	10 994 386	8 045 960
2009	372	1 084 827	503 246	66	122 862	94 788	14 706	22 119 129	8 149 811
2010	507	59 918	58 016	110	289 524	187 757	14 450	49 785 508	12 768 123
2011	700	2 619 917	1 036 294	131	479 932	310 198	13 117	56 266 531	10 046 640
2012	882	517 559	521 020	122	642 755	308 815	11 997	55 210 172	5 840 299
2013	1 249	1 824 443	964 743	159	635 308	74 235	20 768	81 334 344	4 400 177
2014	1 465	447 802	441 337	271	1 693 839	59 130	36 540	152 445 638	5 685 805
2015	1 605	426 502	434 172	291	3 242 932	60 603	44 756	253 432 266	5 036 855
2016	24 245	288 875 215	11 268 466	505	6 601 537	14 901	49 006	366 348 812	2 392 354
Total	31 566	300 869 657	18 725 833	2 429	14 073 284	1 473 666	362 257	1 061 516 848	74 651 164

Amounts expressed in Euros

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector, geografia:

c) Breakdown of gross exposure value of loan and impairment assessed individually and collectively by segment, sector, geography:

c.1) Por segmento:

c.1) By segment:

12.31.16 Evaluation	Corporate		Construction and CRE		Retail		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	300 869 657	18 725 833	0	0	0	0	300 869 657	18 725 833
Collective	0	0	14 073 284	1 473 666	1 061 516 848	74 651 164	1 075 590 132	76 124 830
Total	300 869 657	18 725 833	14 073 284	1 473 666	1 061 516 848	74 651 164	1 376 459 789	94 850 663

12.31.15 Evaluation	Corporate		Construction and CRE		Retail		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	227 437 280	18 725 833	0	0	0	0	300 869 657	18 725 833
Collective	0	0	14 073 284	1 473 666	1 061 516 848	74 651 164	1 075 590 132	76 124 830
Total	227 437 280	18 725 833	14 073 284	1 473 666	1 061 516 848	74 651 164	1 376 459 789	94 850 663

Amounts expressed in Euros

c.2) Por sector de atividade:

c.2) By sector of activity:

2016

Evaluation	Agriculture, livestock production, hunting and forestry and fishing		Extractive industries		Manufacturing industries		Electricity, gas, steam and air conditioning	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	102 853	17 292	38 606	9 568	15 045 852	981 985	41 912	158
Total	102 853	17 292	38 606	9 568	15 045 852	981 985	41 912	158

2015

Evaluation	Agriculture, livestock production, hunting and forestry and fishing		Extractive industries		Manufacturing industries		Electricity, gas, steam and air conditioning	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	147 797	13 755	38 187	1 086	12 945 255	907 538	50 897	446
Total	147 797	13 755	38 187	1 086	12 945 255	907 538	50 897	446

2016

Evaluation	Water supply; sewerage, waste management and remediation activities		Construction		Wholesale and retail activities; repair of motor vehicles and motorcycles		Transport and storage	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	300 869 657	18 725 833	-	-
Collective	218 354	35 983	11 874 158	1 349 622	37 590 461	6 533 963	8 040 037	823 416
Total	218 354	35 983	11 874 158	1 349 622	338 460 118	25 259 796	8 040 037	823 416

2015

Evaluation	Water supply; sewerage, waste management and remediation activities		Construction		Wholesale and retail activities; repair of motor vehicles and motorcycles		Transport and storage	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	147 797	13 755	38 187	1 086	12 945 255	907 538	50 897	446
Total	147 797	13 755	38 187	1 086	12 945 255	907 538	50 897	446

2016

Evaluation	Hotels, restaurants and similar		Information and communication activities		Real estate activities		Consulting, scientific and technical activities	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	0	0	0		-0	0	0	0
Collective	4 216 799	177 222	1 851 810		2 199 126	124 044	6 402 215	243 231
Total	4 216 799	177 222	1 851 810		2 199 126	124 044	6 402 215	243 231

2015

Evaluation	Hotels, restaurants and similar		Information and communication activities		Real estate activities		Consulting, scientific and technical activities	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	3 192 248	190 333	1 909 289	112 495	1 828 408	134 768	5 574 163	343 953
Total	3 192 248	190 333	1 909 289	112 495	1 828 408	134 768	5 574 163	343 953

2016

Evaluation	Administrative activities and support services		Education		Human health and social support activities		Arts, entertainment, sports and recreation activities	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Collective	13 834 155	3 047 910	20 864	714	1 836 654	33 295	5 476 021	209 099
Total	13 834 155	3 047 910	20 864	714	1 836 654	33 295	5 476 021	209 099

2015

Evaluation	Administrative activities and support services		Education		Human health and social support activities		Arts, entertainment, sports and recreation activities	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	227 437 280	16 477 137
Collective	5 169 699	180 126	674 981	39 078	3 501 018	1 071 895	129 237 400	12 656 436
Total	5 169 699	180 126	674 981	39 078	3 501 018	1 071 895	356 674 679	29 133 573

2016								
Evaluation	Human health activities and social support		Arts, entertainment, sports and recreation activities		Other service activities		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	300 869 657	18 725 833
Collective	5 476 021	209 099	945 042	27 542	3 360 381	138 458	113 095 300	13 864 351
Total	5 476 021	209 099	945 042	27 542	3 360 381	138 458	413 964 957	32 590 184

2015								
Evaluation	Human health activities and social support		Arts, entertainment, sports and recreation activities		Other service activities		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	-	-	-	-	-	-	227 437 280	16 477 137
Collective	5 169 699	180 126	674 981	39 078	3 501 018	1 071 895	129 237 400	12 656 436
Total	5 169 699	180 126	674 981	39 078	3 501 018	1 071 895	356 674 679	29 133 573

Amounts expressed in Euros

c.3) Por geografia:

c.3) By geography:

Evaluation	2016				2015			
	Portugal		Total		Portugal		Total	
	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment	Exposure	Impairment
Individual	300 869 657	18 725 833	300 869 657	18 725 833	238 255 240	17 846 534	238 255 240	17 846 534
Collective	1 075 590 132	76 124 830	1 075 590 132	76 124 830	1 046 020 055	89 760 577	1 046 020 055	89 760 577
Total	1 376 459 789	94 850 663	1 376 459 789	94 850 663	1 284 275 295	107 607 111	1 284 275 295	107 607 111

Amounts expressed in Euros

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada:

d) Breakdown of restructured portfolio by restructuring measure applied:

Measure	2016								
	Performing loans			Non-performing loans			Total		
	Nº Operations	Exposure	Impairment	Nº Operations	Exposure	Impairment	Nº Operations	Exposure	Impairment
Term extension	606	6 449 692	454 836	102	558 059	473 518	708	7 007 750	928 353
Total	606	6 449 692	454 836	102	558 059	473 518	708	7 007 750	928 353

Measure	2015								
	Performing loans			Non-performing loans			Total		
	Nº Operations	Exposure	Impairment	Nº Operations	Exposure	Impairment	Nº Operations	Exposure	Impairment
Term extension	744	3 708 018	546 106	543	3 322 236	2 923 157	1 287	7 030 254	3 469 263
Total	744	3 708 018	546 106	543	3 322 236	2 923 157	1 287	7 030 254	3 469 263

Amounts expressed in Euros

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

e) Changes in inflows and outflows in the restructured loan portfolio:

	12/31/2016	12/31/2015
Opening balance of the restructured portfolio (gross impairment)	7 030 253	9 270 941
Restructured loans for the period	4 476 696,26	645 382
Accrued interest for the restructured portfolio		
Settlement of restructured loans (partial or total)	-2 450 903,61	-
Loans reclassified as "restructured" to "normal"	-2 048 295,39	-2 886 070
Others		-
	-	-
Final balance of the restructured portfolio (gross impairment)	7 007 750	7 030 253

Amounts expressed in Euros

O segmento de stock finance é o único para o qual são apurados graus de risco interno.

The stock finance segment is the only segment where degrees of internal risk are calculated.

f) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

f) Distribution of credit portfolio by internal risks:

Segment	2016			
	Low GR	Medium GR	High GR	Without GR Assigned
Stock Finance	115 126 447	153 930 101	16 245 272	20 135 774

Segment	2015			
	Low GR	Medium GR	High GR	Without GR Assigned
Stock Finance	42 708 991	95 937 010	29 070 539	59 720 740

Amounts expressed in Euros

g) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento:

g) Disclosure of risk parameters associated with impairment models by segment:

Segment	2016			2015		
	Impairment			Impairment		
	PD (%)			PD (%)		
	<30 days without evidence	Between 30-90 days	LGD (%)	<30 days without evidence	Between 30-90 days	LGD (%)
Auto	1,3%	47,8%	47,3%	2,80%	50,10%	47,20%
Consumption	0,7%	51,3%	72,6%	1,20%	55,80%	63,60%

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

Maximum exposure to credit risk

On 31 December 2016 and 2015, the maximum exposure to credit risk is detailed as follows:

2016				
	Nominal value	Gross Balance Amount	Provisions and impairment	Net Balance Amount
On-balance sheet items				
Deposits in other credit institutions	15 637 244	15 637 244	-	15 637 244
Placements with credit institutions	-	-	-	-
Financial Assets held for trading	-	-	-	-
Loans to clients	1 376 459 789	1 379 284 035	(94 850 663)	1 284 433 372
Other assets, excluding differed charges	19 105 484	19 105 484	(10 170 753)	8 934 732
	1 411 202 517			-
Off-balance sheet items	10 380 167	1 414 026 763	(105 021 416)	1 309 005 348
Guarantees provided	19 105 484	10 380 167		10 380 167
Commitments to third parties		19 105 484	-	19 105 484
	29 485 651	29 485 651	-	29 485 651
2015				
	Nominal value	Gross Balance Amount	Provisions and impairment	Net Balance Amount
On-balance sheet				
Cash and cash equivalents at other credit institutions	23 832 207	23 832 207	-	23 832 207
Financial assets held for trading	-	-	-	-
Loans to clients	1 284 275 295	1 284 275 295	(107 607 11)	1 179 416 291
Other assets, excluding deferred charges	14 559 994	14 559 994	(11 433 174)	3 126 820
	1 322 667 496	1 322 667 496	(190 040 285)	1 206 375 318
Off-balance sheet				
Guarantees provided	10 380 167	10 380 167	-	2 149 558
Commitments to third parties	19 105 484	19 105 484	-	58 092 293
	29 485 651	29 485 651	-	60 241 8511

Amounts expressed in Euros

Nos quadros apresentados acima, a linha Crédito a clientes não inclui encargos diferidos, nos montantes de 50.712.927 euros 36.072.218 euros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente (Nota 8).

In the tables above, the item Loans to clients does not include deferred charges, amounting to 50,712,927 euros and 36,072,218 euros at 31 December 2016 and 2015, respectively (Note 8).

Qualidade de crédito dos ativos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco são assegurados por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efetuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da atividade da Direção de Risco e Recuperação são por sua vez avaliadas regularmente em Comité de Direção do Banco.

Credit quality of financial assets

The follow-up and monitoring of the credit risk management processes of the Bank are ensured by an internal structure with competencies attributed for the purpose, being carried out at the level of the concession, follow-up and recovery of loans to companies and private individuals by the Risk and Recovery Department. The analysis and evolution of the activity of the Risk and Recovery Department is regularly assessed by the Bank's Steering Committee.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de “rating” e de “scoring”) e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efetuada pela Direção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:

The lending activity process is supported in risk assessment models developed internally (rating and scoring models) and supplemented where applicable, by the evaluation carried out by the Risk Department as to the financial and economic data of the client.

On 31 December 2016 and 2015, the composition of loans granted in loan Sales scheme, financial leasing and long-term rental, is detailed as follows:

	2016			2015		
	Outstanding capital	Capital and interest accrued	Total exposure	Outstanding capital	Capital and interest accrued	Total exposure
Loans						
Performing	815 545 275	61 225	815 606 500	737 068 529	12 899	737 081 428
Non-performing loans	26 336 091	712 623	27 048 714	31 896 487	925 259	32 821 745
Loans in default	1 572 243	49 729 607	51 301 850	4 236 346	56 152 547	60 388 893
	843 453 609	50 503 455	893 957 064	773 201 361	57 090 705	830 292 066
Financial leasing						
Performing	54 626 048	2 429	54 628 477	60 150 340	1 019	60 151 359
Non-performing loans	2 003 754	65 916	2 069 669	2 911 334	140 585	3 051 919
Loans in default	110 248	3 899 658	4 009 906	333 172	6 253 210	6 586 382
	56 740 050	3 968 002	60 708 052	63 394 846	6 394 813	69 789 659
Long-term rental						
Performing	94 224 372	2 800	94 227 173	128 812 060	895	128 812 955
Non-performing loans	2 363 798	89 908	2 453 706	4 137 661	136 257	4 273 918
Loans in default	115 158	4 790 981	4 906 139	425 749	4 153 008	4 578 757
	96 703 328	4 883 690	101 587 018	133 375 470	4 290 160	137 665 630
Total	996 896 987	59 355 147	1 056 252 134	969 971 677	67 775 678	1 037 747 355

Amounts expressed in Euros

Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efetuada de acordo com a seguinte metodologia:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias;
- “Créditos com incumprimento” – créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

The classification of operations was carried out according to the following methodology for the preparation of the table:

- "Performing" – loans with no payments in default or with balances unpaid up to 11 days past due;
- "Non-performing loans" – loans with balances unpaid from 11 to 90 days past due
- "Loans in default" – loans with balances unpaid more than 90 days past due

Nos exercícios de 2016 e 2015, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se garantidas, entre outras, pelos seguintes tipos de colaterais:

- i. Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de “factoring” com concessionários;
- ii. Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- iii. Garantias hipotecárias; e
- iv. Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respetivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Ativos e Passivos (“Asset Liabilities Committee” – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da atividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os “cash flows” contratuais não descontados relativos aos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

On 2016 and 2015, loan operations granted to clients by the Bank are guaranteed, among others, by the following types of collateral:

- i. Bank guarantees, usually associated with factoring operations with dealers;
- ii. Reservation of ownership in sales of goods on loans for the acquisition of vehicles;
- iii. Mortgage collateral; and
- iv. Personal guarantees (bill of exchange, surety, others).

Liquidity risk

Liquidity risk refers to the Bank’s risk in obtaining the financial resources it requires to meet its commitments. The liquidity risk may consist in, for example, in the incapacity to dispose of a financial asset quickly and by an amount representative of its fair value.

In the context of the Bank’s internal policies, regarding exposure to liquidity risk, the respective follow-up and monitoring is ensured by the Asset Liabilities Committee - ALCO). In accordance with the current procedures, the financing of the activity is mainly ensured by the Santander Group, and the bank has an overdraft limit authorised and negotiated for this purpose.

On 31 December 2016 and 2015, contractual cash flow not discounted relating to financial assets and liabilities are broken down by terms of maturity:

2016							
	In cash	Up until 3 months	3 months 1 year	1 year to 3 years	3 yearsto 5 years	More of 5 years	Total
Assets							
Cash and Cash Equivalents in Central Banks	10 023 200	-	-	-	-	-	10 023 200
Cash and cash equivalents at other credit institutions	15 637 244	-	-	-	-	-	15 637 244
Loans to clients(gross balances)	-	355 482 837	215 826 122	439 538 501	271 584 661	217 136 073	1 499 568 193
Loans	-	42 613 473	175 196 771	369 599 332	235 908 166	204 748 733	1 028 066 475
Financial leasing	-	3 810 181	15 917 002	27 824 319	12 692 996	3 327 944	63 572 442
Factoring	-	261 722 481	1 059 407	-	-	-	262 781 888
Long term rental	-	8 233 012	23 652 942	42 114 850	22 983 499	9 059 396	106 043 699
Credit cards	-	8 616 374	-	-	-	-	8 616 374
Current Account Loans	-	30 487 279	-	-	-	-	30 487 279
Other loans	-	36	-	-	-	-	36
	25 660 444	355 482 837	215 826 122	439 538 501	271 584 661	217 136 073	1 525 228 637
Liabilities							
Central Bank Resources	-	-	-	(216 000 000)	(189 000 000)	-	(405 000 000)
Resources from Other Credit Institutions	-	(168 364 917)	(189 425 319)	(344 412 811)	(51 000 616)	-	(753 203 663)
Client resources and other loans	(7 623 456)	-	-	-	-	-	(7 623 456)
Subordinated liabilities	-	-	-	-	-	-	-
Other Financial Liabilities							
Creditors for factoring contracts	-	(33 758 477)	-	-	-	-	(33 758 477)
Deposits received - ALD contracts	-	(327 394)	(1 889 358)	(5 486 380)	(6 334 252)	(4 500 217)	(18 537 601)
	(7 623 456)	(202 450 789)	(191 314 677)	(565 899 191)	(246 334 868)	(4 500 217)	(1 218 123 198)
DIFFERENTIAL	18 036 988	153 032 048	24 511 445	(126 360 690)	25 249 793	212 635 855	307 105 439
2015							
	In cash	Up until 3 months	3 months 1 year	1 year to 3 years	3 yearsto 5 years	More of 5 years	Total
Assets							
Cash and Cash Equivalents in Central Banks	15 071 921	-	-	-	-	-	15 071 921
Cash and cash equivalents at other credit institutions	23 832 207	-	-	-	-	-	23 832 207
Loans to clients (gross balances)	194 995 281	108 133 098	230 211 632	426 702 697	249 341 667	174 977 697	1 384 362 072
Loans	-	42 419 362	173 634 771	347 329 417	213 673 524	162 071 912	939 128 986
Financial leasing	-	4 463 550	17 742 868	31 778 494	12 968 881	3 744 814	70 698 607
Factoring	171 914 554	34 641 324	836 102	-	-	-	207 391 980
Long term rental	-	26 608 862	37 997 891	47 594 786	22 699 262	9 160 971	144 061 772
Credit cards	9 901 489	-	-	-	-	-	9 901 489
Current Account Loans	13 179 202	-	-	-	-	-	13 179 202
Other loans	36	-	-	-	-	-	36
	233 899 409	108 133 098	230 211 632	426 702 697	249 341 667	174 977 697	1 423 266 200
Liabilities							
Central Bank Resources	-	-	-	(405 570 938)	-	-	(405 570 938)
Resources from Other Credit Institutions	(98 016 805)	(11 093 097)	(147 611 454)	(318 255 248)	(41 756 223)	(30 278 288)	(647 011 115)
Client resources and other loans	(3 623 791)	-	-	-	-	-	(3 623 791)
Subordinated liabilities	-	-	-	-	-	-	-
Other Financial Liabilities							
Creditors for factoring contracts	-	(4 913 997)	-	-	-	-	(4 913 997)
Deposits received - ALD contracts	-	(273 760)	(2 592 591)	(5 897 234)	(5 159 804)	(4 030 709)	(17 954 098)
	(101 640 597)	(16 280 854)	(150 204 045)	(729 723 420)	(46 916 027)	(34 308 997)	(1 079 073 940)
DIFFERENTIAL	132 258 812	91 852 244	80 007 587	(303 020 723)	202 425 640	140 668 700	344 192 260

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projetados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica "Crédito a clientes", foram classificados no intervalo temporal "À vista";
- Os fluxos de capital projetados relativos à rubrica de "Crédito a clientes" não incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" foram classificados no intervalo temporal "À vista"; e
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente.

No final de 2016 e 2015, o financiamento obtido no Eurosistema cifrava-se em 405 milhões de euros. Por sua vez, a carteira de ativos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema ascendia a 509,4 milhões de euros. No final de 2016, o Banco mantinha um buffer de liquidez no Eurosistema de 23,99 milhões de euros suscetíveis de serem convertidos em liquidez.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

In the preparation of the tables above, cash flows of capital and interest were considered, accordingly, all amounts shown are not directly comparable with the account balances on these dates.

Additionally, the following assumptions were used for the preparation of the information above:

- Overdrafts on client demand deposits and loans granted through credit cards, recorded under the heading "Client loans", were classified as "cash";
- Capital flows relating to the heading "Client loans" do not include overdue loans;
- Client demand deposits recorded under the heading "Resources from clients and other loans", were classified as "On demand"; and
- Financial flows presented for operations whose remuneration is indexed to Euribor were estimated on the basis of the reference rate in force on 31 December 2016 and 2015, respectively.

At the end of 2016 and 2015, the funding obtained from Eurosistema amounted to 405 million euros. In turn, the portfolio of assets eligible as collateral in Eurosistema transactions amounted to 509,400,000 euros. At the end of 2016, the Bank maintained a net buffer in Eurosistema in the amount of 23.99 million euros which can quickly be converted into currency.

Interest rate risk

Interest rate risk corresponds to the risk that the fair value or cash flows associated with a given financial instrument change as a result of a change in market interest rates.

On 31 December 2016 and 2015, the interest rate risk exposure is detailed as follows:

31-12-2016

	Flat rate	Variable rate	Subtotal	Others	Total
Assets					
Cash and Cash Equivalents in Central Banks	10 000 553	22 647	22 647	-	10 023 200
Cash and cash equivalents at other credit institutions	34 509	15 602 735	15 637 244	-	15 637 244
Loans to client (gross balances)	772 179 952	577 612 8579	1 299 792 809	130 204 153	1 429 996 963
	732 215 014	593 238 239	1 325 453 253	130 204 153	1 455 657 407
Liabilities					
Resources of Central Banks and other Credit Institutions	(921 716 319)	(220 000 000)	(1 141 716 319)	(3 049 068)	(1 44 765 387)
Clients resources and other loans	-	(7 623 456)	(7 623 456)	-	(7 623 456)
Subordinated liabilities	-	-	-	-	-
Other liabilities	(18 537 601)	(33 758 477)	(52 296 079)	-	(52 296 079)
	(940 253 921)	(261 381 933)	(1 201 635 854)	(3 049 068)	(1 204 684 922)
Derivative financial instruments (notional amount)	(11 500 00)	11 500 000	-	-	-
Net Exposure	(219 538 907)	343 356 306	123 817 399	127 155 086	250 972 485

31-12-2015

	Flat rate	Variable rate	Subtotal	Others	Total
Assets					
Cash and Cash Equivalents in Central Banks	15 050 416	21 505	15 071 921	-	15 071 921
Cash and cash equivalents at other credit institutions	12 741	23 819 466	23 832 207	-	23 832 207
Loans to clients (gross balances)	655 373 102	545 071 284	1 200 444 386	122 651 233	1 323 095 619
	670 436 259	568 912 255	1 239 348 514	122 651 233	1 361 999 747
Liabilities					
Resources of Central Banks and other Credit Institutions	(993 016 805)	(40 000 000)	(1 033 016 805)	(4 697 686)	(1 037 714 491)
Client resources and other loans	-	(3 623 791)	(3 623 791)	-	(3 623 791)
Subordinated liabilities	-	-	-	-	-
Other liabilities	(17 954 098)	(4 913 042)	(22 867 140)	-	(22 867 140)
	(1 010 970 903)	(48 536 833)	(1 059 507 736)	(4 697 686)	(1 064 205 422)
Derivative financial instruments (notional amount)	(44 000 000)	44 000 000	-	-	-
Net Exposure	(384 534 644)	564 375 422	179 840 778	117 953 547	297 794 325

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os recursos de clientes e o depósito colateral em Bancos Centrais, não remunerados, foram classificados na coluna de "taxa variável".
- A coluna "Outros" inclui os seguintes saldos:
 - Saldos vencidos de crédito concedido a clientes;
 - Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos; e
 - Juros a receber ou a pagar.

The following assumptions were used for the preparation of the table above:

- Resources from clients and unpaid collateral deposit in Central Banks, are listed in the "variable rate" column.
- The column "Others" includes the following balances:
 - Overdue loans granted to clients;
 - Other amounts received or paid which are deferred; and
 - Interest receivable or payable.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o impacto na margem financeira projetada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 100 (basis point value) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo repricing ocorra em 2016 e 2015, respetivamente, é o seguinte:

	2016		2015	
	- 100 bp	+ 100 bp	- 100 bp	+ 100 bp
Interest and similar income	-	6.278.915	-	3.400.069
Interest and similar charges	-	(3.877.307)	-	(2.453.025)
Financial margin	-	2.278.021	-	947.044

Amounts expressed in Euros

Sensitive analysis - Interest rate

On 31 December 2016 and 2015, the impact on the Bank's projected financial margin, assuming a parallel shift in interest rate curves of 100 basis point value, that index sensitive financial instruments to changes in interest rate with a repricing which occurs in 2016 and 2015, respectively, is as follows:

Exposição ao risco estrutural de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o gap de repricing (de taxa de juro) acumulado é o seguinte:

Structural position as of December 31, 2016								
	Up to 1 month	Up to 3 months	Up to 6 months	Up to 1 year	Up to 2 years	Up to 3 years	Up to 5 years	> 5 years
Cumulative GAP	-157.498	-335.930	-330.859	-330.859	-61.907	-152.729	-70.535	-186.215

Structural position as of December 31, 2015								
	Up to 1 month	Up to 3 months	Up to 6 months	Up to 1 year	Up to 2 years	Up to 3 years	Up to 5 years	> 5 years
Cumulative GAP	-287.672	-529.557	-456.763	-537.102	-521.015	-65.559	-152.624	-216.698

Amounts expressed in Euros

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2016 e 2015, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projetadas para cada exercício. Considerando que a atual curva de taxa de juro é negativa, qualquer cenário de descida de taxas não terá qualquer impacto.

With regard to fixed rate financial instruments whose maturity occurs in 2016 and 2015, the values shown above, consider their replacing with similar instruments, whose remuneration is calculated according to the projected interest rate curve for each year. Considering that the current interest rate curve is negative, any scenario of decrease in interest rates will have no impact on the Bank's income statement.

Justo Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado ativo. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

A valorização de instrumentos financeiros para os quais não existam cotações em mercado ativo é descrita nos pontos seguintes:

a) Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor (instrumentos financeiros derivados):

As transações de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de juro são efetuadas em mercados de balcão (OTC – Over-The-Counter). Para as operações de derivados OTC (swaps) a respetiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente, a partir do valor atual dos fluxos futuros (cash flows), com base na curva de taxa de juro relevante, vigente no momento do cálculo.

Os instrumentos financeiros derivados foram contratados com contrapartes com as quais o Banco mantém acordos de colateralização. Desta forma, não são sujeitos a ajustamentos para o risco de crédito, na medida em que o mesmo se encontra mitigado.

As técnicas de valorização utilizam como inputs variáveis representativas das condições de mercado à data das demonstrações financeiras.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (ex: Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Fair Value

The fair value of financial instruments is estimated, whenever possible, on quoted market prices. A market is considered active, and liquid, when it is accessed by counterparties who are equally knowledgeable and where transactions are performed on a regular basis.

The valuation of financial instruments for which there are no quoted market prices is described in the following paragraphs:

a) Financial instruments registered in the balance sheet at fair value (derivative financial instruments):

Financial derivatives transactions in the form of interest-rate contracts are made in Over-The-Counter markets (OTC). For OTC derivative transactions (swaps) the respective assessment is calculated on the basis of generally accepted methods, in particular, from the present value of future cash flows, based on the relevant interest rate curve, in force at the time of calculation.

Derivative financial instruments have been contracted with counterparties with which the Bank maintains collateralisation agreements with. As such, they are not subject to adjustments for credit risk, to the extent that it is mitigated.

The recovery techniques use variables representative of market conditions as inputs as at the date of the financial statements.

Market interest rates are established based on the information disseminated via financial content providers (ex: Bloomberg and Reuters), and adjusted in accordance to liquidity and credit risk.

Interest rates for specific cash flow maturities are determined by appropriate interpolation methods. Interest rate curves are also used in the projection of non-deterministic cash flows such as the reference rate.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros detidos pelo Banco e registados no balanço ao justo valor (derivados), são classificados no Nível 2 da hierarquia prevista na norma IFRS 13, na medida em que são utilizados modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio).

b) Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco calcula o respetivo justo valor com recurso a métodos internos, com o objetivo de apurar o desvio entre os dois métodos de valorização. Na comparação entre o custo amortizado e o justo valor, estes instrumentos financeiros são apresentados no nível 3, na medida em que se considera que o seu justo valor dependeria de dados relevantes não observáveis em mercado. Os instrumentos exigíveis à vista (caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e recursos de clientes e outros empréstimos) são apresentados no Nível 1.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido apurado com esse objetivo.

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

For the purposes of this note, the financial instruments held by the Bank and recorded in the balance sheet at fair value (derived), are classified in the hierarchy level 2 provided for in standard IFRS 13, to the extent that internal models which mainly use observable market data (such as interest rates curves or foreign exchange rates) are mostly used.

b) Financial instruments registered in the balance sheet at amortised cost

As to the financial instruments registered in the balance sheet at amortised cost, the Bank calculates the respective fair value using internal approaches, in order to establish the deviation between the two valuation methods. When comparing the amortised cost and the fair value, these financial instruments are presented in level 3, insofar as it is considered that its fair value would depend on relevant data not based on observable market data. Instruments required to be payable (cash and deposits at Central Banks, deposits in other credit institutions and resources from clients and other loans) are shown in Level 1.

It should be noted that the fair value shown may not correspond to the value of realisation of these financial instruments in a scenario of sale or liquidation, not having been established with this purpose.

The table below shows the comparison between the fair value and the amount of the balance of the financial instruments, with reference to 31 December 2016 and 2015:

2016

	Fair Value Measurement Methodology					
	Valuation techniques				Fair value	Difference
	Balance sheet value	Quotes on active market (Level 1)	Market Data (Level 2)	Models (Level 3)		
Assets						
Cash and cash equivalents in Central Banks	10 023 200	10 023 200	-	-	10 023 200	-
Cash and cash equivalents at other credit institutions	15 637 244	15 637 244	-	-	15 637 244	-
Loans and advances to credit institutions	-	-	-	-	-	-
Loans to clients	1 335 146 299	-	-	1 358 617 467	1 358 617 467	23 471 168
Trading Derivatives	-	-	-	-	-	-
Held-to-Maturity Investments	-	-	-	-	-	-
	1 360 806 743	25 660 444	-	1 358 617 467	1 384 277 911	23 471 168
Liabilities						
Funds from Central Banks and other credit institutions	1 144 765 387	-	-	1 143 259 450	1 143 259 450	1 505 937
Client resources and other loans	7 623 456	7 623 456	-	-	7 623 456	-
Other subordinated liabilities	-	-	-	-	-	-
Trading Derivatives	-	-	-	-	-	-
Coverage Derivatives	33 010	-	33 010	-	33 010	-
	1 152 421 853	7 623 456	33 010	1 143 259 450	1 150 915 916	1 505 937

2015

	Fair Value Measurement Methodology					
	Valuation techniques				Fair value	Difference
	Balance sheet value	Quotes on active market (Level 1)	Market Data (Level 2)	Models (Level 3)		
Assets						
Cash and cash equivalents in Central Banks	15 071 921	15 071 921	-	-	15 071 921	-
Cash and cash equivalents at other credit institutions	23 832 207	23 832 207	-	-	23 832 207	-
Loans and advances to credit institutions	-	-	-	-	-	-
Loans to clients	1 215 488 509	-	-	1 233 708 729	1 233 708 729	18 220 220
Trading Derivatives	-	-	-	-	-	-
Held-to-Maturity Investments	-	-	-	-	-	-
	1 254 392 637	38 904 128	-	1 233 708 729	1 272 612 857	18 220 220
Liabilities						
Funds from Central Banks and other credit institutions	1 037 714 491	-	-	1 006 414 868	1 006 414 868	26 601 937
Client resources and other loans	3 623 791	3 623 791	-	-	3 623 791	-
Other subordinated liabilities	-	-	-	-	-	-
Trading Derivatives	-	-	-	-	-	-
Coverage Derivatives	249 138	-	-	-	249 138	-
	1 041 587 420	3 623 791	249 138	1 006 414 868	1 010 287 797	26 601 937

Amounts expressed in Euros

As técnicas de valorização utilizadas têm por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respetivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;
- Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2016 e 2015, respetivamente, para operações com características semelhantes; e
- O justo valor do Crédito a clientes encontra-se ajustado pelo montante de perdas por imparidade acumuladas, registado nas contas consolidadas.

The valuation techniques used are based on the market conditions applicable to similar operations in the reference date of the financial statements, in particular, the value of the respective discounted cash flows based on the interest rates considered most appropriate, i.e.:

- Regarding financial instrument balances due within one year, it is considered that the value of the balance sheet is a reliable approximation of its fair value;
- In the remaining operations with clients, average interest rates applied by the Bank in the last quarter of 2016 and 2015, respectively, for operations with similar characteristics were used; and
- The fair value of Loans to clients is adjusted by the amount of impairment loss recorded in the consolidated accounts.

Contabilidade de Cobertura

O Banco aplica Contabilidade de Cobertura de justo valor para carteiras de crédito a clientes a taxa fixa. Os instrumentos utilizados para o efeito são swaps de taxa de juro. A aplicação de Contabilidade de Cobertura permite eliminar o "accounting mismatch" que resultaria do reconhecimento ao custo amortizado dos elementos cobertos, enquanto os instrumentos de cobertura (instrumentos financeiros derivados) teriam de ser obrigatoriamente registados ao justo valor através de resultados. O valor dos instrumentos financeiros cobertos é a parcela de cash-flows das operações que iguala os cash-flows dos swaps contratados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos elementos cobertos e o justo valor dos instrumentos de cobertura associados têm a seguinte composição:

Hedge Accounting

The Bank shall apply fair value Hedge Accounting for loan portfolios to clients at fixed rates. Interest rate swaps are used for this purpose. Hedge accounting allows "accounting mismatch" to be eliminated, resulting in the recognition of the items hedged at amortised cost, while the hedge instruments (derivative financial instruments) would need to be recorded at fair value through profit and loss. The value of the hedged financial instruments is a share of the cash-flows that equals the cash-flows from contracted swaps.

On 31 December 2016 and 2015, the balance sheet value of hedged items and the fair value of associated hedged instruments are broken down as follows:

2016							
Covered Elements				Coverage Instruments			
Type of fair value hedge	Nominal amount	Value corrections	Total	Notional Amount	Interest and premiums	Revaluation	Fair value
Client Loans	11 500 000	27 902	11 527 902	11 500 000	(7219)	(25 790)	33 010
2015							
Covered Elements				Coverage Instruments			
Type of fair value hedge	Nominal amount	Value corrections	Total	Notional Amount	Interest and premiums	Revaluation	Fair value
Client Loans	44 000 000	247 130	44 247 130	44 000 000	(22 968)	(226 170)	249 138

Amounts expressed in Euros

Nos exercícios de 2016 e 2015, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos instrumentos financeiros derivados de cobertura e nos elementos cobertos foram os seguintes (Nota 25):

In 2016 and 2015, the profit or loss on financial transactions recognised in hedge derivative instruments and in hedged items were as follows (Note 25):

	2016	2015
Covered items - client loans	200 379	365 933
Hedging instruments - interest rate swaps	(219.228)	(408 941)
	(18 849)	(43 008)

Amounts expressed in Euros

33. Gestão de Capital

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua atividade encontra-se sujeita à disciplina e disposições da Diretiva 2013/36/EU e do Regulamento EU n.º 575/2013, aprovados pelo Parlamento europeu e pelo Conselho (CRDIV/CRR), que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2014, e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Ainda em matéria de regulação prudencial, dado o Banco fazer parte integrante do Grupo Banco Santander encontra-se sujeito à supervisão do Banco Central Europeu no âmbito do Mecanismo Único de Supervisão, definido pelo Regulamento (EU) n.º 1024/2013.

Nas atribuições conferidas pelo Mecanismo Único de Supervisão, o Banco Central Europeu definiu para o Banco o nível mínimo para os Fundos Próprios Principais de nível 1 (Common Equity Tier 1) o valor de 9,75%.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o apuramento do rácio de solvabilidade do Banco apresenta a seguinte composição:

Consolidated	31 Dec 2016	31 Dec 2015
Paid-up capital	66 592 947	66 592 947
Share Premium	12 790 664	12 790 664
Legal, statutory reserves and others	44 378 525	40 624 725
Retained earnings	12 982 216	14 310 689
Other net deductions from Original Own Funds	(3 061 758)	(1 563 279)
Eligible Tier I own funds (1)	133 682 593	132 755 746
Subordinated loans	-	-
Investment in subsidiaries	-	-
Eligible Tier II own funds (2)	0	0
Eligible Tier own funds (1+2)	133 682 593	132 755 746
Own Funds Requirements	93 200 392	88 492 359
Solvency Ratio	11,47%	12,00%
Core Tier I"Ratio	11,47%	12,00%

Amounts expressed in Euros

33. Capital Management

The capital management held by the Bank within the scope of its activity is subject to the discipline and provisions of Decree 2013/36/EU and of Regulation EU no. 575/2013, approved by the European Parliament and the Council (CRDIV/CRR), which entered into force on 1 January 2014, and the Notice of the Bank of Portugal No. 6/2013, as supervisory authority of the national financial system.

Regarding prudential regulation, as the Bank is an integral part of the Banco Santander Group, they are subject to the supervision of the European Central Bank within the scope of the Single Supervisory Mechanism, defined by Regulation (EU) No. 1024/2013.

Within the powers conferred by the Single Supervisory Mechanism, the European Central Bank defined the minimum level for the Common Equity Tier 1 as 9.75%.

On 31 December 2016 and 2015, the solvency ratio of the Bank is as follows:

34. Resultados por Ação

O quadro seguinte apresenta o resultado básico por ação:

34. Earnings Per Share

The following table shows basic earnings per share

	31 Dec 2016	31 Dec 2015
Numerator		
Numerator: Net Profit attributable to the Bank's shareholders (in euros)	24 450 944	18 425 329
Denominator		
Common shares issued:		
Number at the beginning of the year	66 592 947	66 592 947
Number of new shares issued in the year	-	-
Number at the end of the year	66 592 947	66 592 947
Weighted average number of shares	66 592 947	66 592 947
Own shares, weighted average number	-	-
Denominator: weighted average number of shares, less own shares	66 592 947	66 592 947
Consolidated net income per basic share (in euros)	0,37	0,28

Amounts expressed in Euros

35. Operações de Titularização

Operação de titularização SILK 4

Em 16 de novembro de 2015, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos denominada Silk Finance No.4, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 611.022.649 euros. Estas operações foram alienadas ao seu valor nominal de 611.022.649 euros à sociedade de titularização de créditos TAGUS S.T.C., S.A..

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o valor nominal dos créditos titularizados ascendia a 610.928.330 Euros e 611.007.729 Euros, respetivamente.

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues à sociedade de titularização TAGUS S.T.C., S.A., sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integram a sociedade de titularização, com base numa taxa anual de 1%.

O financiamento do Silk Finance No.4 foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

Bands / Tranching	Nominal Value	Date of Work	Rating S&P / DBRS	Remuneration
Class A	509 400 000	January of 2031	A/A	1,20%
Class B	101 500 000	January of 2031	Not rated	2,40%
Class C	3 700 000	January of 2031	Not rated	Residual
Variable Funding Note	1	January of 2031	Not rated	N/A
	614 600 001			

Amounts expressed in Euros

As obrigações emitidas foram totalmente adquiridas pelo Banco).

O pagamento de juros das obrigações da classe A e da classe B bem como a distribuição do montante residual da classe C são efetuados trimestralmente em 25 de janeiro, 25 de abril, 25 de julho e 25 de outubro de cada ano.

35. Securitisation Transactions

SILK 4 securitisation transaction

On 16 November 2015, the Bank conducted a credit securitisation operation referred to as Silk Finance No. 4, under which it sold a loan portfolio comprising sales transactions on loans and mortgage finance lease transactions outstanding on that date in the amount of 611,022,649 euros. These operations were sold at their nominal value in the amount of 611,022,649 euros to the credit securitisation company TAGUS S.T.C., S.A.

On 31 December 2016 and 2015, the nominal value of the securitised loans amounted to 610,928,330 euros and 611,007,729 euros, respectively.

The management of loans transferred continues to be carried out by the Bank. All amounts received under the loan contracts are delivered to the credit securitisation company TAGUS S.T.C., S.A., as the Bank's services are remunerated through a commission calculated on a quarterly basis on the overall value of the loans which are part of the securitisation company, based on an annual percentage rate of 1%.

The Silk Finance No. 4 funding was ensured by means of the issuance of bonds with different subordination and rating levels and therefore of remuneration. On 31 December 2016, the debt issued by this entity is as follows:

The bonds issued were fully acquired by the Bank).

The payment of interest for Class A bonds and the distribution of the residual amount of classes B and C are performed quarterly on 25 January, 25 April, 25 July and 25 October of each year.

O Banco mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efetuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que ocorram. O produto da cobrança das prestações é mensalmente depositado numa conta da sociedade de titularização de créditos junto do BNP Paribas em Londres.

O produto das cobranças de capital entregues é utilizado pela sociedade de titularização de créditos para, numa base mensal, proceder à aquisição de novos créditos. Este procedimento manter-se-á até 25 de janeiro de 2019, definido como último o IPD (Interest Payment Date) do “Revolving Period”, a partir da qual a operação iniciará a sua amortização. Ou seja, a parte de capital não utilizada para aquisição de novos créditos e, por este motivo, acumulada na conta operacional da sociedade de titularização de créditos, começará a ser utilizada para proceder trimestralmente ao reembolso por redução do valor nominal das obrigações.

O Banco detém a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas e de recomprar a carteira de crédito ao valor nominal quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco tinha entregue, como colateral, obrigações da Classe A com valor nominal de 509.400.000 euros ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de financiamento (Notas 14 e 22).

Tal como referido na Nota 2.3 a), o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas, a entidade de propósito especial (S.P.E.), criada no âmbito da operação de titularização acima descrita, dado que exerce sobre a mesma um controlo financeiro e operacional efetivo e detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade (Nota 4).

Os créditos relativos à operação de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, que são totalmente detidas pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

The Bank maintains its role as the manager and, consequently, the commercial relationship with its clients, collection of instalments and recovery of benefits and any late-payment interest. The recovery of instalments is monthly deposited in an account of the credit securitisation company with the BNP Paribas in London.

Cash collections delivered are used by the credit securitisation company to acquire new loans on a monthly basis. This procedure will continue until 25 January 2019, defined as interest payment date of the Revolving Period from which the operation will initiate its amortisation. In other words, the part of unused capital for the acquisition of new loans and, for this reason, accumulated in the operating account of the securitisation company, will start to be used for the reimbursement by reducing the nominal value of the bonds every three months.

The Bank has the option to liquidate the bonds issued in advance and to repurchase the credit portfolio of the nominal value when this is equal or lower than 10% of the amount of the initial operation.

On 31 December 2016, the Bank had delivered Class A bonds with a nominal value of 509,400,000 euros as collateral to the European Central Bank, within the scope of the financing operations (Notes 14 and 22).

As referred to in Note 2.3 a) the Bank includes the special purpose entity (S.P.E.), created within the credit securitisation operation described above in its financial statements, given that it has an effective financial and operational control over it and holds all the benefits and risks associated with the respective activity (Note 4).

Loans relating to securitisation operations were recorded in the balance sheet, and the bonds issued by securitisation vehicles, which are entirely owned by the Bank, were cancelled in the consolidation process.

36. Outras Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Seguros

O Banco, para além da sua atividade principal de concessão de crédito, exerce também a atividade de Mediação de Seguros, estando registado na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) na categoria de Mediador de Seguros com o número 408262671.

Conforme requerido pela Norma Regulamentar nº. 15/2009-R de 30 de dezembro, da ASF, artigo 4º nº1, apresenta-se em seguida a informação aplicável ao Banco:

Alínea a) - Reconhecimento dos proveitos

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. O Banco reconhece estas comissões na demonstração de resultados na data de vencimento dos prémios de seguro. Em caso de rescisão antecipada do crédito associado ou caso o cliente decida renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respetiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

Alínea b) - Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

Nos exercícios de 2016 e 2015, a totalidade das remunerações recebidas pelo Banco relacionadas com a atividade de mediação de seguros corresponderam a comissões, e foram integralmente liquidadas em numerário.

36. Other Legally Required Disclosures

Insurance

The Bank, in addition to its main business activity which is granting loans, also pursues the activity of Insurance Mediation and is registered with the Supervisory Authority for insurance and pension funds in Portugal Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) under the category of Insurance Intermediary with the number 408262671.

As required by Regulatory Standard No. -15/2009-R of 30 December, of ASF, article 4(1), the information applicable to the Bank is as follows:

Point a) - Recognition of income

The insurance commissions received by the Bank from insurance companies comply with the commissions relating to insurance premiums charged to clients within the framework of financing contracts. The Bank recognises these commissions in the profit and loss statement at the maturity date of the insurance premiums. In the case of early termination of loan or if the client decides to terminate the insurance policy, the remaining part of the premium is returned to the client and the Bank recognises the annulment of the corresponding commission in the profit and loss statement. It must be noted that the bank records an estimate of the cost involved with these situations each year.

Additionally, the Bank receives a commission on quality on the whole portfolio, in the event that the performing index of the portfolio is lower than expected. The quality commission is calculated, based on each product, in accordance with the respective contribution in the overall result. If the result is negative, this value accumulates to subsequent financial years.

Point b) - Total remuneration received, broken down by nature and by type:

In the financial years 2016 and 2015, the entire remuneration received by the Bank related with the insurance mediation activity were from commissions and were fully settled in cash.

Alíneas c) e d) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradoras

Nos exercícios de 2016 e 2015, as remunerações do Banco relativas a comissões de colocação de seguros apresentam a seguinte composição:

Point c) and d) - Total commissions broken down by branches and by insurance companies

In 2016 and 2015, the Bank's yield from insurance policies commissions were as follows:

ISP Code	Insurance company	2016			2015		
		Sector			Sector		
		Life	No life	Total	Life	No life	Total
1138	Cardif Assurance Vie	9 182 306		9 182 306	8 927 935		8 927 935
4850	PSA Insurance	264 274		264 274			
1139	Cardif Assurance Risques Divers		487 070	487 070		631 640	631 640
1145	Mapfre Seguros Gerais, SA		495 065	495 065		920 685	920 685
	Others		477 553	477 553		560 855	560 855
		9 446 580	1 459 688	10 906 268	8 927 935	2 113 181	11 041 116

Amounts expressed in Euros

Alínea e) – Valores das contas “clientes” e volume movimentado no ano

O volume movimentado no ano de 2016 e 2015 relativo a prémios de seguros pagos por clientes e entregues a Seguradoras ascendeu a 15.207.637 euros e 15.857.403 euros, respetivamente. Dado ser uma instituição financeira, o Banco entende não ser necessária a utilização de contas “clientes” segregadas para o registo de prémios de seguros movimentados.

Point e) - Figures for the “clients” accounts and volume traded in the year

The volume traded in the year 2016 and 2015 from insurance premiums paid by clients and delivered to Insurance Companies amounted to 15,207,637 euros and 15,857,403 euros, respectively. Since the Bank is a financial institution, it considers that it is not necessary to use "client" accounts broken down for recording traded insurance premiums.

Alínea f) – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas contas apresentam a seguinte composição:

Point f) - Accounts receivable and payable broken down by origin

On 31 December 2016 and 2015, these accounts were as follows:

	2016	2015
Accounts receivables	2 320 547	2 268 437
- Clients - overdue premiums	37 146	26 756
- Other assets - rent collection	2 357 693	2 295 193
Accounts payable		
- Insurance companies (Note 19)	-777 536	-1 481 467

Amounts expressed in Euros

Alínea g) – Segregação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

As contas a receber e as contas a pagar referidas na alínea anterior apresentam a seguinte composição:

Point g) - Segregation of aggregated values included in the accounts receivable and payable

The accounts receivables and payable referred to in the previous paragraph are as follows:

	2016		2015	
	Bills to receive	Bills to pay	Bills to receive	Bills to pay
i) Funds received with a view to being transferred to insurance companies for the payment of insurance premiums	-	-2 816 466	-	-6 831 243
ii) Funds for collection with a view to being transferred to insurance companies for the payment of insurance premiums	-2 357 693	-	2 295 193	-
(iii) Funds which have been entrusted to the Bank by insurance companies with a view to being transferred to policyholders, insurers or beneficiaries	-	2 038 931	-	5 349 777
iv) Remuneration relating to insurance premiums collected and still to be collected	-	-	-	-
v) Other amounts indicating their nature	2 357 693	-777 536	2 295 193	-1 481 467

Amounts expressed in Euros

Alínea h) - Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os montantes de prémios de seguros vencidos encontravam-se classificados na rubrica “Crédito e juros vencidos” (Nota 8) e apresentam a antiguidade que se evidencia no quadro abaixo. Nessas datas, a imparidade registada pelo Banco para estes saldos ascendia a 2.110.153 euros e 2.040.341 euros, respetivamente.

Point h) - Analysis of age of accounts receivable expired at the reporting date but without impairment and accounts receivable individually considered impaired

On 31 December 2016 and 2015, the amounts of overdue insurance premiums were classified in the heading "Overdue loans and interest" (Note 8) and number of years as shown in the table below. At these dates, the impairment registered by the Bank for these balances amounted to 2,110,153 euros and 2,040,341 euros, respectively.

	2016	2015
Up to 30 days	96	5 976
Between 30 and 90 days	6 460	4 204
Between 90 and 180 days	6 543	202 905
Between 180 days and 2 years	48 288	34 985
Over 2 years	2 259 160	2 020 367
Provisions for Overdue loans	2 320 547	2 268 437
Overdue loans and impairment provisions	-2 110 153	-2 040 341
	210 394	228 096

Amounts expressed in Euros

Alíneas i), j), k) e l)

Não se aplicam ao Banco.

Paragraphs i), j), k) and l)

Not applicable to the Bank.

4

Relatório e Certificação Legal
Report and Statutory Audit



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.400.627.742 euros e um total de capital próprio de 161.195.298 euros, incluindo um resultado líquido de 24.450.944 euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidados, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

1. Perdas por imparidade de crédito a clientes

Divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.3 e), 8 e 16 das demonstrações financeiras do Banco.

A significativa expressão da rubrica de crédito a clientes, bem como as perdas por imparidade que lhe estão associadas, e cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do Conselho de Administração do Banco no que respeita à identificação, quer do momento do reconhecimento quer do correspondente montante, justifica que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2016, o valor bruto de crédito a clientes ascende a 1.429.996.962 euros (2015: 1.323.095.620 euros) e as perdas por imparidade ascendem a 94.850.663 euros (2015: 107.607.111 euros).

As perdas por imparidade são apuradas pelo Conselho de Administração do Banco em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa do total da carteira de crédito a clientes, sendo que para o remanescente da carteira, a imparidade é apurada em análise coletiva, nos termos seguintes:

- Para o segmento de crédito concedido a empresas, na vertente específica de apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de *stocks*, o Banco aplica um processo de análise individual dos clientes que apresentem exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante das suas responsabilidades, da existência de indícios de incumprimento e da sua classificação de vigilância nos termos dos critérios definidos para fins internos pelo Banco. Nestes casos, a imparidade é apurada através da análise que é efetuada com base na informação de risco (ratings) e recuperações esperadas (LGD).

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram o levantamento e a revisão dos processos e controlos instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do crédito concedido a clientes, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pelo Conselho de Administração no apuramento das perdas por imparidade. Estes procedimentos abrangeram, entre outros, o teste detalhado aos controlos e procedimentos de gestão do risco de crédito pelo Banco, com particular ênfase nos controlos internos subjacentes à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas por imparidade.

Neste âmbito, testámos o desenho e a eficácia operacional dos controlos chave instituídos pelo Banco para identificar clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento e determinar as correspondentes perdas por imparidade. Os procedimentos e controlos testados compreenderam os relacionados com: (i) a atempada identificação dos clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento; (ii) a conversão de dados dos sistemas informáticos de base para os modelos de cálculo de imparidade e os resultados destes para as demonstrações financeiras do Banco; (iii) o próprio cálculo do modelo de imparidade definido pelo Banco, incluindo os *inputs* e pressupostos do Conselho de Administração; (iv) a estimativa do valor recuperável dos colaterais; e (v) o governo interno associado ao processo de apuramento e aprovação das perdas por imparidade.

Adicionalmente, por amostragem, analisámos um conjunto de clientes (incluindo alguns que

A

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
• Para os restantes segmentos da carteira de crédito, e para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Banco desenvolveu e aplica um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas por imparidade. Quando um grupo de ativos financeiros é avaliado numa base coletiva, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses ativos e os dados históricos relativos a perdas em ativos com características de risco de crédito similares.	não estavam identificados pelo Conselho de Administração como tendo indícios de imparidade ou encontrando-se em situação de incumprimento), com o objetivo de obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade, e avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas e reconhecidas pelo Banco. Relativamente aos clientes analisados individualmente pelo Banco, para uma amostra representativa dessa carteira de crédito, os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) rever a documentação associada ao processo de concessão de crédito; (ii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes, e confirmar o registo desses colaterais a favor do Banco; (iii) desafiar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (iv) apreciar a evolução das exposições; e (v) desafiar a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes e quanto à previsão de fluxos de caixa esperados do negócio dos clientes, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum <i>input</i> ou pressuposto utilizado pelo Conselho de Administração, procedemos a um novo cálculo do montante de imparidade e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências. Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, testámos uma amostra de <i>inputs</i> do modelo definido pelo Banco e avaliámos a própria metodologia de cálculo. Para esse efeito, desenvolvemos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo Conselho de Administração, para efeitos do modelo de imparidade, contemplavam as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e recuperações da carteira de crédito a clientes do Banco, às condições macroeconómicas a que cada cliente se encontra exposto, bem como ao

A

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

nosso conhecimento das atuais práticas no sector.

Os procedimentos desenvolvidos consistiram em: (i) apreciar a informação constante da carteira de crédito a 31 de dezembro de 2016 e os dados históricos considerados no modelo; (ii) rever e testar a segmentação e a classificação dos créditos quanto à existência de indícios de imparidade ou de incumprimento; (iii) rever e testar os parâmetros de risco utilizados no cálculo da imparidade, estimados pelo Banco para cada segmento; (iv) desafiar os principais pressupostos utilizados nas recuperações futuras incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); (v) rever e testar as recuperações históricas incorporadas no apuramento dos parâmetros de risco (por amostragem); e (vi) rever e analisar os resultados dos testes de calibragem realizados pelo Banco.

2. Sistemas de informação e controlos

Os sistemas de tecnologias de informação e os controlos sobre o processo de preparação da informação financeira, no que diz respeito à gestão de acessos e aos controlos de segregação de funções, foram por nós identificados como uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, na medida em que todo o processo de processamento contabilístico e de preparação da informação financeira do Banco está fortemente dependente de sistemas informáticos complexos e existe o risco de que os procedimentos contabilísticos automáticos e os respetivos controlos manuais dependentes de tecnologias de informação não operem de forma eficaz.

Os nossos especialistas em sistemas e tecnologias de informação testaram a conceção e a eficácia operacional dos controlos instituídos pelo Banco sobre os sistemas de informação críticos para a preparação da informação financeira, tendo confirmado que durante o exercício de 2016 se registaram ocorrências nos controlos de acesso. Nos casos em que essas ocorrências incidiram em sistemas aplicativos e bases de dados relevantes para o âmbito da nossa auditoria, realizámos um conjunto de testes sobre os controlos e adicionalmente testes substantivos por forma a assegurar um nível de conforto satisfatório quanto à integridade e à precisão da informação financeira gerada pelos sistemas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos eleitos auditores do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco em 14 de março de 2017;
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

14 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2016

Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
PwC 7 de 7

.....

Legal Certification of Accounts Report on the audit of the consolidated financial statements

Opinion

We have audited the consolidated financial statements in attachment of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (the Bank), which include the consolidated Balance Sheet as of 31 December 2016 (which shows a total of € 1,400,627,742 and a total equity capital of € 161,195,298, including a net profit of € 24,450,944), the consolidated , the consolidated statement of changes in equity and the consolidated statement of cash flows for the period then ended and the notes to the consolidated financial statements which includes a summary of significant accounting policies.

In our opinion, the consolidated financial statements in attachment fairly and accurately, and for all materially relevant aspects, present the consolidated financial position of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. on 31 December 2016 and its financial performance, as well as its consolidated cash flows for the year then ended in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRS) as adopted by the European Union.

Basis for the opinion

Our audit was conducted in accordance with the International Standards on Auditing (ISAs) and other regulations, technical guidelines and ethics published by the Statutory Auditors Association. Our responsibilities under these rules are described in the section "Responsibilities of the auditor for the audit of the consolidated financial statements" below. We are independent from the entities that comprise the Bank in accordance with the law and we have complied with the other ethical requirements under the code of ethics of the Statutory Auditors Association.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion.

Important Auditing Matters

The important auditing matters are those which, in our professional judgement, had greater importance in the audit of the consolidated financial statements for the current year. These matters were considered in the context of the audit of the consolidated financial statements and in the formation of the opinion, as we do not issue a separate opinion on such matters.

Important Auditing Matters

1. Impairment losses from credit to clients

Disclosures related to the impairment losses from credit granted to clients presented in the notes 2.3 e), 8 and 16 of the Bank's financial statements.

The significant impact of the line-item credit to clients, as well as the respective impairment losses associated with it, and the determination of which requires the application of a set of complex assumptions and judgements by the Board of Directors of the Bank in respect to the identification, either at the time of recognition or of the corresponding amount, constitutes this as being an important matter for the purposes of our audit. On 31 December 2016, the gross amount of credit to clients amounted to € 1,429,996,962 (2015: € 1,323,095,620) and impairment losses amounted to € 94,850,663 (2015: € 107,607,111).

Impairment losses are determined by the Board of Directors of the Bank on a case by case basis, through a case analysis of a significant component of the total client loan portfolio, and for the remaining portion of the portfolio, the impairment is calculated based on a collective analysis, under the following terms:

- For the credit granted to companies' segment, with regard to treasury support and financing the acquisition of shares, the Bank applies a process of analysis of individual clients that represent a more significant amount of exposure, evaluated in terms of the amount of their liabilities, the existence of indications of default and of the respective classification in regards to the monitoring in accordance with the criteria defined for internal purposes by the Bank. In these cases, the impairment is calculated through the analysis, which is performed based on the risk information (ratings) and expected recoveries (LGD).

The audit procedures that we developed included a survey and review of the procedures and controls implemented by the Bank in relation to the approval, recording and monitoring of credit granted to clients, as well as the assessment of methodologies, data and assumptions adopted by the Board of Directors in the calculation of impairment losses. These procedures included, among others, the detailed testing of the controls and procedures for the management of credit risk by the Bank, with particular emphasis on the internal controls underlying the timely identification, recording and accurate measurement of impairment losses.

Summary of the Audit Approach

- For the remaining credit portfolio segments, and the exposures that are not covered by the individual analysis, the Bank has developed and applies a model of collective analysis for the calculation of impairment losses. When a group of financial assets is assessed on the collective basis, the future cash flows of the group are estimated based on the contractual cash-flows from these assets and historical data relating to losses in assets with similar credit risk characteristics.

In this context, we tested the design and operating effectiveness of key controls established by the Bank to identify clients with evidence of impairment or in default, while determining the corresponding impairment losses. The procedures and controls tested included those related to:

- (i) the timely identification of clients with evidence of impairment or in default; (ii) the data conversion of computer systems as a basis for the models of calculating impairment and the respective results in terms of the financial statements of the Bank;
- (iii) the calculation of the impairment as defined by the Bank, including the inputs and assumptions of the Board of Directors;
- (iv) the estimate of the recoverable amount of collateral; and (v) the internal governance involved in the process of establishment and approval of impairment losses.

In addition, by sampling, we examined a group of clients (including some that were not identified by the Board of Directors as having signs of impairment or as being in default), with a view to obtaining our own judgement in regards to the existence of signs of impairment, and assessing how the impairment losses were promptly identified and recognised by the Bank.

With regard to the clients individually analysed by the Bank, for a representative sample of this credit portfolio, the procedures developed consisted of:

- (i) review the documentation associated with the process of granting credit; (ii) analyse the contractual supporting documentation and the most relevant collateral, while confirming the recording of these effects in favour of the Bank; (iii) challenge the assessments of the collateral that was available; (iv) assess the evolution of the exposures; and (v) challenge the perspective of the Bank's managers regarding the economic and financial situation of the clients and the forecast of cash flows expected from the clients' business, as well as the prospect of credit recovery.

Important Auditing Matters

Summary of the Audit Approach

Whenever we conclude the need to revise a certain input or assumption utilised by the Board of Directors, we proceeded with a new calculation of the impairment amount and we compared the results in order to assess any existing differences.

For the portfolio for which the impairment is ascertained by using the collective analysis model, we tested a sample of inputs of the model defined by the Bank and assessed the calculation methodology. To this end, we developed a set of specific procedures with a view to assessing how the assumptions were considered by the Board of Directors, for the purposes of the impairment model; in addition to the risk variables by comparing the history of performance and recovery of the loan portfolio with the Bank's clients, the macroeconomic conditions to which each client is exposed, as well as in respect to our knowledge of current practices in the sector.

The procedures developed consisted of: (i) assessing the information contained in the credit portfolio as of 31 December 2016 and the historical data considered in the model; (ii) reviewing and testing the segmentation and classification of the loans in terms of the existence of evidence of impairment or default; (iii) reviewing and testing the risk parameters used in the calculation of the impairment, estimated by the Bank for each segment; (iv) challenge the main assumptions used in future recoveries incorporated in the establishment of the risk parameters (by sampling); (v) reviewing and testing the historical recoveries incorporated in the establishment of the risk parameters (by sampling); and (vi) reviewing and analysing the results of calibration tests performed by the Bank

IT systems and control

Our IT and systems specialists tested the design and operational effectiveness of the controls implemented by the Bank on critical information systems for the preparation of the financial information, which confirmed that during the 2016 financial year, incidents were recorded on access controls. In cases where these incidents occurred in application systems and databases relevant to the scope of our audit, we performed a series of tests on the controls in addition to substantive testing in order to ensure a satisfactory level of comfort in regards to the integrity and accuracy of the financial information generated by the systems.

Responsibilities of the board of directors and the audit committee in regards to the consolidated financial statements

The board of directors is responsible for:

- a) the preparation of the consolidated financial statements which present a true and fair view of the financial position, financial performance and cash flows of the Bank in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS) as adopted by the European Union;
- b) preparing the Annual Report and Accounts, including the report on corporate governance, in accordance with the applicable laws and regulations;
- c) creating and maintaining an appropriate internal control system, which enables the preparation of financial statements that are free of material misstatements due to fraud or error;
- d) adoption of accounting policies and procedures appropriate for the circumstances; and
- e) assessment of the Bank's ability to maintain continuity, by disclosing, where applicable, the matters that may raise material doubts in regards to the continuity of activities.

The audit committee is responsible for overseeing the process of preparation and disclosure of the Bank's financial information.

Responsibilities of the auditor for the audit of the consolidated financial statements

Our responsibility is to obtain reasonable assurance in regards to whether the consolidated financial statements as a whole are free from material misstatements due to fraud or error, and issue a report stating our opinion. Reasonable assurance is a high level of security, but is not a guarantee that an audit performed in accordance with the ISAs will detect a material misstatement whenever it exists. A misstatement can be caused by fraud or error and are considered material, alone or together, if it can be reasonably expected to influence the economic decisions of the respective users, which are taken based on these financial statements.

As part of an audit in accordance with the ISAs, we make professional judgments and maintain professional scepticism throughout the audit in addition to:

- a) identifying and assessing the risks of material misstatements of the consolidated financial statements, due to fraud or error, while designing and implementing audit procedures to respond to these risks, and we obtain audit evidence that is sufficient and appropriate for providing a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement due to fraud is greater than the risk of not detecting a material misstatement due to error, given that fraud can involve collusion, forgery, intentional omissions, false statements or overlap with the internal controls;
- b) we obtain an understanding of the internal controls relevant to the audit with a view to designing audit procedures that are appropriate for the circumstances, but not for expressing an opinion on the effectiveness of the Bank's internal controls;
- c) we assessed the adequacy of the accounting policies used and the reasonableness of the accounting estimates and the respective disclosures made by the board of directors;

d) we made conclusions in regards to the appropriateness of the use, by the board of directors, of the assumption of continuity and, on the basis of audit evidence obtained, as per whether there is any material uncertainty related to events or conditions that may cast doubt on the ability of the Bank to continue its activities. If we conclude that there is material uncertainty, we must draw attention, in our report, to the related disclosures included in the financial statements or, if such disclosures are not adequate, we must modify our opinion. Our conclusions are based on audit evidence obtained until the date of our report. However, events or future conditions may cause the Bank to discontinue its activities;

e) we evaluated the presentation, structure and overall content of the consolidated financial statements, including the disclosures, and whether those financial statements represent the transactions and underlying events in a manner that provides a fair representation;

f) we obtain sufficient and appropriate audit evidence concerning the financial information regarding the Bank's entities or activities in order to express an opinion on the consolidated financial statements. We are responsible for the guidance, supervision and performance of the auditing of the Bank and we are ultimately responsible for our audit opinion;

g) we communicate with those in charge of governance, including the audit committee, among other issues, the scope and the planned schedule for the audit, as well as the significant conclusions of the audit including any significant deficiency in the internal controls identified during the audit;

h) in regards to the matters that we communicate to those in charge of governance, including the audit committee, we determined those that were most important in the audit of the consolidated financial statements for the current year and that are the important auditing matters. We describe these matters in our report, except when the law or regulation prohibits the public disclosure thereof;

i) we declare to the audit committee that we have followed the ethical requirements regarding independence and we communicate all relationships and other matters that may be perceived as being threats to our independence and, where applicable, the respective safeguards.

Our responsibility also includes verifying the consistency of the information contained in the Annual Report and Accounts with the consolidated financial statements.

Report on other legal and regulatory requirements

Regarding the annual report

In compliance with article 451(3)(e) of the Code of Commercial Companies, we are of the opinion that the annual report has been prepared in accordance with applicable legal and regulatory requirements in force, the information contained therein is consistent with the consolidated financial statements audited and, taking into account the knowledge and assessment of the Bank, we have not identified material inaccuracies.

Regarding the additional elements provided for in Article 10 of Regulation (EU) No. 537/2014

In compliance with Article 10 of Regulation (EU) No. 537/2014 of the European Parliament and the Council of 16 April 2014, and in addition to the important auditing matters listed above, we furthermore state the following:

- a) We were selected to be the auditors of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. for the first time at the general shareholders' meeting held on 19 May 2016 for the 2016-2018 three-year period;
- b) The management body has confirmed to us that it has no knowledge of the occurrence of any fraud or suspected fraud with material effect on the financial statements. In the planning and implementation of our audit in accordance with the ISAs we maintained professional scepticism and designed audit procedures in order to respond to the possibility of material misstatement of the consolidated financial statements due to fraud. As a result of our work we have not identified any material misstatement in the consolidated financial statements due to fraud;
- c) We confirm that the audit opinion that we have issued is consistent with the additional report that we prepared and delivered to the audit committee of the Bank on 14 March 2017;
- d) We declare that we have not provided any services prohibited under Article 77, paragraph 8, of the Statutes of the Statutory Auditors Association and we have maintained our independence from the Bank during the audit.

14 March 2017
PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (Audit Firm)

represented by:

Aurélio Adriano Rangel Amado, Statutory Auditor

5

Relatório e Parecer do
Conselho Fiscal

*Report and Opinion of the
Statutory Audit Board*

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2016

Aos Accionistas do

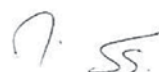
Banco Santander Consumer Portugal, SA

Exmos Senhores,

Em conformidade com a legislação em vigor, em especial em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e de acordo com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a acção fiscalizadora do Conselho Fiscal e o nosso Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., da responsabilidade do Conselho de Administração, bem como sobre a certificação legal de contas, da Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Nomeadamente, o Conselho Fiscal zelou pela observância da lei, regulamentos e estatutos; verificou se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduziram a uma correta avaliação de património e resultados do Banco; fiscalizou a qualidade e integridade da informação constante decorrentes de prestação de contas, bem como a atividade de revisão oficial de contas e auditoria externa e respectiva independência; supervisionou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno e auditoria interna.

Com referência a este exercício e em cumprimento do disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro e no artigo 63.º, n.º 1 do Regulamento da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Revisor enviou ao Conselho Fiscal o Relatório adicional do órgão de fiscalização.



O Conselho Fiscal é da opinião que as contas consolidadas, o Relatório do Conselho de Administração e a Certificação Legal de Contas, bem como a proposta naquele expressa, de acordo com a informação a que acedeu, estão de acordo com as disposições aplicáveis pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Manifestamos ainda ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 14 de Março de 2017

Drop de 15 de contas
Susana Silva

REPORT AND OPINION OF THE AUDIT COMMITTEE
CONSOLIDATED ACCOUNTS
2016 FINANCIAL YEAR

To the Shareholders of

Banco Santander Consumer Portugal, SA

Dear Sirs,

In accordance with the legislation in force, in particular in compliance with the provisions of paragraph 1(g) of article 420 of the Code of Commercial Companies, and in accordance with the mandate entrusted upon us, we hereby submit for your assessment the Report on the auditing activity undertaken by the Audit Committee and our Opinion on the Board of Directors' Report and the Consolidated Accounts of Banco Santander Consumer Portugal, S.A., which is the responsibility of the Board of Directors, and the legal certification of accounts, which is the responsibility of the Statutory Auditor pertaining to the financial year ended 31 December 2016.

The Audit Committee has ensured compliance with the law, regulations and statutes; assessed whether the accounting policies and valuation criteria adopted resulted in a proper evaluation of assets and results of the Bank; supervised the quality and integrity of the information contained in the financial statements, as well as the statutory audit and external audit and independence; while overseeing the effectiveness of the risk management, internal control and internal audit systems.

In compliance with the provisions of Article 24 of the Decree-Law No. 148/2015, dated 9 September and Article 63(1) of the Regulation of the Statutory Auditors Association, the Statutory Auditor sent the additional Report of the supervisory authority to the Audit Committee for the current financial year.

It is the opinion of the Audit Committee that the consolidated accounts, the Board of Directors' Report and the Legal Certification of Accounts, as well as the proposal expressed therein, are in accordance with the applicable provisions based on the information provided and as such may be approved at the General Shareholders' Meeting.

We would also like to express our appreciation to the Board of Directors and to the Bank's services for their cooperation on these matters.

Lisbon, 14 March 2017

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS INDIVIDUAIS

Exercício de 2016

Aos Accionistas do

Banco Santander Consumer Portugal, SA

Exmos Senhores,

Em conformidade com a legislação em vigor, em especial em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e de acordo com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a acção fiscalizadora do Conselho Fiscal e o nosso Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e os documentos de prestação de contas individuais do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., da responsabilidade do Conselho de Administração, bem como sobre a certificação legal de contas, da Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Nomeadamente, o Conselho Fiscal zelou pela observância da lei, regulamentos e estatutos; verificou se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduziram a uma correta avaliação de património e resultados do Banco; fiscalizou a qualidade e integridade da informação constante decorrentes de prestação de contas, bem como a atividade de revisão oficial de contas e auditoria externa e respectiva independência; supervisionou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno e auditoria interna.

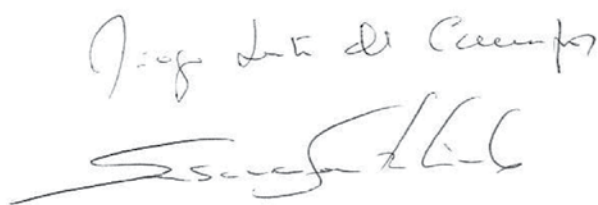
Com referência a este exercício e em cumprimento do disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro e no artigo 63.º, n.º 1 do Regulamento da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Revisor enviou ao Conselho Fiscal o Relatório adicional do órgão de fiscalização.

11-5.

O Conselho Fiscal é da opinião que as contas individuais, o Relatório do Conselho de Administração e a Certificação Legal de Contas, bem como a proposta naquele expressa, de acordo com a informação a que acedeu, estão de acordo com as disposições aplicáveis pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Manifestamos ainda ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 14 de Março de 2017

Handwritten signature of João Luís de Campos in black ink.

REPORT AND OPINION OF THE AUDIT COMMITTEE
INDIVIDUAL ACCOUNTS
2016 FINANCIAL YEAR

To the Shareholders of

Banco Santander Consumer Portugal, SA

Dear Sirs,

In accordance with the legislation in force, in particular in compliance with the provisions of paragraph 1(g) of article 420 of the Code of Commercial Companies, and in accordance with the mandate entrusted upon us, we hereby submit for your assessment the Report on the auditing activity undertaken by the Audit Committee and our Opinion on the Board of Directors' Report and the Consolidated Accounts of Banco Santander Consumer Portugal, S.A., which is the responsibility of the Board of Directors, and the legal certification of accounts, which is the responsibility of the Statutory Auditor pertaining to the financial year ended 31 December 2016.

The Audit Committee has ensured compliance with the law, regulations and statutes; and assessed whether the accounting policies and valuation criteria adopted resulted in a proper evaluation of assets and results of the Bank; supervised the quality and integrity of the information contained in the financial statements, as well as the statutory audit and external audit and independence; while overseeing the effectiveness of the risk management, internal control and internal audit systems.

In compliance with the provisions of Article 24 of the Decree-Law No. 148/2015, dated 9 September and Article 63(1) of the Regulation of the Statutory Auditors Association, the Statutory Auditor sent the additional Report of the supervisory authority to the Audit Committee for the current financial year.

It is the opinion of the Audit Committee that the consolidated accounts, the Board of Directors' Report and the Legal Certification of the Accounts, as well as the proposal expressed therein, are in accordance with the applicable provisions based on the information provided and as such may be approved at the General Shareholders' Meeting.

We would also like to express our appreciation to the Board of Directors and to the Bank's services for their cooperation on these matters.

Lisbon, 14 March 2017

6

Disciplina de Mercado *Market Discipline*

Divulgação de acordo com a parte VIII do Regulamento (EU) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento

Índice

Table of contents

	Pag		Pag
I- Introdução Introduction	198	V- Adequação de Capitais Capital Adequacy	216
II- Declaração de responsabilidade Statement of responsibility	198	1) Fundos Próprios e Rácios de capital Own Funds and capital Ratios	216
III- Âmbito de Aplicação Scope of application	200	2) Requisitos de Fundos Próprios Own Funds Requirements	218
IV- Objetivos e políticas de gestão do risco Risk management objectives and policies	201	3) ICAAP – Avaliação e Adequação do Capital Interno ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process	220
A- Políticas de gestão de risco Risk management policies	201	4) Rácio de Alavancagem Leverage Ratio	222
1) Estratégias e processos de gestão de riscos Risk management processes and strategies	201	VI- Posições em riscos de crédito de contraparte Counterparty credit risk exposures	224
2) Estrutura e organização Structure and organisation	202	VII- Reservas Prudenciais de Fundos Próprios Capital Buffers	225
3) Sistemas de reporte e de medição de riscos Risk reporting and measurement systems	202	VIII- Indicadores de importância sistema global Indicators of global system importance	226
4) Política de cobertura e redução de riscos Hedging policy and risk reduction	214	IX- Risco de Crédito – Ajustamentos Credit Risk - Adjustments	227
5) Declaração sobre adequação dos sistemas de gestão de risco Statement on the adequacy of risk management systems	214	1) Principais políticas contabilísticas Main accounting policies	
6) Declaração sobre o perfil geral de risco e sua relação com a estratégia empresarial Statement on the general risk profile and its relationship with the business strategy	214	2) Risco de Crédito – Informação quantitativas Credit Risk - Quantitative information	
B- Sistema de Governo Governance system	215		

	Pag
X- Ativos onerados e não onerados Encumbrance Assets	233
XI- Exposição a Risco de Mercado Exposure to market risk	233
XII- Risco operacional Operational risk	234
XIII- Posições em Risco sobre Ações da Carteira Exposures at equity portfolio level	234
XIV- Risco de taxa de juro na Carteira Interest rate risk in the portfolio	234
XV- Risco associado a posições de titularização Exposure to securitisation positions	235
XVI- Política de Remuneração Remuneration policy	238
XVII- Técnicas de Redução do Risco de Crédito Credit risk reduction techniques	248

I. Introdução

Em cumprimento do estabelecido na parte VIII do Regulamento (EU) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A., apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os riscos incorridos atendendo aos objetivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos no final do exercício do ano civil de 2016, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma ótica predominantemente prudencial ditada pelos normativos prudenciais regulamentares impostos pela lei nacional e comunitária, procurando disponibilizar aos agente

I. Introduction

In compliance with the provisions set forth in part VIII of Regulation (EU) No. 575/2013 of the European Parliament and of the Council of 26 June 2013 on prudential requirements for credit institutions and investment firms, Banco Santander Consumer Portugal, S.A. presents, on a consolidated basis, the information required about the risks inherent to meeting strategic objectives, as well as the processes and evaluation and management systems in place at the end of the 2016 calendar year, all of which may be consulted by the general public through the following link: www.santanderconsumer.pt

The content of this document has an underlying predominantly prudential perspective dictated by the prudential regulatory framework imposed by national and community laws, seeking to provide economic operators with a wide range of information to effectively support decision-making processes.

II. Declaração de responsabilidade

O Conselho de Administração do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declara, que

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- A qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento "Disciplina de Mercado" se refere;

Entre o final do ano de 2016 e à data de publicação do presente documento não existiram factos relevantes que alterem ou condicionem a informação nela contida.

II. Statement of responsibility

The Board of Directors of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declares that:

- All procedures deemed necessary have been carried out and, to the best of its knowledge, all of the disclosed information is true and trustworthy;
- The quality of all the information contained herein is adequate, including any related to or originating from entities forming part of the economic group to which the Institution belongs;
- It undertakes to promptly report any significant changes that have occurred during the year following to which the "Market Discipline" document refers;

Between the end of 2016 and the date of publication of this document there were no relevant facts or events altering or affecting the information contained herein.

III. Âmbito de Aplicação

i. Designação da instituição e perímetro de consolidação para fins prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., com sede social sita na Rua Castilho, n.º 2, em Lisboa, pessoa coletiva e registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único número 503.811.483, com o capital social integralmente realizado de 66.592.947 euros (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete euros), é uma sociedade que tem por objeto exclusivo a atividade bancária atribuída às instituições de crédito, nos termos da alínea a) do artigo 3.º e do artigo 4.º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa atividade e permitidas por lei.

ii. Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. consolida integralmente para efeitos contabilísticos, o património da empresa Silk Finance nº4, com sede em Portugal, constituída no âmbito da operação de titularização de créditos iniciada em 16 de Novembro de 2015. No cumprimento da regulação emitida pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelos Avisos nº12/92, 4/07, 5/07 e 7/07, a empresa Silk Finance nº 4 integra a base de consolidação para efeitos prudenciais, não existindo diferenças na base de consolidação entre o relato contabilístico e prudencial.

iii. Transferência de fundos próprios ou reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais

Não existem impedimentos com exceção dos decorrentes da lei.

III. Scope of Application

i. Designation of the Institution and consolidation aspects for prudential purposes

Banco Santander Consumer Portugal, S.A., with registered offices at Rua Castilho, no. 2, in Lisbon, a legal entity registered with the Commercial Registry of Lisbon under the unique identification number 503.811.483, with a share capital (paid in full) of 66,592,947 euros (sixty-six million five hundred ninety-two thousand nine hundred and forty-seven euros), is a company whose sole objective entails banking activities geared towards credit institutions, in accordance with the provisions of Paragraph a) of Article 3 and of Article 4, both of the General Regime on Credit and Financial Institutions (RGICSF), including all ancillary operations, whether related or similar, which are compatible with such activities and permitted by Law.

ii. Differences in the basis of consolidation for accounting and prudential purposes

Banco Santander Consumer Portugal, S.A., for accounting purposes, fully consolidates the assets of the company Silk Finance no. 4, headquartered in Portugal, and established for the purpose of credit securitisation launched on 16 November 2015. In compliance with the regulations issued by the Bank of Portugal, namely the Notices 12/92, 4/07, 5/07, 7/07, the Company Silk Finance no. 4, Ltd integrates the basis of consolidation for prudential purposes, as there are no differences in the basis of consolidation between accounting and prudential reporting operations.

iii. Transfer of funds or reimbursement of liabilities between the parent company and its subsidiaries

There are no impediments except for those arising from the Law.

IV. Objetivos e políticas de gestão do risco

A – Políticas de gestão de risco

1. Estratégias e processos de gestão de riscos

A atividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. centra-se na realização de operações de financiamento, sendo uma das principais características deste tipo de operações possuírem um significativo grau de standardização, pelo que a natureza de riscos gerada pela atividade das diferentes áreas de negócio é comum. Adicionalmente o elevado conhecimento e experiência, por parte do Órgão de Administração e dos Órgãos de Direcção, do mercado em que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. atua, permitem avaliar a relevância dos riscos e a sua capacidade para influenciar os resultados da atividade da instituição.

O ciclo de gestão do capital interno e dos riscos tem por pressupostos base, a definição do perfil de risco da instituição e dos limites que possibilitam, com o devido acompanhamento e adequada gestão de capital, o cumprimento do planeamento efectuado de acordo com a estratégia definida, gradualmente transposta para os processos de gestão e no limite consolidada no orçamento anual. A alocação do capital interno por segmento de negócio em função do perfil de risco a assumir, permite efetuar um contínuo acompanhamento da sua adequação, bem como da compatibilidade dos processos de gestão por categoria de risco.

O orçamento anual constitui uma ferramenta essencial no ciclo de gestão no sentido que permite quantificar por linha de negócio e de forma estruturada, a evolução da margem financeira, do produto bancário, dos custos operacionais, e da imparidade. Por outro lado, apresenta a evolução do comportamento de indicadores de rentabilidade, de eficiência operacional, de risco, de liquidez, de solvabilidade, de cobertura, entre outros. Em Comité de Direcção é efetuado o acompanhamento das demonstrações financeiras e dos rácios de gestão, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa, da robustez da estrutura e dos processos de gestão e acompanhamento de risco, no sentido de garantir a adequabilidade do capital interno do Banco e, a respetiva alocação por linha de negócio face aos riscos materialmente relevantes.

IV. Risk management objectives and policies

A - Risk management policies

1. Risk management processes and strategies

The activity developed by Banco Santander Consumer Portugal, S.A. focuses on financing operations, one of the main characteristics of this type of operations is to show a significant degree of standardisation, and the risks produced are common to all business lines. Additionally, the high knowledge and experience of the Board of Directors and of the Management Bodies of the market in which Banco Santander Consumer Portugal, S.A. operates make it possible to evaluate the relevance of the risks and their ability to influence the results within the institution's business.

The internal capital management and risks cycle is based on assumptions of the definition of the risk profile of the institution and the limits that allow to carry out the planning accordance with the defined strategy, gradually incorporated into the management processes and within the limits established in the annual budget with appropriate follow-up and adequate capital management. The internal capital allocation by business segment based on the risk profile to be taken, allows a continuous monitoring of its adequacy, as well as the compatibility of the management processes by risk category.

The annual budget is an essential tool in the management cycle in the sense that it allows the evolution of the financial margin, the banking product, operating costs, and the impairment to be measured by business line and in a structured form. On the other hand, it shows the evolution in behaviour of the profitability, operational efficiency, risk, liquidity, solvency, coverage indicators, among others. Financial statements and management ratios are monitored by the Bank's Steering Committee, allowing a quantitative and qualitative assessment to be carried out of the robustness of the structure and of the management procedures and risk monitoring, in order to ensure the Bank's internal capital adequacy and respective allocation by business line against the materially relevant risks.

A plena consciência dos riscos materialmente relevantes é o pressuposto base do ciclo de gestão enunciado, pelo que a maior ou menor complexidade dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo das diferentes categorias de risco é função do grau de exposição, dos dispositivos de governo interno e mecanismos de controlo implementados.

Para cada uma das categorias de risco e de acordo com o grau de complexidade acima mencionado, o Banco tem vindo a desenvolver e a aperfeiçoar mecanismos de gestão e acompanhamento. Estes processos contribuem de forma decisiva para a avaliação e o cumprimento dos pressupostos adotados no planeamento e gestão de capital.

2. Estrutura e organização

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., integra o Grupo Santander, e tem como únicos acionistas o Santander Consumer Finance, S.A., titular de 53.331.647 ações representativas de 80,09 % do capital social e o Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., titular de 13.261.300 ações representativas de 19,91 % do capital social, sendo todas as operações e transações influenciadas pelas decisões do Grupo.

3. Sistemas de reporte e de medição de riscos

O Banco Santander Consumer Portugal, SA identificou os seguintes riscos inerentes à sua atividade:

Risco de Capital

Possibilidade de ocorrência de perdas inesperadas que comprometam a capacidade do Banco em responder às necessidades de capitais definidas pela regulamentação prudencial.

O objetivo do Banco é manter um capital suficiente que possibilite manter os rácios de capital acima dos mínimos estabelecidos.

Todos os meses são calculados o CET 1 e o rácio de capital Total (individuais e consolidados). Assim, caso se afastem dos mínimos estabelecidos serão tomadas medidas corretivas, nomeadamente a redução da concessão de crédito.

The full awareness of the materially relevant risks is the basic assumption of the management cycle referred, therefore, the greater or lesser complexity of identification, assessment, monitoring processes and control of different categories of risk is in accordance to the level of exposure, of the internal governance arrangements and implemented control mechanisms.

The Bank has been developing and refining mechanisms for managing and monitoring each of the risk categories with the level of complexity referred to above. These processes contribute decisively to the assessment and compliance with the assumptions adopted in capital management and planning.

2. Structure and organisation

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. is part of the Santander Group and its sole shareholders are Santander Consumer Finance, S.A., holder of 53,331,647 shares representing 80.09% of the share capital, and Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., holder of 13,261,300 shares representing 19.91% of the share capital, and all operations and transactions are influenced by the decisions of the Group.

3. Risk reporting and measurement systems

Banco Santander Consumer Portugal, SA identified the following risks underlying its activities:

Capital Risk

Possibility of unexpected losses that compromise the Bank's ability to meet the capital requirements defined by prudential regulations.

The Bank's objective is to maintain sufficient equity which will make it possible to maintain capital ratios above the minimum ratios established.

The CET 1 and the total capital ratio (individual and consolidated) are calculated every month. If the figures differ from the minimum ratios established, corrective measures will be taken, namely the reduction of lending activity.

Risco de Crédito

Por risco de crédito o Banco entende a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros

A definição do apetite, grau de tolerância e respetivos limites de aceitação de risco traduzem-se na política de crédito, nomeadamente ao nível da concessão de financiamento e seguimento de risco das carteiras, por produto e por angariador, que é da responsabilidade do Órgão de Administração e encontra-se devidamente documentada no Regulamento de Crédito, revisto e aprovado em função das alterações à política em vigor. O controlo do bom cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento constitui a principal ferramenta para assegurar a eficácia da gestão de risco de crédito.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de crédito desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efetuada pela Direção de Risco e Recuperação aos dados financeiros e económicos do cliente, entre outras variáveis, para avaliação da solvabilidade do cliente, bem como à classificação do risco dos fornecedores, e à relação entre o crédito, a entrada inicial e o valor do bem a financiar. O conhecimento completo do cliente passa também pela consulta de bases de dados externas, que contribuem para consubstanciar o integral conhecimento do cliente, nomeadamente permitindo identificar o total de responsabilidades por este assumidas, junto do sistema financeiro. Esta prática tem-se revelado um importante instrumento na análise da concessão de financiamento.

Adicionalmente, são identificadas e avaliadas as ações para prevenção de ocorrência de fraudes e decididas as medidas preventivas ou de acompanhamento a tomar para os casos identificados, nomeadamente a estratégia de recuperação e a aceleração da aplicação da política de provisionamento.

Na avaliação da exposição ao risco de crédito, são tidos em linha de conta os seguintes fatores: probabilidades de incumprimento, a concentração e correlação das posições em risco, a perda dado o incumprimento, o grau de exposição e as técnicas de redução de risco que permitem um significativo grau de cobertura.

Credit Risk

Credit risk, is understood by the Bank as the probability of the occurrence of negative impacts on results or capital, due to the inability of a counterparty to fulfil its financial commitments.

Appetite, degree of tolerance and risk acceptability limits are reflected in credit policy, particularly as regards to financing and monitoring the risk of portfolios, by product and agent, which is the responsibility of the Board of Directors and is documented in the Credit Regulations, reviewed and approved in accordance with the policy in force. Monitoring full compliance with the standards laid down in this Regulation is the main tool for ensuring the effectiveness of the management of credit risk.

The funding process is supported in credit assessment models developed internally ("rating" and "scoring" models) and complemented, where necessary, by an evaluation performed by the Credit Risk and Recovery Division of the financial and economic data of the client, among other variables, to assess the creditworthiness of the client, as well as the classification of the risk of suppliers, and the relationship between the credit, the initial entry and the value of the good to be financed. The full knowledge of the client also involves consulting external databases, which contribute to gain full knowledge of the client, including identifying all the responsibilities he assumes with the financial system. This practice has proved to be an important tool when deciding to grant funding.

In addition, actions to prevent the occurrence of fraud are identified and evaluated and preventive or follow-up measures are decided for the cases identified, in particular, a recovery strategy and the acceleration of the implementation of a provisioning policy.

During the evaluation of credit risk exposure, the following measures are taken into account: the probabilities of default, the concentration and correlation of positions at risk, the loss in the event of default, the degree of exposure and the techniques used to reduce risk that allows a significant degree of coverage.

Neste sentido para assegurar a qualidade das carteiras, o acompanhamento das mesmas é efetuado com base em análises vintage e na variação da mora sobre gestão (VMG), cujos resultados são apresentados e analisados mensalmente no Comité de Risco e Recuperação. O Banco dispõe ainda de um departamento dedicado apenas à recuperação de valores, referentes a contratos que se encontram em situação irregular, assegurando que sejam contactados imediatamente todos os clientes cuja qualidade de crédito se deteriora, de forma a atuar preventivamente antes que a situação de incumprimento assuma maior gravidade.

De forma a aferir a eficácia do processo de recuperação, o Banco desenvolveu um processo de seguimento da performance de recuperação de crédito. Este é efetuado mensalmente através do acompanhamento de indicadores de gestão, nas diversas fases de recuperação e para os distintos produtos, assim como indicadores de controlo de processo, sendo os resultados apresentados em Comité de Risco e Recuperação.

A avaliação de risco dos prescritores, é efetuada com base na evolução dos rácios de incumprimento das carteiras geradas, e analisada e revista regularmente. O seguimento da performance dos scorecards é realizado pela área de Controlo de Risco & Reporting da Direcção de Risco e Recuperação, com base em análises através das quais é monitorizada a adequação da nova população aos perfis de risco previamente estabelecidos e analisado o comportamento dos scorecards face ao inicialmente previsto.

Da avaliação regular destes índices e do risco dos prescritores, resulta, caso necessário, a revisão dos níveis de decisão (cut-offs, variáveis ponderadas e regras de decisão) no sentido de uma melhor adequação da política de concessão de crédito, face aos níveis de tolerância ao risco previamente definidos e às perspetivas económicas futuras.

No processo de auto-avaliação do grau de exposição do Banco ao risco de crédito, são adoptados stress tests que permitem quantificar o efeito de choques inesperados, pouco prováveis mas plausíveis, e antecipar o comportamento das carteiras, aferindo a razoabilidade do capital interno face aos limites de tolerância previamente definidos.

In order to ensure the quality of the portfolios, monitoring is carried out based on the vintage analysis and on the variation of arrears on management (VMG), and the results are presented and analysed monthly at the Risk and Recovery Committee.

The Bank also has a department exclusively dedicated to the recovery of amounts, related to contracts that are in an irregular situation, ensuring that all clients whose credit quality deteriorates are immediately contacted, acting preventively before the occurrence of default becomes more serious.

In order to evaluate the effectiveness of the recovery process, the Bank has developed a credit recovery performance follow-up procedure. This is done on a monthly basis by monitoring management indicators, in various recovery stages and for different products, as well as indicators to control the process, and the results are presented to the Risk and Recovery Committee.

The risk assessment of the prescribers, is carried out based on the evolution of the default ratios of the portfolios generated, and analysed and reviewed regularly. The scoreboards performance follow-up is conducted by the Risk Control & Reporting area of the Risk and Recovery Department, based on analysis, and the adequacy of the category of the new risk profile previously established is monitored and the behaviour of the scorecards is analysed against the initially forecast values.

The regular evaluation of these rates and risks, results, in the review of the decisions (cut-off's, weighted variables and decision rules), if necessary, in order to better match the funding policy in accordance with the risk tolerance levels previously defined and to the future economic prospects.

In the self-assessment process of the Bank's credit risk exposure level, stress tests used to quantify the effect of unexpected shocks which are unlikely, but plausible, are adopted, and anticipate the behaviour of portfolios, by assessing the reasonableness of internal capital against the tolerance limits previously set.

O acompanhamento dos resultados obtidos através destes processos de auto-avaliação, a adequabilidade das medidas corretivas propostas e respetiva implementação, são posteriormente analisados pelos Órgãos de Gestão, de modo a serem integrados de forma ativa na gestão de risco da instituição.

O sistema de gestão de risco de crédito é anual e autonomamente por equipas de auditoria. No âmbito deste trabalho é aferido o grau de cumprimento dos procedimentos definidos e identificadas oportunidades de melhoria.

Risco de Mercado

Uma vez que a instituição não detém carteira de negociação, o risco de mercado coloca-se ao nível da liquidez.

A gestão de liquidez é efetuada pela Direção Financeira. De forma a acautelar a adequada capacidade de liquidação de posições ou o acesso a meios de financiamento alternativo, são analisadas as estratégias e os procedimentos a implementar. Neste sentido, para fazer face a crises de liquidez, são antecipados e debatidos eventuais desvios face aos standards estipulados designadamente no regulamento de riscos de mercado.

Adicionalmente, foram implementadas medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo, analisada bimestralmente nas reuniões do ALCO e integrada no orçamento geral da empresa, aprovado pela Comissão Executiva e analisado mensalmente em Comité Executivo de Direção, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno. O controlo e o seguimento dos níveis de exposição a riscos de mercado encontram-se segregados e são executados pela área de Riscos de Mercado, que se insere dentro da estrutura da Direção de Risco de Recuperação, de acordo com o modelo corporativo do Grupo Santander. Importa referir que o risco de liquidez é gerido de acordo com regras definidas a nível corporativo, designadamente o cumprimento mensal dos valores mínimos de liquidez até um ano.

The follow-up of the results obtained through these self-evaluation processes, the adequacy of corrective action proposals and their implementation, are later analysed by the Management Entities, so that they can actively become part of the institution's risk management.

The credit risk management system is reviewed annually and independently by audit teams. In the context of this work, the degree of compliance with the procedures defined is assessed and opportunities for improvement are identified.

Market Risk

As the institution does not have a trading portfolio, market risk also involves the liquidity level.

The liquidity management is carried out by the Financial Department. In order to ensure appropriate capacity for settlement of positions or access to alternative funding means, the strategies and procedures to be implemented are analysed. In this regard, in order to prevent a liquidity crises, any deviations from the standards laid out particularly in the market risk regulations are anticipated and debated.

Additionally, measures considered satisfactory to monitor, on the one hand, the evolution of liquidity on a daily basis and, on the other, the evolution of liquidity in the medium to long term were implemented, analysed in bimonthly meetings held by ALCO and integrated in the company's general budget, approved by the Executive Committee and analysed monthly at the Steering Committee, thus, ensuring the ongoing maintenance of an adequate internal capital level.

The control and monitoring of the market risks exposure levels are segregated and are performed by the Market Risks area, which falls within the Risk and Recover Division structure, in accordance with Santander's Group corporate model.

It should be noted that the liquidity risk is managed in accordance with rules defined at the corporate level, in particular observance of the monthly minimum liquidity values up to one year.

A estratégia de diversificação das fontes de liquidez, associada à possibilidade de alterar a política de pricing ou abandonar as parcerias/as linhas de negócio cuja rentabilidade ajustada ao risco se demonstra abaixo dos limites definidos, consubstancia-se na execução de um plano de contingência e permite assegurar a continuidade e sustentabilidade financeira do Banco, no exercício a que se refere o ICAAP, e consequente adequação do capital interno perante cenário de recessão ou crise.

Risco de Taxa de Juro

A exposição do Banco ao risco de taxa de juro decorre da probabilidade de impacto, nos resultados ou no valor patrimonial, resultante de variações das taxas de juro do mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gaps existentes entre a duração/maturidade média do ativo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Encontra-se instituída uma política de gestão do risco de taxa de juro, definida em regulamento, revista e aprovada periodicamente pelo Órgão de Administração, tendo em consideração as orientações emanadas pela casa-mãe, que visa garantir o acompanhamento da sua exposição e assegurar que esta se mantém dentro de níveis consistentes com os limites de aceitação ao risco previamente definidos.

Adicionalmente, de forma a evitar a exposição do Banco a variações desfavoráveis das taxas de juro de mercado, encontram-se definidos limites de exposição sobre a situação líquida e sobre a margem financeira, respetivamente.

Para efeitos de gestão interna de riscos, o Banco recorre à análise da sensibilidade aos riscos de taxa de juro. Esta avaliação é efetuada mensalmente pela Direção Financeira, com a colaboração da Direção de Risco e Recuperação, e encontra-se suportada no output gerado através de ferramenta desenvolvida e utilizada a nível corporativo, que estima efeitos potenciais nas condições financeiras da instituição, designadamente no Market Value of Equity e na Net Interest Margin resultantes da alteração das taxas de juro.

O acompanhamento deste risco é efetuado bimestralmente em Comité ALCO, ou diretamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões são propostas operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte.

The strategy of diversifying liquidity sources, associated with the possibility to change the pricing policy or abandon partnerships/business lines whose risk-adjusted profitability is below the limits laid down, consists in the implementation of a contingency plan to ensure continuity and the financial sustainability of the Bank during the year to which the ICAAP relates to, and consequent internal capital adequacy against the background of recession or crisis.

Interest Rate Risk

The Bank's exposure to interest rate risk arises from the probability of impact on the results or in the equity value, resulting from changes in market interest rates. This exposure is caused not only by any existing gaps between the duration/average maturity of assets and liabilities, as well as by the fact that the bank sells products at a fixed rate and variable rate, generating risk exposure of interest rate and index reset.

An interest rate risk management policy has been set up, defined in regulation, revised and approved periodically by the Board of Directors, taking into account the guidelines created by the headquarters, which aims to ensure the monitoring of their exposure and ensure that this remains within levels consistent with the limits of acceptability of the risk previously defined.

Additionally, in order for the Bank to avoid exposure to unfavourable change in market interest rates, exposure risk limits on the net worth and on the financial margin, respectively, are defined.

For internal risk management purposes, the Bank uses the sensitivity analysis of the interest rates risks. This evaluation is performed monthly by the Financial Direction, in collaboration with the Risk and Recovery Department, and is supported in the output generated through tools developed and used at the corporate level, with potential impacts expected on the financial conditions of the institution, particularly, in the Market Value of Equity and in the Net Interest Margin resulting from the change in interest rates.

The follow-up of this risk is carried out every two months by ALCO or directly by the Board of Directors, where appropriate. At these meetings, operations that enable the mitigation of value-at-risk are proposed, on the date of reporting.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco cambial não assume qualquer expressão no contexto global dos riscos inerentes à atividade, dado que o Banco não tem qualquer operação cambial, sendo o negócio comercial desenvolvido e o passivo, ambos denominados em euros, pelo que não é alocado capital próprio para fazer face a esta categoria de risco.

Risco Operacional

O conceito de risco operacional adotado pelo Banco consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

A atividade do Banco é caracterizada por um significativo grau de standardização das operações desenvolvidas, encontrando-se os processos bastante automatizados e as intervenções manuais padronizadas. As principais políticas e orientações definidas e revistas periodicamente pela Administração encontram-se transpostas para regulamentos e normativos internos, tendo em consideração o perfil de risco a assumir pela instituição. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar o grau de adequação do capital ao risco operacional.

Tendo por base a estratégia de gestão, e respetivas linhas orientadoras, foram desenvolvidos e implementados nas diversas áreas funcionais mecanismos de controlo que permitem identificar eventuais incidentes resultantes da operativa de negócio. Os referidos controlos foram desenvolvidos com base nos processos identificados como críticos, sendo monitorizados de forma a mitigar os eventos historicamente ocorridos e antecipar novas ocorrências.

Mantendo a constante preocupação em desenvolver e aperfeiçoar os processos internos, adequando-os ao perfil de risco a assumir, no sentido de cumprir os requisitos regulamentares, e em consonância com as melhores práticas do sector bancário, o Grupo Santander tem implementado um modelo de gestão e controlo de risco operacional, sustentado em três linhas de defesa.

A adoção pelo Banco deste modelo, tem por finalidade o estabelecimento dos princípios basilares para a adequada gestão e controlo do risco operacional.

Exchange Rate Risk

The exchange rate risk does not have any influence over the overall context of the risks in this activity, since the Bank does not undertake any foreign exchange operations, the business developed and the liability are both in euros and equity capital is not allocated to cope with this risk category.

Operational Risk

The operational risk concept adopted by the Bank is the probability of occurrence of negative impacts on the results or in the capital, due to failures in the analysis, processing or settlement of transactions, internal and external fraud, the activity being affected due to the use of resources under a subcontracting arrangement, ineffective decision-making processes, insufficient or inadequate human resources or unserviceability of infrastructures.

The operations activity carried out by the Bank are characterised by a significant degree of standardisation, processes are quite automated and manual interventions are standardised. The main policies and guidelines defined and reviewed periodically by the Board of Directors are transposed into internal regulations and standards, taking into account the risk profile of the institution. This definition of the risk tolerance level allows the institution to assess the degree of capital adequacy to operational risk.

Based on the management strategy, and respective guidelines, control mechanisms were developed and implemented in different functional areas that allow the identification of any incidents resulting from business operatives. These controls were developed based on the processes identified as critical, these are monitored in order to mitigate the events that happened historically and anticipate new occurrences.

Because there is a constant concern to develop and improve internal processes and to adapt them to the expected risk profile, in order to fulfil the regulatory requirements, in line with the best practices in the banking sector, the Santander Group has implemented a risk and control management model, based on three defence lines.

The adoption of this model by the Bank, aims to establish the basic principles for the proper management and control of operational risk.

Pelo facto do risco operacional ser inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas, e sendo o mesmo gerado em todas as áreas de negócio e suporte, pretende-se a descentralização do processo de identificação, avaliação e controlo de eventos. O modelo de governance definido prevê a ligação entre as três linhas de defesa, e estabelece como fórum deliberativo para matérias relacionados com este risco, o Comité de Risco Operacional, que reúne com periodicidade bimestral, garantindo assim o envolvimento da gestão de topo na gestão do risco operacional.

Risco de Sistemas de Informação

A atividade do Banco é fortemente sustentada pelos sistemas de informação utilizados e pela sua customização ao desenvolvimento do negócio. A estratégia do Banco tem vindo a ser de contínuo aperfeiçoamento dos aplicativos utilizados na gestão do negócio, bem como na minimização de impactos negativos por via destes na atividade.

O modelo corporativo do Grupo Santander prevê que a gestão dos sistemas de informação das diversas unidades seja atribuída a entidades especializadas. Essas entidades, com reporte funcional às respetivas unidades, concentram competências e prestam serviços exclusivamente a unidades do Grupo, nomeadamente na gestão de infraestruturas e no desenvolvimento de sistemas informáticos.

A estratégia para os sistemas de informação do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é definida pela Administração, em função das necessidades atuais e previsíveis do negócio, implementada pela ISBAN e sua execução diretamente acompanhada pelo Órgão de Administração e pela Direção de Tecnologia e Operações do Banco.

Neste sentido, foram estabelecidos mecanismos de acompanhamento e controlo do risco de sistemas de informação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, inadequabilidade dos sistemas a novas necessidades, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha.

Because the operational risk is inherent to all products, activities, processes and systems, and it is generated in all business and support areas, the aim is to decentralise the identification and evaluation processes and control events.

The governance model defined provides the connection between the three defence lines, and establishes the Operational Risk Committee as the advisory board, gathered on a bimonthly basis, ensuring the involvement of top management in operational risk management.

Risk from Information Systems

The activity of the Bank is strongly supported by information systems and by their customisation to business development. The Bank's strategy continues to be the improvement of the applications used in business management, as well as to minimise negative impacts of such applications in the activity.

Santander's Group corporate model provides that the management of information systems of the various units is attributed to specialised bodies. These entities, which report to the respective units, focus on skills and provide services exclusively to the Group's units, in particular as regards to the management of infrastructures and the development of software systems.

The strategy for Banco Santander Consumer Portugal, S.A. information systems is defined by the Board of Directors, depending on the current needs and expected business, implemented by ISBAN and its implementation is directly monitored by the Bank's Board of Directors and by the Technology and Operations Department.

In this sense, mechanisms to monitor and control information systems risks were established, being understood as the probability of the occurrence of negative impacts on the results or in the capital, from the inadequacy of systems to new requirements, from the inability of information systems to prevent unauthorised access, to ensure the integrity of data or to ensure business continuity in the event of failure.

De acordo com a estratégia previamente definida, é definido, e revisto anualmente, o grau de tolerância ao risco decorrente dos sistemas de informação. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar o grau de adequação do capital para cobertura deste risco.

A monitorização da adequação do capital interno para cobertura deste risco é efetuada através do acompanhamento de indicadores de performance e dos níveis de serviço, nomeadamente no sentido de assegurar que estes se mantêm nos standards previamente contratualizados.

A ISBAN, por intermédio da divisão da Produban, tem a seu cargo a gestão de infraestruturas, sendo responsável por uma eficiente manutenção de toda a infraestrutura física dos sistemas de informação, por negociar com fornecedores a aquisição de equipamentos e aplicações informáticas, por apoiar os utilizadores na utilização das mesmas, por garantir a utilização de programas devidamente licenciados, por assegurar a execução sistemática de cópias de segurança e de trabalhos informáticos periódicos. Para a eficiência da gestão de risco de sistemas de informação, contribui a existência de procedimentos específicos a nível de segurança ambiente, segurança lógica e segurança de dados, nomeadamente estipulando as regras de acesso aos polos informáticos cujos registos são mantidos para posterior monitorização, de gestão de perfis de acesso, manutenção e extração de informação das bases de dados.

As regras que garantem a segurança da informação constante em base de dados encontram-se devidamente estipuladas. Os níveis de acesso são definidos, em função das responsabilidades atribuídas, e o risco de intrusão nos sistemas informáticos controlado através de firewalls devidamente certificadas, de softwares antivírus, e de políticas de backups que asseguram a existência de cópias de segurança, permitindo a reposição da informação por ordem cronológica.

A gestão e controlo da rede informática e da generalidade dos sistemas instalados é efetuada através de uma plataforma de monitorização que permite a deteção atempada de eventuais problemas de disponibilidade e performance.

In accordance with the strategy previously defined, the level of tolerance to risk in information systems is defined and reviewed annually. This definition of the risk tolerance level allows the institution to assess the degree of capital adequacy to cover this risk.

The monitoring of the adequacy of internal capital to cover this risk is carried out by monitoring performance indicators and service levels, in particular, to ensure they remain in the standards previously contracted.

ISBAN, via the Produban division, shall be responsible for the management of infrastructure and responsible for an efficient maintenance of all the physical infrastructure of information systems, by negotiating with suppliers to purchase equipment and computer applications to support users in their use, by ensuring that appropriately licensed programs are used, by ensuring the systematic implementation of backup copies and regular computer work. Specific procedures relating to environment security level, logical security and data security contribute to the efficiency of information system risk management, in particular by stipulating the rules to access computer centres whose records are maintained for subsequent monitoring, management of access profiles, maintenance and removal of information from databases.

The rules that guarantee the security of the information contained in the database are properly stipulated. The access levels are defined based on the responsibilities assigned, and the risk of intrusion in the computer systems are controlled by certified firewalls, antivirus software, and backup policies that ensure the existence of backups, allowing to restore the information in chronological order.

The computer network management and control and the majority of the installed systems are carried out by means of a monitoring platform that enables the early detection of potential problems relating to availability and performance.

A aplicação Remedy permite registar nos sistemas de informação do Banco os incidentes identificados pelos utilizadores. Estes encontram-se sistematizados por tipologia, de forma a permitir a sua priorização em função do grau de exposição ao risco, controlando e monitorizando as ações a desenvolver. Os incidentes detetados, ações e respetivas recomendações são posteriormente reportados aos Órgãos de Gestão do Banco.

Na área de desenvolvimento, o Banco recorre à ISBAN para o desenvolvimento de aplicações informáticas, de acordo com as especificações acordadas. Esta garante o cumprimento dos standards corporativos e assegura a revisão pós-implementação.

A estratégia de desenvolvimento aplicacional é definida e aprovada anualmente pela Administração. O desenvolvimento destas atividades é monitorizado em Comité Executivo de Direção.

A gestão de projetos informáticos é realizada, tendo em consideração a tipologia de desenvolvimento definida, designadamente, corretiva, evolutiva e de compliance. Estes encontram-se sistematizados e priorizados em função de análises custo/benefício para a atividade do Banco.

Em momento prévio à entrada em produção, as aplicações são testadas pelas áreas funcionais de forma a garantir que os requisitos previamente estabelecidos foram devidamente incorporados.

No sentido de minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas em caso de desastre, são efetuados testes com periodicidade anual ao plano de recuperação das infraestruturas tecnológicas (Disaster Recovery Plan – DRP).

Risco de Compliance

A gestão do risco de compliance visa assegurar a aderência à regulamentação, requisitos dos supervisores, princípios de boa conduta e aos valores corporativos, Simples, Próximo e Justo. O seu objetivo é gerir e mitigar o risco do Banco incorrer em coimas ou danos reputacionais, aumentando a confiança dos seus colaboradores, clientes, acionista e de toda a comunidade.

The Remedy application allows the incidents identified by users to be registered in the information systems of the Bank. These are systematised by typology, in a way that enables its prioritisation according to the risk exposure level, by controlling and monitoring the actions to be taken. The incidents detected, actions and their recommendations are later reported to the Management Bodies of the Bank.

In regards to development, the Bank uses the ISBAN for the development of computer applications, in accordance with the agreed specifications. It ensures the fulfilment of corporate standards and ensures the post-implementation review.

The development strategy to be applied is defined and approved annually by the Board of Directors. The development of these activities is monitored by the Steering Committee.

The management of computer projects is performed, taking into account the type of development defined, in particular, corrective, evolutionary and in compliance. These are systematised and prioritised based on the cost/benefit analysis for the activity carried out by the Bank.

Prior to starting production, applications are tested by functional areas to ensure that the requirements previously established were properly incorporated.

In order to minimise the probability of the occurrence of losses in case of disaster, Disaster Recovery Plan – DRP tests are carried out every year.

Compliance Risk

The compliance risk management aims to ensure compliance with the regulations, supervisor requirements, principles of good conduct and to more Simple, Personal and Fair corporate values. It's goal is to manage and mitigate the risk of the Bank from incurring fines or reputational damage, increasing the confidence of its employees, clients, shareholders and the community as a whole.

Compliance abrange assim todas as matérias regulamentares incluindo, prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, aplicação do regime de sanções internacionais, produtos, serviços, conduta perante os clientes e sua proteção, risco reputacional, bem como qualquer outra que coloque o Banco em risco de cumprimento.

A gestão deste risco encontra-se, à semelhança dos restantes, organizada em esquema piramidal constituindo as áreas operacionais e funcionais a primeira linha de defesa, Compliance a segunda e Auditoria Interna a terceira linha.

Compliance enquanto segunda linha de defesa trabalha as diferentes matérias em estreita articulação com as demais áreas funcionais, procurando assegurar a conformidade das estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos com a legislação e regulamentação em vigor.

As metodologias atualmente em utilização suportam-se em questionários de auto-avaliação nos diferentes espectros, regulamentares genéricos ou específicos, dos quais decorre o cálculo de risco inerente, a valoração dos controlos existentes e a obtenção de um risco residual que contribui para o maior controlo, monitorização e mensuração do risco de Compliance e sua manutenção em níveis de tolerância adequados. Por outro lado permitem ainda definir planos de ação direcionados e perceber o grau de cumprimento, inclusive face a outras unidades do Grupo.

A área de Compliance deve assegurar que o programa de Compliance se encontra constantemente adaptado ao ambiente regulatório, às expectativas do regulador e à evolução do Grupo. Para o efeito este deve ser controlado e monitorizada a sua evolução nos respetivos comités locais e reportes corporativos.

A identificação de novos fatores de exposição ao risco decorre ainda da interação com as áreas funcionais, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, de normas e regulamentos internos, orientações dos órgãos sociais, do código de conduta e das práticas profissionais e deontológicas relevantes para a instituição.

Compliance therefore covers all the regulatory matters including, prevention of money laundering and terrorist financing, implementation of the international sanctions, products, services, conduct before its clients and their protection, reputational risk, as well as any other that may put the Bank at compliance risk.

The management of this risk, like the other risks, is organised in a pyramid scheme, and the operational and functional areas are the first line of defence, Compliance is the second and Internal Audit is the third.

Compliance as a second line of defence implements the different matters in close cooperation with other functional areas, namely, by ensuring conformity with the strategies, systems, processes, policies and procedures in accordance with the legislation and regulations in force.

The methodologies currently used are supported in self-evaluation questionnaires in various spectrums, within a general or specific regulatory framework, which results in the risk calculation involved, the assessment of existing controls and a residual risk facilitating greater control, monitoring, and measurement of Compliance risks and their maintenance within adequate tolerance levels. On the other hand, they also provide the means for defining targeted action plans to perceive the degree of compliance, including other units within the Group.

The Compliance department must ensure that the Compliance program is regularly adapted to the regulatory environment, to the expectations of the regulator and to the developments of the Group. For that purpose, their developments must be controlled and monitored by the local committees and corporate reports.

The identification of new risk exposure factors arises from the interaction with the functional areas, particularly with regard to compliance with applicable legal, regulatory and statutory provisions, standards and internal regulations, guidelines of the governing bodies, of the code of conduct and professional practices and ethical codes relevant to the institution.

Ao nível da operativa interna, do processo de apreciação de reclamações e da realização de trabalhos transversais como, levantamentos de processos, auditorias internas, relacionamento institucional com as entidades de supervisão, entre outros, poderá adicionalmente decorrer a identificação de eventuais debilidades que contribuam para a exposição a este risco.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco Compliance encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes. O processo de monitorização da adequação e eficácia do sistema de controlo implementado para a gestão deste risco é particularmente assegurado através de auditorias. No que respeita especificamente aos procedimentos de controlo implementados em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o acompanhamento da evolução das operações analisadas bem como da adequação das medidas e procedimentos implementados é efetuado, trimestralmente, em Comité de Análise e Resolução.

A exposição do Banco ao risco de Compliance é ainda mitigada pela existência de uma cultura de disciplina, incorporada na estratégia e políticas da empresa, e formalizada num código de conduta, que assegura que no cumprimento das suas funções, os colaboradores adotam elevados padrões de ética, integridade e profissionalismo.

A sensibilização das áreas funcionais para este tema, viabiliza que, com a respetiva cooperação, o Banco tenha possibilidade de aferir de forma fidedigna o grau de exposição ao risco de Compliance, a razoabilidade das medidas de controlo adotadas, e respetivo efeito mitigador, para efeitos da contínua monitorização da adequabilidade do capital interno.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia consiste na probabilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de decisões estratégicas inadequadas ou deficitariamente implementadas, e da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente.

Regarding internal operations, the process of reviewing complaints and the performance of cross-sectional work, such as surveys, internal audits, institutional relationships with the supervisory entities, among others, can additionally lead to the identification of possible weaknesses that contribute to risk exposure.

The collection and maintenance of events that may lead to Compliance risk exposure are duly systematised in monthly and quarterly reports, presented to the Board of Directors of the Bank and relevant corporate bodies. The adequacy and effectiveness monitoring process of the control system implemented for the management of this risk is mainly ensured through audits. Specifically, with regard to the control procedures implemented in the prevention of money laundering and terrorist financing, monitoring of the development of the operations examined as well as the adequacy of the measures and procedures implemented is carried out by the Analysis and Resolution Committee on a quarterly basis.

The Bank's exposure to the Compliance risk is also mitigated by the existence of a disciplined culture, incorporated in the strategy and policies of the company, and formalised in a code of conduct, which ensures that employees adopt high standards of ethics, integrity and professionalism in carrying out their duties.

The awareness of the functional areas for this topic, makes it possible for the Bank to measure the degree of risk exposure, the Compliance risk, the reasonableness of the control measures adopted, and its mitigating effect reliably, for the purpose of continuous monitoring of the adequacy of internal capital.

Strategic Risk

The strategic risk consists in the probability of negative impacts on the results or in the capital, due to inadequate or deficient strategic decisions implemented, and the inability to respond to changes in the environment.

A exposição a este risco é função de fatores exógenos, nomeadamente do contexto dinâmico do mercado em que a instituição opera, e de fatores endógenos como a existência de uma estrutura de governo interno robusta que favoreça a objetividade do processo de planeamento estratégico, a consistência da atitude face ao risco, respetiva consonância do capital interno, e a eficácia e adequação do processo de tomada de decisão.

O Banco instituiu uma política de gestão de risco de estratégia, que consiste no acompanhamento contínuo e tempestivo da conjuntura económica, regulamentar e da evolução do mercado em que opera.

Para o desenvolvimento da estratégia do Banco são anualmente delineados objetivos concretos para cada área de negócio. Estes são definidos com base em propostas efetuadas pelos órgãos de gestão, que são consolidadas pela Direção Financeira, analisadas e revistas pela Administração e sujeitas a aprovação da casa-mãe.

Para que toda a estrutura organizativa desenvolva a sua atividade alinhada com a estratégia definida é essencial um eficiente sistema de informação e comunicação, que assegure a transmissão dos objetivos definidos, bem como as responsabilidades e deveres de cada colaborador, e que garanta a existência de processos de captação e tratamento de informação, que favoreçam uma comunicação eficaz e que suportem uma tomada de decisão consistente.

Para o efeito, os objetivos estabelecidos são transversalizados, de forma a orientar as diferentes equipas para a prossecução de medidas compatíveis com a estratégia definida.

A avaliação desta estratégia, materializada nos respetivos objetivos, encontra-se suportada por análises, qualitativas e quantitativas, tendo em consideração as condições económicas atuais e cenários adversos, de forma a garantir que a tomada de decisão se encontra suficientemente apoiada por recursos de capital, de gestão e de sistemas.

O seu acompanhamento é posteriormente efetuado recorrendo a diferentes comités constituídos transversalmente, em função do seu âmbito e com periodicidades previamente definidas, com especial ênfase no Comité Executivo de Direção e na Comissão Executiva.

Exposure to this risk is mainly the result of exogenous factors, in particular, in a dynamic market context in which the institution operates, and endogenous factors such as the existence of an internal governance structure that favours the objectivity of the strategic planning process, the consistency of attitude toward risk, in line with the internal capital, and the effectiveness and appropriateness of the decision-making process.

The Bank has implemented a strategic risk management policy, which consists in a timely and continuous monitoring of economic, regulatory and market developments in which it operates.

For the development of the Bank's strategy, strategic objectives are outlined each year for each business area. These are defined based on proposals made by the management bodies, which are consolidated by the Financial Department, analysed and reviewed by the Board of Directors and subject to approval by the headquarters.

It is essential to have an efficient information and communication system to ensure that the objectives defined are transmitted, as well as the responsibilities of each employee, that guarantee the existence of capture processes and information processing, that promotes an effective communication and that supports consistent decision-making in order for the organisational structure to develop in accordance with the strategy defined.

To this end, the objectives defined are transversal, in order to guide the different teams in pursuit of measures that are compatible with the defined strategy.

The evaluation of this strategy, embodied in the respective objectives, is supported by qualitative and quantitative analysis, taking into account the current economic conditions and adverse scenarios, in order to ensure that the decision is adequately supported by capital, management and system resources.

Its follow-up is subsequently carried out by the various committees set up across the company, according to their scope and with periodicities previously defined, with special emphasis on the Steering Committee and the Executive Committee.

Por sua vez, o controlo orçamental ao nível da evolução das rubricas das demonstrações financeiras e de rácios de gestão, como os rácios de capital, de cobertura, de eficiência, entre outros, é efetuado mensalmente, sendo devidamente justificados e documentados os desvios face os objetivos pré-estabelecidos por forma a garantir a permanente adequabilidade do capital interno.

4. Política de cobertura e redução de riscos

A Política de cobertura, gestão e redução do risco constitui para o Banco uma atividade de elevada importância. O perfil do risco do Banco é prudente, quer pelas características do modelo de Governance da instituição, dimensão e antiguidade, quer pela própria exigência regulamentar da supervisão. A política de gestão de riscos do Banco procura manter uma relação adequada entre os capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste âmbito, o acompanhamento e controlo dos riscos assumem especial relevância.

5. Declaração sobre adequação dos sistemas de gestão de riscos

O Concelho de Administração do Banco Santander Consumer, Portugal, S.A. garante que o sistema de gestão de risco implementado no Banco, bem como os processos e medidas destinadas a assegurar que os limites de risco definidos são cumpridos, são adequados para assegurar o correto desenvolvimento da estratégia do negócio, tendo em conta o perfil e dimensão do Banco.

6. Declaração sobre o perfil geral de risco e sua relação com a estratégia empresarial

O Concelho de Administração do Banco Santander Consumer, Portugal, garante a manutenção de rácios de balanço sólidos, através de uma forte posição de capital e de um perfil de liquidez estável e seguro, com uma “almofada” confortável que permita enfrentar situações de stress. O Conselho de Administração procura assegurar capital suficiente para responder às necessidades regulatórias, para cobrir potenciais perdas, e tem por objetivo assegurar uma estrutura de balanço otimizada que permita limitar o risco de potenciais problemas de liquidez, mantendo uma capacidade de financiamento estável e fortes reservas de liquidez. Desta forma, considera que o Banco terá capacidade para continuar a servir os seus clientes, oferecendo condições competitivas e sustentáveis.

In turn, the budgetary control in terms of the evolution of the financial statements items and management ratios, such as the capital, coverage, efficiency ratios, among others, is performed monthly, and the deviations from the predetermined objectives established are duly justified and documented in order to ensure the ongoing internal capital adequacy.

4. Hedging policy and risk reduction

The coverage, management and risk reduction Policy is a very important activity for the Bank. The Bank's risk profile is cautious, by the characteristics of the Governance model of the Institution, size and seniority, and by its regulatory supervision requirements. The Bank's risk management policy seeks to maintain an appropriate relationship between equity and activity developed. In this context, risk monitoring and surveillance are particularly relevant.

5. Statement on the adequacy of risk management systems.

The Board of Directors of Banco Santander Consumer, Portugal, S.A. ensures that the risk management system implemented at the Bank, as well as the processes and measures intended to ensure that the risk limits defined are met, are appropriate to ensure the proper development of the business strategy, in view of the size and profile of the Bank.

6. Statement on the general risk profile and its relationship with the business strategy

The Board of Directors of Banco Santander Consumer, Portugal, ensures that the sound balance sheet ratios are maintained, through a strong capital position and a stable and secure liquidity profile, with a buffer which will enable it to cope with stressful situations. The Board of Directors strives to ensure that the Bank has sufficient capital to meet regulatory requirements, to cover potential losses, and aims to ensure that the balance-sheet structure is optimised to limit the risk of any potential liquidity concerns, while preserving a stable financing capacity and strong liquidity reserves. It therefore believes that the Bank has the ability to continue to serve its clients by offering competitive and sustainable conditions.

Para atingir estes objetivos, o Banco pretende manter (i) um rácio CET 1 (phase-in) acima dos mínimos exigidos pelas autoridades de supervisão, de modo a ter uma posição e reserva de capital que permita enfrentar cenários de stress (ii) um rácio de alavancagem acima dos mínimos regulamentares e com tendência de melhoria; e (iii) um rácio de cobertura de liquidez (LCR) acima de 70%, constantemente, com o objetivo de alcançar patamares superiores no futuro.

B – Sistema de Governo

Vide ponto 6 - Relatório estrutura e práticas de governo societário deste mesmo Relatório e Contas.

In order to achieve these objectives, the Bank intends to maintain (i) a CET 1 ratio phase-in above the minimums required by the supervisory authorities, in order to take a position and capital reserve that allows face stress scenarios (ii) a leverage ratio above the minimum regulatory requirements and a trend towards improvement; and (iii) a constant liquidity coverage ratio (LCR) above 70%, with the objective of reaching higher levels in the future.

B – Governance system

See paragraph 6 - Corporate governance structures and practices report of this Annual Report and Accounts.

V. Adequação de Capitais

1. Fundos Próprios e Rácios de capital

Capital adequacy	December 16	December 15
Total own funds for solvency purposes	133 682 593	132 755 746
Capital requirements	93 200 392	88 533 066
Excess (+) / Lack (-) of own funds	40 482 202	44 222 680
Solvency Ratio (%)	11,47%	12,00%
Minimum Solvency Ratio Pillar II(%)	9,75%	10,50%
Equity Surplus	20 094 616	16 549 588

Amounts expressed in Euros

Os Fundos Próprios são calculados a partir das Demonstrações Financeiras tomando em conta o estabelecido nas normas prudenciais do regulamento (UE) 575/2013. O Banco é um caso relativamente simples uma vez que não dispõe de elementos elegíveis para Fundos próprios elegíveis de nível 1 e, desde 2014 deixou também de deter elementos que computam para os Fundos próprios de nível 2.

Assim, os Fundos Próprios Totais são iguais aos Fundos Próprios Principais de nível 1 (CET1) e corresponde ao Capital Social, Reservas e resultados Transitados deduzidos do Imobilizado Incorporado.

Mais informamos que, no caso do Banco, não existem ajustamentos e filtros entre o perímetro contabilístico e o perímetro prudencial.

V. Capital adequacy

1. Own Funds and capital Ratios

Own Funds are calculated on the basis of the Financial Statements, taking into account the prudential standards of Regulation (EU) 575/2013. The Bank is a relatively simple case since it does not have eligible items for own funds, Tier 1 capital and, ceased to have Tier 2 capital items since 2014.

The Total Own Funds are the same as the CET1 and corresponds to the Share Capital, Reserves and Retained earnings deducted by Intangible Assets.

Furthermore, in the case of the Bank, there are no adjustments and filters between the accounting scope and the prudential scope.

No quadro seguinte apresentamos a desagregação dos Fundos Próprios a 31 de Dezembro de 2015 e 2016

The table below shows the breakdown of Own Funds on 31 December 2015 and 2016:

	December 16	December 15
1.Total own funds for solvency purposes (=Σ(1.1 to 1.5))	133 682 593	132 755 746
1.1.Original own funds (=Σ(1.1.1 to 1.1.5))	133 682 593	132 755 746
1.1.1Eligible Capital (=Σ(1.1.1.1 to 1.1.1.4))	79 383 611	79 383 611
1.1.1.1.Paid-up capital	66 592 947	66 592 947
1.1.1.2.(-) Own shares		
1.1.1.3.Share premium	12 790 664	12 790 664
1.1.1.4.Other quasi-equity instruments		
1.1.2.Elignable results and reserves (=Σ(1.1.2.1 to 1.1.2.6))	57 360 740	54 935 415
1.1.2.1.Reserves	57 360 740	54 935 415
1.1.2.2.Elignable minority interests		
1.1.2.3.Results of the last financial year and provisional results of the current financial year		
1.1.2.4.(-) Net profit arising from the capitalisation of future income from securitised assets		
1.1.2.5.Revaluation differences eligible for original own funds	0	0
1.1.3.Fund for general banking risks		
1.1.4 .Other eligible items for original own funds (=1.1.4.1+1.1.4.2)		
1.1.4.1.Impact on the transition to the IAS/NCA (negative impact)		
1.1.4.2.Other eligible items for original own funds		
1.1.5.(-) Other deductible items for original own funds (=Σ(1.1.5.1 to 1.1.5.3))	-3 061 758	-1 563 279
1.1.5.1.(-) Intangible fixed assets/Intangible assets	-3 061 758	-1 563 279
1.1.5.2.(-) Surplus in relation to the eligibility limits of instruments included in original own funds		
1.1.5.3.(-) Other deductible items for original own funds		
1.2.Additional own funds (=Σ(1.2.1 to 1.2.3))	0	0
1.2.1.Additional own funds - Upper Tier 2		
1.2.2.Additional own funds - Lower Tier 2	0	0
1.2.3.(-) Deductions to additional own funds		
1.3.(-) Deductions to additional and original own funds		
1.3a.of which: (-) to original own funds		
1.3b.of which: (-) to additional own funds		
1.5.Deductions to total own funds		
1.4.Total supplementary own funds available to cover market risks		
1.6.Memo items		
1.6.1.(+) Excess / (-) Insufficient provisions on risk-weighted amounts through the Internal Ratings Based Approach		
1.6.1.1.Amount of provisions under the Internal Ratings Based Approach		
1.6.1.2.(-) Expected losses determined under the Internal Based Approach		
1.6.2.Nominal value of subordinated loans recognised as a positive element of own funds	0	0
1.6.3. Minimum share capital requirements		
1.6.4.Reference own funds for large exposure limits	133 682 593	132 755 746

Amounts expressed in Euros

2. Own Funds Requirements

	December 16	December 15
2.Own funds requirements (=Σ(2.1 to 2.6))	93 200 392	88 533 066
2.1.For credit risk, counterparty credit risk, risk of reduction of amounts receivable and risk of delivery (=2.1.1+2.1.2)	84 256 852	80 313 454
2.1.1.Standard Method (=2.1.1.1+2.1.1.2)	84 256 852	80 313 454
2.1.1.1.Risk classes in the Standard Method, excluding securitisation positions	84 256 852	80 313 454
2.1.1.1.1.Claims or contingent claims on central governments or central banks	1 464 825	2 133 805
2.1.1.1.2.Claims or contingent claims on regional governments or local authorities	0	0
2.1.1.1.3.Claims or contingent claims on administrative organisations and non-profit companies	0	0
2.1.1.1.4.Claims or contingent claims on multilateral development banks	0	0
2.1.1.1.5.Claims or contingent claims on international organisations	0	0
2.1.1.1.6.Claims or contingent claims on institutions	661 251	569 160
2.1.1.1.7.Claims or contingent claims on companies	21 449 901	17 286 312
2.1.1.1.8.Claims or contingent claims on retail portfolio	59 017 020	58 535 660
2.1.1.1.9.Claims or contingent claims with immovable property as collateral	0	0
2.1.1.1.10.Overdue items	428 620	682 285
2.1.1.1.11.Items belonging to regulatory high-risk categories	0	0
2.1.1.1.12.Claims in the form of covered bonds or public securities	0	0
2.1.1.1.13.Claims in the form of collective investment undertakings (CIU)	1 235 236	1 106 231
2.1.1.1.14.Other items	0	0
2.1.1.2.Securitisation positions in the Standard Method	0	0
2.1.2.Internal Ratings Based Approach (=Σ(2.1.2.1 to 2.1.2.5))	0	0
2.1.2.1.When own LGD's estimates and/or conversion factors are not used	0	0
2.1.2.1.1.Claims or contingent claims on central governments or central banks	0	0
2.1.2.1.2.Claims or contingent claims on institutions	0	0
2.1.2.1.3.Claims or contingent claims on companies	0	0
2.1.2.2.When own LGD's estimates and/or conversion factors are used	0	0
2.1.2.2.1.Claims or contingent claims on central governments or central banks	0	0
2.1.2.2.2.Claims or contingent claims on institutions	0	0
2.1.2.2.3.Claims or contingent claims on companies	0	0
2.1.2.2.4.Claims or contingent claims on retail portfolio	0	0
2.1.2.3.Equity claims	0	0
2.1.2.4.Securitisation positions	0	0
2.1.2.5.Other non credit-obligation assets	0	0
2.2.Liquidity risk	0	0
2.3.Capital requirements for position risks, exchange risks and risks on goods (=2.3.1+2.3.2)	0	0
2.3.1.Standard Method (=Σ(2.3.1.1 to 2.3.1.4))	0	0
2.3.1.1.Debt instruments	0	0
2.3.1.2.Equity securities	0	0
2.3.1.3.Currency exchange risks	0	0
2.3.1.4.Risks on goods	0	0
2.3.2.Internal Models Approach	0	0
2.4.Capital requirements for operational risk (= Σ (2.4.1 to 2.4.3))	8 943 539	8 219 612
2.4.1.Basic Indicator Approach	8 943 539	8 219 612
2.4.2.Standard Method	0	0
2.4.3.Advanced Measurement Approach	0	0
2.5.Own funds requirements - Fixed overheads	0	0
2.6.Other and transitional capital requirements	0	0

Amounts expressed in Euros

O capital regulamentar do Banco é calculado tendo por base as regras Regulamento (EU) 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013. Adicionalmente, o anexo V da versão final da SREP letter emitida pelo BCE e recebida no banco dia 3 de Fevereiro de 2016 relativamente aos requisitos prudenciais para o Banco estabelece um rácio mínimo de CET1 de 9,75%.

Rácio de fundos próprios principais de nível 1 de 9,75%
Rácio de fundos próprios de nível 1 de 9,75%
Rácio de fundos próprios totais de 9,75%

Durante o exercício de 2016 o Banco continuou a utilizar o Método Padrão para efeitos de cálculo dos requisitos de risco de crédito e o Método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de risco operacional.

a) Capital realizado: Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 ações de valor nominal de 1 euro cada, com a seguinte composição:

	2016	
	Number of shares	% of shareholdi
Santander Consumer Finance, S.A.	53 331 647	80,09%
Santander Consumer Estabelecimento Financeiro de Credito, S.A.	53 331 647	19,91%
	53 331 647	100,00%

Amounts expressed in Euros

b) Prémios de emissão: Em 31 de Dezembro de 2016, os fundos próprios do Banco contam ainda com um prémio de emissão global de 12.790.664 euros, na sequência da deliberação unânime dos acionistas em Assembleia Geral de 2 de Janeiro de 2007, onde foi decidida a realização de um aumento do capital social mediante a emissão de 29.092.947 novas ações com um valor nominal de 1 euro, passando este de 37.500.000 euros para os atuais 66.592.947 euros.

c) Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base: Em 31 de Dezembro de 2016, os montantes entre reservas e resultados elegíveis a adicionar aos fundos próprios de totalizavam 57 360 740 euros. Entre os elementos dedutíveis aos fundos próprios de base, há a referir as imobilizações incorpóreas no montante de 3 061 758 euros.

The regulatory capital of the Bank is calculated based on the rules in Regulation (EU) 575/2013 of the European Parliament and of the Council of 26 June 2013. Additionally, annex V of the final version of the SREP letter issued by the ECB and received at the Bank on 3 February 2016 with respect to the prudential requirements for the Bank establishes a minimum ratio of 9.75% CET1.

Common Equity Tier 1 capital of 9.75%
Common Equity Tier 1 capital of 9.75%
Total Common Equity Tier 1 capital of 9.75%

During 2016, the Bank continued to use the Standardised Approach for calculating capital requirements for credit risk and the Basic Indicator Approach for calculating capital requirements for operational risk.

a) Paid-up capital: On 31 December 2016, the Bank's capital was fully subscribed and paid-up and was represented by 66,592,947 shares, each with a nominal value of 1 euro each, and broken down as follows:

b) Share premiums: On 31 December 2016, the Bank's own funds have a total share premium of 12,790,664 euros, following a unanimous decision of the shareholders at a General Shareholders Meeting on 2 January 2007, where it was decided an increase in capital through the issuance of 29,092,947 new shares with a nominal value of 1 euro, from 37,500,000 euros to the current 66,592,947 euros.

c) Other eligible or deductible items from original own funds: On 31 December 2016, the amounts between reserves and eligible results to add to the original own funds totalled 57,360,740 euros. Among the items deductible from original own funds, we must mention the intangible fixed assets in the amount of 3,061,758 euros.

3. ICAAP – Avaliação e Adequação do Capital Interno

O Banco dispõe de um processo de autoavaliação da adequação do capital interno (adiante designado de ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process), com vista a que o capital de que dispõe é adequado face ao perfil de risco da instituição. O ICAAP é definido e acompanhado diretamente pelo Órgão de Administração.

No processo de autoavaliação da adequação do capital interno do Banco estão envolvidos, a Direção de Controlo Interno, a Direção Financeira, a Direção de Risco e Recuperação e os membros do Órgão de Direção.

A Direção Financeira é responsável pela elaboração anual do orçamento nomeadamente, a definição do capital necessário à cobertura dos riscos e ao planeamento da gestão de liquidez, em função do perfil de risco, da rentabilidade exigida, dos objetivos de solvabilidade e da estratégia para o desenvolvimento da atividade, previamente definidos pela Administração. Por sua vez, assegura também o regular acompanhamento do cumprimento orçamental, analisando desvios face ao previamente definido.

A Direção de Risco e Recuperação é responsável pelo desenvolvimento dos modelos de avaliação e monitorização do risco de mercado e do risco de crédito, este último o risco materialmente mais relevante para a instituição, atendendo às particularidades de cada área de negócio.

Os restantes Órgãos de Gestão asseguram a correta prossecução dos sistemas, processos e procedimentos que suportam a integridade do sistema de controlo interno no seu todo e como tal a adequada operacionalização da estratégia definida pelo órgão de Administração.

Compete à Direção de Controlo Interno controlar a eficácia e efetividade dos mecanismos de identificação, avaliação, controlo e monitorização de processos e inerentes riscos, com o intuito de assegurar o cumprimento dos standards de risco estabelecidos e a sua adequação face ao capital interno da instituição, em consonância com os deveres regulamentares e práticas internacionalmente aceites.

A elaboração do relatório sobre o ICAAP, remetido anualmente ao Banco de Portugal, é da responsabilidade da Direção de Controlo Interno do Banco, em estreita colaboração com a Direção Financeira e com a Direção de Risco e Recuperação, com o contributo dos restantes membros do Órgão de Direção.

3. ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process

The Bank has an internal capital adequacy self-evaluation process (hereinafter referred to as ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process), with a view to ensure that the amount of capital available is adequate to the institution's risk profile. ICAAP is defined and directly monitored by the Board of Directors.

The Directorate of Internal Control, the Financial Department, the Risk and Recovery Department and the members of the Executive Board are involved in the Bank's internal capital adequacy assessment process.

The Financial Department is responsible for drafting the annual budget, the definition of the capital required to cover the risks and the planning of liquidity management, depending on the risk profile, the profitability required, the solvency objectives and the activity development strategy, previously defined by the Board. In turn, it also ensures regular monitoring of compliance with budget, by analysing deviations from the one previously defined.

The Risk and Recovery Department is responsible for the development of market risk and credit risk assessment and monitoring models, the latter, is the risk which is more relevant to the institution, taking into account the particularities of each business line.

The remaining Management Bodies help to ensure the correct continuity of the systems, processes and procedures that support the integrity of the internal control system as a whole and as such, the proper implementation of the strategy defined by the Board of Directors.

It is the responsibility of the Directorate of Internal Control to monitor the effectiveness and efficiency of the mechanisms for the identification, evaluation, control and monitoring of processes and inherent risks, with the aim of ensuring compliance with the risk standards established and their appropriateness in relation to the internal capital of the institution, in line with the regulatory duties and internationally accepted practices.

The Directorate of Internal Control, in close collaboration with the Financial Department and the Risk and Recovery Department, with the contribution of the remaining members of the Board of Directors is responsible for preparing the ICAAP report, sent annually to the Bank of Portugal.

Por sua vez, a aprovação do processo de autoavaliação do capital interno do Banco é da responsabilidade do Órgão de Administração. Adicionalmente, o sistema de gestão de risco é revisto anual e autonomamente pela equipa de auditoria corporativa.

Importa, contudo, neste âmbito relevar que a preparação do ICAAP e, em particular, a definição das metodologias de cálculo inerentes a este relatório, é também executada em estreita cooperação com a Divisão de Intervenção Geral e Controlo de Gestão do Grupo Santander, de forma a assegurar a aproximação das metodologias de avaliação da adequação do capital interno às utilizadas a nível corporativo.

De salientar igualmente que sendo o ICAAP parte integrante do Sistema de Controlo Interno do Banco, a instituição beneficia da colaboração das equipas de Auditoria Interna Corporativas e dos Auditores Externos na medida que estas contribuem diretamente para assegurar a eficácia dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição se encontra sujeita.

A avaliação quantitativa e qualitativa da adequação do capital interno é efetuada de acordo com a magnitude dos riscos incorridos no desenvolvimento da atividade do Banco e a eficácia das respetivas técnicas de controlo implementadas.

De acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), a definição da relevância ou materialidade dos riscos inerentes a cada uma das áreas funcionais tem por base a probabilidade de ocorrência dos eventos, que afetem significativamente a condição financeira da empresa, e a qualidade e adequabilidade dos processos de controlo instituídos. Neste sentido, para efeitos de avaliação quantitativa da adequação do capital interno, o Banco considera individualmente a exposição ao risco de crédito, ao risco operacional, ao risco de taxa de juro e ao risco de estratégia.

No que respeita aos riscos não contemplados nas categorias acima mencionadas, considera-se que uma avaliação individual é algo desajustada face à sua diminuta materialidade e representatividade pelo que, para efeitos de avaliação do capital interno estes foram considerados de forma agregada. O processo de avaliação dos riscos considerados como materialmente relevantes, encontra-se sistematizado no diagrama infra.

The Board of Directors is responsible for approving the Bank's internal capital assessment process. In addition, the risk management system is reviewed annually and independently by corporate audit teams.

However, in this context, we must note that the preparation of the ICAAP and, in particular, the definition of the calculation methodologies inherent to this report, is also carried out in close cooperation with the General Intervention and Management Control Department of the Santander Group, in order to ensure the alignment of methodologies for evaluating the adequacy of internal capital with those used at corporate level.

We must also note that, because ICAAP is an integral part of the Bank's Internal Control System, the institution benefits from the collaboration of Corporate Internal Audit Teams and External Auditors to the extent that these contribute directly to ensuring the effectiveness of the identification, assessment, monitoring and risk control processes to which the institution is subject to.

The quantitative and qualitative evaluation of the internal capital adequacy is carried out according to the magnitude of the risks incurred in the Bank's activities and the effectiveness of the control techniques implemented.

According to the Risk Assessment Model (RAM), the definition of the relevance or materiality of the risks inherent in each of the functional areas is based on the probability of occurrence of the events, significantly affecting the financial condition of the company, and the quality and suitability of the control procedures in place. In this sense, for the purpose of quantitative evaluation of the internal capital adequacy, the Bank assess credit risk exposure, operational risk, interest rate risk and strategic risk on a case by case basis.

Risks not included in the categories mentioned above are not subject to a case by case evaluation, since it is considered inadequate in view of their very low materiality and representation, instead their internal capital assessment is in aggregated form. The risk assessment process considered as materially relevant is shown in the diagram below.

Quantification Metrics

Credit Risk	Operational Risk	Interest Rate Risk	Strategic Risk
Stress Test Models	Regulatory Capital	Stress Test Models	% of General Expenses

O processo de autoavaliação da adequação do capital interno é considerado uma ferramenta estratégica, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital porque:

- Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base
- Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital
- Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital
- Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital do grupo
- Identifica as áreas de melhoria

O Banco, no processo de autoavaliação do valor agregado do capital interno considera a soma simples dos valores de capital determinados individualmente, para cada categoria de risco, deduzidos dos efeitos de diversificação entre riscos.

4. Rácio de Alavancagem

O rácio de alavancagem é definido no art.º 429 do regulamento EU 575/2013 como a percentagem resultante da divisão dos Fundos próprios da instituição pela medida da exposição total dessa instituição.

O requisito mínimo atual, de acordo com Basileia, é de 3%. Não temos conhecimento de normativo nacional ou europeu a estipular qualquer rácio mínimo para 31 de Dezembro de 2016. De qualquer forma, o BANCO apresentou um rácio de 9,76%, muito superior aos 3% referidos.

The internal capital adequacy assessment is considered a strategic tool, in the sense that it is an essential element in capital management because:

- Enables capital management by incorporating an analysis of the specific impacts
- Enables a more efficient use of capital.
- Anticipates the potential lack/excess of capital scenarios
- Supports the formulation of the group's capital management strategy
- Identifies areas for improvement

The Bank, in the self-evaluation of the internal capital aggregate value, considers the sum of individually determined capital values for each risk category, deducted from the diversification effects between risks.

4. Leverage Ratio

The leverage ratio is defined in Article 429 of Regulation EU 575/2013 as the percentage resulting from the division of the institution's own funds by the institution's total exposure measure.

The current minimum requirement, according to Basel, is 3%. We are not aware of any national or European legislation that stipulates any minimum ratio for 31 December 2016. In any case, the BANK showed a ratio of 9.76%, well above the 3% previously mentioned.

Own funds and Total exposure measure

20	Tier 1 capital	
21	Total exposure measure of the Leverage ratio;	133 682 593
		1 369 422 089

Leverage ratio

21	Total exposure measure of the Leverage ratio;	9,76%
----	---	-------

Amounts expressed in Euros

A diferença entre o ativo financeiro contabilístico e a medida da exposição total do rácio de alavancagem limita-se às seguintes rubricas: valores extrapatrimoniais no valor de 11 725 114 euros, valor das garantias (cauções) no valor de 43 415 845 euros, e a 5 957 722 euros de provisões para outros ativos. Esta última rubrica consta no ativo das demonstrações financeiras mas não são consideradas no cálculo do crédito em risco uma vez que não têm uma relação direta com os valores em ativo e portanto não são elegíveis para mitigar o risco e crédito.

The difference between the accounting financial asset and the total exposure measure of the leverage ratio is limited to the following items: off-balance-sheet values amounting to 11,725,114 euros, value of guarantees (bonds) amounting to 43,415,845 and 5,957,722 euros in provisions for other assets. This last item appears in the assets of the financial statements but are not considered in the calculation of credit risk since they do not have a direct link with the values of assets and are therefore not eligible to mitigate the risk and the credit.

Total Exposure Breakdown

Off-balance sheet exposures (excluding derivatives and SFT)		
1	On-balance sheet items (excluding derivatives, SFT, and fiduciary assets, but inclusive of guarantees)	1 360 758 733
2	(Amounts of assets deducted by determining Tier 1 capital)	-3 061 758
3	Total on-balance sheet exposures (excluding derivatives, SFT, and fiduciary assets)	1 357 696 9750
Positions at risk on derivative instruments		
4	Replacement cost associated with all derivative transactions	0
5	Amounts of increases for PFE associated with all derivative transactions	0
EU-5A	Exposure determined by the original exposure method	0
6	Gross amount of the guarantees provided related to derivatives deducted by balance sheet assets under the applicable accounting framework.	0
7	(Deductions from receivables accounted for as assets for the cash variation margin forecasted in derivative transactions)	0
8	(Excluding the CCP component of exposures in which the institution requests a compensation with CCP on behalf of the client)	0
9	Effective notional amount adjusted of written credit derivatives	0
10	(Effective notional variations adjusted and deductions of increases for written credit derivatives)	0
11	Total number of positions at risk on derivative instruments	0
SFT Exhibitions		
12	Gross amount of SFT assets (without taking into account compensation), after adjustment for transactions accounted for as sales	0
13	(net amount of the cash amounts payable and receivable from gross SFT assets)	0
14	Exposure to counterparty credit risk of SFT assets	0
15	Exposure by participation in transactions acting as agent	0
EU-15A	(Excluding the CCP component of exposures in which the institution requests a compensation with CCP on behalf of the client)	0
16	Total of exposures on securities financing transactions	0
Other off-balance sheet exposures		
17	Off-balance sheet exposures in gross notional value	73 401 100
18	(Adjustments for conversion in credit equivalents)	-61 675 986
19	Other off-balance sheet exposures	11 725 114
(Exposures exempted in accordance with Article 429(7) and (14) of Regulation EU 575/2013)		
EU-19A	(Intragroup exposures exempted (individual basis) in accordance with Article 429(7) of Regulation EU 575/2013)	0
EU-19B	(Intragroup exposures exempted (individual basis) in accordance with Article 429 of Regulation EU 575/2013)	0

Amounts expressed in Euros

Reconciliation of total exposure with accounting assets

Off-balance sheet exposures (excluding derivatives and SFT)		
1	Total assets included in the Financial Statements	1 398 092 742
2	Adjustment for consolidated entities for accounting purposes but that are outside the scope of regulatory consolidation	0
3	(Adjustment for Trust Assets recognised in the balance sheet in accordance with the applicable accounting framework but excluded from the measurement of the leverage ratio in accordance with Article 429(13) of EU Regulation 575/2013)	0
4	Adjustments to derivative financial instruments	0
5	Adjustments to securities financing transactions (SFT)	0
6	Adjustments to off-balance-sheet items	11 725 114
EU-6A	(Intragroup exposures exempted (individual basis) in accordance with Article 429(7) of Regulation EU 575/2013)	0
EU-6B	(Intragroup exposures exempted (individual basis) in accordance with Article 429 of Regulation EU 575/2013)	0
7	Other adjustments	-40 395 767
8	Total exposure measure of the leverage ratio	1 369 422 089

Amounts expressed in Euros

VI. Posições em riscos de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte assume relevância apenas nas operações de tesouraria, visto que, em termos de crédito concedido, dada a sua natureza, a carteira é bastante atomizada, constituindo, assim, um elemento natural de diversificação de risco. Com a transferência da tesouraria do Banco para o acionista financeiro, o controle de risco de contraparte passou a ser efetuado por esta entidade. No entanto, atendendo à natural posição tomadora de fundos do Banco, este risco não assume relevância material.

VI. Counterparty credit risk exposures

The counterparty credit risk is important only in treasury operations, since, in terms of loans granted, the portfolio is quite atomised, thus constituting a natural element of risk diversification. With the transfer of cash from the Bank to the financial shareholder, the counterparty risk control is carried out by this entity. However, given the natural borrowing position of funds from the Bank, this risk is not materially significant.

VII. Reservas Prudenciais de Fundos Próprios

A 31 de Dezembro de 2016 o Banco não era obrigado a constituir uma reserva cíclica de Fundos próprios.

O Banco de Portugal decidiu manter em 0% a exigência adicional de solidez destinada a fazer face ao aumento do risco sistémico

VII. Capital Buffers

On 31 December 2016, the Bank was not required to set up a cyclical buffer.

The Bank of Portugal decided to maintain the additional requirements intended to address the rising systemic risk at 0%

VIII. Indicadores de importância sistema global

O Banco Santander, SA (Espanha) consta da lista das Global Systemically Important Banks (G-SIBs). O grupo adotou uma estratégia em que as subsidiárias são financiadas de maneira autónoma em termos de capital e liquidez. As posições de capital e liquidez do Grupo são coordenadas nos comités corporativos. As exposições intragrupo são limitadas, transparentes e a preços de mercado. O Grupo conta com subsidiárias em vários países, detendo sempre uma participação de controlo.

A autonomia das subsidiárias limita o contágio de problemas entre as diferentes entidades do Grupo, o que reduz consideravelmente o risco sistémico.

VIII. Indicators of global system importance

Banco Santander, SA (Spain) is included on the Global Systemically Important Banks (G-SIBs) list. The Group has adopted a strategy in which the subsidiaries have its own separate funding in terms of capital and liquidity. The Group's capital and liquidity positions are coordinated in corporate committees. The intragroup exposures are limited, transparent and at market prices. The Group has subsidiaries in several countries, in which they are a controlling shareholder.

The autonomy of the subsidiaries limits the risks between the different entities of the Group, and considerably reduces systemic risk.

IX. Risco de Crédito – Ajustamentos

1) Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas nas demonstrações financeiras podem ser consultadas nas notas às contas do Relatório e Contas de 2016.

O Banco desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que respeita aos princípios previstos no âmbito do IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Mensalmente avalia a existência de imparidade, encontrando-se um crédito em imparidade quando exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse acontecimento tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, que possa ser estimado com razoabilidade.

A metodologia de análise de imparidade adotada pelo Banco prevê numa primeira fase a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efetuada individualmente para ativos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e coletivamente para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo. Para este efeito, a carteira de crédito do Banco encontra-se segmentada de acordo com os seguintes critérios:

Tipo de negócio

- Operações de “factoring”
- Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
- Aluguer de longa duração (ALD)
- Crédito ao consumo
- Operações de leasing mobiliário
- Cartões de Crédito
- Crédito Pessoal

IX. Credit risk - Adjustments

1) Main accounting policies

The main accounting policies used in the financial statements can be found in the notes to the accounts of the Annual Report and Accounts for 2016.

The Bank has developed a model for the clearance of impairment losses of its credit portfolio, taking into account the requirements of International Financial Reporting Standards, in particular, with regard to the principles laid down in the framework of IAS 39 - Financial Instruments: recognition and measurement. Monthly evaluates the existence of impairment, the credit is considered to be impaired when there is objective evidence of impairment resulting from one or more events that occurred after its initial recognition and that event has an impact on the recoverable amount of future cash flows of credit, which may be estimated reasonably.

The impairment assessment methodology adopted by the Bank provides, in a first stage, the identification of credits with signs of impairment. This identification is performed individually for financial assets for which the added value is considered individually significant, and collectively for assets homogeneous groups where their individual amount is not significant. For this purpose, the Bank's loan portfolio is broken down as follows:

Type of business

- Factoring Transactions
- Loans to companies (liquidity support and financing the acquisition of shares)
- Long-term rental (ALD)
- Loans
- Leasing of movable property
- Credit cards
- Personal Loans

Natureza do bem financiado

(ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)

- Aquisição de automóvel em estado Novo
- Aquisição de automóvel em estado Usado
- Aquisição de outros bens e serviços
- Empréstimos pessoais
- Créditos reestruturados

Origem

- Ex-Interbanco
- Ex-Sucursais (carteiras de crédito provenientes das anteriores Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A., as quais foram integradas no Banco com referência a 1 de Janeiro de 2007).
- Banque PSA Finance S.A

De referir que as novas operações de crédito para aquisição de automóvel, angariadas após a concentração de atividades das Sucursais do Santander Consumer no Banco, são classificadas para efeitos de modelo de imparidade na categoria "Ex-Interbanco", e as operações de crédito para aquisição de bens e serviços são classificadas na categoria "Ex-Sucursais".

No âmbito da aplicação desta metodologia, são objeto de análise individual pelo Banco os devedores por operações de factoring e crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks, sendo os restantes créditos analisados numa base coletiva.

No que respeita a ativos analisados individualmente para os quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respetivo valor de recuperação. O valor da imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Nature of financed goods

ALD, consumer credit and leasing of movable property)

- Acquisition of a new vehicle
- Acquisition of a used vehicle
- Acquisition of other goods and services
- Personal loans
- Restructured loans

Origin

- Former Interbanco
- Former branches (credit portfolios from former branches in Portugal of Santander Consumer Finance S.A. and Santander Consumer, E.F.C., S.A., which were integrated into the Bank with reference to January 1, 2007)
- Banque PSA Finance S.A

It should also be noted that the new credit operations for the acquisition of a vehicle, collected after the business combinations involving the Santander Consumer branches in the Bank, are classified for impairment model purposes in the "Former Interbanco" category, and credit operations for the acquisition of goods and services are classified in the "Former Branches" category.

In the context of this methodology, the Bank's borrowers of factoring and loans granted to companies in support of treasury and finance, purchase of stocks are subject to individual assessments by the Bank, the remaining claims are analysed on a collective basis.

With regard to assets analysed individually for which evidence of impairment is identified, the Bank estimates the respective recoverable amount. The impairment value corresponds to the difference between the carrying amount of these loans and the estimated realisable amount where this is lower than the first.

Para ativos analisados coletivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de ativos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade. Conforme segue:

- Sem Indícios: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 15 dias;
- Com Indícios: créditos com saldos vencidos entre 16 dias e 90 dias;
- Default: créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

O valor da imparidade estimada resulta assim da diferença entre o valor de balanço e o valor actual dos cash flows futuros estimados, descontados à taxa de juro das operações na data de referência da análise.

Em 31 de Dezembro de 2016 as perdas por imparidade foram calculadas através da metodologia atrás referida. A atividade desenvolvida pelo Banco leva a uma elevada granularidade da carteira de crédito. Ainda assim, dada a natureza do negócio automóvel em que o Banco apoia o financiamento de stocks de viaturas nas parecerias que estabelece, existem valores de exposição a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas que se enquadram como Grandes Riscos de acordo com o definido no art.º 395 do regulamento (EU) 575/2013. As cinco maiores exposições verificam-se sobre os Grupos Santogal (20.9% dos fundos próprios), PCR Grupo Comercial (16,54% dos fundos próprios), LENA (14,56% dos fundos próprios), Gamobar (14,41% dos fundos próprios), e Salvador Caetano (11,4% dos fundos próprios). As restantes exposições não ultrapassam os 10%. Para mitigar este risco o Banco recorre a garantias adicionais.

For assets analysed collectively, the future cash flows expected to be received are estimated based on the historical information on the behaviour of the assets with similar characteristics, which is subsequently discounted at the effective interest rate of the transactions. Under the model developed by the Bank, classification criteria of the transactions have been identified for the segments defined above, as well as conditions representative of the different levels of risk to consider in the determination of impairment. As Follows:

- No evidence: loans with no payments in default or with balances unpaid up to 15 days past due;
- With evidence: loans with balances unpaid between 16 to 90 days past due;
- Default: loans with balances overdue for more than 90 days past due.

The value of the estimated impairment results from the difference between the balance sheet and the present value of the future expected cash flows, discounted at the interest rate of the operations at the reference date of the analysis.

On 31 December 2016, impairment losses were calculated using the methodology set out above. The activity of the Bank leads to a high granularity of the credit portfolio. Still, given the nature of the business companies in which the Bank supports the financing of stocks of vehicles in partnerships that it establishes, there are exposure values to the individual counterparty or to a group of related counterparties that fall under Large Risks as defined in Article No. 395 of the Regulation (EU) 575/2013. The five largest exposures are in Santogal Groups (20.9% of own funds), PCR Grupo Comercial (16.54% of own funds) LENA (14.56% of own funds), Gamobar (14.41% of own funds) and Salvador Caetano (11.4% of own funds). The remaining exposures do not exceed 10%. To mitigate this risk The Bank uses additional guarantees.

Risco de Crédito – Método Padrão

Desde 2008, que o Banco utiliza o Método Padrão para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito. Para o efeito, as posições em risco originais são segmentadas de acordo com as classes de risco identificadas no capítulo 2 da Parte III do regulamento (EU) 575/2013.

A Dezembro de 2016 o valor do crédito em risco, sem ter em conta o fator PME, é 1 082 406 060 euros. O valor do crédito em Risco Total é 1 053 210 656 euros.

Credit Risk - Standardised Approach

Since 2008, the Bank uses the Standardised Approach for calculating capital requirements to cover credit risk. For this purpose, the original risk exposures are segmented according to the risk classes identified in chapter 2 of Part III of the Regulation (EU) 575/2013.

In December 2016, the value of the credit risk was 1,082,406,060 euros without taking into account the SME factor. The Total value of the credit risk was 1,053,210,656 euros.

		0%	20%
1. Original risk exposure by risk class:	CL I - Central governments or central banks	24 228 834	0
	CL VI - Institutions	0	15 637 244
	CL VII - Companies	0	0
	CL VIII - Retail portfolio	0	0
	CL X - Overdue items	0	
	CL XIII - Other items	22 654	2 121 136
TOTAL number of original risk exposures:		24 251 487	17 758 380
2. Number of exposures by risk class (based on weight occurrence):	CL I - Central governments or central banks	24 228 834	
	CL VI - Institutions		15 637 244
	CL VII - Companies		
	CL VIII - Retail portfolio		
	CL X - Overdue items		
	CL XIII - Other items	22 654	2 121 136
TOTAL number of exposures:		24 251 4870	17 758 380
3. TOTAL risk-weighted exposure (a)		0	3 551 676
Number of exposures deducted from own funds by risk class:	CL I - Central governments or central banks		
	CL VI - Institutions		
	CL VII - Companies		
	CL VIII - Retail portfolio		
	CL X - Overdue items		
	CL XIII - Other items		
TOTAL number of exposures deducted from own funds:			
(a) Product of "Total number of exposures" by "exposure weight".			

Exposure Weight					
50%	75%	100%	150%	250%	TOTAL
	0	0	0	7 324 125	31 552 959
10 380 167	0	0	0		26 017 411
		312 579 353			312 579 353
	1 105 295 284	0			1 105 295 284
		76 125 437	501 256		76 626 693
		19 532 413			21 676 203
10 380 167	1 105 295 284	408 237 204	501 256	7 324 125	1 573 747 904
			0	7 324 125	31 552 959
10 276 365			0		25 913 609
		273 706 481			273 706 481
	1 015 096 580	0			1 015 096 580
		4 642 057	477 125		5 119 182
		15 016 227			17 160 017
10 276 365	1 015 096 580	293 364 765	477 125	7 324 125	1 368 548 829
5 138 183	761 322 435	293 364 765	715 688	18 310 313	1 082 403 060

2) Risco de Crédito - Informação Qauntitativa

2) Credit Risk - Quantitive Information

"Geographic Distribution of Exposures" Model

Geographic Distribution of Exposures				
Risk Classes	(% of exposures)			
	Portugal / North		Portugal / South	
	December 16	December 16	December 16	December 16
CL I - Central governments and central banks	0,00%	2,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Institutions	0,00%	1,65%	0,00%	0,00%
CL VII - Companies	7,05%	10,07%	1,62%	1,12%
CL VIII - Retail portfolio	24,21%	36,59%	5,57%	3,86%
CL X - Overdue items	0,58%	4,02%	0,15%	0,11%
CL XIII - Other items	0,00%	1,38%	0,00%	0,00%
% of total exposures	31,84%	55,72%	7,34%	5,10%

"Sectoral Distribution of Exposures" Model

Sectoral Distribution of Exposures			
Risk Classes	(% of exposures)		
	Public Sector	Individuals	Companies
	December 15	December 15	December 15
CL I - Central governments and central banks	2,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Institutions	0,00%	0,00%	1,65%
CL VII - Companies	0,00%	0,00%	19,86%
CL VIII - Retail portfolio	0,00%	61,47%	8,76%
CL X - Overdue items	0,00%	2,86%	2,01%
CL XIII - Other items	0,00%	0,00%	1,38%
% of total exposures	2,00%	64,33%	33,66%

"Allocation of exposures impaired and overdue" Model

		Allocation of Exposures Impaired and Overdue		
		Exposures overdue	Exposures subject to impairment	Value adjustments and provisions
		December 16	December 16	December 16
Total exposures		76 626 693	76 619 144	94 850 663
Breakdown by major economic sectors:	Public Sector	0	0	0
	Individuals	45 056 750	46 935 976	52 376 384
	Companies	31 569 943	29 683 169	42 474 279
Breakdown by main geographical areas:	Portugal / North	9 176 478	8 368 687	11 678 631
	Portugal / Center	63 288 724	64 510 223	78 063 421
	Portugal / South	2 407 355	2 143 843	3 080 313
	Portugal / Islands	1 754 136	1 596 391	2 028 297

Exposures subject to impairment and overdue: original risk positions.

“Value Adjustments and Provisions” Model

	Value Adjustments and Provisions	
	December 16	December 16
Opening Balance	107 553 327	71 961 873
Appropriations	28 249 118	70 743 471
Uses	-29 410 393	-68 387 583
Restitutions/Annulments	-10 975 467	-3 904 381
Other adjustments:	-565 921	37 139 946
-Adjustments for exchange rate differences		
- Transfers of assets	-2	37 139 947
- Combinations of activities		
- Acquisitions and disposals of subsidiaries		
- Others	-565 920	-0
Final balance	94 850 663	107 553 327

Amounts expressed in Euros

“Residual Maturity” Model

Risk Classes	Residual Maturity			
	(% of exposure)			
	RM < 1 year	1 year < RM < 5 years	5 year < RM < 10 years	RM < 10 year
	December 16	December 16	December 16	December 16
CL I - Central governments and central banks	2,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Institutions	1,65%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VII - Companies	19,86%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VIII - Retail portfolio	21,47%	36,80%	11,97%	0,00%
CL X - Overdue items	4,87%	0,00%	0,00%	0,00%
CL XIII - Other items	1,38%	0,00%	0,00%	0,00%
% of total exposure	51,24%	36,80%	11,97%	0,00%

X.Ativos onerados e não onerados

Situação não aplicável ao Banco.

X.Encumbered And Unencumbered Assets

Situation not applicable to the Bank.

XI.Exposição a Risco de Mercado

Situação não aplicável ao Banco.

XI.Exposure To Market Risk

Situation not applicable to the Bank.

XII. Risco operacional

1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios:

Por Risco Operacional entende-se o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de eventos externos, incluindo os riscos jurídicos descrito no ponto 52 do art.º 2 do regulamento (EU) 575/2013. O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional é o do indicador básico que consta no art.º 315 do mesmo regulamento

1.2 Indicação dos elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante, no caso de utilização do método do Indicador Básico:

Os elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante são os definidos no quadro 1 do ponto 4 da Parte 1 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007. Adicionalmente são tidas em consideração as condições expressas no ponto 5.

XIII Posições em Risco sobre Ações da Carteira

Situação não aplicável ao Banco.

XIV Risco de taxa de juro na Carteira

O Banco mede, em base mensal (ou pontualmente, quando necessário), a sensibilidade do valor atualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (ativos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respetivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário. Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal privilegia a utilização de instrumentos financeiros derivados – swaps de taxa de juro – por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash-flows da carteira de taxa fixa (ativo), a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário. A utilização dos instrumentos derivados permitiu otimizar a liquidez, uma vez que o financiamento da atividade pode ser feito a prazos mais reduzidos, facto especialmente relevante atendendo às condições do nível do custo dos fundos nos mercados financeiros.

Operational Risk

1.1 Description of the methodology used for calculating capital requirements:

Operational risk means the risk of loss resulting from inadequate or shortcomings of procedures, staff or internal systems or from external events, and includes the legal risk described in section 52 of Article 2 of Regulation (EU) 575/2013. The methodology used for calculating capital requirements to cover operational risk is the Basic Indicator provided for in Article 315 of the same Regulation.

1.2 Indication of the accounting items considered for calculating the relevant indicator, in the case of the basic indicator approach:

The accounting items considered for calculating the relevant indicator are as defined in Table 1 of Section 4 of Part 1 of Annex I of the Notice of Bank of Portugal No. 9/2007. Additionally, the conditions stated in point 5 are taken into consideration.

XIII. Exposures At Equity Portfolio Level

Situation not applicable to the Bank.

XIII. Interest Rate Risk In The Portfolio

On a monthly bases (or on specific occasions, where appropriate), the Bank measures the sensitivity of the updated value of the sum of the future cash flows of the business portfolio (assets of commercial and financial nature), with the cash flows of the respective liabilities associated with a parallel increase of 1% on the interest rate curve of the interbank market. To mitigate the risk of rising interest rates, Banco Santander Consumer Portugal favours the use of derivative financial instruments – interest rate swaps – in amounts and terms that allow for the immunisation of cash flows from the fixed rate portfolio (assets) to adverse operations in the context of interest rates in the interbank market. The use of derivatives made it possible to optimise liquidity, since financing of the activity may be performed for shorter deadlines, a fact which is particularly relevant given the conditions in terms of fund costs in the financial markets.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros fatores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 4.943 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, representando apenas cerca de 4% dos seus fundos próprios elegíveis.

As at 31 December 2016, the interest rate risk in the Bank's Balance Sheet, measured according to Instruction 19/2005 of the Bank of Portugal (which assumes, among other things, a parallel movement of 200 basis points in the interest rate structure) was €4,943,000 with a negative impact on equity, and accounting for only about 4% of its eligible capital.

XV. Risco associado a posições de titularização

No dia 15 de Julho de 2015 ocorreu a amortização antecipada da operação de titularização de créditos Silk Finance No.3 Limited.

Na sequência do acima exposto, o Banco efetuou, em 16 de Novembro de 2016, uma nova operação de titularização de créditos Silk Finance No.4 com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da atividade corrente, onde o Banco atua como cedente e gestor dos créditos cedidos. Decorrente desta operação foi contratada uma Sociedade de Titularização de Créditos (STC), Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., com sede em Portugal, emitente da dívida da transação.

O período de revolving desta operação vai decorrer até Janeiro de 2019, ou seja, por um período de 3 anos nos quais será mantido o nível da operação. Com referência a 31 de Dezembro de 2016, a carteira securitizada perfazia um total de 610 928 330 Euros.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº4 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito dado que o Banco não transferiu as posições em risco e tendo adquirido a totalidade da estrutura de capital resultante da transação.

Na data de constituição da operação e a 31 de Dezembro de 2016, a estrutura de capital do Silk Finance nº4 era a seguinte:

XV. Exposure To Securitisation Exposures

On July 15, 2015, the early amortisation of the Silk Finance No.3 Limited credit securitisation operation took place.

Following the above, the Bank held a new Silk Finance No.4 credit securitisation operation on 16 November 2016 with the sole purpose of maximising its levels of liquidity and financing current activities, where the Bank acts as a transferor and manager of credits transferred. As a result of this operation, a Credit Securitisation Company was contracted (STC), Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., based in Portugal, issuer of the transaction debt.

The revolving period of this operation will run until January 2019, i.e., for a period of 3 years in which the level of operation will be maintained. With reference to 31 December 2016, the securitised portfolio totalled 610,928,330 Euros.

For prudential purposes, the Silk Finance No. 4 securitisation process is not a significant transfer of the risks involved, particularly, credit risk since the Bank has not transferred the exposures and has acquired the entire capital structure resulting from the transaction.

On the transaction date and on 31 December 2016, the Silk Finance No. 4 capital structure was as follows:

Bands / Tranching	Amount issued	Date of refund	S & P / DBRS Rating	Compensation
Class A	509 400 000	JANUARY 2031	A / A	1,20%
Class B	101 500 000	JANUARY 2031	N.A.	2,40%
Class C	3 700 000	JANUARY 2031	N.A.	RESIDUAL
V.F.N.	1	JANUARY 2031	N.A.	N.A.

Amounts expressed in Euros

Para efeitos de relevação contabilística o Banco nas suas contas individuais não desreconheceu do ativo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- i. Mantém o controlo sobre as operações;
- ii. Continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- iii. Mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos;
- iv. Detém a totalidade da dívida emitida por parte do Silk Finance nº4.

Para efeitos das contas individuais, os créditos objeto da operação de titularização estão registados na rubrica de Ativos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Ativos não Desreconhecidos em Operações de Titularização. As obrigações emitidas no âmbito da operação de titularização estão registadas como Ativos Detidos até à Maturidade pelo seu custo amortizado.

Nas contas individuais, cumprindo o disposto das Normas Internacionais de Contabilidade, o Banco consolida integralmente o Silk Finance nº4, ajustando e anulando as posições contabilísticas comuns, resultando na eliminação completa da transação nas demonstrações financeiras.

Conforme anteriormente referido, o Banco não desreconhece os ativos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº4, pelo para efeitos de determinação de requisitos de capital os ativos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

For accounting purposes, in its individual accounts, the Bank did not derecognise assigned assets in the securitisation operation that:

- i. It maintains control over the operations;
- ii. Continues to receive a substantial part of its remuneration;
- iii. Maintains a substantial part of the risk on assets transferred;
- iv. Holds the entire debt issued by the Silk Finance No. 4.

For the purposes of individual accounts, credits under the securitisation operation are recorded in the heading Derecognised Securitised Assets, subject to accounting criteria identical to those of other credit operations. The funds received by the Bank within the framework of these operations are recorded under Derecognised liabilities for assets in Securitisation Operations. The bonds issued in connection with the securitisation are recorded as assets held to maturity by their amortised cost.

In individual accounts, in accordance with the provisions of International Accounting Standards, the Bank consolidates the entire Silk Finance No. 4, by adjusting and cancelling the accounting standard positions, resulting in the complete elimination of the transaction in the financial statements.

As previously mentioned, the Bank does not derecognise the assets transferred in the Finance No.4 securitisation operation, for determining capital requirements, the assets securitised are not identified in the statement of capital requirements, as in point 3 of paragraph 7 of Notice No. 7/07.

Section A - Qualitative Information

Securitisation Operations	
Traditional securitisation	Silk Finance N°4
Issuing Institution	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
Sponsoring Institutions	Sociedade Titularização de Créditos (Tagus STC, S.A.)
Information about operations:	
Starting date:	July 16, 2015
Legal maturity	January 25, 2031
Step-up clause (date)	Not applicable
Revolving (years)	3 years
Securitized assets (in millions of euros)	611
Amount owed (in millions of euros)	611
Information on the involvement of the originator institution:	
Existence of "implicit support"	Not applicable
Assets transferred (by institution) securitized assets (total) (%)	100%
Added value/Value of the exposures of first loss repurchased	Not applicable

As posições de créditos titularizados, na ótica do cedente e as posições de dívida emitida no âmbito da operação de titularização podem ser analisadas da seguinte forma nas seguintes datas de referência:

Securitized credit, as a transferor, and the debt issued in connection with the securitisation can be analysed as follows on the following dates:

Date	Balance of securitized credits	Balance of Debt Issued
31/12/2015	611 007 729	614 600 001

Amounts expressed in Euros

XVI. Política de Remuneração

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM FUNÇÕES DE CONTROLO OU COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS, DO BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 115.º-C, do Regime Geral das Instituições de Crédito (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, é divulgada a política de remuneração para 2016 dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco"), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (os "Dirigentes")

São assim considerados para este efeito os Diretores responsáveis pela Direção de Legal e Compliance do Banco e pela Área de Controlo Interno, bem como os responsáveis pelas Direções Risco e Recuperação, Comercial de Retalho, Parcerias Consumo e Cliente Final, Financeira, Recursos Humanos e de Tecnologia e Operações.

Em concretização das relações de grupo existentes, a responsabilidade pela auditoria do Banco encontra-se cometida ao Diretor de Auditoria do Banco Santander Totta, o qual suporta o valor da respetiva retribuição.

I. Enquadramento

A política remuneratória do Banco Santander Consumer Portugal enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do capital social do Banco.

A Política de Remuneração dos Dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respectiva Comissão Executiva. Na sua definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são as adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco e do Grupo Santander.

XVI. Compensation Policy

REMUNERATION POLICY OF THE DIRECTORS WITH CONTROLLING FUNCTIONS OR WITH RISK-TAKING RESPONSABILITIES, OF BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

Pursuant to the terms of article 115-C, the General Scheme of Credit Institutions (approved by Decree Law no. 298/92 of 31 December), in article 2, paragraph 1, of Law No. 28/2009 of 19 June and in Article 16 of the Notice of the Bank of Portugal No. 10/2011, of 29 December, the remuneration policy for 2016 for workers who are not members of the Board of Directors or of the Supervisory Board of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (the "Bank"), pursue their professional activity within the scope of their duties of control laid down in the Notice of the Bank of Portugal No. 5/2008, of 1 July, or perform functions with risk-taking responsibilities on behalf of the Bank or any of its clients, with material impact on the risk profile of the Bank (the "Directors") is disclosed.

In this regard, the Directors responsible for the Legal and Compliance Department of the Bank and for the Internal Control Department, as well as those responsible for the Risk and Recovery Department, Retail Business, Consumer Partnerships and End Clients, Finance, Human Resources, Technology and Operations Departments are considered for this purpose.

On implementation of the existing group relations, the Auditing Director of Banco Santander Totta is responsible for the Bank's audit, and pays the respective remuneration.

I. Background

The remuneration policy of Banco Santander Consumer Portugal is part of the guidelines defined by the reference shareholder of the Bank for the entire Santander Group, which are formulated, with the participation of external consultants, in accordance with the existing best practices in the industry. Santander Group owns 100% of the share capital of the Bank.

The Remuneration Policy of Directors is annually reviewed and approved by the Board of Directors, in the exercise of its powers in the Executive Committee. The Human Resources Department of the Bank, participated in this decision, making recommendations to ensure that remunerations are appropriate and reflect the risk profile and the long-term objectives of the Bank, of Santander Group.

As remunerações dos Dirigentes encontram-se ainda sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance do Grupo Santander.

II. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de colaboradores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto e médio prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo Santander o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, designadamente afectas às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna, riscos operativos, recursos humanos e compliance, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Acresce que o Grupo contou com a assistência de consultores externos especialistas na análise, definição e avaliação de políticas de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

Remunerations of Directors are subject to the approval of Santander Consumer Finance Department and the Santander Group.

II. Santander Group's Policy:

The remuneration policy is strongly integrated in the Santander's Group policy, therefore, it is important to note the extremely competitive context of this activity and the achievement of goals depends largely on the quality, the work capacity, dedication, responsibility, knowledge of the business and the commitment to the institution, by the person who performs key roles in the organisation.

These are the premises which determine, in general, the remuneration policy of the Santander Group, and which allow to attract and retain the talent within the organisation, bearing in mind the overall framework of the market in which it operates.

Consequently, the remuneration policy of this group of employees has the following objectives, as already had in the past:

- ensure that the total remuneration and its structure (composed by different components of short and medium term) are competitive in regards to the international financial sector and are consistent with the leadership philosophy of the Group;
- maintain a relevant fixed and balanced component against the variable component, which is indexed to the achievement of specific and measurable objectives aligned with the interests of shareholders.

In 2010, the Compensation Risk Assessment Committee was created in Santander Group, whose members are persons of recognised competence and impartiality, namely allocated to the areas of finance and management control, risk, internal audit, operative risks, human resources and compliance, aimed at assessing the quality of results, risks incurred and fulfilment of objectives, aspects which have impact on remuneration.

Moreover, the Group was assisted by external consultants, specialised in the analysis, definition and assessment of remuneration policies.

Thus, the Group, will continue to align their remuneration policy with the best market practices, anticipating, on average and as appropriate, the concerns expressed in Portuguese legislation.

III. Princípios orientadores da política de remuneração no Banco Santander Consumer Portugal

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- a. Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b. Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva, e dos seus colaboradores, assim como dos
- c. Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d. Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; e ii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;
- e. Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f. Para os colaboradores que exerçam funções de controlo, na acepção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhe sejam devidos, a componente variável da respetiva remuneração tem em conta a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objetivos específicos relacionados com as funções que exercem, não estando dependente do desempenho das áreas de negócio;
- g. Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;

III. Guiding principles of the remuneration policy of Banco Santander Consumer Portugal

In accordance with the foregoing, the general guiding principles for determining the remuneration policy have been and must be the following:

- a. Simplicity, clarity, transparency and alignment with the Bank's culture, also taking into account the group to which it belongs;
- b. Consistency with an effective risk management and risk control to avoid excessive exposure to risk and conflicts of interests, on the one hand, aiming to ensure coherence with the goals, values and long-term interests of the Bank, whose ability to strengthen the capital base is preserved, as well as its collaborators, and interests of its clients and investors, on the other hand;
- c. Competitiveness, taking into consideration market practices and equity, and remuneration practices are founded on uniform, consistent, fair and balanced criteria;
- d. Alignment with the best practices and recent trends in the financial sector, at national and international level, with the ultimate aim of discouraging the exposure to excessive risks and promoting continuity and sustainability of performances and positive results, in particular through: (i) the establishment of maximum limits for the remuneration components, which must be balanced among themselves; and ii) the payment of part of the variable remuneration in financial instruments;
- e. Determining the individual variable remuneration considering the relevant performance evaluation, based on financial and non-financial criteria, in accordance with the functions and the level of responsibility, as well as the results of the Bank, also in comparison with other international entities in the sector;
- f. Employees engaged in supervisory duties, within the meaning of the Notice of the Bank of Portugal No. 5/2008, of 1 July, and in addition to the benefits of non-remuneration nature, that may be due to them, the variable component of the remuneration takes into account the individual performance assessment and, more specifically, the specific objectives related to their duties, not being dependent on the performance of the business area to which they are engaged;
- g. Subjection to early termination of contracts under the legal rules in force at any given time.

h. Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adoptadas.

IV. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a. Esta Política de Remuneração dos Dirigentes enquadra-se nas directrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b. Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes. Tal avaliação é realizada anualmente pelo Presidente da Comissão Executiva. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa. Na sua qualidade de trabalhador do Banco Santander Totta, o responsável pela auditoria interna do Banco é avaliado pelo respectivo empregador;
- c. Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a poderem tornar de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

1. Retribuição Fixa

- a. A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b. A Retribuição Fixa é composta pela retribuição base; alguns Dirigentes auferem retribuição especial por isenção de horário de trabalho;
- c. A Retribuição Fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- d. A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites de referência que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, tendo esta retribuição representado, em média, em 2016, 76% da Remuneração Total do correspondente universo de beneficiários.

h. Absence of health insurance payment or other mechanisms for hedging risk in order to mitigate the effects of alignment with the risk inherent to the remuneration methods adopted.

IV. Components of the Remuneration Policy

In accordance with the previous principles, the following is assumed:

- a. This Remuneration Policy of Directors forms part of the guidelines of the Group, which were created in accordance with the best existing practices in the sector;
- b. The guidelines referred to above detail how the performance assessment of Directors is performed. This assessment is conducted annually by the Chairman of the Executive Committee. Whenever these Directors are subject to double reporting, the assessment is also made by a manager of the Group in the relevant area. As a worker of Banco Santander Totta, the person responsible for the internal audit of the Bank is assessed by their employer;
- c. Regardless of the conditions for determining the variable remuneration and payment being the indeterminate final value and possible payment, it is not possible to predetermine the rate between fixed and variable remuneration, but taking into account the rules defined by the Group, the ratio between the value of all variable remuneration components and the total value of fixed remuneration cannot, under any circumstance, be greater than 200%.

1. Fixed Remuneration

- a. The fixed remuneration is paid 14 times per year;
- b. The Fixed Remuneration is composed by the basic salary; some Directors receive a special remuneration for fixed working hours exemption;
- c. The Fixed Remuneration is determined taking into account the criteria used by the Santander Group, the results of the Bank, performance assessment and market references, subject to the different specificities and dimensions;
- d. The Fixed Remuneration of Directors has the reference limits that are established annually by the Executive Committee, representing, on average, 76% of the Total Remuneration of the corresponding population of beneficiaries in 2016.

2. Remuneração variável

- a. Em função da aplicação das orientações e política do Grupo relativamente a estas matérias à Divisão do Santander Consumer Finance, a remuneração de todos ou alguns dos Dirigentes poderá comportar igualmente uma componente variável, incluindo um elemento anual e um elemento plurianual, ambos de atribuição não garantida;
- b. Tendo presente o definido no ponto IV, alínea c), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- c. De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d. A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- e. No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.
- f. A totalidade da componente variável, incluindo tanto o elemento de atribuição anual como o elemento de atribuição plurianual, poderá ser objecto de redução ("malus") ou reversão ("clawback") que resultem da definição dos critérios de atribuição da remuneração variável e dos termos legais aplicáveis à responsabilidade dos administradores.

2.1 Remuneração variável anual

- a. Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas acções do Banco Santander;

2. Variable remuneration

- a. As a result of the implementation of the Group's guidelines and policy on these matters in the Santander Consumer Finance Department, the remuneration of all or some members of the Directors may also include a variable component, including an annual element and a multi-annual element, both are not guaranteed;
- b. As defined in paragraph IV(c), the variable remuneration is appropriately balanced against the fixed remuneration;
- c. In order to establish and make more transparent the process for determining the variable remuneration, the quantitative and qualitative objectives of the Bank are taken into account, as well as the respective indicators set out in the Strategic Plan that are defined annually by the Group;
- d. The weighting of the achievement of the strategic objectives defined by and for the Bank, either in absolute terms or by comparison with other entities in the sector, for purposes of determining the variable remuneration, allows to establish a proper alignment with the medium and long-term interests of the Bank and its shareholders;
- e. In the event that the Bank is charged for management acts by shareholders or by third parties, the variable remuneration may be suspended until the clearance of such claims upon decision of the shareholders and, in the case of being considered well-founded, the respective remuneration will not be attributed until the damages have been settled.
- f. The entire variable component, including both the annual allocation and the multi-annual allocation may be subject to a ("malus") reduction or to a clawback that result from the definition of the criteria for the allocation of variable remuneration and of the legal terms applicable to the liability of directors.

2.1. Annual Variable Remuneration

- a. As a variable remuneration, a Company performance bonus is established, linked to objectives, subject to annual review, which is reflected in the current year and in the following years, through which contributions in cash are paid and Banco Santander shares are allocated;

b. A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios:

b)1. Critérios definidos para a Unidade: i) 70% dependem de métricas financeiras, em concreto de risco (com um peso de 10%), tendo como indicadores os rácios do custo de crédito e de NPL; de capital (com um peso de 10%) tendo como indicador o RWA Cap (métrica binária); de Rentabilidade (com um peso de 50%), tendo como indicadores os resultados após impostos da Sociedade e o RoRWA ii) 15% dependem de métricas de fidelização e satisfação dos clientes iii) 10% de métricas de satisfação dos colaboradores iv) 5% de métricas estabelecidas no âmbito da responsabilidade social da Sociedade.

b)2. O resultado obtido na alínea b)1. é ajustado em função dos resultados obtidos pelo Grupo por comparação destes com os resultados obtidos pela unidade, através de um fator multiplicador que poderá assim majorar ou reduzir o resultado obtido na alínea b). Este fator multiplicador é determinado discricionariamente pelo Grupo.

b)3. Ao resultado obtido em b)2. poderá ser aplicado um ajuste excepcional decorrente de uma avaliação de fatores qualitativos adicionais, designadamente por uma deficiente avaliação feita pelos supervisores ou funções de controlo, de um evento extraordinário materialmente relevante, do balanço e de outros indicadores críticos da atividade e fatores relevantes de gestão;

c. O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2016 se estima não superior a 150% do valor do prémio de desempenho da Empresa pago no ano anterior;

2.2. Remuneração variável plurianual

a. capital tangível ("ROTE" na sigla em inglês – Return on Tangible Equity) do ano do Grupo Santander em relação ao projetado para esse exercício;

b. O valor previsto será diferido integralmente por 3 anos e a sua atribuição e valor estarão vinculados ao cumprimento de determinados objetivos definidos para o período (os "Objectivos Plurianuais"), e às restantes condições do plano;

b. The determination of the value of the performance bonus is based on the following criteria:

b)1. Criteria defined for the Unit: i) 70% based on financial metrics, in particular at risk (representing 10%), dependent on the credit cost ratio and NPL; and of capital (representing 10%) dependent on the RWA Cap (binary metric); and of Profitability (representing 50%), dependent on the profit after income tax of the Company and RoRWA ii) 15% dependent on client satisfaction and loyalty metrics iii) 10% employee satisfaction metrics, iv) 5% metrics established as part of corporate social responsibility.

b)2. The result obtained under b)1. is adjusted according to the results obtained by the Group by comparing these with the results obtained by the unit, by a multiplying factor that could increase or decrease the result obtained in paragraph b). The Group will decide on the multiplying factor at its own discretion.

b)3. an exceptional adjustment may be applied to the result obtained in b)2. based on an assessment of additional qualitative factors, in particular due to a poor assessment made by supervisors or supervisory roles, of an extraordinary event of materially relevant impact on the balance sheet and other critical indicators of the Company's activities and relevant management factors;

c. The performance bonus is intended to compensate for the achievement of annual results and individual performance, and may vary depending on the degree of fulfilment of the objectives, in 2016, between 0% and a value that is not expected to exceed 150% of the value of the performance bonus paid by the Company in the previous year.

2.2. Multi-annual variable remuneration

a. ROTE – Return on Tangible Equity for the year of Santander Group compared to the expected budget for the year.

b. The expected value will be fully deferred for 3 years, and its attribution and value is bound to the fulfilment of certain objectives defined for the period (the "Multi-annual Objectives"), and the remaining conditions of the plan;

- c. Os "Objectivos Plurianuais" têm as seguintes métricas: (i) Comportamento relativo do crescimento do lucro por ação (LPA) do Grupo Santander no período em relação com um grupo de referência de entidades de crédito no mesmo período; (ii) ROTE do exercício do Grupo Santander (iii) Satisfação dos clientes, medida pela inclusão no "Top 3" dos melhores bancos no índice de satisfação dos clientes nos principais mercados onde o grupo atua, (iv) Satisfação dos colaboradores, medida pela inclusão no "Top 3" dos melhores bancos para trabalhar nos principais mercados em que o Grupo atua, (v) Vinculação de clientes, levando em conta que os objetivos do Grupo Santander;
- d. A determinação concreta do ILP será feita pela Divisão do Santander Consumer Finance de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander;
- e. A atribuição do ILP não poderá em nenhuma circunstância implicar que as componentes variáveis da remuneração sejam superiores a 200% da componente fixa da remuneração;
- f. A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante o dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii); cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
- g. No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer ações;
- h. As ações atribuídas no âmbito do Incentivo de Longo Prazo não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade da alienação de ações necessária ao pagamento de impostos decorrentes do benefício inerente a essas ações).

2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Em 2016 não serão pagos quaisquer valores por conta da remuneração variável diferida uma vez que, à data, não são devidos quaisquer montantes atribuídos a esse título.

- c. The "Multi-annual Objectives" have the following metrics: (i) Relative behaviour of the growth of earnings per share (EPS) of Santander Group in the period in relation to a reference group of credit institutions in the same period; (ii) ROTE of the financial year of Santander Group (iii) Client satisfaction, measured by the inclusion of the Group in the "Top 3" best banks as regards to the Client satisfaction index in the main markets where the Group operates, (iv) Employee satisfaction, measured by the inclusion of the Group in the "Top 3" best banks to work for in the main markets in which the Group operates, (v) Tied clients, taking into account that the objectives of the Santander Group;

- d. Santander Consumer Finance department will be responsible for deciding the individual Long-term Incentive in accordance with the general criteria applicable in the context of the Santander Group;

- e. This award may not in any circumstances include variable remuneration components greater than 200% of the fixed remuneration component.

- f. The award of the individual Long-term Incentive shall also be subject to the cumulative assessment of following conditions: (i) stay in the company during the period established; (ii) preservation of the financial performance of the Group during the deferral period; iii); compliance with internal rules, especially those relating to risks; (iv) absence of re-engineering of financial elements of the Group imposed by external auditors, unless as a result of the modification of accounting standards; (v) lack of significant variations in the economic capital or risk profile of the Group;

- g. Within the limit, there may be no place for the attribution of any shares;

- h. The shares attributed under the individual Long-term Incentive do not benefit from any risk coverage agreement and shall remain, subject to maintenance conditions until its value reaches twice the amount of the total remuneration (without prejudice to the possibility of the disposal of shares required for the payment of taxes arising due to the benefits inherent to those shares).

2.3 Identification of the deferred instalment and of the paid amount

In 2016, no amounts will be paid for deferred variable remuneration, since, to date, there are no amounts due under this heading.

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2016, montantes pagos aos Dirigentes por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco.

V. Benefícios

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM FUNÇÕES DE CONTROLO OU COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS, DO BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Alguns dos Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- Seguro de Saúde, contratado para todos colaboradores, com comparticipação correspondente a 0,75% da respectiva retribuição fixa;
- Seguro de vida, aplicável a todos os colaboradores, cujo capital corresponde a 42 vezes o valor da respectiva retribuição fixa mensal;
- O Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

VI. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2016.

VII. Cumprimento das políticas de remuneração definidas no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Esta política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Decreto-lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro, que veio alterar o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

3. Amounts paid by other companies in a dominant or group relationship with the Bank

No payments to Directors from other companies in a dominant or group relationship with the Bank are expected during 2016.

V. Benefits

REMUNERATION POLICY OF THE DIRECTORS WITH CONTROLLING FUNCTIONS OR WITH RISK-TAKING RESPONSIBILITIES OF BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

The allocation of benefits shall be made to ensure compatibility with the business strategy, objectives, values and the long-term interests of the Bank.

Some of the Directors enjoy the following benefits:

- Health insurance for all employees with a contribution amounting to 0.75% of the Fixed Remuneration;
- Life insurance for all employees, with a capital amounting to forty-two times the amount of the monthly fixed remuneration;
- The Bank bears the cost of the difference between the market interest rate for housing credit and credit rates charged for the same nature granted to workers under the collective regulation terms of the banking sector.

No pension benefits are granted on a discretionary basis.

VI. Additional Aspects

No option plans are expected for 2016.

VII. Compliance with the remuneration policies defined in the Legal Framework of Credit Institutions and Financial Companies

This remuneration policy of the Directors of the Bank is as a whole, in line with the principles of Decree-law no. 157/2014, of 24 October, which altered the Legal Framework of Credit Institutions and and Financial Companies ("LFCIFC"), based on simplicity, transparency and consistency with the medium and long-term objectives of the Bank.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos Dirigentes, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das regras constantes do art. 115º-C e seguintes do RGICSF, os quais constituem manifestamente o seu núcleo base.

Ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE, que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do BSCP, não foram implementados mecanismos de diferimento da remuneração variável.

Por último, a circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Neste sentido, salientem-se os critérios aprovados para o Grupo Santander para definição do seu “coletivo identificado” e consequentemente, de aplicação, entre outras, da obrigatoriedade de implementação local de remuneração variável diferida, segundo os quais tal diferimento apenas se aplica (i) a unidades em que o seu capital económico represente mais de 1% da totalidade do capital económico do Grupo, (ii) se algum membro da administração remunerado em Portugal aufera uma remuneração total anual superior a € 487.000 ou (iii) se algum membro da administração tem sob sua responsabilidade a aprovação de operações cujo montante por transação represente pelo menos 0,5% da Common Equity Tier 1 capital do Grupo Santander. Nenhuma dessas condições se verificam no caso do Banco.

Remuneração atribuída aos Dirigentes em 2016

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), correspondendo à divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), desempenham funções de topo, são responsáveis por funções de controlo ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos ou outras equivalentes com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os “Dirigentes”).

In this way, the determination of the total remuneration of Directors, composed of fixed and variable parts, as well as the articulation of these two components, as explained in this Statement, allow us to conclude the adoption of the rules laid down in Article 115-C and the remaining LFCIFC rules, which are clearly its base core.

No variable deferral mechanisms were implemented under the guidelines issued by the European Banking Authority in compliance with the provisions of paragraph 4(22) of Directive no. 2006/48/EC, which allow the circumvention of some rules in the definition of the remuneration policy in non-complex institutions which are not listed on the markets, as is the case of BSCP.

Finally, the fact that the Bank is integrated in the Santander Group, which owns 100% of the capital, calls for an appropriate level of consistency with the corporate policies, which, in turn, as a result of the global nature of the Group, comply with the international regulations on this subject. In this sense, we must highlight the criteria approved for the Santander Group for the definition of “identified collective” and consequently, the mandatory character of the local implementation of the deferred variable remuneration, according to which this deferral only applies to (i) units in which its economic capital represents more than 1% of the total economic capital of the Group, (ii) if any member of the Board receiving remuneration in Portugal earns a total remuneration of more than €487,000 or (iii) if any member of the Board has the responsibility for the approval of operations whose amount per transaction represents at least 0.5% of the Common Equity Tier 1 capital of Santander Group. None of these conditions apply in the case of the Bank.

Remuneration attributed to Directors in 2016

This information is supplied pursuant to the provisions of Article 17 of the Notice of the Bank of Portugal No. 10/2011, of 29 December (Diário da República, 2nd Series, of 9 January 2012), corresponding to the disclosure of the annual remuneration paid to employees, who are not members of the management or supervisory bodies of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (the “Bank”), perform top functions, are responsible for monitoring tasks or perform functions with risk-taking responsibility or other equivalent with material impact on the risk profile of the Bank (hereinafter, the “Directors”).

Annual Remuneration

Amount of fixed remuneration:	609 877 13
Amount of variable remuneration:	187 643 00
Number of beneficiaries:	8

Amounts expressed in Euros

Acções:

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também, a nível mundial, um plano de incentivos a longo prazo em acções, que está dividido em ciclos. Contudo, em 2016 não foram atribuídas quaisquer acções a Dirigentes do Banco no âmbito deste plano.

Novas Contratações

Em 2016, foram contratados dois novos colaboradores para funções que o qualificam como Dirigente. Em virtude destas contratações, para além da remuneração inerente às funções assumidas, foi atribuído um subsídio de 36.597,50 €. Igualmente passou a ser qualificado como dirigente, um novo colaborador que já era quadro do banco.

Cessações Contratuais:

Em 2016, não cessaram contratos de trabalho com Dirigentes.

Shares:

Santander Group, including the Bank, also has a long-term incentive plan, on a worldwide scale, which is divided into cycles. However, no shares were awarded to the Directors of the Bank under this plan in 2016:

New Staff

In 2016, two new employees were hired for the position of Director. In view of hiring two directors, in addition to the remuneration inherent to the new duties undertaken, a subsidy in the amount of €36,597.50 was granted". A new employee who was a staff member of the Bank has also become a Director.

Termination of Contracts

In 2016, no director's employment contracts were terminated.

XVII. Técnicas de Redução do Risco de Crédito

De acordo com os melhores princípios de gestão de risco o Banco utiliza várias formas de mitigação do risco de crédito, exigindo diferentes tipos de garantias, consoante o produto financeiro e o perfil de risco dos clientes:

- Reserva de propriedade ou hipotecas - Crédito Auto;
- Propriedade dos bens – Locação Mobiliária, ALD;
- Livranças e Avals;
- Cauções financeiras ALD;

A utilização de garantias é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o juro a pagar pelo cliente. No que respeita à carteira de retalho, os instrumentos utilizados para redução do risco de crédito são as cauções financeiras, a reserva/ hipoteca dos veículos financiados e as garantias pessoais avalizadas.

O quadro seguinte procura apresentar o montante das cauções existentes pelo Banco por classe de risco enquanto técnica de redução de risco:

XVII. Credit Risk Reduction Techniques

According to the best risk management principles, the Bank uses various credit risk mitigation forms, requiring different types of collateral, depending on the financial product and the risk profile of the clients:

- Ownership or Mortgage reservation - Auto Credit;
- Ownership of goods - Leasing transactions, ALD;
- Promissory notes and sureties;
- ALD Financial collateral;

The use of guarantees is an inescapable component of risk policy and the decision-making process of credit, influencing the acceptance criteria, the levels of decision-making and the interest payable by the client. With regard to the retail portfolio, the instruments used for reducing credit risk are financial collateral, reservation/ mortgage of financed vehicles and backed up personal guarantees.

The following table seeks to provide the existing amount of securities by the Bank by risk class as a technique for risk reduction:

Credit Risk Reduction Techniques: Standardised Approach

		Credit risk reduction techniques with substitution effect in exposure at net risk exposure						
		Net Exposure	Credit personal protection: value of protection fully adjusted (GA)		Real Credit Protection		Substitution effect in exposure (net output and input)	Adjusted exposure (E*)
			Guarantees	Credit Derivatives	Simple method: Financial Collateral	Other funded credit protection		
		40	50	60	70	80	110	150
Total positions								
CL I - Central governments or central banks	Risk Class I	31 552 959						31 552 959
CL VI - Institutions	Class Risk VI	25 913 609			0			25 913 609
CL VII - Companies	Class Risk VII	300 898 754			24 890 317			276 008 436
CL VIII - Retail portfolio	Class Risk VIII	1 093 678 187			18 467 182			1 075 211 005
CL X - Overdue items	Risk Class X	5 177 528			58 346			5 119 182
CL XIII - Other items	Class Risk XIII	17 160 017			0			17 160 017

7

Transparência da Informação e Valorização dos Ativos

Transparency of Information and Asset Valuation

	Pag
Introdução	252
Introduction	
I – Modelo de Negócio	253
Business Model	
II – Riscos e Gestão de Riscos	257
Risks and Risks Management	
III - Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	259
Impact of the financial turmoil in the results	
IV- Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência	260
Levels and types of exposures affected by the financial turmoil	
V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização	262
Accounting policies and valuation methods	
VI Outros aspectos relevantes na divulgação	263
Other disclosure relevant facts	

Introdução

Introduction

Em cumprimento do estabelecido pelas Cartas Circulares nº 46/2008/DSB, nº 97/2008/DSB e nº 58/2009/DSB emitidas pelo Banco de Portugal relativas a "Transparência da Informação e à Valorização de Ativos" no âmbito das atividades e produtos afetados pelo período de turbulência nos mercados financeiros, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco" ou "BSCP"), apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os eventuais impactos na sua atividade daí decorrentes.

Importa desde já salientar que, no decurso do exercício do ano 2016, ou presentemente, o Banco não mantinha, sob alguma forma, em balanço ou fora de balanço, operações de alto risco associadas a mercados de "sub-prime"/activos tóxicos, pelo que não registou qualquer impacto patrimonial com esta tipologia de operações.

Este anexo pode ser consultado em conjunto com o Relatório e Contas do ano de 2016, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma ótica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

In compliance with the established by the Circular Letters No. 46/2008/DSB, No. 97/2008/DSB and No. 58/2009/DSB issued by Bank of Portugal relating to the "Transparency of Information and Valuation of Assets" within the scope of activities and products affected by the turmoil in financial markets, Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (the "Bank" or "BSCP"), presents the required information regarding the potential impacts on their business on a consolidated basis.

It is important to note that, during the financial year of 2016, or presently, the bank did not have high risk operations associated to "sub-prime"/toxic assets markets, under any form, therefore it did not register any impact on the company's balance sheet for these types of operations.

This Annex may be consulted together with the Annual Report and Accounts for 2016, and is available for general public consultation at www.santanderconsumer.pt

The contents of this document have an underlying predominantly prudential perspective, seeking to provide economic operators with a wide range of information to effectively support decision-making processes.

I. Modelo de Negócio Business Model

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);

O Banco desenvolve a sua atividade assente na concessão de crédito ao consumo a cliente final através do ponto de venda, nomeadamente crédito automóvel e bens duradouros, e de forma direta através de cartões de crédito ou crédito pessoal. Resultado da oferta de valor e da posição de relevância no mercado de financiamento automóvel, o Banco financia igualmente os interlocutores do ciclo de valor acrescentado desta atividade (importadores e concessionários) através de produtos de Factoring e financiamento de stocks.

Decorrente do enquadramento macro económico e da turbulência registada nos mercados financeiros, o Banco procedeu a diversas ações de ajustamento pontual na sua política de admissão e concessão de crédito, como resultado da deterioração das condições socioeconómicas das famílias portuguesas e de alguns sectores de atividade.

O financiamento da atividade por capitais alheios é maioritariamente suportado pela casa-mãe (Banco Santander S.A.), sendo as necessidades de liquidez monitorizadas de forma tempestiva e de acordo com os regulamentos corporativos existentes para o efeito. Do ponto de vista dos capitais próprios, a estratégia é alicerçada em níveis confortáveis de solvabilidade decorrentes do perfil de risco de cada linha de negócio, com o rácio de solvabilidade a cifrar-se no final do ano 2016 em 11,47%.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. procedeu à liquidação antecipada da operação de titularização de créditos Silk Finance nº3 em 15 de Julho de 2015 e concretizou, em 16 de Novembro de 2015, uma nova operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco atua como cedente e gestor dos créditos cedidos.

1. Description of the business model (i.e., reasons for the development of activities/businesses and their contribution to the value creation process) and, if applicable, for the changes made (for example, as a result of the turmoil period);

The Bank develops its activity based on consumer credit granting to the end client through the point of sale, in particular car loans and durable goods, and directly through credit cards or personal loans. As a result of the valuable offer and the prominent position in the car financing market, the Bank also finances the interlocutors of the value added cycle of this activity (importers and dealers) through Factoring products and financing of stocks.

As a result of the macro-economic framework and turmoil in the financial markets, the Bank has made a number of one-off adjustment operations in its admission and granting of credit policy, as a result of the deterioration of the socio-economic conditions of Portuguese families and some activity sectors.

The financing activity for borrowed capital is mostly supported by the headquarters (Banco Santander S.A.), the liquidity requirements are monitored in a timely manner and in accordance with the existing corporate regulations for the purpose. From the equity standpoint, the strategy is based on comfortable solvency levels resulting from the risk profile of each business line, and at the end of 2016 the solvency ratio was at 11.47%.

2. Description of the strategies and objectives (including the strategies and objectives specifically related to the achievement of securitisation operations and with structured products);

The Banco Santander Consumer Portugal S.A. proceeded to the early settlement of the Silk Finance No. 3 credit securitisation operation on 15 July 2015 and carried out a new credit securitisation operation on 16 November 2015 with the sole purpose of maximising its levels of liquidity and financing of current activities, where the Bank acts as a transferor and manager of the credits granted.

Para efeitos prudenciais, a nova operação de titularização Silk Finance nº4 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito.

Para efeitos de relevação contabilística, o Banco não desreconheceu do activo, os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- I. mantém o controlo sobre as operações;
- II. continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- III. mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos objeto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

3. Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);

A operação de titularização realizada em 2015 – Silk Finance nº4 – permitiu ao Banco alargar o leque e continuar, assim, a diversificar as suas fontes de financiamento da atividade do banco. Esta operação obedece aos requisitos de ativos elegíveis para as operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE) tendo permitido eleger 509,4 milhões de euros, correspondentes a rating A (notação atribuída pela agências de rating DBRS e Standard & Poors) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

A 31 de Dezembro de 2016, o Banco tinha contratado 405 milhões de euros de passivo financeiro junto BCE em duas operações de refinanciamento de prazo alargado direccionada (TLTRO).

Ao longo do Relatório e Contas do exercício de 2016, com especial ênfase nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as atividades desenvolvidas nas diversas áreas de negócio, bem como a sua respetiva evolução e desempenho.

For prudential purposes, the new Silk Finance No. 4 securitisation operation does not constitute a significant transfer of the risks involved, particularly as regards to credit risk.

For accounting purposes, the Bank did not derecognise assigned assets in the securitisation operation that:

- I. it maintains control over the operations;
- II. continues to receive a substantial part of its remuneration;
- III. maintains a substantial part of the risk on assets transferred.

Credits under the securitisation operation are recorded in the heading Derecognised Securitised Assets, subject to accounting criteria identical to those of other credit operations. The funds received by the Bank within the framework of these operations are recorded under Derecognised liabilities for assets in Securitisation Operations.

3. Description of the importance of the activities developed and their contribution to the business (including an approach in quantitative terms);

The Silk Finance No. 4 securitisation operation performed in 2015 has allowed the Bank to extend and to continue to diversify the bank's funding sources to carry out its activities. This operation shall comply with the requirements of eligible assets for funding from the European Central Bank (ECB) and allowed to elect 509.4 million euros, corresponding to the A rating (rating assigned by the DBRS and Standard & Poors rating agencies) for liquidity-absorbing operations with the European Central Bank (ECB).

On 31 December 2016, the bank had contracted 405 million euros of financial liability with ECB in two long-term refinancing operations (TLTRO).

In the 2016 Annual Report and Accounts, with special emphasis in the notes to the financial statements, the detailed information on the activities carried out in the various business lines are included, as well as their evolution and performance.

4. Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;

Conforme anteriormente referido e na sequência da operação de titularização Silk Finance No.4, o Banco cedeu os créditos à TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC) com sede em Portugal, emitente da dívida da transacção.

A operação de titularização implicou a cedência à STC de conjuntos de contratos representativos da carteira de crédito do Banco a cada momento, tendo a STC financiado a aquisição destes créditos emitindo dívida, tendo esta sido adquirida pelo Banco, incluindo os títulos first lost position.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital da operação de titularização Silk Finance nº4 era a seguinte:

4. Description of the type of activities, including the description of the instruments used, the operation and qualification criteria that products/investments must comply with;

As stated above and as a result of the Silk Finance No. 4 securitisation operation, the Bank sold its claims to TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC) with headquarters in Portugal, issuer of the debt of the transaction.

The securitisation operation entailed the transfer of a set of contracts covering the credit portfolio of the Bank to STC, and STC financed the acquisition of these claims by issuing debt, this was acquired by the Bank, as well as the first lost position titles.

On the transaction date, the Silk Finance No. 4 capital structure was as follows:

Bonds	Amounts Issued	Date of Refund	Rating S & P and DBRS	Compensation
A	509 400 000	JANUARY 2031	A / A	1,20%
B	101 500 000	JANUARY 2031	N.A.	2,40%
C	3 700 000	JANUARY 2031	N.A.	RESIDUAL
VFN	1	JANUARY 2031	N.A.	N.A.

Amounts expressed in Euros

A 31 de Dezembro de 2016, a estrutura de capital da operação de titularização Silk Finance nº4 era a seguinte:

On 31 December 2016, the capital structure of the Silk Finance No. 4 securitisation operations was as follows:

Bonds	Amounts Issued	Date of Refund	Rating S & P and DBRS	Compensation
A	509 400 000	JANUARY 2031	A / A	1,20%
B	101 500 000	JANUARY 2031	N.A.	2,40%
C	3 700 000	JANUARY 2031	N.A.	RESIDUAL
VFN	1	JANUARY 2031	N.A.	N.A.

Amounts expressed in Euros

No início da operação, foi alienada uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 611.022.648,68 Euros. Deste montante de capital vincendo foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas à TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC). Com referência a 31 de Dezembro de 2016, a carteira securitizada perfazia um total de 610.928.329,83 Euros.

In the beginning of the operation, a loan portfolio comprising of sales transactions on loans and mortgage finance lease transactions to mature on that date in the amount of 611,022,648.68 euros was sold. From the principal outstanding, the amounts relating to securities and residual values from equipment finance lease contracts were excluded from the transaction. These operations were sold to TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (STC). With reference to 31 December 2016, the securitised portfolio totalled 610,928,329.83 Euros.

5. Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;

Tal como salientado, além do referido no ponto anterior, o objectivo do Banco ao realizar a operação de titularização na condição de Originador foi o de obter financiamento para o desenvolvimento da sua actividade. Para além da posição de Originador, o Banco assume ainda a função de Gestor dos créditos.

5. Description of the purpose and scope of the involvement of the institution (i.e., commitments and obligations undertaken), for each activity;

As pointed out above, in addition to the referred to in the previous paragraph, the objective of the Bank to carry out the securitisation operation as an originator was to obtain funding for the development of their activity. In addition to the position of Originator, the Bank is still the credit Manager.

II. Riscos e Gestão de Riscos Risks and Risks Management

1. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;

No âmbito da operação de titularização, o Banco incorre em risco de crédito dado que os ativos cedidos na operação não foram desconhecidos uma vez que o Banco possui parte substancial dos riscos e benefícios envolvidos, uma vez que detém a titularidade da dívida emitida, incluindo as classes representativas da first lost position,

Uma vez que os créditos cedidos na operação representam uma amostra representativa da carteira de crédito do Banco, o risco de crédito inerente aos ativos cedidos é avaliado e representado de acordo com a metodologia dos restantes ativos de características semelhantes, nomeadamente através da determinação da sua imparidade.

2. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;

No âmbito das recomendações do FSF e CEBS sobre o impacto e dimensão dos riscos incorridos derivados do atual enquadramento de turbulência dos mercados financeiros, a política de gestão do risco de liquidez nos princípios da prudência e do Banco é definida e revista periodicamente pela Administração. Esta encontra-se definida no Manual de Gestão de Riscos de Mercado do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. e reflete a estratégia de gestão, que permite ao Banco garantir que dispõe de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que estas se vencem, em função do grau de risco passível de ser assumido.

A gestão de liquidez é efetuada de acordo as necessidades de tesouraria constantes do orçamento anual e preferencialmente junto da tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno, aprovado pela Deloitte a nível corporativo, spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respetivos limites estabelecidos.

1. Description of the nature and extent of the risks incurred in relation to activities and instruments used;

In the context of the securitisation operation, the Bank incurs credit risk since the assets transferred in the transaction have not been derecognised as the bank has a substantial share of risks and benefits involved and holds the title of debt issued, including the classes representing the first lost position.

As the claims granted in this operation are a representative sample of the Bank's credit portfolio, the credit risk inherent in the assets transferred is evaluated and represented according to the methodology of the remaining assets with similar characteristics, in particular by determining their impairment.

2. Description of the risk management practices (including, in particular, the current economic climate, the liquidity risk) relevant to the activities, description of any fragilities/weaknesses identified and the corrective actions taken;

Within the FSF and CEBS recommendations on the impact and scale of the risks incurred derived from the current turmoil in financial markets, the liquidity risk management policy in the principles of prudence and the Bank is defined and reviewed periodically by the Management Board. This is defined in the Market Risks Management Manual of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. and reflects on the management structure, which allows the Bank to ensure that it has net funding to meet their financial obligations as they fall due, depending on the risk level assumed.

The liquidity management is carried out in accordance with the needs of the treasury in the annual budget and preferably together with the treasury of its shareholder Santander Consumer Finance S.A., which ensures all the financing needs of the Bank and assigns additive spreads at the market rate based on the maturity of transactions, in accordance with internal rating policies approved by Deloitte at a corporate level.

On the one hand, the short-term management is performed by Managing Means of Payment of the Operations Department, based on daily information of liquidity based on authorised overdraft accounts and well-timed appropriateness of the limits established.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direção Financeira, avaliada periodicamente, tendo como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

O processo de acompanhamento da exposição a este risco é efetuado a 2 níveis.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respetivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direção Financeira, com periodicidade mínima bimestral nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno, tendo como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, são ainda elaborados relatórios a partir da aplicação ALM 2 Torken que permite não só identificar os mismatches negativos para diversas maturidades e para diversos horizontes temporais, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Face ao grau de exposição ao risco de liquidez, é elaborada pela Direção Financeira, uma proposta à Administração com as operações de financiamento, não só adequadas às necessidades de tesouraria, mas que permitam também mitigar o grau de exposição a este risco.

Estas têm ainda em linha de conta, não só o limite mínimo de 70% imposto a nível corporativo pelo Santander Consumer, como também o limite mínimo requerido, de 70% durante 2016, pela European Banking Authority (EBA) no que respeita ao cumprimento do LCR – Liquidity Coverage Ratio.

In relation to medium and long term management, this is ensured by the Financial Department and assessed periodically, with the aim of maintaining a satisfactory level of cash to meet financial needs in the medium and long term, and monitor their progress and appropriateness against budget.

This risk exposure process is carried out at two levels.

On the one hand, the short-term management is performed by Managing Means of Payment of the Operations Department, based on daily information of liquidity based on authorised overdraft accounts and well-timed appropriateness of the limits established.

The medium and long term management is ensured by the Financial Department, which holds meetings with ALCO - Committee for Assets and Liabilities at least every two months and integrated in the general budget of the company analysed monthly at the Steering Committee and approved by the Executive Committee, ensuring the ongoing maintenance of an adequate internal capital level, with the aim of maintaining a satisfactory level of cash to meet financial needs in the medium and long term, and monitor their progress and appropriateness against budget.

To assess the overall exposure to this type of risk, reports are created using the ALM 2 Torken application that allow not only to identify the negative mismatches for various maturities and for various time frames, but also to perform dynamic hedging strategy. Given the level of exposure to liquidity risk, the Financial Department sends a proposal to the Board with the funding operations, not only suitable to the needs of treasury, but that also allow to mitigate the level of exposure to this risk.

These take into account not only the minimum limit of 70% imposed at the corporate level by Santander Consumer, as well as the minimum of 70% required by the European Banking Authority (EBA) in 2016 with regard to compliance with the LCR - Liquidity Coverage Ratio.

III.

Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

Impact of the financial turmoil in the results

1. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;

Não aplicável.

2. Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Não aplicável. O Banco não sofreu quaisquer perdas/"write-downs" por via da operação de titularização Silk Finance nº4.

3. Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;

Não aplicável.

4. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;

Não aplicável.

5. Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;

Não aplicável.

6. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;

Não aplicável.

7. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;

O prolongamento do período de turbulência nos mercados financeiros que se sente com particular relevância em Portugal, poderá afetar a situação patrimonial do Banco de forma indireta, através do:

- Aumento da sinistralidade da carteira de crédito, por força da diminuição da capacidade de cumprimento do serviço da dívida por parte dos clientes, que está fortemente correlacionada com o comportamento das taxas de juro;
- Aumento ou diminuição do custo de financiamento dos capitais alheios.

1. Qualitative and quantitative analysis of the results, with emphasis on the losses (where applicable) and impact of "write-downs" on results;

Not applicable.

2. Breakdown of the write-downs/losses by types of products and instruments affected by the crisis, namely commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Not applicable. The Bank did not suffer any losses/"write-downs" due to Silk Finance No. 4 securitisation operation.

3. Description of the reasons and factors responsible for the impact suffered;

Not applicable.

4. Comparison of i) impacts between (relevant) periods and (ii) financial statements before and after the financial turmoil impact;

Not applicable.

5. Breakdowns of the write-downs between realised and unrealised amounts.

Not applicable.

6. Description of the influence of the financial turmoil in the share prices of the entity;

Not applicable.

7. Disclosure of maximum loss risk and description of how the institution situation could be affected by the ongoing financial turmoil, a further downturn or by a market recovery;

The ongoing financial turmoil is particularly felt in Portugal, indirectly, it can affect the financial position of the Bank, in the following ways:

- Increase the number of claims of the credit portfolio, due to a reduction in the capacity of compliance of the debt service by clients, which is strongly correlated with the interest rate behaviour;
- An increase or decrease in the cost of financing of borrowed capital.

8. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;

O impacto da valorização das responsabilidades pode ser consultado nas Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, no ponto do Justo Valor.

8. Disclosure of maximum loss risk and description of how the institution's situation could be affected by a further downturn or by a market recovery.

The impact of the appreciation of the responsibilities can be consulted in the Notes to the Financial Statements, in Fair Value.

IV.

Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência

Levels and types of exposures affected by the period of financial turmoil

1. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2016.

2. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respetivo efeito nas exposições existentes;

Não aplicável.

3. Divulgação detalhada sobre as exposições;

Não aplicável.

4. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)

Não aplicável.

5. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;

Como anteriormente referido a operação Silk Finance nº 4 é integralmente consolidada no património do Banco.

6. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados:

Não aplicável..

1. Nominal value (or amortised cost) and fair value of exposures;

Not applicable as there are no transactions with structured products or 'toxic' assets in the reference period of 31 December 2016.

2. Information on credit protection (e.g. through credit default swaps) and its effect on existing exposure;

Not applicable.

3. Detailed disclosure on exposures;

Not applicable.

4. Movement schedules of exposures between relevant reporting periods and the underlying reasons (sales, write-downs, purchases, etc.).

Not applicable.

5. Explanations of exposures (including "vehicles" and, in this case, the respective activities) that have not been consolidated (or that have been recognised during the crisis) and the underlying reasons;

As previously stated, the Silk Finance no. 4 operation is fully consolidated in the Bank's assets.

6. Exposure to insurers of "MONOLINE" type and quality of insured assets:

Not applicable.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

Accounting policies and valuation methods

1. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2016.

2. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;

Não aplicável. Vide pontos os 2, 3, 4 e 5 deste documento.

3. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros;

Consultar o ponto de Justo Valor das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras de 2016.

4. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros;

Não aplicável.

1. Classification of the transactions and structured products for accounting purposes and the related accounting treatment;

Not applicable as there are no transactions with structured products or 'toxic' assets in the reference period of 31 December 2016.

2. Consolidation of Special Purpose Entities (SPES) and other "vehicles" and reconciliation with structured products affected by the period of financial turmoil;

Not applicable. See points 2, 3, 4 and 5 of this document.

3. Detailed disclosure of the fair value of financial instruments;

See Fair Value in the notes to the Financial Statements for 2016.

4. Description of modelling techniques used for the valuation of financial instruments;

Not applicable.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação Documento Other disclosure relevant facts

1. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander Consumer S.A. foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n°1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras encontram-se publicadas no sítio da internet do Banco (www.santanderconsumer.pt), dando cumprimento ao Aviso n°6/2006 do Banco de Portugal, podendo ser consultadas por qualquer entidade interessada, pessoa individual ou coletiva.

1. Description of disclosure policies and the principles that are used in the disclosures and financial reporting.

The consolidated financial statements of Banco Santander Consumer S.A. were prepared based on the accounting records of the Bank and of its subsidiaries and maintained in accordance with the International Financial Reporting Standards, as adopted by the European Union (IAS/IFRS), following Regulation (EC) No. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council of 19 July, transposed to the national legislation through Decree-Law no. 35/2005, of 17 February and Notice no. 1/2005 of the Bank of Portugal.

The financial statements are published on the Bank's website (www.santanderconsumer.pt), in compliance with the Notice No. 6/2006 of the Bank of Portugal, which may be consulted by any interested entity, both individual or collective.

8

Relatório de Estrutura e
Práticas de Governo Societário
*Structure Report and Corporate
Governance Practices*

1. Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário Structure Report and Corporate Governance Practices

O presente Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário foi preparado nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 70.º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (de ora em diante, o "CSC").

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (de ora em diante, o "Banco") dispõe actualmente de órgãos sociais estruturados de acordo com o modelo latino reforçado: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade Revisora Oficial de Contas (Cfr. Art. 278.º, n.º 1 alínea a) do CSC).

O Conselho de Administração tem competência para gerir o Banco e é composto por cinco, sete, nove ou onze vogais, um dos quais será o Presidente, todos eleitos por mandatos de três anos (Art.º 11º, Art. 19.º e seguintes dos Estatutos, na sequência das alterações aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do Art. 19 dos Estatutos e com o n.º 1 do Art. 391.º do CSC.

A gestão corrente do Banco encontra-se delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 3 do Art. 407.º do CSC e no artº 22º dos Estatutos.

Na Assembleia Geral, os accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei e pelos Estatutos e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições do Conselho de Administração, designadamente:

- Aprovação do relatório de gestão e restantes documentos de prestação do Banco;
- Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas;
- Apreciação geral da administração e fiscalização do Banco;
- Alterações aos Estatutos.

A fiscalização do Banco encontra-se confiada ao Conselho Fiscal (Art. 24.º e seguintes dos Estatutos, na sequência das alterações aos estatutos aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo), constituído por um mínimo de três membros efectivos e um suplente, eleitos por mandatos de três anos (art.º 11º dos Estatutos, na

This Report on the Structure and Practices of the Corporate Governance was prepared pursuant to the terms and for the purposes set forth in Article 70(2)(b) of the Code of Commercial Companies (hereinafter referred to as the "CSC").

Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (hereinafter, the "Bank") has structured governing bodies in accordance with the reinforced Latin model: The General Shareholders' Meeting, the Board of Directors, the Audit Committee and the Statutory Audit Company (Cfr. Art. 278(1)(a) of the CSC).

The Board of Directors is empowered to manage the Bank and is composed of five, seven, nine or eleven members, one of whom must be the Chairman, all elected by mandates of three years (Art. 11, Art. 19 and following of the Statutes, following the amendments adopted by minutes No. 47 of the General Assembly of the Bank, dated 19.05.2016, pending registration).

The members of the Board of Directors are appointed by the General Assembly, in accordance with paragraph 1 of Article 19 of the Statutes and paragraph 1 of Art. 391 of the CSC.

The current management of the Bank is delegated to an Executive Committee, composed within the Board of Directors, as provided for in paragraph 3 of Art. 407 of the CSC and in Art. 22 of the Statutes.

In the General Assembly, the shareholders shall decide on the matters with which they are especially attributed by law and by the Statutes and those that are not included in the powers of the Board of Directors, namely:

- Approval of the annual report and other documents of the Bank;
- Proposed allocation of net profit;
- Election of the members of the Board of Directors, the Audit Committee and the Statutory Auditor;
- General assessment of the management and supervision of the Bank;
- Changes to the Statutes.

The supervision of the Bank is entrusted to the Supervisory Board (Article 24 and following of the Statutes, following the amendments to the statutes approved in minutes No. 47 of the General Assembly of the Bank, dated 19.05.2016, which are pending for registration), consisting of a minimum of three full members and one alternate member, elected by mandates of three years (Art. 11 of the Statutes, following the

sequência das alterações aos estatutos aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo), e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do Art. 413.º do CSC.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 1 do Art. 415.º do CSC.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 5 do Art. 24.º dos Estatutos e com n.º 1 do Art. 446.º do CSC.

1. Assembleia Geral

1.1. Membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o Art. 16.º, n.º 1 do Estatutos, por um Presidente e um Secretário.

Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam:

Presidente: Dr. Henrique Trocado
Secretária: Dra. Sara Larcher

1.2. Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2016/2018, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral do Banco que teve lugar a 19.05.2016, a que corresponde a acta número quarenta e sete.

1.3. Antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

De acordo com o disposto no Art. 15.º, n.º 1 do Estatutos, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral do Banco os accionistas que tiverem averbadas em seu nome no livro de registo do Banco, ou comprovem ter depositadas em instituições de crédito, até 10 (dez) dias antes da data marcada para a reunião, o número mínimo de acções necessário para conferir voto.

De acordo com o Art. 15, n.º 2 do Estatutos, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

amendments to the statutes approved in minutes No. 47 of the General Assembly of the Bank, dated 19.05.2016, which are pending registration), and a Audit Firm, in accordance with the referred to in subparagraph (b) of paragraph 1 of Art. 413 of the CSC.

The Audit Committee is elected by the General Assembly, in accordance with paragraph 1 of Art. 415 of the CSC.

The Statutory Auditor is also appointed by the General Assembly, in accordance with paragraph 5 of Article 24 of the Statutes and paragraph 1 of Art. 446 of the CSC.

1. General Shareholders' Meeting

1.1. Members of the General Shareholders' Meeting Board

The presiding Board Members of the Shareholder's Meeting consists, in accordance with Article 16, paragraph 1 of the Statutes, of a Chairman and a Secretary.

These positions are currently exercised by the members listed below:

Chairman: Dr. Henrique Trocado
Secretary: Dra. Sara Larcher

1.2. Starting and ending date of the respective mandates

The election of members of the General Shareholders' Meeting Board for the 2016/2018 three-year period, has been decided at the General Shareholder's Meeting of the Bank that took place on 19.05.2016, which corresponds to minutes number forty-seven.

1.3. Advance notice required for blocking shares for the participation in the General Shareholders' Meeting

In accordance with the provisions laid down in Article 15, Paragraph 1 of the Statute, shareholders are required to have registered in their name in the Bank's logbook, or prove to have deposited with credit institutions, up to ten (10) days prior to the date set for the meeting, the minimum number of shares required to confer voting rights in order to be present and participate at the General Shareholder's Meeting.

According to Art. 15, paragraph 2 of the Statutes, shareholders must keep the shares they hold or that are registered in their name, at least until the end of the General Shareholders Meeting.

1.4. Número de ações a que corresponde um voto

Nos termos do disposto no n.º 3 do Art. 15.º do Estatutos, a cada 5.000 (cinco) mil euros de capital corresponde um voto sendo todavia aplicáveis, enquanto vigorarem de forma imperativa, os limites inferiores que forem fixados em lei.

Não obstante, de acordo com o n.º 4 do Art. 15.º do Estatutos, os accionistas titulares de ações em número inferior ao exigido para conferir um voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

1.5. Accionistas titulares de direitos especiais

O capital social do Banco está integralmente realizado e está representado por 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete) ações ordinárias com o valor nominal de 1 (um) euro cada uma.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

1.6. Regras estatutárias especiais ou outras restrições em matéria de direitos de voto

Para além do supra referido, não existem regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados, nem outras regras que possam ser consideradas como restringindo os direitos de voto dos accionistas do Banco.

1.7. Regras estatutárias sobre o quóruns constitutivos e deliberativos

Quórum constitutivo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 1 do Estatutos, em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode funcionar quando estiverem presentes ou representados titulares de mais de metade das ações correspondentes ao capital social. De acordo com o Art. 17.º, n.º 2, em segunda convocação a Assembleia pode deliberar validamente, qualquer que seja o número de accionistas presentes e o capital representado.

Quórum deliberativo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 3 do Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada. De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos, as deliberações sobre a

1.4. Number of shares corresponding to one vote

Pursuant to paragraph 3 of Article 15 of the Statute, every 5,000 (five thousand euros of capital corresponds to one vote, while the lower limits established by the law remain in force.

However, in accordance with Art. 15(4) of the Statute, shareholders who own less shares than the number required to have the right to vote may be grouped to have the minimum required, represented by any group.

1.5 Shareholders with special rights

The capital of the Bank is fully paid-up and is represented by 66,592,947 (sixty-six million five hundred and ninety-two thousand nine hundred and forty-seven) ordinary shares with a nominal value of 1 (one) Euro each.

There are no shareholders with special rights.

1.6. Special statutory rules or other restrictions on voting rights

In addition to the above mentioned, there are no statutory rules that do not give voting rights or shares which establish the non-casting of voting rights above a certain number, when issued solely by a shareholder or by shareholders related to them, or by rules that may be considered as restricting the voting rights of the Bank's shareholders.

1.7. Statutory rules on the constitutive and deliberative quorums

Constitutive Quorum

According to Art. 17(1) of the Statutes, the General Shareholders Meeting shall only be convened if shareholders holding at least half of the share capital are present or represented on first call. According to Art. 17(2), On the second call, the General Assembly can deliberate validly regardless of the number of shareholders attending and the capital they represent.

Deliberative Quorum

According to Art. 17, (3) of the Statutes, the deliberations of the General Assembly are taken by a majority of votes cast, except as otherwise provided by law or by-laws requiring a qualified majority. According to Art. 17(4) of the Statutes, the deliberations on the

alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, sendo que, nos termos do n.º 5, se, porém em Assembleia reunida em segunda convocação estiverem presentes ou representados accionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social a deliberação sobre os assuntos referidos no anterior pode ser tomada pela maioria dos votos emitidos.

É aplicável subsidiariamente o regime legal em matéria de quórum constitutivo e deliberativo, maxime o Art. 383.º e o Art. 386.º do CSC.

1.8. Regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Não existem regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

1.9. Exercício do direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos

De acordo com o Art. 18.º, n.º 4 do Estatutos, não é permitido o voto por correspondência. Os Estatutos não prevêm o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

1.10. Intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração do Banco

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações composta por accionistas, cujos membros são eleitos directamente pela Assembleia Geral, nos termos do Art. 12.º dos Estatutos e do Art. 399.º, n.º 1 do CSC. Nos termos do mesmo preceito, compete à Comissão de Remunerações dispor sobre o regime de previdência aplicável aos administradores executivos.

A Assembleia Geral poderá anualmente fixar uma percentagem de lucros a serem distribuídos pelos empregados e membros dos corpos sociais, definindo previamente os critérios dessa atribuição (Art. 27.º, n.º 2 do Estatutos).

Em conformidade com o disposto no Art. 115.º-C, n.º 4 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração submetem anualmente à apreciação da Assembleia Geral, a declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização e dos Dirigentes com Funções de Controlo e Assunção de Riscos, respectivamente.

amendment of the Statutes shall be approved by two thirds of the votes cast, pursuant to paragraph 5, if, however, shareholders holding at least half of the share capital are present or represented on second call, the decision on the matters referred to in the previous paragraph may be taken by a majority of votes cast.

The legal scheme governing constitutive and deliberative quorums is also applicable, according to Art. 383 and Article 386 of the CSC.

1.8. Statutory rules highlighting ownership rights

There are no rules on statutory rules highlighting ownership rights

1.9. Exercising right to vote by correspondence or by electronic means

According to Art. 18, paragraph 4 of the Statutes, voting by correspondence is not allowed. The statutes do not provide for the right to vote by electronic means.

1.10. Intervention of the general shareholders' meeting regarding the Bank's remuneration policy

The remuneration of the members of the governing board shall be established by a Remuneration Committee composed by shareholders, who are directly elected by the General Assembly, pursuant to Art. 12 of the Statute and Article 399(1) of the CSC. Under the terms of the same provision, the Remuneration Committee is responsible for the Pension Fund scheme applicable to executive directors.

The General Assembly may set up annually a percentage of profits to be distributed among their employees and members of the governing board, previously defining the criteria for such allocation (Article 27(2) of the Statutes).

In accordance with the provisions laid down in Article 115(4)-C, of the General Scheme for Credit Institutions and Financial Companies, the Remuneration Committee and the Board of Directors shall annually submit to the General Assembly, the declaration on the remuneration policy of the board of directors and audit committee and of the Leaders with Supervisory and Risk Taking roles, respectively.

1.11. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos e o Art. 386.º, n.º 3 do CSC, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

1.12. Participações Qualificadas no capital do Banco

O Santander Consumer Finance, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 53.331.647 acções ordinárias representativas de 80,09% do capital social do Banco.

O Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 13.261.300 acções ordinárias representativas dos restantes 19,91% do capital social do Banco.

2. Conselho de Administração

2.1. Membros do Conselho de Administração

Presidente: Dr. David Turiel Lopez
Vogal: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva
Vogal: Dr. Pedro Elejabeita (vd. ponto 2.2 infra)
Vogal: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor
Vogal: Sr. Luís Filipe Pires Ferreira

2.2. Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho de Administração para o triénio de 2016 – 2018, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral do Banco de 19.05.2016, a que corresponde a acta número quarenta e sete, que se encontra pendente de registo, uma vez que que o Dr. Pedro Elejabeita foi nomeado ex novo como vogal do Conselho de Administração, só podendo exercer funções uma vez obtida a autorização do Banco de Portugal para o efeito.

2.3. Poderes do Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração encontram-se previstas no Art. 20.º do Estatutos.

De acordo com este preceito estatutário, compete ao Conselho de Administração gerir e representar o Banco com os mais amplos poderes que a lei lhe confere, e designadamente:

- Elaborar as propostas relativas à definição das políticas gerais do Banco e dos planos e orçamentos anuais plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;

1.11. Rules applicable to the amendment of Statutes

According to Art. 17(4) of the Statutes and Art. 386(3) of the CSC, the deliberations on the amendment of Statutes shall be approved by two thirds of the votes cast.

1.12. Major holdings in the Bank's capital

Santander Consumer Finance, S.A., with headquarters in Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, is holder of 53,331,647 ordinary shares representing 80.09% of the share capital of the Bank.

Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., with headquarters in Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, is holder of 13,261,300 ordinary shares representing the remaining 19.91% of the share capital of the Bank.

2. Board of Directors

2.1. Members of the Board of Directors

Chairman: Dr. David Turiel Lopez
Member: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva
Member: Dr. Pedro Elejabeita (see point 2.2 below)
Member: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor
Member: Mr. Luís Filipe Pires Ferreira

2.2. Starting and ending date of the respective mandates

The election of the members of the Board of Directors for the 2016 - 2018 three-year period, has been decided at the General Shareholders' Meeting of the Bank on 19.05.2016, which corresponds to minutes number forty-seven, pending registration, since Dr. Pedro Elejabeita was appointed ex novo as member of the Board of Directors, and may only perform duties after obtaining authorization from the Bank of Portugal for the purpose.

2.3. Members of the Board of Directors

The powers of the Board of Directors are provided for in Art. 20 of the Statutes.

According to this statutory provision, the Board of Directors is responsible for managing and representing the Bank with the widest powers granted by law, and in particular:

- Draw up proposals for the definition of the general policies of the Bank and multi-annual plans and budgets;
- Establish the internal organisation of the Bank and delegate powers in the chain of command;

- Conduzir as actividades do Banco, praticando todos os actos que a lei ou estes estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar o Banco em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens móveis ou imóveis, incluindo participações em sociedades com qualquer objecto, em agrupamentos complementares de empresas e outras sociedades reguladas por leis especiais, devendo, porém, quanto aos imóveis e às participações estáveis, obter o parecer favorável do Conselho Fiscal;
- Contratar e rescindir contratos com empregados e outros prestadores de serviços.

De acordo com o Art. 5.º, n.º 2 do Estatutos, o Conselho de Administração pode ainda aumentar o capital social até EUR 80.000.000 (oitenta milhões de euros), mediante entradas em numerário, na época e modalidades que considerar mais conformes aos interesses sociais.

2.4. Designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o Art. 19.º, n.º 1 e 2 do Estatutos (na sequência das alterações aos estatutos aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo), o Conselho de Administração é composto por cinco, sete, nove ou onze vogais, um dos quais será o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser ainda eleito um administrador suplente.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos (art.º 11º n.º 1 dos Estatutos, (na sequência das alterações aos estatutos aprovadas na acta nº 47 da Assembleia Geral do Banco, datada de 19.05.2016, que se encontram pendentes de registo), sem prejuízo da sua reeleição.

De acordo com o Art. 19.º, n.º 4 do Estatutos, se um administrador faltar 3 (três) vezes a reuniões do Conselho de Administração, seja de forma seguida ou interpolada, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, tal equivalerá a uma falta definitiva desse administrador.

A substituição de administradores processa-se nos termos do disposto no Art. 393.º do CSC.

- Operate the Bank, carrying out all the activities that the law and the statutes do not place under the aegis of other governing bodies;
- Execute the resolutions passed by the General Shareholders' Meeting;
- Represent the Bank in or out of court, engage in arbitrations, propose or defend judicial pleadings, and acknowledge, desist or acquiesce in any legal action;
- Submit the reports, balance sheets and profit and loss accounts of the financial year to the General Assembly at the times specified by Law;
- Acquire, dispose of or encumber any rights or movable or immovable property, including shares in companies with any object, in company groups and other companies governed by special laws, and must obtain a favourable opinion from the Audit Committee for property and stable income;
- Sign and terminate contracts with employees and other service providers.

In accordance with Article 5(2) of the Statutes, the Board of Directors may also increase the share capital up to EUR 80,000,000 (80 million euros), through cash, at the time and manner in accordance with the company's interests.

2.4. Appointment and replacement of the members of the Board of Directors

According to Art. 19(1)(2) of the Statutes (following the amendments to the Statutes approved in minutes No. 47 of the General Assembly of the Bank, dated 19.05.2016, which are pending registration), the Board of Directors is composed of five, seven, nine or eleven members, one of whom must be the Chairman, elected by the General Assembly, and an alternate member can also be elected.

The members of the Board of Directors are appointed by the General Assembly for a three-year mandate (Art. 11(1) of the Statutes, (following the amendments to the statutes approved in minutes No. 47 of the General Assembly of the Bank, dated 19.05.2016, which are pending registration), without prejudice to re-election.

According to Art. 19(4) of the Statutes, if a director fails to attend 3 (three) meetings of the Board of Directors, whether consecutive or not, without providing a justification for such absence which is accepted by the Board of Directors, such director shall then be deemed to be permanently unavailable.

The replacement of directors is carried out according to Art. 393 of the CSC. 3.

3. Comissão Executiva

3.1. Membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva será constituída por deliberação do Conselho de Administração.

Para o triénio 2016/2018, foram designados os seguintes membros da Comissão Executiva:

Presidente: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor

Vogal: Sr. Luís Filipe Pires Ferreira

3.2. Poderes da Comissão Executiva

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração.

Na Comissão Executiva são delegados os seguintes poderes:

- Preparar propostas para o Conselho de Administração – planos e orçamentos, relatório e contas, políticas gerais e executar as suas deliberações;
- Distribuir responsabilidades funcionais (Pelouros);
- Gerir o desenvolvimento dos negócios;
- Definir a organização interna;
- Recrutamento, formação e desenvolvimento de colaboradores;
- Concretizar a política salarial e de prémios variáveis;
- Aprovar acordos comerciais e contratos com prestadores de serviços;
- Definir a política de pricing, fiscal, de marketing, de produtos, de recuperação e de gestão de clientes;
- Aprovar os processos e procedimentos do Banco;
- Nomear mandatários internos;
- Garantir as relações com autoridades e o cumprimento de normas prudenciais.

3.3. Designação e substituição dos membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída pelo número de Administradores que for deliberado pelo Conselho de Administração, não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

3. Executive Committee

3.1. Members of the Executive Committee

The Executive Committee shall be formed by resolution of the Board of Directors

The following members of the Executive Committee were designated for the 2016/2018 three-year period:

Chairman: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Member: Dr. Gonzalo Basagoiti Pastor

Member: Mr. Luís Filipe Pires Ferreira

3.2. Members of the Executive Committee

The Executive Committee of the Board of Directors exercises powers delegated by this body, pursuant to the delegation of powers approved at the Board of Directors meeting.

The powers delegated to the Executive Committee are as follows:

- Prepare proposals for the Board of Directors - plans and budgets, annual report and accounts, general policies and execute their deliberations;
- Distribute operational responsibilities (Portfolios);
- Manage business development;
- Define internal organisation;
- Recruitment, training and development of workforce;
- Pursue wage policy and variable premiums;
- Approve trade agreements and contracts with service providers;
- Define the pricing, tax, marketing of products, rehabilitation and client management policy;
- Approve the Bank's processes and procedures;
- Appoint internal trustees;
- Establish good relations with authorities, and compliance with prudential standards.

3.3. Appointment and replacement of the members of the Executive Committee

The Executive Committee shall consist of the number of Directors that is decided by the Board of Directors, no specific statutory regime is provided for the appointment or replacement of its members.

4. Conselho Fiscal

4.1. Membros do Conselho Fiscal

Membros do Conselho Fiscal nomeados para o mandato 2016/2018:

Presidente: Prof. Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos

Membro efectivo: Dra. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Membro efectivo: Dr. Manuel António Amaral Franco Preto

Membro suplente: Dra. Patrícia Isabel Guerra Carvalhal (vd. ponto 4.2. infra)

4.2. Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho Fiscal para o triénio 2016-2018, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral do Banco de 19.05.2016, a qual se encontra pendente de registo, uma vez que a Dra. Patrícia Isabel Guerra Carvalhal foi nomeada ex-novo como suplente do Conselho Fiscal, só podendo exercer funções uma vez obtida a autorização do Banco de Portugal.

4.3. Designação e substituição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente designados pela Assembleia Geral (Art. 24.º do Estatutos). Na mesma deliberação, os accionistas designam aquele dos membros efectivos que servirá como Presidente (Art. 415.º, n.º 2 do CSC).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de composição qualitativa e proibição de incompatibilidades previstos nos Arts. 414.º e 414.º-A do CSC.

Os membros efectivos do Conselho Fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado são substituídos pelos suplentes (Art. 415.º, n.º 3 do CSC).

Os suplentes que substituam membros efectivos cujas funções tenham cessado mantêm-se no cargo até à primeira Assembleia anual, que procederá ao preenchimento das vagas. Não sendo possível preencher uma vaga de membro efectivo por faltarem suplentes eleitos, os cargos vagos, tanto de membros efectivos como de suplentes, são preenchidos por nova eleição (Art. 415.º, n.ºs 4 e 5 do CSC).

4. Supervisory Board

4.1. Members of the Supervisory Board

Members of the Supervisory Board appointed for the 2016/2018 term-of-office:

Chairman: Prof. Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos

Full member: Dra. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Full member: Dr. Manuel António Amaral Franco Preto

Alternate member: Dra. Patrícia Isabel Guerra Carvalhal (see point 4.2 below)

4.2. Starting and ending date of the respective mandates

The election of the members of the Supervisory Board for the 2016-2018 term-of-office, has been decided at the General Shareholders' Meeting of the Bank on 19.05.2016, which is pending registration, since Dra. Patrícia Isabel Guerra Carvalhal was appointed ex novo as an alternate member of the Supervisory Board, and may only perform duties after obtaining authorization from the Bank of Portugal.

4.3. Appointment and replacement of the members of the Supervisory Board

The Supervisory Board is comprised of three full members and a deputy member elected by the General Shareholders Meeting (Art. 24 of Statutes). In the same resolution, the shareholders shall designate a full member who will be the Chairman (Article 415(2) of the CSC).

The Supervisory Board shall be constituted in accordance with the qualitative composition and prohibition of incompatibilities referred to in Arts. 414 and 414-A of CSC.

The full members of the Supervisory Board who are temporarily unable to carry out their duties or whose duties have ceased are replaced by alternate members (Article 415(3) of the CSC).

Alternate members who replace full members whose duties have ceased shall remain in office until the first annual General Meeting, and shall fill the vacancies. It is not possible to fill a full member's vacancy due to a lack of elected alternate members, the vacant positions, both of full members and alternate members shall be filled by means of a new election (Article 415(4) and 5 of the CSC).

4.4. Possibilidade de o Conselho Fiscal propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa

De acordo com o Art. 24.º, n.º 5 do Estatutos, o revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal pode propor à Assembleia Geral a destituição do revisor oficial de contas, sempre que houver justa causa.

4.5. Relatório anual do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal elabora o Relatório Anual de acordo com a legislação em vigor.

4.4. Possibility for the Supervisory Board to propose the dismissal of the auditor to the General Assembly with just cause

According to Art. 24(5) of the Statutes, the Statutory Auditor is appointed by the General Assembly on a proposal from the Supervisory Board.

The Supervisory Board may propose the dismissal of the statutory auditor to the General Assembly with just cause.

4.5. Annual report of the Supervisory Board

The Supervisory Board prepares the Annual Report according to the legislation in force.

5. Controlo Interno

Tendo presente a reconhecida importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, no exercício de 2016, o Banco prosseguiu a estratégia de contínuo fortalecimento do seu Sistema de Controlo Interno, definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração e monitorizado pelo Conselho Fiscal, designadamente com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da actividade no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos e a continuidade do negócio, nomeadamente através de uma adequada gestão e controlo de riscos inerentes à actividade desenvolvida;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e os processos de controlo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais e demais regras, recomendações e boas práticas internacionalmente reconhecidas, de modo a proteger a reputação da instituição e evitar que esta seja alvo de sanções.

O sistema implementado prevê uma organização que assegure a conformidade com o Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, nomeadamente através da existência das funções de Gestão de Risco, Compliance e Auditoria Interna, cujos responsáveis foram designados e reportam directamente ao Órgão de Administração.

5. Internal Control

Bearing in mind the importance of the existence of an adequate and efficient internal control system, in 2016, the Bank pursued a strategy to continuously strengthen its Internal Control System, defined and monitored directly by the Board of Directors and monitored by the Supervisory Board, particularly with a view to ensuring:

- A medium and long term profitable and efficient performance of its activities, ensuring the efficient use of assets and resources and business continuity, through adequate management and control of risks underlying its activities;
- The existence of financial information and complete, relevant, reliable and timely management that supports decision-making and monitoring processes;
- Compliance with the legal provisions and regulations, including those relating to the prevention of money laundering and terrorist financing, as well as the standards and professional practices and ethics, internal rules and by-laws, rules of conduct and relationship with clients, guidelines of the governing bodies and other rules, recommendations and international best practices, in order to protect the reputation of the institution and prevent it from being subjected to sanctions.

The implemented system provides an organisation that ensures compliance with the Notice No. 5/2008 of the Bank of Portugal, particularly through the existence of the roles of Risk Management, Compliance and Internal Audit, whose managers were appointed and report directly to the Board of Directors.

Em articulação com as demais unidades de estrutura, estas funções desenvolvem as suas actividades de forma independente, permanente e efectiva contribuindo para a solidez do sistema de controlo interno do Banco.

No sentido de atingir os objectivos propostos, foram adoptados os princípios e orientações reconhecidos e aceites internacionalmente em matéria de controlo interno, nas suas diversas componentes, e que visam assegurar a existência de:

- Um adequado ambiente de controlo, de forma a disseminar uma cultura de controlo e de disciplina por parte de toda a estrutura organizacional, que favoreça uma gestão sã e prudente da actividade desenvolvida;
- Um sólido sistema de gestão de riscos, que permita identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e objectivos definidos, bem como assegurar a implementação de acções para responder a desvios não desejados;
- Um eficiente sistema de informação e comunicação, que garanta a captação, tratamento e troca de informação relevante, abrangente e consistente, que suporte uma tomada de decisão eficaz e tempestiva e o cumprimento de obrigações perante terceiros;
- Um efectivo sistema de monitorização, através da implementação de acções e avaliações de controlo com vista identificar eventuais insuficiências e/ou oportunidades de melhoria de forma garantir a contínua eficácia e a adequação do Sistema de Controlo Interno.

Para o efeito, na concretização dos objectivos acima descritos, o Banco prossegue activamente no sentido de fomentar um apropriado ambiente de controlo sustentado numa adequada definição e segregação de funções e no estabelecimento de políticas e procedimentos de controlo, integrados na sua actividade diária. Por sua vez, de forma a promover elevados padrões profissionais o Banco adopta um código de conduta que reflecte os padrões de comportamento ético e de rigor pelos quais todos os colaboradores se devem reger na execução das suas tarefas.

No que respeita ao sistema de gestão de riscos, este encontra-se baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo, que visam assegurar, de forma permanente:

- O desenvolvimento sustentado da actividade creditícia, pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- A gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas.

In coordination with the other organisational units, these roles develop their activities independently, permanently and effectively, strengthening the Bank's internal control system.

In order to achieve the objectives proposed, internationally recognised principles and guidelines on internal control are adopted, in their various components, and which aim to ensure:

- An adequate control environment, to disseminate a culture of control and discipline by the entire organisational structure, thus, encouraging a sound and prudent management of the activity developed;
- A solid risk management system, which will identify, assess, monitor and control all risks that may influence the strategy and objectives defined, as well as ensure the implementation of actions to respond to unwanted deviations;
- An efficient information and communication system, which ensures the collection, treatment and exchange of relevant, comprehensive and consistent information, that supports effective and timely decision-making and the fulfilment of obligations to third parties;
- An effective monitoring system, through the implementation of control actions and assessments in order to identify any shortcomings and/or opportunities for improvement and to ensure the continued effectiveness and adequacy of the Internal Control System.

In order to achieve the objectives described above, the Bank actively continues to promote an appropriate control environment in a sustained adequate definition and segregation of duties and the establish policies and procedures for monitoring, integrated in its daily activity. In turn, in order to promote high professional standards, the Bank adopts a code of conduct which reflects the standards of ethical behaviour and rigour by which all employees must comply to in the execution of their duties.

With regard to the risk management system, this is based on identification, assessment, monitoring and control processes, to continually ensure:

- The sustained growth of credit activities by carefully managing solvency, as a result of its strategic objectives;
- Careful handling of borrowed capital, with the ultimate goal of maximising the Bank's value for its shareholders.

O processo de avaliação de riscos instituído, baseado em políticas e procedimentos que visam garantir que a estratégia e os objectivos da instituição, previamente estabelecidos, são atingidos, tem em consideração a natureza e magnitude dos riscos subjacentes à actividade do Banco e encontra-se suportado em análises qualitativas e quantitativas que permitem, de forma sustentada e tempestiva, monitorizar e aferir sobre a adequabilidade do capital interno.

Por sua vez, o sistema de comunicação e informação promovido assegura a existência de informação objectiva, inteligível, consistente e correcta de forma a possibilitar uma visão global e abrangente acerca da situação financeira, do desenvolvimento da actividade e do perfil de risco do Banco. Este encontra-se sustentado nas políticas e procedimentos internamente estabelecidos e oportunamente difundidos, que preveem a produção e divulgação atempada de informação a nível interno e externo.

O processo de informação financeira, que integra o sistema de comunicação e informação da instituição, sustenta-se nos sistemas contabilísticos e de apoio à gestão que, de forma completa e sistematizada, registam e armazenam a informação relativa às operações efectuadas. Adicionalmente, o modelo de governo estabelecido assenta numa estrutura transversal e descentralizada que define, de forma rigorosa, os responsáveis, as competências e a periodicidade das sedes de decisão consoante a matéria em causa.

Por último, a contínua monitorização do sistema da adequação e eficácia do sistema de controlo Interno, permite avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

Ciente da importância que um adequado e eficaz sistema de controlo interno assume, o Órgão de Administração tem vindo a promover de forma reforçada a incorporação dos objectivos e dos princípios de controlo, na estratégia e nas políticas da instituição, assegurando a existência de meios materiais e humanos necessários à sua prossecução e garantindo que as insuficiências identificadas neste âmbito são alvo de acompanhamento contínuo por parte de todos os órgãos de gestão, sempre no sentido de se implementarem as medidas necessárias à sua sanção. Por sua vez, o Conselho Fiscal aprecia anualmente o funcionamento do Sistema de Controlo Interno, face aos requisitos definidos nos Avisos nº 5/2008 e nº 9/2012 do Banco de Portugal e com

The risk assessment process set out is based on policies and procedures that aim to ensure that the strategy and objectives of the institution, previously established, are achieved, taking into account the nature and magnitude of the risks underlying the Bank's activities and is supported by qualitative and quantitative analysis which allow to monitor and evaluate the suitability of internal capital in a sustained and timely manner.

In turn, the communication and information system promoted ensures the existence of objective, intelligible, consistent and correct information in order to provide a global and comprehensive vision of the financial situation, the development of the activity and the risk profile of the Bank. This is sustained in internally established policies and procedures and appropriately disseminated, that predict the production and dissemination of the information both internally and externally in a timely manner.

The financial reporting process, which integrates the communication and information system of the institution, based on accounting and management support systems that record and store information relating to transactions in a complete and systematic way. Additionally, the governance model established based on a cross-sectional and decentralised structure that defines the managers, the skills and the periodicity in decision-making headquarters depending on the issue in question.

Finally, the continuous monitoring of the appropriateness and effectiveness of the internal control system, allows the evaluation of the ongoing internal control procedures at different functional areas and assesses its suitability and effectiveness to the policies, plans, internal instructions, as well as its compliance with the applicable laws and regulations.

Aware of the importance of an adequate and effective internal control system, the Board of Directors has promoted and strengthened the incorporation of control objectives and principles, in the institution's strategy and policies, ensuring the existence of material and human resources necessary for its continuation and ensuring that the weaknesses identified in this context are continuously monitored by all management bodies, always with a view to implementing measures for its rectification. In turn, the Supervisory Board annually assesses the operation of the Internal Control System against the requirements defined in the Notices No. 5/2008 and No. 9/2012 of the Bank of Portugal and with the exception to the part underlying the preparation

excepção da parte subjacente ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, a qual é alvo de parecer emitido pelo Auditor Externo/ROC, recomendando quando aplicável as melhorias que considera pertinentes.

6. Política de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 115.º-C, do Regime Geral das Instituições de Crédito (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, é definida a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), a vigorar no ano 2016, a aprovar pela Assembleia Geral, mediante proposta da Comissão de Remunerações, nos termos seguintes:

I. Enquadramento

A política remuneratória do Banco Santander Consumer Portugal enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do capital social do Banco.

A política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respectiva definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco. As remunerações encontram-se sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

II. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave e que lidera a organização.

and disclosure of the financial information, which is the target of an opinion issued by the External Auditor/ROC, recommending improvements, that it considers relevant, when applicable.

6. Remuneration Policy of the Board of Directors and Supervisory Board;

Pursuant to the terms of article 115-C, of the General Scheme of Credit Institutions (approved by Decree Law no. 298/92 of 31 December), in article 2, paragraph 1, of Law No. 28/2009 of 19 June and in Article 16 of the Notice of the Bank of Portugal No. 10/2011, of 29 December, the remuneration policy for members of the Board of Directors and Supervisory Board of Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (the “Bank”), to be applied in 2016, and approved by the General Assembly, pursuant to a proposal from the Remuneration Committee, is according to the following terms:

I. Background

The remuneration policy of Banco Santander Consumer Portugal is part of the guidelines defined by the reference shareholder of the Bank for the entire Santander Group, which are formulated, with the participation of external consultants, in accordance with the existing best practices in the industry. Santander Group owns 100% of the share capital of the Bank.

The remuneration policy of the members of the Management and Supervisory Board is annually reviewed and approved. The Human Resources Department of the Bank, participated in this decision, making recommendations to ensure that remunerations are appropriate and reflect the risk profile and the long-term objectives of the Bank. Remunerations are subject to the approval of Santander Consumer Finance Department and the Santander Group.

II. Santander Group's Policy:

The remuneration policy is strongly integrated in the Santander Group's policy, therefore, it is important to note the extremely competitive context of this activity and the achievement of goals depends largely on the quality, the work capacity, dedication, responsibility, knowledge of the business and the commitment to the institution, by the person who performs key roles and leads the organisation.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função. No entanto, no caso do Banco, as funções não executivas não são remuneradas, sendo os seus titulares remunerados pelas funções que desempenham noutras sociedades do Grupo.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo Santander, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objetivos.

Acresce que o Grupo contou com a assistência de consultores externos especialistas na análise, definição e avaliação de políticas de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

III. Princípios orientadores da política de remuneração no Banco Santander Consumer Portugal

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a. Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;

These are the premises which determine, in general, the remuneration policy of the Group of executive directors, and which allow to attract and retain the talent within the organisation, bearing in mind the overall framework of the market in which it operates.

- Consequently, the remuneration policy of the management bodies has the following objectives: ensure that the total remuneration and its structure (composed by different components of short, medium and long term) are competitive in regard to the international financial sector and are consistent with the leadership philosophy of the Group;
- maintain a fixed component balanced against the variable component, which is indexed to the achievement of specific and measurable objectives which are aligned with the interests of shareholders.

Regarding the remuneration for non-executive functions, the remuneration policy also aims to compensate for the dedication, qualification and responsibility required for the performance of these roles. However, in the case of the Bank, non-executive functions are not remunerated, employees are remunerated for the functions performed in other Group companies.

In 2010, the Compensation Risk Assessment Committee was created in Santander Group, whose members are persons of recognised competence and impartiality, to assess the quality of results, risks and compliance with objectives.

Moreover, the Group was assisted by external consultants, specialised in the analysis, definition and assessment of remuneration policies.

Thus, the Group, will continue to align their remuneration policy with the best market practices, anticipating, on average and as appropriate, the concerns expressed in Portuguese legislation.

III. Guiding principles of the remuneration policy of Banco Santander Consumer Portugal

In accordance with the foregoing, the general guiding principles for determining the remunerations are as follows:

- a. Simplicity, clarity, transparency and alignment with the Bank's culture, also taking into account the group to which it belongs;

- b. Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva, e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c. Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d. Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através:
 - i) da criação de limites máximos para as componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si (e.g. limitação estatutária a que Remuneração Variável exceda 5% dos lucros de exercício); ii) do diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável cuja aplicação depende dos critérios de elegibilidade do Grupo em cada ano ii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros cuja atribuição depende dos critérios de elegibilidade do Grupo em cada ano;
- e. Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector
- f. Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- g. Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adoptadas.

IV. Componentes da política de remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a. A política de remuneração dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo, as quais foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;

- b. Consistency with an effective risk management and risk control to avoid excessive exposure to risk and conflicts of interests, on the one hand, aiming to ensure coherence with the goals, values and long-term interests of the Bank, whose ability to strengthen the capital base is preserved, as well as its collaborators, and interests of its clients and investors, on the other hand;
- c. Competitiveness, taking into consideration market practices and equity, and remuneration practices are founded on uniform, consistent, fair and balanced criteria;
- d. Alignment with the best practices and recent trends in the financial sector, at national and international level, with the ultimate aim of discouraging the exposure to excessive risks and promoting continuity and sustainability of performances and positive results, in particular through: (i) the establishment of maximum limits for the remuneration components, which must be balanced among themselves (e.g. statutory limits to variable remuneration exceeding 5% of the profits for the year); ii) deferral of remuneration variable portion whose application depends on the eligibility criteria stipulated by the Group each year iii) the payment of part of the variable remuneration in financial instruments whose allocation depends on the eligibility criteria stipulated by the Group each year;
- e. Determining the individual variable remuneration considering the relevant performance evaluation, based on financial and non-financial criteria, in accordance with the functions and the level of responsibility, as well as the results of the Bank, also in comparison with other international entities in the sector;
- f. Subjection to early termination of contracts under the legal rules in force at any given time.
- g. Absence of health insurance payment or other mechanisms for hedging risk in order to mitigate the effects of alignment with the risk inherent to the remuneration methods adopted.

IV. Components of the remuneration policy

In accordance with the previous principles, the following is assumed:

- a. The remuneration policy of the members of the corporate bodies forms part of the guidelines of the Group, which were created in accordance with the best existing practices in the sector

- b. Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos
- c. Relativamente aos administradores não executivos, a um administrador executivo e o Presidente do Conselho de Administração, estes não auferem qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerados pela sua atividade nas entidades do Grupo Santander Consumer Finance onde se encontram afetos.
- d. Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas remuneração fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal. No entanto, uma vez que um dos membros do órgão de fiscalização do BSCP, é colaborador e desempenha funções no Banco Santander Totta, S.A., a sua remuneração é definida e paga nesse banco
- e. Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a poderem tornar de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

1. Remuneração fixa

A remuneração fixa é paga 14 vezes por ano;

- a. A remuneração fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões
- b. A remuneração fixa dos administradores executivos remunerados em Portugal tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Remunerações, tendo representado em 2016, uma parcela de em média 65% da remuneração total.

- b. The guidelines referred to above detail how the evaluation of executive directors is performed.

- c. Non-executive directors, the executive director and the Chairman of the Board of Directors do not receive any remuneration in Portugal, they are remunerated for their activities by the Santander Consumer Finance Group where they are allocated.
- d. Members of the supervisory body only receive a fixed remuneration, the amount is determined in accordance to the criteria and practices used in other companies within the Group, given the size of the business and of the market in Portugal. However, since one of the members of the supervisory body of the BSCP, is a collaborator and performs functions in Banco Santander Totta, SA, his remuneration is determined and paid in that bank;
- e. Regardless of the conditions for determining the variable remuneration and payment being the indeterminate final value and possible payment, it is not possible to predetermine the rate between fixed and variable remuneration, but taking into account the rules defined by the Group, the ratio between the value of all variable remuneration components and the total value of fixed remuneration cannot, under any circumstance, be greater than 200%.

1. Fixed remuneration

The fixed remuneration is paid 14 times a year.

- a. The fixed remuneration of the executive directors is determined taking into account the criteria used by the Group, the results of the Bank, performance evaluation and references of the market, subject to the different specificities and dimensions;
- b. The fixed remuneration of executive directors who receive remuneration in Portugal has the limits that are established annually by the Remuneration Committee, accounting for around 65% of the total remuneration, in 2016.

2. Remuneração variável

- a. Em função da aplicação das orientações e política do Grupo relativamente a estas matérias à Divisão do Santander Consumer Finance, a remuneração de todos ou alguns membros da Comissão Executiva poderá comportar igualmente uma componente variável, incluindo um elemento anual e um elemento plurianual, ambos de atribuição não garantida, visando o equilíbrio entre o curto e médio prazo
- b. Tendo presente o definido, a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa
- c. De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo
- d. A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas
- e. No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensão até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.
- f. A totalidade da componente variável, incluindo tanto o elemento de atribuição anual como o elemento de atribuição plurianual, poderá ser objecto de redução ("malus") ou reversão ("clawback") que resultem da definição dos critérios de atribuição da remuneração variável.

2.1. Remuneração variável anual

- a. Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objectivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e poderão ser atribuídas acções do Banco Santander;

2. Variable remuneration

- a. As a result of the implementation of the Group's guidelines and policy on these matters in the Santander Consumer Finance Department, the remuneration of all or some members of the Executive Board may also include a variable component, including an annual and a multi-annual element, both are not guaranteed; to balance short and medium term
- b. The variable remuneration is appropriately balanced against the fixed remuneration as defined above;
- c. In order to establish and make more transparent the process for determining the variable remuneration, the quantitative and qualitative objectives of the Bank are taken into account, as well as the respective indicators set out in the Strategic Plan that are defined annually by the Group
- d. The weighting of the achievement of the strategic objectives defined by and for the Bank, either in absolute terms or by comparison with other entities in the sector, for purposes of determining the variable remuneration, allows to establish a proper alignment with the medium and long term interests of the Bank and its shareholders
- e. In the event that the Bank is charged for management acts by shareholders or by third parties, the variable remuneration may be suspended until the clearance of such claims upon decision of the shareholders and, in the case of being considered well-founded, the respective remuneration will not be attributed until the damages have been settled.
- f. The entire variable component, including both the annual allocation and the multi-annual allocation may be subject to a reduction ("malus") or reverse ("clawback") that result from the definition of the criteria for the allocation of variable remuneration.

2.1. Annual Variable Remuneration

- a. As a variable remuneration, a Company performance bonus is established, linked to objectives, subject to annual review, which is reflected in the current year and in the following years, through which contributions in cash are paid and Banco Santander shares may be allocated;

b. A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios:

b)1. Critérios definidos para a Unidade: i) 70% dependem de métricas financeiras, em concreto de risco (com um peso de 10%), tendo como indicadores os rácios do custo de crédito e de NPL; de capital (com um peso de 10%) tendo como indicador o RWA Cap (métrica binária); de Rentabilidade (com um peso de 50%), tendo como indicadores os resultados após impostos da Sociedade e o RoRWA ii) 15% dependem de métricas de fidelização e satisfação dos clientes iii) 10% de métricas de satisfação dos colaboradores iv) 5% de métricas estabelecidas no âmbito da responsabilidade social da Sociedade.

b)2. O resultado obtido na alínea b)1. é ajustado em função dos resultados obtidos pelo Grupo por comparação destes com os resultados obtidos pela unidade, através de um fator multiplicador que poderá assim majorar ou reduzir o resultado obtido na alínea b). Este fator multiplicador é determinado discricionariamente pelo Grupo.

b)3. ao resultado obtido em b)2. poderá ser aplicado um ajuste excepcional decorrente de uma avaliação de fatores qualitativos adicionais, designadamente por uma deficiente avaliação feita pelos supervisores ou funções de controlo, de um evento extraordinário materialmente relevante, do balanço e de outros indicadores críticos da atividade e fatores relevantes de gestão;

c. O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2016 não é superior a 150% do valor do prémio de desempenho da Empresa pago no ano anterior;

d. Para alguns membros da Comissão Executiva, o pagamento do prémio de desempenho poderá ser sujeito ao diferimento de 40% do seu valor.

e. Para esses casos, o valor da parte não diferida é pago, metade em ações e metade em dinheiro;

f. O pagamento da parte diferida é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas

b. The determination of the value of the performance bonus is based on the following criteria:

b)1. Criteria defined for the Unit: i) 70% based on financial metrics, in particular at risk (representing 10%), dependent on the credit cost ratio and NPL; and of capital (representing 10%) dependent on the RWA Cap (binary metric); and of Profitability (representing 50%), dependent on the profit after income tax of the Company and RoRWA ii) 15% dependent on client satisfaction and loyalty metrics iii) 10% employee satisfaction metrics, iv) 5% metrics established as part of corporate social responsibility.

b)2. The result obtained under b)1. is adjusted according to the results obtained by the Group by comparing these with the results obtained by the unit, by a multiplying factor that could increase or decrease the result obtained in paragraph b). The Group will decide on the multiplying factor at its own discretion.

b)3. an exceptional adjustment may be applied to the result obtained in b)2. based on an assessment of additional qualitative factors, in particular due to a poor assessment made by supervisors or supervisory roles, of an extraordinary event of materially relevant impact on the balance sheet and other critical indicators of the Company's activities and relevant management factors;

c. The performance bonus is intended to compensate for the achievement of annual results and individual performance, and may vary depending on the degree of fulfilment of the objectives, in 2016, between 0% and a value not exceeding 150% of the value of the performance bonus paid by the Company in the previous year.

d. For some members of the Executive Committee, the payment of the performance bonus may be subject to the deferral of 40% of its value.

e. In such cases, half of the non-deferred remuneration shall be paid in shares and the other half in cash;

f. The payment of the deferred remuneration is determined based on the results obtained over a period of three years and dependent on the cumulative existence of the following conditions: i) stay in the Company during the period established; ii) preservation of the financial performance of the Santander Group during the three-year reference period; iii) non-occurrence of significant

do capital económico ou do perfil de risco do Grupo; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;

g. Metade do montante do diferimento é pago em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos subsequentes, em função do montante, ficando dependente do preenchimento das condições referidas supra;

h. As ações atribuídas aos membros da Comissão Executiva não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações);

2.2. Remuneração variável plurianual

a. Como elemento da remuneração variável plurianual, o Banco poderá fixar um Incentivo de Longo Prazo individual, sendo este determinado pela aplicação de uma percentagem, que poderá ir até 20%, do valor de referência do prémio de desempenho do ano, considerando (i) o lucro por ação (LPA) do Grupo do ano por comparação com o previsto em orçamento, (ii) taxa de retorno sobre o capital tangível ("ROTE" na sigla em inglês – Return on Tangible Equity) do ano do Grupo Santander em relação ao projetado para esse exercício.

b. O valor previsto será diferido integralmente por 3 anos e a sua atribuição e valor estarão vinculados ao cumprimento de determinados objetivos definidos para o período (os "Objectivos Plurianuais"), e às restantes condições do plano

c. Os "Objectivos Plurianuais" têm as seguintes métricas: (i) Comportamento relativo do crescimento do lucro por ação (LPA) do Grupo Santander no período em relação com um grupo de referência de entidades de crédito no mesmo período; (ii) ROTE do exercício do Grupo Santander (iii) Satisfação dos clientes, medida pela inclusão no "Top 3" dos melhores bancos no índice de satisfação dos clientes nos principais mercados onde o grupo atua, (iv) Satisfação dos colaboradores, medida pela inclusão no "Top 3" dos melhores bancos para trabalhar nos principais mercados em que o Grupo actua, (v) Vinculação de clientes, levando em conta que os objetivos do Grupo Santander

variations in the economic capital or risk profile of the Group; iv) compliance with internal rules, including those relating to risks, approved annually by the Group

g. Half of the deferred remuneration is paid in shares and the other half in cash, in three instalments over the three subsequent years, depending on the amount, and dependent on the fulfilment of the conditions referred to above

h. The shares attributed to the members of the Executive Committee do not benefit from any risk coverage agreement and shall remain, until the expiry of the respective mandates, subject to maintenance conditions until its value reaches twice the amount of the total remuneration (without prejudice to the possibility of the disposal of shares required for the payment of taxes arising from the benefits inherent to those shares);

2.2. Multi-annual variable remuneration

a. As a multi-annual variable remuneration element, the Bank may determine an individual Long-term Incentive, determined by applying a percentage, which can go up to 20% of the reference value of the year's performance bonus, according to (i) earnings per share (EPS) of the Group for the year in comparison with the expected budget, (ii) the return on tangible equity ("ROTE") for the year of Santander Group compared to the expected budget for the year

b. The expected value will be fully deferred for 3 years, and its attribution and value is bound to the fulfilment of certain objectives defined for the period (the "Multi-annual Objectives"), and the remaining conditions of the plan

c. The "Multi-annual Objectives" have the following metrics: (i) Relative behaviour of the growth of earnings per share (EPS) of Santander Group in the period in relation to a reference group of credit institutions in the same period; (ii) ROTE of the financial year of Santander Group (iii) Client satisfaction, measured by the inclusion of the Group in the "Top 3" best banks as regards to the client satisfaction index in the main markets where the Group operates, (iv) Employee satisfaction, measured by the inclusion of the Group in the "Top 3" best banks to work for in the main markets in which the Group operates, (v) Tied clients, taking into account that the objectives of the Santander Group

d. A atribuição do ILP não poderá em nenhuma circunstância implicar que as componentes variáveis da remuneração sejam superiores a 200% da componente fixa da remuneração.

e. A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante o dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii); cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;

f. No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer ações;

g. As acções atribuídas no âmbito do Incentivo de Longo Prazo não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos mandatos dos respectivos beneficiários, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade da alienação de acções necessária ao pagamento de impostos decorrentes do benefício inerente a essas acções).

2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da remuneração variável de 2015 para um administrador executivo remunerado em Portugal, foi paga em 2016 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos. Para este da remuneração variável de 2015, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Não foram pagos valores de remuneração variável diferida de anos anteriores, uma vez que, à data, não são devidos quaisquer montantes atribuídos a esse título.

d. The ILP award may not in any circumstances include variable remuneration components greater than 200% of the fixed remuneration component.

e. The award of the individual Long-term Incentive shall also be subject to the cumulative assessment of following conditions: (i) stay in the company during the period established; (ii) preservation of the financial performance of the Group during the deferral period; (iii); compliance with internal rules, especially those relating to risks; (iv) absence of re-engineering of financial elements of the Group imposed by external auditors, unless as a result of the modification of accounting standards; (v) lack of significant variations in the economic capital or risk profile of the Group;

f. Within the limit, there may be no place for the attribution of any shares;

g. The shares attributed under the individual Long-term Incentive do not benefit from any risk coverage agreement and shall remain, until the expiry of the mandates of the respective beneficiaries, subject to maintenance conditions until its value reaches twice the amount of the total remuneration (without prejudice to the possibility of the disposal of shares required for the payment of taxes arising due to the benefits inherent to those shares).

2.3. Identification of the deferred instalment and of the paid amount

The 2015 variable remuneration for executive directors who receive remuneration in Portugal not subject to deferral, was paid in 2016. The payment of the remaining amount is deferred for a period of three years. Two-thirds of the deferred variable remuneration have not yet been paid from the 2015 variable remuneration.

No amounts were paid for deferred variable remuneration from previous years, since, to date, there are no amounts due under this heading.

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco

Não se prevê que venham a existir, durante o exercício de 2016, montantes pagos aos administradores executivos remunerados pela unidade em Portugal, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Banco.

V. Benefícios

- a. A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.
- b. A generalidade dos administradores executivos beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a quarenta e duas vezes o valor da Remuneração Fixa mensal do titular em causa.
- c. Com excepção de dois dos administradores executivos, os demais administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde contratado para todos os colaboradores com comparticipação correspondente a 0,75% da respectiva Remuneração Fixa.
- d. O Presidente da Comissão Executiva beneficia do Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) de acordo com o regime estabelecido no Banco Santander Totta, S.A. (onde tem contrato de trabalho suspenso).
- e. Relativamente a um dos Administradores, o Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

VI. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2016.

Atento o disposto no número 5 do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2016, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

3. Amounts paid by other companies in a dominant or group relationship with the Bank

Executive directors who receive remuneration in Portugal, are not expected to receive any payments from other companies in dominant or group relationship with the Bank during 2016.

V. Benefits

- a. The allocation of benefits shall be made to ensure compatibility with the business strategy, objectives, values and the long-term interests of the Bank
- b. The majority of executive directors have a life insurance policy, with a capital coverage equivalent to 42 times the value of the monthly Fixed Remuneration of the holder concerned.
- c. With the exception of the executive directors, the remaining executive directors benefit from a health insurance for all employees with a contribution amounting to 0.75% of the Fixed Remuneration.
- d. The Chairman of the Executive Committee benefits from a Health Insurance in addition to the Social Health Assistance Service (SAMS) according to the procedures established by Banco Santander Totta, S.A. (in the event that the employment contract has been suspended).
- e. With regard to the Directors, the Bank bears the cost of the difference between the market interest rate for housing credit and credit rates charged for the same nature granted to workers under the collective regulation terms of the banking sector.

VI. Additional Aspects

No option plans are expected for 2016.

Based on the provisions in Article 403(5) of the Commercial Companies Code, no statutory limitations on compensation for early termination of contract of members of corporate bodies have been defined or proposed.

During 2016, no compensation for early termination of contracts of members of corporate bodies are expected to be paid.

VII. Cumprimento das políticas de remuneração definidas no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Esta política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios insitos no Decreto-lei n.º 157/2014, de 24 de Outubro, que veio alterar o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF"), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco. Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes dos art. 115º-C e seguintes. do RGICSF, os quais constituem manifestamente o seu núcleo base.

Ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE, que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do BSCP, não foram implementados em 2016 mecanismos de diferimento da remuneração variável.

Por último, a circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Neste sentido, salientem-se os critérios aprovados para o Grupo Santander para definição do seu "coletivo identificado" e consequentemente, de aplicação, entre outras, da obrigatoriedade de implementação local de remuneração variável diferida, segundo os quais tal diferimento apenas se aplica (i) a unidades em que o seu capital económico represente mais de 1% da totalidade do capital económico do Grupo, (ii) se algum membro da administração remunerado em Portugal aufrira uma remuneração total anual superior a € 487.000 ou (iii) se algum membro da administração tem sob sua responsabilidade a aprovação de operações cujo montante por transação represente pelo menos 0,5% da Common Equity Tier 1 capital do Grupo Santander. Nenhuma dessas condições se verificam no caso do Banco.

VII. Compliance with the remuneration policies defined in the Legal Framework of Credit Institutions and Financial Companies

This remuneration policy of the members of the Bank's administrative and supervisory bodies is in line with the principles of Decree-law no. 157/2014, of 24 October, which altered the Legal Framework of Credit Institutions and Financial Companies ("LFCIFC"), based on simplicity, transparency and consistency with the medium and long term objectives of the Bank.

In this way, the determination of the total remuneration of the members of those bodies, composed of fixed and variable parts, as well as the articulation of these two components, as explained in this Statement, allow us to conclude the adoption of the rules laid down in Article 115-C and the remaining LFCIFC rules, which are clearly its base core.

No variable deferral mechanisms were implemented in 2016 under the guidelines issued by the European Banking Authority in compliance with the provisions of paragraph 4 (22) of Directive no. 2006/48/EC, which allow the circumvention of some rules in the definition of the remuneration policy in non-complex institutions which are not listed on the markets, as is the case of BSCP.

Finally, the fact that the Bank is integrated in the Santander Group, which owns 100% of the capital, calls for an appropriate level of consistency with the corporate policies, which, in turn, as a result of the global nature of the Group, comply with the international regulations on this subject. In this sense, we must highlight the criteria approved for the Santander Group for the definition of "identified collective" and consequently, the mandatory character of the local implementation of the deferred variable remuneration, according to which this deferral only applies to (i) units in which its economic capital represents more than 1% of the total economic capital of the Group, (ii) if any member of the Board receiving remuneration in Portugal earns a total remuneration of more than €487,000 or (iii) if any member of the Board has the responsibility for the approval of operations whose amount per transaction represents at least 0.5% of the Common Equity Tier 1 capital of Santander Group. None of these conditions apply in the case of the Bank.

2. Remuneração Atribuída aos Órgãos de Administração e Fiscalização em 2016

Remuneration Attributed to Management and Supervisory Bodies in 2016

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

As remunerações fixas e variáveis, em termos agregados de 2016 no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foram, respetivamente de Euros 494.626 para as fixas e de Euros 252.855 para as variáveis.

A remuneração individual paga e diferida relativa a 2016 consta igualmente do quadro abaixo.

A remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2016 é apresentada de seguida:

This information is provided to comply with the provisions of article 3 of Law 28/2009 of 19 June, and Article 17 of the Notice of the Bank of Portugal No. 10/2011, of 29 December (Diário da República, 2nd Series of 9 January 2012), in the section that refers to the disclosure of the annual remuneration paid to members of the management and supervisory bodies.

In 2016, the fixed and variable remuneration for all the members of the Board of Directors and Supervisory Board amounted to €494,626 and €252,855, respectively.

The individual remuneration paid and deferred in 2016, is shown in the table below.

The individual remuneration of each member of the Board of Directors and Supervisory Board for the 2016 financial year is as follows:

Remuneração Fixa

Fixed Remuneration

Board of Directors		
Name	Position	Fixed Remuneration
David Turiel Lopez	Chairman of the Board of Directors	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Chairman of the Executive Committee	22 404,06
Luís Filipe Pires Ferreira	Member	116 799,20
José Maria MartinPrada (1)	Member	122 823,03
Gonzalo Basagoiti Pastor	Member	-

Board of Auditors		
Name	Position	Fixed Remuneration
Diogo José Paredes Leite de Campos	Chairman of the Supervisory BoardEffective	17 499,96
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	Full Member of the Supervisory Board Full	15 000,00
Manuel António Amaral Franco Preto	Member of the Supervisory Board	-

Amounts expressed in Euros

1. Remuneração Anual Variável

1.1. Parcela pecuniária paga relativa ao prémio desempenho do exercício de 2016:

1. Variable Annual Remuneration

1.1. Instalment paid for 2016 performance bonus:

Variable Annual Remuneration		
Name	Position	2016 Performance Bonus (cash)
David Turiel Lopez	Chairman of the Board of Directors	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Chairman of the Executive Committee	151 065,00
Luís Filipe Pires Ferreira	Member	39 900,00
José Maria MartinPrada (1)	Member	39 813,00
Gonzalo Basagoiti Pastor	Member	-

2. Acções:

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.

Não se verificou relativamente ao exercício de 2016 a entrega de ações junto dos membros do Conselho de Administração, em concreto aqueles que são remunerados em Portugal pelo BSCP.

Remuneração Variável Diferida

Na presente data, encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida relativa a 2015, tendo sido pago um terço dessa remuneração.

Conselho de Administração

2. Shares:

Santander Group, including the Bank, also has a long-term incentive plan, on a worldwide scale, which is divided into cycles.

During 2016, no shares were attributed to members of the Board of Directors, in particular, those who receive remuneration in Portugal from BSCP.

Deferred Variable Remuneration

At the present date, two-thirds of the deferred variable remuneration for 2015 is deferred, one-third of this remuneration has been paid.

Board of Directors

Performance Bonus paid on February 2017

Name	Position	Rate	Dividends	Pecuniary	Shares
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Chairman of the Executive Committee	-	569,0	11 038,31	11 038,31

Amounts expressed in Euros

O valor das ações corresponde a 2.780 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,971 Euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

The value of shares corresponds to 2,780 shares of Banco Santander, S.A., to the value per share of €3.971, since this is the market value (stock exchange quotation) on the date of the respective attribution.

2015 Performance Bonus

Name	Position	2018		2019	
		Pecuniary	shares	Pecuniary	shares
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Chairman of the Executive Committee	11 038,31	2 780	11 038,31	2780

Amounts expressed in Euros

Novas Contratações

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco em 2016 foram os seguintes:

New Staff

The members of the Management and Supervisory Bodies of the Bank in 2016 were as follows:

New hires

Name	Work position
David Turiel Lopez	Chairman of the Board of Directors
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Chairman of the Executive Committee
Luís Filipe Pires Ferreira	Member
Gonzalo Basagoiti Pastor	Member
José Maria Martín Prada	Member (who, in the meantime, resigned from his post in July 2016)
Diogo José Paredes Leite de Campos	Chairman of the Supervisory Board
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	Full Member of the Supervisory Board
Manuel António Amaral Franco Preto	Full Member of the Supervisory Board

Cessações Contratuais

Durante o ano 2016, o Banco não efectuou quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

Termination of Contracts

During 2016, no compensation for early termination of contracts of members of corporate bodies was paid.

Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
Sociedade Anónima
Capital Social: EUR 66 592 947
NIPC: 503 811 483
Matriculada na C.R.C. de Lisboa sob o
nº único 503 811 483

Sede
Rua Castilho, 2
1269-073 Lisboa
Tel.: 707 200 103 / Fax: 707 200 092
Delegações

PORTO
Rua Engenheiro Ferreira Dias nº 181
4100-247 Porto
Tel.: 707 200 103 / Fax: 707 200 092

FUNCHAL
Av. do Infante, Centro Comercial Avenida, Loja F
9000-015 Funchal
Tel.: (351) 291 206 390 / Fax: (351) 291 206 391

FARO
EN 125, Sítio das Figuras, Lote 1, 1º, fracção AB ou loja 7
8005-145 Faro
Tel.: (351) 289 880 250 / Fax: (351) 289 880 251/2

<http://www.santanderconsumer.pt>